



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, EMPRESARIAIS E
TECNOLÓGICAS

DOUTORAMENTO EM ECONOMIA

ESPECIALIDADE DE ECONOMIA DA EMPRESA

**“A importância da Informação Financeira nas PME:
mensuração do Ativo Fixo Tangível.”**

Tese Doutoral

Doutorando: Sérgio de Almeida Rosa

Orientador: Professor Doutor Renato Pereira

Lisboa, outubro 2013

Aos meus filhos Inês e Duarte,
são a minha principal fonte de motivação.

À minha mulher,
sem o seu apoio não seria possível.

À minha Avó Rosa, com saudade,
foi ela que me ajudou crescer e teria gostado de ver este projeto concluído.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração de um conjunto de pessoas a quem se impõe um caloroso agradecimento.

Em primeiro lugar, expresso os meus agradecimentos ao Professor Doutor Renato Pereira a quem manifesto a minha gratidão pelo incondicional apoio dado, pela disponibilidade sempre manifestada, pelas sugestões, rigor e empenho com que orientou este trabalho.

Não posso deixar de agradecer à Dr.^a Carla Silva pela preciosa ajuda no tratamento estatístico e à Mestre Ana Lúcia Oliveira pela preciosa ajuda na revisão dos textos.

A validação do inquérito só foi possível com o contributo de algumas pessoas, para elas também vai o meu agradecimento.

Agradeço a todos os que cooperaram no preenchimento e divulgação dos questionários tornando, deste modo, possível a recolha de informação necessária para o estudo empírico.

Um obrigado especial à minha mulher e aos meus filhos, pela paciência que sempre demonstraram e pelo tempo que não puderam passar comigo ao longo destes anos.

Obrigado aos meus pais pelo esforço que fizeram para que eu estudasse.

Agradeço ainda à minha irmã, cunhados e sogros pela preocupação permanente e pelo apoio.

Não me poderia esquecer dos meus amigos e restantes familiares, não correndo o risco de me esquecer de algum, a todos o meu muito obrigado, espero agora ter mais tempo para “bebermos” da nossa amizade.

RESUMO

Partindo do pressuposto que as empresas consideram a importância da informação financeira e ponderam o impacto das políticas contabilísticas, este estudo tem um enquadramento teórico com um enfoque essencial nas teorias sobre a estrutura de capitais e na Teoria Positiva da Contabilidade.

Explorou-se teoricamente a importância e utilidade da informação financeira, concluindo que as empresas podem optar por diferentes políticas contabilísticas, particularmente no que se refere aos Ativos Fixos Tangíveis (AFT). São os objetivos que as empresas, os seus detentores ou os seus gestores pretendem prosseguir que determinam as políticas contabilísticas a adotar.

Assumindo que as escolhas contabilísticas são influenciadas por um conjunto de variáveis e que as empresas ponderam e reconhecem a importância da informação financeira, procurou-se nesta tese identificar os fatores que influenciam as escolhas contabilísticas, especificamente no que diz respeito ao modelo de mensuração dos AFT, e verificar a importância dada, pela amostra de PME estudada, à informação financeira.

Conquanto os resultados apurados no inquérito realizado não permitam comprovar, estatisticamente, que a opção pelo modelo da revalorização está relacionada com um conjunto de características da empresa, constata-se que, para além de algumas características das empresas estarem mais associadas ao modelo do custo, modelo quase unanimemente utilizado, a tendência presente de não opção pelo modelo da revalorização coincide com a seguida no passado, assente numa ausência quase completa de revalorizações dos AFT.

Uma das principais conclusões do presente estudo é que, no universo das PME portuguesas, as questões de índole fiscal têm um grande peso. A informação financeira é superiormente considerada para fins fiscais e a mensuração dos AFT é principalmente direcionada para o resultado fiscal. Verifica-se uma menor importância da informação financeira como sinalizadora da empresa perante terceiros, designadamente bancos e outros credores.

Palavras-chave: PME; Informação Financeira; Ativo Fixo Tangível; Mensuração.

ABSTRACT

Based on the assumption that firms value financial information and consider the impact of accountancy policies for decision making purposes, this survey took a theoretical framework focused on capital structure theories and accountancy positive theory.

We have theoretically explored the importance and utility of financial information concluding that firms can take different accountancy policies, particularly in what concerns tangible fixed assets (TFA). Adopted accountancy policies are defined by firms' goals, firm owners' goals, or firm managers' goals.

Assuming that accountancy choices are influenced by a set of variables and firms consider and recognize the managerial importance of financial information, this thesis aimed at identifying factors influencing accountancy choices, specifically in what concerns TFA measuring model, and at verifying the importance given to financial information using a sample of SMEs.

Although results were not statistically relevant to confirm that the option for the revaluation model is related with a set of firm characteristics, we could observe that, beyond the fact that some firm characteristics are more associated with the cost model, the most used one, current trend of not opting for the revaluation model is coincident with past behavior, based on almost complete absence of TFA revaluation.

One of the main conclusions of this work is that, in the universe of Portuguese SMEs, tax issues have a significant weight. Financial information is mainly prepared for tax purposes and TFA measuring is based on tax profit concerns. We could also observe that financial information is not primarily used for third party analysis, like banks and other creditors.

Key words: SMEs; Financial information; Tangible Fixed Assets; Measurement.

Índice

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
LISTA DE TABELAS	IX
LISTA DE GRÁFICOS	XV
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	XVII
LISTA DE SIGLAS	XVIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – BASE CONCEPTUAL E CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS (REVISÃO DA LITERATURA)	6
1.1. Pequenas e Médias Empresas (PME)	10
1.1.1. Definição e Principais Características.....	12
1.1.1.1. A Dimensão	12
1.1.1.2. A Estrutura Proprietária/Gestão.....	15
1.1.1.3. A Estrutura do Capital e o tipo de Financiamento.....	17
1.1.1.4. A Gestão dos Resultados	23
1.1.1.5. A Informação Financeira	26
1.2. Informação Financeira	28
1.2.1. Importância da Informação Financeira.	30
1.2.2. Utilizadores da Informação Financeira	33
1.2.3. Gestão da Informação Financeira.....	36
1.2.3.1. Considerando as necessidades e perspetivas dos Proprietário/Gestores	39
1.2.3.2. Considerando as necessidades e perspetivas dos bancos e outros credores ...	40
1.2.3.3. Considerando as necessidades e perspetivas da Administração Fiscal	42
1.2.4. Informação Financeira como produto da contabilidade	44
1.2.4.1. Evolução do sistema contabilístico português	45

1.2.4.2.	Sistema de Normalização Contabilística (SNC).....	48
1.3.	Ativos Fixos Tangíveis (AFT).....	56
1.3.1.	Os AFT e a Contabilidade.....	60
1.3.1.1.	Plano Oficial de Contabilidade (POC)	62
1.3.1.2.	Sistema de Normalização Contabilística (SNC).....	66
1.3.1.2.1.	NCRF 7.....	66
1.3.1.2.2.	NCRF-PE.....	73
1.3.1.2.3.	NCM	73
1.3.1.2.4.	Transição do POC para o SNC (NCRF 3).....	73
1.3.2.	Os AFT e a Fiscalidade.....	74
1.3.2.1	Antes da entrada em vigor do SNC	75
1.3.2.2	Adaptação ao SNC.....	78
1.3.3.	Os AFT e a Gestão	82
1.3.3.1.	Consequência da mensuração do AFT na gestão	83
1.3.3.2.	Gestão do AFT considerando as necessidades e perspetivas dos utilizadores	86
CAPÍTULO II – Desenho da Investigação		91
2.1.	Objetivos do estudo e Questão de Investigação	93
2.2.	Modelo Teórico	94
2.3.	Desenvolvimento das Hipóteses de Estudo	96
2.4.	Definição das Variáveis.....	113
CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO		121
3.1.	Metodologia de recolha e tratamento dos dados	122
3.1.1.	Definição e caracterização da amostra	124
3.1.2.	Metodologia e procedimentos estatísticos.....	125
3.2.	Análise e discussão dos resultados	128
3.2.1.	Análise descritiva (univariada).....	128
3.2.1.1.	Caracterização da empresa.....	128
3.2.1.2.	Políticas Contabilísticas	144
3.2.1.3.	Importância dada pelas PME à Informação Financeira	148

3.2.2. Análise multivariada	155
3.2.2.1. Mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis	155
3.2.2.2. A importância dada pela empresa à Informação Financeira.....	171
3.2.3. Discussão dos Resultados.....	203
CONCLUSÃO	227
BIBLIOGRAFIA.....	235
APÊNDICES	250
APÊNDICE 1 – Relação Hipótese/Variáveis	250
APÊNDICE 2 – Questionário.....	252
APÊNDICE 3 – Email de Acompanhamento.....	260
APÊNDICE 4 – Ligação Objetivos/Questões de Investigação, Hipóteses e Variáveis com o Questionário.....	261
APÊNDICE 5 – Outputs SPSS.....	263
APÊNDICE 6 – Código / Escalas das Variáveis.....	293

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação de PME quanto à Dimensão	13
Tabela 2 - Estrutura do capital e tipo de financiamento das PME, anos 2008 e 2009	22
Tabela 3 - Normas publicadas que suportam o SNC	48
Tabela 4 - Aplicação das Normas Contabilísticas.....	50
Tabela 5 - Normas contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).....	51
Tabela 6 - Demonstrações Financeiras.....	52
Tabela 7 - Tabela de equivalência de nomenclaturas.....	61
Tabela 8 - NCRF7 vs POC.....	72
Tabela 9 - Setor de Atividade Amostra/População	130
Tabela 10 - <i>Reliability Statistics</i> Grupo 9	155
Tabela 11 - Valores de <i>alpha</i> se determinado item for excluído no Grupo 9	156
Tabela 12 - Correlações Grupo 9	157
Tabela 13 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto do nível de resultados na mensuração dos AFT.....	158
Tabela 14 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto da estrutura do capital na mensuração dos AFT	158
Tabela 15 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto do tipo e necessidades de financiamento na mensuração dos AFT.....	159
Tabela 16 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto das revalorizações já afetados e valor de excedente de revalorização na mensuração dos AFT	159
Tabela 17 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira na mensuração dos AFT	160
Tabela 18 - Cruzamento entre o facto de a empresa ser ou não do tipo familiar e o impacto da composição e valor escriturado do AFT na mensuração dos AFT	161
Tabela 19 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto das perspetivas dos proprietários/gestores na mensuração dos AFT.....	161
Tabela 20 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto dos níveis dos resultados e das depreciações na mensuração dos AFT	162

Tabela 21 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto da estrutura do capital na mensuração dos AFT	162
Tabela 22 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto do tipo e necessidades de financiamento na mensuração dos AFT	163
Tabela 23 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto da composição e valor escriturado do AFT na mensuração dos AFT	163
Tabela 24 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto das revalorizações e valor do excedente de revalorização na mensuração dos AFT	164
Tabela 25 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira na mensuração dos AFT	164
Tabela 26 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto dos custos com as avaliações para determinar o justo valor na mensuração dos AFT	165
Tabela 27 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto das revalorizações e valor do excedente de revalorização na mensuração dos AFT	166
Tabela 28 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira na mensuração dos AFT	166
Tabela 29 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto do custo com as avaliações para determinar o justo valor na mensuração dos AFT	167
Tabela 30 - One-Sample T-Test - Perspetivas dos proprietários/gestores	168
Tabela 31 - One-Sample T-Test - Nível dos resultados e valor das depreciações	168
Tabela 32 - One-Sample T-Test - Estrutura do capital	169
Tabela 33 - One-Sample T-Test - Tipo e necessidades de financiamento	169
Tabela 34 - One-Sample T-Test - Composição e valor escriturado do Ativo Fixo Tangível	170
Tabela 35 - One-Sample T-Test - Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização	170
Tabela 36 - One-Sample T-Test - Recursos afetos à preparação da informação financeira ..	171
Tabela 37 - <i>Reliability Statistics</i> Grupo 11	171
Tabela 38 - Valores de <i>alpha</i> se determinado item for excluído no Grupo 11	172
Tabela 39 - Correlações Grupo 11 – Subgrupo 1	173
Tabela 40 - Correlações Grupo 11 – Subgrupo 2	174

Tabela 41 - Correlações Grupo 11 – Subgrupo 3	174
Tabela 42 - Correlações Grupo 11 – Subgrupo 4	175
Tabela 43 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda.....	176
Tabela 44 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal	176
Tabela 45 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto da mensuração dos AFT no custo de preparação da informação financeira.....	177
Tabela 46 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a importância e utilidade da informação financeira para a empresa.....	177
Tabela 47 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a importância e utilidade da informação financeira para a gestão interna.....	178
Tabela 48 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a importância e utilidade da informação financeira para as decisões de financiamento	178
Tabela 49 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a importância e utilidade da informação financeira para fins fiscais.....	179
Tabela 50 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para o planeamento fiscal	179
Tabela 51 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para o planeamento e gestão financeira	180
Tabela 52 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para obter esclarecimentos.....	181
Tabela 53 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para preparar informação financeira.....	181
Tabela 54 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a utilização da informação financeira como necessidade de gestão	182
Tabela 55 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a possibilidade da empresa deixar de ter contabilidade organizada.....	182
Tabela 56 - Cruzamento entre o tipo de empresa e a importância e utilidade da informação financeira para a empresa	183

Tabela 57 - Cruzamento entre o tipo de empresa e a importância e utilidade da informação financeira para a gestão interna.....	184
Tabela 58 - Cruzamento entre o tipo de empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para o planejamento da gestão financeira.....	184
Tabela 59 - Cruzamento entre o tipo de empresa e a preparação da informação financeira como necessidade de gestão.....	185
Tabela 60 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e o impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda.....	185
Tabela 61 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e o impacto da mensuração dos AFT no investimento de substituição.....	186
Tabela 62 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e o impacto da mensuração dos AFT no resultado contabilístico.....	186
Tabela 63 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal.....	187
Tabela 64 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e o impacto da mensuração dos AFT no custo de preparação da informação financeira.....	187
Tabela 65 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para o planejamento e gestão financeira.....	188
Tabela 66 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para preparar informação externa.....	188
Tabela 67 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e a possibilidade da empresa deixar de ter contabilidade organizada.....	189
Tabela 68 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda.....	189
Tabela 69 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT no investimento de substituição.....	190
Tabela 70 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT no resultado contabilístico.....	190
Tabela 71 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT na robustez do balanço.....	191

Tabela 72 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT para os rácios de endividamento	191
Tabela 73 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT na sinalização da imagem para exterior	192
Tabela 74 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal	192
Tabela 75 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT no custo de preparação da informação financeira	193
Tabela 76 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda.....	193
Tabela 77 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto da mensuração dos AFT na robustez do balanço.....	194
Tabela 78 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal	194
Tabela 79 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a importância e utilidade dada pela empresa à informação financeira	195
Tabela 80 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a importância e utilidade dada pela empresa à informação financeira para a gestão interna	195
Tabela 81 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a importância e utilidade dada pela empresa à informação financeira para as decisões de financiamento	196
Tabela 82 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a importância e utilidade dada pela empresa à informação financeira para o planeamento fiscal	196
Tabela 83 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a sua consulta para o planeamento e gestão financeira	197
Tabela 84 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a sua consulta para obter esclarecimentos	197
Tabela 85 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a sua consulta para a preparação de informação externa	198
Tabela 86 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a utilização da informação financeira como necessidade de gestão	198

Tabela 87 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a possibilidade de a empresa deixar de ter contabilidade organizada.....	199
Tabela 88 - One-Sample T-Test - custos de produção e preços de venda	200
Tabela 89 - One-Sample T-Test - investimento de substituição	200
Tabela 90 - One-Sample T-Test - resultado contabilístico	201
Tabela 91 - One-Sample T-Test - robustez do balanço.....	201
Tabela 92 - One-Sample T-Test - rácios de endividamento.....	202
Tabela 93 - One-Sample T-Test - sinalização da imagem para exterior	202
Tabela 94 - One-Sample T-Test - resultado fiscal	202

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Função na empresa do respondente ao questionário.....	129
Gráfico 2 - Idade da empresa	129
Gráfico 3 - Setor de Atividade	130
Gráfico 4 - Tipo de Empresa (critério jurídico)	131
Gráfico 5 - Empresa familiar/não familiar	131
Gráfico 6 - Grau de concentração do capital.....	132
Gráfico 7 - Proporção de gestores/administradores independentes.	133
Gráfico 8 - Primeira fonte de financiamento.....	134
Gráfico 9 - Prazos de contratação dos empréstimos	137
Gráfico 10 - Garantias solicitadas nos empréstimos	138
Gráfico 11 - Valor escriturado de cada item e o justo valor	139
Gráfico 12 - Revalorizações com base em diplomas legais	140
Gráfico 13 - "Reavaliações Livres".....	140
Gráfico 14 - Recursos afetos à preparação da IF	142
Gráfico 15 - Adequação da IF às necessidades da empresa.....	142
Gráfico 16 - Impacto dos custos com as avaliações na mensuração dos AFT.....	143
Gráfico 17 - Dimensão da empresa (DL 372/2007).....	143
Gráfico 18 - Dimensão da empresa (Normalização Contabilística).....	144
Gráfico 19 - Norma contabilística adotada	144
Gráfico 20 - Base de cálculo das depreciações	145
Gráfico 21 - Taxas utilizadas no cálculo da depreciação	145
Gráfico 22 - Método de depreciação	146
Gráfico 23 - Fatores pelo impacto que têm na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis	147
Gráfico 24 - Impacto da mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis	149
Gráfico 25 - A empresa pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.....	149
Gráfico 26 - A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira	150

Gráfico 27 - A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira, designadamente para a gestão financeira, decisões de financiamento e fins fiscais	151
Gráfico 28 - Fins para que os serviços de contabilidade são consultados.....	152
Gráfico 29 - Informação financeira como imperativo fiscal	152
Gráfico 30 - Informação financeira como necessidade de gestão	153
Gráfico 31 - A empresa admite deixar de ter contabilidade organizada	153

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Esquema da revisão de literatura.....	9
Ilustração 2 - Esquema da revisão de literatura localização 1.1.1.....	12
Ilustração 3 - Esquema da revisão de literatura localização 1.2.....	28
Ilustração 4 - Esquema da revisão de literatura localização 1.2.1.....	30
Ilustração 5 - Esquema da revisão de literatura localização 1.2.2.....	33
Ilustração 6 - Utilizadores da Informação Financeira nas PME.....	34
Ilustração 7 - Esquema da revisão de literatura localização 1.2.3.....	36
Ilustração 8 - Esquema da revisão de literatura localização 1.2.4.....	44
Ilustração 9 - Esquema da revisão de literatura localização 1.3.....	56
Ilustração 10 - Esquema da revisão de literatura localização 1.3.1.....	60
Ilustração 11 - Esquema da revisão de literatura localização 1.3.2.....	74
Ilustração 12 - Esquema da revisão de literatura localização 1.3.3.....	82
Ilustração 13 - Modelo de Investigação	94
Ilustração 14 - One-Sample T-Test	127

LISTA DE SIGLAS

AFT	– Ativo Fixo Tangível
BT	– Balanço Total
CEE	– Comunidade Económica Europeia
CIRC	– Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
DC	– Diretriz Contabilística
DGI	– Direcção-Geral dos Impostos
DL	– Decreto-Lei
DR	– Decreto Regulamentar
EC	– Estrutura Conceptual
ESNL	– Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo
IAS	– International Accounting Standards
IASB	– International Accounting Standards Board
IES	– Informação Empresarial Simplificada
IF	– Informação Financeira
IFRS	– International Financial Reporting Standards
INE	– Instituto Nacional de Estatística
IRC	– Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
NCM	– Normalização Contabilística Microentidade
NCRF	– Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro
NCRF-PE	– Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
NI	– Normas Interpretativas
NIC	– Normas Internacionais de Contabilidade
PAT	– Positive Accounting Theory (teoria positiva da contabilidade)
PCGA	– Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites
PEC	– Pagamento Especial por Conta
PME	– Pequenas e Médias Empresas
POC	– Plano Oficial de Contas

SNC	– Sistema de Normalização Contabilística
SPSS	– Statistical Package for Social Sciences
TOC	– Técnico Oficial de Contas
UE	– União Europeia
VN	– Volume de Negócios

INTRODUÇÃO

A Informação Financeira é um instrumento essencial no apoio à tomada de decisão, uma ferramenta fundamental na transmissão de informação sobre a empresa e de comunicação entre a empresa e os demais *stakeholders*. A importância da informação financeira objetiva-se, assim, na necessidade de proporcionar informação útil à tomada de decisões económicas e de responder às necessidades dos seus utentes (Barth e Katherine, 2008; Biddle e Hilary, 2006; Easley e O'Hara, 2004; Ioannides Ioannides, Peel e Peel, 2003; Plumlee, 2003; Sinha e Watts, 2001 e Whittington e Tippet, 1999).

A discussão sobre a importância e utilidade da informação financeira já é antiga. O estudo desenvolvido por Simon, Guetzkow, Kozmetsky e Tyndall (1954) é identificado como o primeiro estudo sobre a importância da informação contabilística no contexto empresarial. Todavia, em Portugal constata-se uma certa escassez de estudos nesta área, verificando-se ainda que a maioria dos trabalhos existentes carecem de fundamentação empírica.

No universo das Pequenas e Médias Empresas (PME), é notório também que, apesar da sua indiscutível importância no contexto empresarial, estas não têm sido alvo de muitos estudos, assentando a literatura, principalmente, em estudos sobre grandes empresas. Esta escassez de estudos pode derivar de vários fatores. Desde logo, a heterogeneidade existente entre as PME, traduzindo-se em maiores dificuldades em estudá-las. Por outro lado, também a dificuldade em obter informações pode acarretar obstáculos na investigação empírica no domínio das PME (Berger, Saunders, Scalise e Udell 1998).

A opção por delimitar este estudo às PME fundamenta-se na sua importância para a maioria das economias, designadamente para a economia portuguesa, sobretudo se se considerar os postos de trabalho que aquelas criam e a percentagem de volume de negócios que representam para a economia.

As PME caracterizam-se, entre outros aspetos, por a propriedade e a gestão estarem concentradas, em regra, na mesma pessoa (Ang, 1991; Fama e Jensen, 1983; Pettit e Singer, 1985), pela maior dificuldade em aceder ao mercado de capitais e por a sua principal fonte de financiamento serem os empréstimos bancários (Barton e Mateus, 1989). Porém, as PME são as empresas com maiores dificuldades de acesso ao crédito (Beck e Demirguc-Kunt, 2006; Binks, Ennew, e Reed, 1992; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Jensen e Meckling, 1976; Walker, 1989) e com custos associados mais elevados (Ang, 1991; Holmes e Kent, 1991).

Por outro lado, verifica-se que, em regra, as PME têm informação financeira menos adequada ou mesmo insuficiente (Bryan e Friedlob, 1984) e que as assimetrias na informação financeira são proporcionalmente maiores nas pequenas empresas (García-Teruel e Martínez-Solan, 2008). Assim, necessitando as instituições financeiras de informação para avaliarem o risco do empréstimo, as dificuldades de financiamento nas PME podem, em parte, ser consequência da maior assimetria de informação (Berger e Udell, 1998; Binks *et al.*, 1992; Hand, William e Robert, 1982).

As instituições financeiras, em consequência da dificuldade em avaliar o risco, e como forma de minimizarem o risco associado às assimetrias da informação financeira podem solicitar a apresentação de garantias (Berger, Espinosa-Veja, Scott Frame e Miller, 2011; Jiménez e Saurina, 2004; Jiménez, Salas e Saurina, 2006; Matthews e Thompson, 2008). Incidindo a preferência nas garantias reais, nomeadamente nos bens físicos, tais como os Ativos Fixos Tangíveis (Jiménez e Saurina, 2004), por serem mais seguras (Berger *et al.*, 2011) e verificando-se que as PME têm uma menor proporção de ativos a dar como garantia (Whited, 1992), as dificuldades na obtenção de financiamento tenderão a ser maiores.

Nesta hipótese a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis (AFT) ganha maior relevância. Os AFT são um elemento importante e permanente na generalidade das empresas, sendo que a política seguida na sua mensuração, designadamente no que se refere ao modelo de mensuração (Ahmed e Takeda, 1995; Barlev, Fried, Haddade Livnat, 2007; Barth, 1991; Barth, 1994; Barth, 2007; Khurana e Kim, 2003) e à política de depreciações (Jackson, 2008; Kang e Zhao, 2010), têm uma grande influência na informação financeira apresentada.

Havendo a hipótese de as empresas, na preparação da informação financeira, poderem optar por diferentes políticas contabilísticas (Cheng e Warfield, 2005; Fields, Lys e Vincent, 2001; Gaver, Gaver e Austin, 1995; Healy, 1985; Healy e Wahlen, 1999; Holthausen, Larcke e Sloan, 1995; Holthausen, 2003; Hunt, Moyer e Shevlin, 1996; Penman e Zhang, 2002; Scholes, Wilson e Wolfson, 1990 e Watts e Zimmerman, 1978 e 1990), no que se refere aos AFT (NCRF7), os objetivos que as empresas, os seus proprietários ou os seus gestores pretendem prosseguir serão uma fonte orientadora dessas opções (Watts e Zimmerman, 1978 e 1990). No entanto, existem vários fatores que podem condicionar essas opções. Empresas com maior necessidade de financiamento tenderão a seguir políticas contabilísticas mais direccionadas para o aumento de resultado e da robustez financeira da empresa (Astami e Tower, 2006; DeFond e Jambalvo, 1994; Missioner-Piera, 2004; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1990; Young, 1998). Contudo, a minimização do imposto a pagar (Dyreng,

Hanlon e Maydew, 2008 e 2010; Wilson, 2009) pode condicionar este caminho (Scholes *et al.*, 1990).

Outro aspeto preponderante que justifica a escolha deste tema deve-se ao facto de, em regra, os estudos centrarem-se ou em questões relacionadas com a mensuração contabilística, ou em questões relacionadas com a fiscalidade, ou ainda em questões relacionadas com a gestão, não sendo, portanto, habitual realizarem-se estudos que relacionem as três temáticas simultaneamente. Este facto é também verificado no que respeita aos estudos sobre os AFT. Encontrar estudos que relacionem a mensuração contabilística com a normalização fiscal e com as implicações para as várias áreas da gestão, não é tarefa fácil.

O presente trabalho pretende analisar a mensuração contabilística dos AFT, verificar a influência que a legislação fiscal exerce nessa mensuração e as implicações que essa mesma mensuração tem para a gestão. Dito de outro modo, o que se pretende é desenvolver um estudo único, que relacione a contabilidade com as questões de natureza fiscal e com as questões do domínio da gestão, abordando, assim, as três temáticas em simultâneo.

A implementação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) fundamenta, igualmente, a escolha deste tema. O impacto da adoção do SNC na Informação Financeira, nomeadamente no que respeita à mensuração do ativo, tendo em conta a sua recente introdução (01 de Janeiro de 2010), embora existam alguns artigos publicados (Armstrong, Barth, Jagolinzer e Riedl, 2010; Ball, 2006; Barth, Landsman e Lang, 2008; Cairns, 2006; Demaria e Dufour, 2007; Fonseca, 2007; Gassen e Sellhorn, 2006; Goncharov e Zimmermann, 2006; Guerreiro, Rodrigues e Craig, 2005; Jermakowicz 2004; Lopes e Viana, 2008; Missonier-Piera, 2004; Silva, Couto e Cordeiro, 2007; Tendeloo e Vanstraelen, 2005), está praticamente por estudar, não sendo conhecidos trabalhos científicos sobre esta matéria, particularmente em Portugal. Verifica-se ainda que a maioria dos estudos são desenvolvidos tendo por base empresas cotadas na bolsa o que facilita o acesso à informação, sendo que aquelas já tinham sido forçadas a adotar as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), situações que proporcionam um maior número de investigações na área referida.

Considerando a implementação do SNC, existem dois aspetos com relevância para a presente investigação. O primeiro está relacionado com a transição do antigo normativo para o novo normativo contabilístico. Na adoção, pela primeira vez, do novo normativo contabilístico está

prevista uma isenção na valorização dos AFT. Esta isenção permite que os AFT sejam mensurados individualmente ao justo valor ou pelo método da revalorização à data da transição, sem que nos períodos seguintes os AFT tenham de ser mensurados pelo modelo da revalorização. Este ajustamento de transição pode contribuir para a melhoria de alguns indicadores económicos e financeiros da empresa, sendo importante verificar se as empresas, aquando da transição para o SNC, utilizaram esta isenção e procederam à revalorização dos AFT.

O segundo aspeto prende-se com o facto de as empresas, dentro de determinados limites, poderem optar por normas diferentes (SNC – Sistema de Normalização Contabilística, NCRF-PE – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades e NCM – Normalização Contabilística Microentidade) e políticas contabilísticas diferentes (modelo de custo vs. modelo da revalorização). Considerando que existem diferença na mensuração e divulgação contabilística, será importante verificar que opções fizeram as empresas e que implicações terão essas opções.

Esta investigação, tendo com intuito verificar a importância da informação financeira para as PME, enforma um interesse acrescido não só para o mundo científico mas também para o mundo empresarial e para o público em geral.

Este interesse está sustentado no facto de se pretender com esta investigação:

- ✓ Relacionar, num único estudo, a Contabilidade, a Fiscalidade e a Gestão;
- ✓ Verificar a importância da informação financeira, não só como contributo para a eficiência fiscal mas também para a gestão, designadamente para a melhoria das condições de financiamento;
- ✓ Verificar, no que diz respeito aos AFT, as opções de mensuração levadas a cabo pela empresa, nomeadamente aquando da transição para o novo normativo contabilístico, e as implicações dessas opções na utilidade da informação financeira;
- ✓ Fundamentar empiricamente o tema.

O objetivo geral deste estudo é analisar a importância que as PME atribuem à informação financeira na tomada de decisão, com particular enfoque nas decisões de financiamento.

Com este trabalho, pretende-se dar um contributo para a literatura existente, tendo por base quatro objetivos específicos:

- Evidenciar a importância da informação financeira para as PME, não só por questões de índole fiscal como também por questões de natureza financeira e de gestão, particularmente na melhoria das condições de financiamento.
- Verificar as políticas contabilísticas seguidas pela empresa em sede de mensuração dos AFT e a norma contabilística utilizada na preparação das demonstrações financeiras. Verificar, ainda, se as empresas utilizaram a isenção prevista nos ajustamentos de transição, no que se refere à revalorização dos AFT.
- Identificar os fatores que influenciam as escolhas contabilísticas, especificamente no que diz respeito à mensuração dos AFT.
- Verificar a importância dada pelas PME à informação financeira.

A questão que se coloca, e que está implícita a esta investigação é: que importância tem a informação financeira para as PME, designadamente como forma de melhorar as condições de financiamento?

Como forma de responder à questão de investigação e sustentar a credibilidade da investigação, a metodologia seguida neste trabalho assenta na seguinte estrutura:

- Conceptualização do tema através da revisão da literatura;
- Sustentação da questão de investigação e verificação das hipóteses em estudo, tendo por base o estudo empírico;
- Realização de um inquérito, seguindo um questionário previamente validado;
- Análise e tratamento dos dados, recorrendo a programas e técnicas estatísticas.

Em termos estruturais, este trabalho está dividido em três capítulos. No capítulo I, dedicado ao campo conceptual, começa-se por fazer o enquadramento das PME, apresentando a sua definição e principais características, seguindo-se a abordagem à informação financeira, respetiva definição, importância e utilizadores, e terminando com a análise aos Ativos Fixos Tangíveis (AFT), através do seu tratamento contabilístico e fiscal e averiguando a sua importância para a gestão. O capítulo II será dedicado ao desenho da investigação, onde será apresentado o modelo teórico e serão desenvolvidas as hipóteses de investigação. Por último, o capítulo III ocupar-se-á do estudo empírico.

CAPÍTULO I – BASE CONCEPTUAL E CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS (REVISÃO DA LITERATURA)

Este estudo tem um enquadramento teórico com um enfoque essencial nas **teorias sobre a estrutura de capitais** (Michaelas, Chittenden e Poutziouris, 1999; Modigliani-Miller, 1958; Modigliani e Miller, 1963 e Ross, 1977) e na **Teoria Positiva da Contabilidade** (“*Positive Accounting Theory*”) (Watts e Zimmerman, 1978 e 1990).

As **teorias sobre a estrutura de capitais** da empresa, decorrentes da teoria de Modigliani-Miller de 1958, podem ser classificadas em três categorias: teorias baseadas na fiscalidade; teorias do custo de agência; teorias da assimetria de informação e sinalização (Michaelas *et al.*, 1999).

Segundo as **teorias baseadas na fiscalidade**, a escolha por financiamento através de capital próprio, ou capital alheio, depende do facto de a empresa ter ou não imposto a pagar. Sendo que, quando a empresa tem imposto a pagar, é suposto que se financie preferencialmente com capital alheio na medida em que o pagamento de juros decorrente do endividamento implica uma redução de resultados, logo uma redução do imposto a pagar (Michaelas *et al.*, 1999; Modigliani e Miller, 1963).

Porém, especificamente no que diz respeito às PME, Pettit e Singer (1985) anotam que as considerações fiscais têm pouca importância, atendendo a que as PME são menos propensas a gerar elevados lucros, logo menos propícias ao uso de benefício fiscal derivado da dívida em capital alheio. Neste contexto, a **teoria *pecking order***, ao considerar que as empresas ordenam as suas fontes de financiamento pelo seu custo, poderá ter um melhor enquadramento na explicação da estrutura de capital e do tipo de financiamento no universo das PME (Myers e Majluf, 1984; Pettit e Singer, 1985).

A **teoria da agência** descreve a empresa como um conjunto de contratos, pelos quais uma ou mais pessoas (os principais) contratam outra pessoa (o agente) para executar um determinado serviço. A relação existente entre os proprietários (principais) e os gestores (agentes) é identificada como a mais comum relação de agência. Desta relação, verificando-se a existência de conflitos de interesses entre os proprietários e os gestores, podem resultar custos para a empresa, denominando-se de custos de agência (Jensen e Meckling, 1976).

No entanto, a aplicação direta desta teoria depende da estrutura proprietária da empresa. Em empresas onde a propriedade e a gestão pertencem à mesma pessoa (generalidade das PME), este

tipo de conflitos de interesses não existe. Todavia, as relações de maior proximidade existentes nas PME, sejam familiares, de amizade, ou de outra natureza, possibilitam a existência de conflitos entre os interesses empresariais e os interesses do foro pessoal. Igualmente, em PME com vários proprietários, é possível que existam conflitos de interesses entre eles, dando origem assim a novos custos de agência.

A relação de agência é também identificável no relacionamento entre o proprietário da empresa e os credores. Esta relação, considerando a existência de informação assimétrica e a não coincidência dos interesses das partes, despoleta outros problemas de agência.

Na fundamentação da estrutura do capital, a **assimetria de informação** é uma questão importante, designadamente pelos problemas que origina, a saber: os custos de verificação; a seleção adversa; o risco moral (Berger e Udell, 1998).

Assumindo a existência de informação assimétrica e alicerçada na teoria da agência, a **teoria da sinalização** (Ross, 1977) enuncia que as empresas podem transmitir informação para o exterior com o objetivo de melhorar a sua imagem.

A **teoria positiva da contabilidade** tem como ponto de partida a teoria da agência e formula um conjunto de hipóteses que fundamentam as escolhas contabilísticas dos gestores. Esta teoria insere-se no domínio da investigação de cariz positivista, tendo como pedra angular o *homem económico*, que atua movido pelo *interesse próprio* e tendo em vista a *maximização da sua riqueza*. A base desta teoria alicerça-se em duas ideias principais: por um lado, existem contratos cuja execução assenta em variáveis contabilísticas; por outro, os gestores escolhem políticas contabilísticas que maximizam a sua própria riqueza ou a riqueza da empresa, minimizando os custos contratuais (Major e Vieira, 2009).

Fundamentado nesta teoria, na seleção de políticas contabilísticas, o comportamento dos gestores é alicerçado em três hipóteses: a hipótese de custos políticos; a hipótese de endividamento; e a hipótese do plano de bónus (Watts e Zimmerman, 1990).

A hipótese dos custos políticos sugere que, na presença deste tipo de custos, os gestores são incentivados a adotar políticas contabilísticas conducentes ao diferimento dos resultados para os períodos seguintes (Watts e Zimmerman, 1978).

A hipótese do endividamento estabelece que, existindo cláusulas restritivas dos contratos de dívida relacionadas com a informação contabilística, os gestores são incentivados a pôr em prática políticas contabilísticas que antecipem os resultados, com o objetivo de evitar a violação dessas mesmas cláusulas (Watts e Zimmerman, 1978).

A hipótese do plano de bónus sugere que, quando os incentivos dos gestores estão relacionados com os resultados contabilísticos da empresa, aqueles são mais incentivados a concretizar políticas contabilísticas que aumentem os resultados presentes, tendentes a maximizar a sua compensação (Watts e Zimmerman, 1990).

Seguindo as teorias apresentadas, o desenvolvimento do presente trabalho terá como principal enfoque as PME, as suas características e a importância da informação financeira, principalmente como forma de sinalizar a empresa junto dos seus credores.

A mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis (AFT) ganha relevância na medida em que, sendo um item importante e permanente na generalidade das empresas, a política seguida na sua mensuração, designadamente no que se refere ao modelo de mensuração e à política de depreciações, exerce grande influência na informação financeira divulgada.

Na conceção do presente capítulo, tentou utilizar-se a técnica de afunilamento dos conteúdos, partindo-se das abordagens mais gerais e, progressivamente, avançando para os aspetos considerados mais relevantes para a questão de investigação.

A revisão da literatura inicia-se com o enquadramento das PME, a sua definição e principais características, procurando-se evidenciar a importância das PME na economia e a forma como as suas principais características podem influenciar a informação financeira e as políticas contabilísticas.

Segue-se a abordagem à informação financeira. Neste ponto, pretende-se definir e evidenciar a importância da informação financeira, nomeadamente por proporcionar informação útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas. Pretende-se também analisar a sua utilidade, com principal ênfase para os utilizadores nas PME, e os fatores que influenciam a importância e utilidade para cada utilizador. Outro objetivo é demonstrar como pode ser gerida a informação financeira, pelo facto de ser um produto da contabilidade e as normas contabilísticas permitirem a escolha de diferentes políticas contabilísticas.

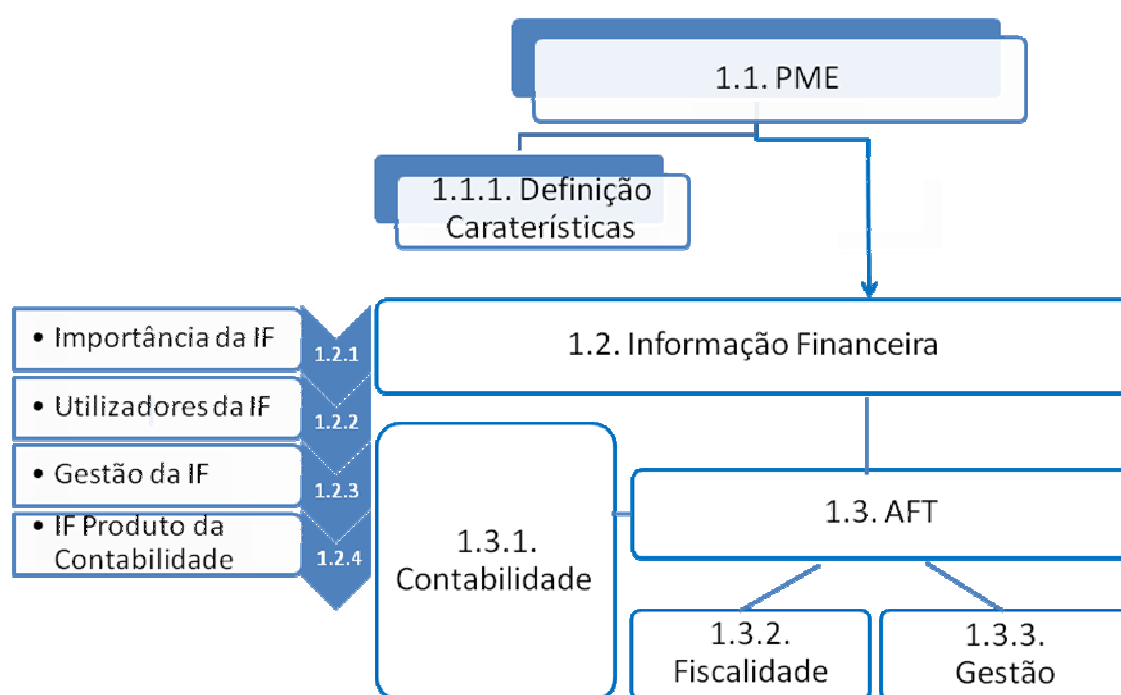
O capítulo termina com a análise aos Ativos Fixos Tangíveis (AFT), o seu tratamento contabilístico e fiscal e a sua importância para a gestão. Neste último ponto, pretende-se fazer uma breve análise à forma como o tratamento contabilístico e fiscal dos AFT evoluiu ao longo do tempo, verificar a sua contabilização atual e a influência que a fiscalidade exerce nas escolhas feitas pelos proprietários/gestores. Pretende-se, ainda, evidenciar a importância da

mensuração dos AFT para a gestão da empresa, não só para a gestão interna mas também, para a gestão externa, considerando as necessidades e perspectivas dos utilizadores.

Para melhor compreensão da organização do capítulo, apresenta-se de seguida uma ilustração com o esquema da revisão da literatura.

Com o objetivo de melhor localizar o leitor, ao longo do capítulo, será apresentada a mesma figura sinalizando, cada parte específica.

Ilustração 1 - Esquema da revisão de literatura



Fonte: elaboração própria

1.1. Pequenas e Médias Empresas (PME)

As Pequenas e Médias Empresas (PME) são uma parte importante da maioria das economias. Em Portugal, considerando os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a estrutura empresarial portuguesa é dominada por PME. Em 2008, existiam 349.756 PME, que representavam 99,7% das sociedades do setor não financeiro, responsáveis por 72,5% dos empregos (emprego privado), correspondente a 2.178.493 postos de trabalho e ainda responsáveis por 201.765.385 euros de volume de negócios, representando 57,9% do total da faturação. Em 2009, existiam um total de 348.552 PME, correspondendo a 99,7% do total de sociedades do setor não financeiro do país. As PME, em 2009, foram responsáveis por 72,1% dos empregos (emprego privado), equivalendo a 2.092.271 postos de trabalho, tendo sido ainda responsáveis por 187.493.160 euros de volume de negócios, o que correspondeu a 59% do total dos negócios (INE, 2011). No ano de 2010, a percentagem de PME, incluindo as empresas individuais e empresas do setor financeiro, era de 99,9%, com uma média de 2,65 trabalhadores por empresa. Se nos focarmos só no sector não financeiro, em 2010 existiam 360.279 sociedades, 1.082 de grande dimensão, mantendo-se assim a percentagem de PME (99,7%). No total das 360.279 sociedades, trabalham 2.935.468 pessoas, sendo que nas 1.082 empresas de grande dimensão trabalhavam 818.113 pessoas, mantendo-se, também, a taxa de empregabilidade nas PME nos 72,1%. O volume de negócios do total das sociedades foi, em 2010, de 336.850.312 euros, sendo o valor gerado pelas empresas de grande dimensão de 140.332.655 euros. Em conformidade com os anos precedentes, o volume de negócios gerado pelas PME representa uma percentagem de 58,3% no total das sociedades (INE, 2012).

Dentro das PME, verifica-se ainda que as microempresas assumem um papel preponderante, representando 85,6% do total de sociedades no ano de 2008 (INE, 2010).

No que diz respeito ao setor de atividade económica, e considerando os dados disponibilizados pelo INE respeitantes a 2009, do total das 348.552 PME: 0,4% exercem atividade na Agricultura, Pescas e Indústria Extrativa; 25,6% exercem atividade na Indústria Transformadora e Construção; 28,1% no Comércio e 45,9% nos Serviços (INE, 2011). Porém, é no setor do comércio que o contributo para o volume de negócios é maior, gerando 83.864 milhões em 2008, correspondendo a 41,6% do total da faturação gerada pelas PME, mantendo-se esta percentagem em 2009. O setor que mais contribui para o emprego é o setor das indústrias transformadoras, empregando 565.115 pessoas em 2008, o que corresponde a uma percentagem de 25,9%, com um decréscimo ligeiro em 2009, passando a corresponder a

25,2% do total de postos de trabalho (INE 2010 e 2011). Esta tendência continua a verificar-se em 2010, confirmando-se o setor do comércio como o setor que concentrava o maior número de empresas não financeiras e o maior volume de negócios, e o setor da indústria como o principal empregador (INE 2012).

No total dos 27 países da União Europeia (UE), em 2008, as PME representavam 99,8% do total das empresas, sendo responsáveis por 67,4% dos empregos. As microempresas representam 91,8% do total das empresas (European Commission, 2010).

Verificada a relevância das PME nas economias de cada país e sendo fundamental a sua existência para o desenvolvimento económico de cada país, o incremento de estudos sobre as PME reveste-se de especial importância.

Todavia, apesar da indiscutível importância das PME no atual contexto, estas não têm sido alvo de muitos estudos, existindo uma relevante falta de evidência empírica sobre as suas especificidades (Eierle e Haller, 2009), sendo os estudos mais direcionados para grandes empresas (Pettit e Singer, 1985; Ang, 1991).

A falta de investigação académica, relativamente às PME, decorre principalmente da indisponibilidade de dados, fruto da insuficiente divulgação de informação por parte deste tipo de empresas (Berger e Udell, 1998). Porém, ainda que o problema na obtenção de informação seja o aspeto que mais dificulta a investigação empírica no domínio das PME, esta escassez de estudos pode derivar de outros fatores, resultantes das próprias características das PME, começando pela sua própria definição, que tem variado ao longo do tempo, em número de empregados, volume de negócio, total de balanço, entre outros critérios.

1.1.1. Definição e Principais Características

A definição e caracterização das PME não é uma tarefa fácil, uma vez que existem várias tipificações e qualquer *constructo* que se siga será criticável.

Os aspetos de carácter quantitativo (número de empregados, volume de negócios, total de balanço, etc.) são os mais utilizados para identificar, caracterizar e distinguir uma PME de uma empresa de maior dimensão. Todavia, considerando isoladamente, o tamanho, apesar de objetivar a definição de PME, não é uma variável suficiente para definir e caracterizar uma empresa.

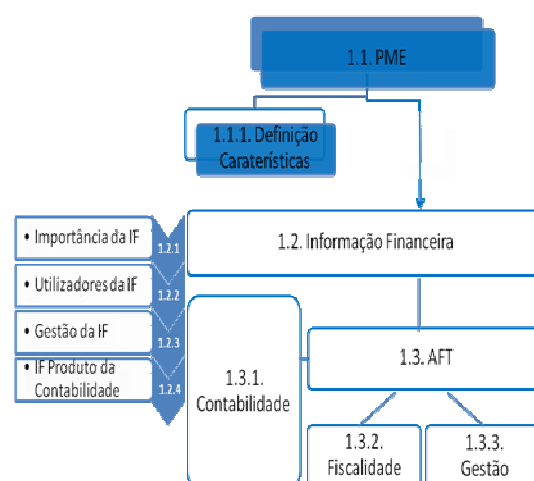
As PME evidenciam-se numa grande diversidade de formas e tipos de empresas, que atuam nos mais variáveis sectores de atividade e regiões, sendo possível identificar variadíssimas empresas no segmento das PME. Encontrar uma característica central que defina e distinga uma pequena empresa de uma grande empresa não é consensual. Daí a necessidade de identificar tipologias que abranjam as principais diferenças associadas às PME.

Os aspetos de carácter qualitativo complementam os aspetos de natureza quantitativa e permitem uma melhor tipificação das PME, nomeadamente no que concerne à estrutura proprietária e de gestão, à estrutura de capital e tipo de financiamento, à gestão do resultado e às assimetrias na informação financeira.

1.1.1.1. A Dimensão

As empresas, em termos quantitativos, são classificadas, principalmente, com base na atribuição de escalões em determinados indicadores, tais como no número de empregados, no volume de negócios ou no total de balanço. Porém, os elementos quantitativos utilizados para agrupar e classificar as empresas variam de organismo para organismo e de país para país.

Ilustração 2 - Esquema da revisão de literatura localização 1.1.1.



A título de exemplo, nos Estados Unidos da América, em termos gerais, uma PME é uma organização que não exerce domínio sobre o seu setor de atividade e cuja propriedade pertence a um número reduzido de sócios ou acionistas. Em termos mais específicos, são PME: na área dos grossistas, as empresas que têm no máximo 100 trabalhadores; na indústria, as empresas que têm menos de 1500 trabalhadores; no retalho, as empresas que têm um volume de negócios inferior a 5 milhões de dólares; nos serviços, as empresas que tenham um volume de negócios inferior a 21,5 milhões de dólares.

No seio da União Europeia (UE), resultante do acordo Basileia II, existe uma uniformização da classificação seguida pelos países da UE, sendo consideradas PME as empresas que empregarem por um período mínimo de dois exercícios consecutivos, um número de trabalhadores inferior a 250, e possuírem um volume de negócios inferior a 50 milhões de euros, ou um balanço total não superior a 43 milhões de euros.

Em Portugal, da adoção do acordo Basileia II, resulta o Decreto-Lei n.º372/2007, de 6 de novembro, que classifica as empresas em média, pequena e micro dimensão.

Tabela 1 - Classificação de PME quanto à Dimensão

Dimensão	Nº de Efetivos	Volume de Negócio (VN) ou Balanço Total (BT)
PME	< 250	<= 50 Milhões de Euros (VN) ou <= 43 Milhões de Euros (BT)
Micro	< 10	<= 2 Milhões de Euros
Pequena	< 50	<= 10 Milhões de Euros
Média	As PME que não forem micro ou pequenas empresas	

Fonte: elaboração própria

Uma empresa é de média dimensão se empregar, por um período mínimo de dois exercícios consecutivos, um número de trabalhadores inferior a 250 e possuir um volume de negócios inferior a 50 milhões de euros, ou um balanço total inferior a 43 milhões de euros. Uma empresa é considerada de pequena dimensão quando emprega menos de 50 trabalhadores nos dois exercícios económicos imediatamente anteriores, e o seu volume de negócios, ou o seu balanço total, não excedem os 10 milhões de euros. Uma empresa revela ser micro se emprega menos de 10 trabalhadores e possui um volume de negócios ou um balanço total inferior a 2 milhões de euros.

Estes limites aplicam-se para empresas autónomas. Num contexto de empresas parceiras ou associadas, estes limites não podem ser analisados de forma isolada, sendo os valores finais de dimensão correspondentes à soma dos valores da empresa, como autónoma, com os valores do relacionamento relevante com outras empresas.

Nesta classificação de PME, a possibilidade de optar entre o volume de negócios e o total de balanço resulta da necessidade de garantir a equidade no tratamento das PME, nomeadamente no que respeita às diferentes características dos setores de atividade onde atuam. As PME apresentam características diferentes que variam de setor para setor. As empresas do setor do comércio apresentam volumes de negócios mais elevados do que as empresas do setor da transformação, e as empresas do setor da transformação tendem a apresentar um total de balanço superior (INE 2010, 2011 e 2012). Esta possibilidade de optar entre dois indicadores, com valores díspares de setor para setor, consubstancia-se na necessidade de garantir o tratamento equitativo de PME com diferentes tipos de atividades económicas.

Todavia, apesar de o número de trabalhadores variar de setor para setor, com o setor das indústrias transformadoras a destacar-se neste indicador (INE 2010, 2011 e 2012), os limites dos efetivos são únicos e têm de ser respeitados.

A dimensão económica, apesar de se fundamentar em critérios objetivos e adotados pela generalidade dos países, abrange realidades económicas e financeiras que diferem de país para país, ou mesmo de região para região. Mesmo na hipótese de ser possível ultrapassar as diferentes realidades económico-financeiras e conferir aos indicadores comumente usados (número de trabalhadores, volume de negócios e total de balanço) maior comparabilidade, a definição de PME, em termos quantitativos, não objetiva todas as características que diferenciam as PME.

Esta classificação de PME, considerando única e exclusivamente a dimensão, abrange uma ampla gama de empresas em todos os setores de atividade, com diferentes características, sendo a dimensão económica o único elemento unificador. Tal resulta na necessidade de identificar outros fatores que caracterizem e diferenciem uma PME.

1.1.1.2. A Estrutura Proprietária/Gestão

As PME nascem, em regra, a partir da iniciativa de uma pessoa ou de uma família, traduzindo-se a sua atividade essencialmente nas características do seu proprietário que, em regra, é o seu gestor (Ang, 1991; Fama e Jensen, 1983; Pettit e Singer, 1985).

Esta proximidade, ou mesmo unidade, entre a propriedade e a gestão é uma das principais características das PME. Mesmo em PME cujo capital social é repartido por vários proprietários, ainda que uns assumam funções de gestão e outros não, a sua proximidade seja familiar, de amizade, ou pelo número reduzido de pessoas envolvidas, proporciona uma maior união entre a propriedade e a gestão da empresa. As empresas familiares são um bom exemplo desta união, representando grande parte das PME e caracterizando-se pelo alto nível de empregabilidade de elementos da família (Guerreiro, 1994).

O facto de a propriedade e a gestão pertencerem à mesma pessoa, ou a simples proximidade destas duas figuras, pode conduzir a que, em muitos aspetos, a vida da empresa se confunda com a vida do proprietário, existindo assim uma cumplicidade entre a esfera pessoal e a esfera empresarial, entre o património pessoal e o património empresarial, numa simbiose empresa-empresário.

Esta simbiose pode resultar, essencialmente, de três fatores (Ang, 1992; Ang, Lin e Tyler, 1995):

- Da dependência económica do proprietário em relação à empresa, sendo o património pessoal do proprietário afetado pelo desempenho da empresa;
- Das necessidades de ordem financeira da empresa, não só pela necessidade de colocar capital na empresa, mas também pela necessidade de conceder garantias pessoais como forma de garantir financiamento para a empresa;
- De questões de natureza fiscal, resultantes da tributação diferenciada dos rendimentos das pessoas singulares e das pessoas coletivas e da consequente afetação de um determinado facto patrimonial à esfera patrimonial mais favorável.

Desta simbiose, resulta a gestão da empresa e o seu futuro, podendo as decisões ser influenciadas não só por interesses económicos, mas também por interesses de ordem pessoal e familiar.

A estrutura proprietária e a relação existente entre a propriedade e a gestão da empresa é identificada como uma das mais comuns relações de agência, explicada pela **teoria da agência**.

No contexto da teoria da agência, em que a empresa é vista como um conjunto de contratos, pelos quais uma ou mais pessoas (os principais) contratam outra pessoa (o agente) para executar um determinado serviço, a relação existente entre os proprietários (principais) e os gestores (agentes) é identificada como a mais comum relação de agência (Jensen e Meckling, 1976). Esta relação de agência é mais evidente nas empresas em que existe uma clara separação entre a propriedade e a gestão. Nestas empresas, a delegação da responsabilidade de gestão para os gestores (agentes) possibilita-lhes, apesar de mandatados pelos proprietários (principais), tomarem decisões que podem ser diferentes daquelas que o proprietário tomaria. Esta situação pode resultar em conflitos de interesses, despontando assim os denominados problemas de agência.

De acordo com a teoria da agência, a relação entre o principal e o agente é caracterizada por:

- Assimetrias de informação entre ambos, dispondo o agente de mais informação sobre o detalhe das suas tarefas que o principal;
- Conflitos de interesses entre os dois elementos;
- Comportamentos individuais do agente que podem conduzir a custos para o principal, denominando-se custos de agência (Jensen e Meckling, 1976).

Considerando a estrutura proprietária e de gestão das PME em que, regra geral, a propriedade e a gestão estão concentradas numa única pessoa, não existindo conflitos de interesses entre os proprietários e os gestores, pois são a mesma pessoa, os problemas de agência, definidos por Jensen e Meckling (1976), tenderão a ser minorados.

Porém, esta posição tem sido contestada, designadamente por Schulze, Lubatkin e Dino (2002), para os quais as relações familiares, predominantes nas PME, tornam os problemas de agência mais complexos. A solidariedade patente nas relações de proximidade existentes nas PME, sejam elas familiares, de amizade, ou de outro tipo, pode conduzir a que as decisões sejam tomadas em benefício destas relações. A gestão da empresa, ao ser influenciada por aspetos de ordem pessoal e familiar, pode colocar em segundo plano os aspetos de ordem empresarial. Esta questão origina novos conflitos de interesses entre a esfera pessoal e a esfera empresarial, uma vez que as decisões podem ser tomadas acautelando preferencialmente questões pessoais ou familiares, em detrimento das questões do foro empresarial.

Por outro lado, em PME com vários proprietários, mesmo que todos os proprietários exerçam a gestão da empresa, sendo simultaneamente principais e agentes, as decisões que cada um toma, ou pretende tomar, podem não ir ao encontro das perspectivas dos outros, originando conflitos de interesses entre eles e conduzindo também a problemas de agência.

Assim, verificando-se que a gestão de uma PME, em regra, é influenciada por aspetos de cariz pessoal e/ou familiar, originados pela proximidade, ou mesmo unidade, entre a propriedade e a gestão, as decisões tomadas podem originar conflitos de interesses entre a esfera pessoal e a esfera empresarial, ou caso a empresa seja propriedade de mais do que um indivíduo, entre os proprietários, despoletando novos problema e agência, incorrendo também as PME em custos de agência.

Importa então realçar que a união entre a estrutura proprietária e a gestão é identificada como uma das principais características das PME, sendo que esta característica exerce influência em muitos outros aspetos da vida da empresa, designadamente na estrutura do capital e na gestão da própria empresa. Neste sentido, Hunt (1986) sublinha a importância de ter em consideração o capital da empresa e o seu controlo para explicar as escolhas contabilísticas de uma empresa.

1.1.1.3. A Estrutura do Capital e o tipo de Financiamento

Segundo a teoria Modigliani-Miller, de Franco Modigliani e Merton Miller, prémios Nobel de Economia em 1958 e 1990, sob certas condições, o valor da empresa é o mesmo independentemente de ser financiada por capital próprio ou por capital alheio, ou seja, a estrutura de capital da empresa não afeta o seu valor (Modigliani e Miller, 1958).

Esta tese mereceu algumas críticas, particularmente por assumir que os mercados são perfeitos (Durand, 1959). A título de correção, Modigliani e Miller (1963) introduziram o efeito fiscal dos juros decorrentes do financiamento por dívida sobre os resultados das empresas, admitindo que o valor da empresa é afetado pela estrutura de capital. Neste contexto, o recurso a capital alheio pode traduzir-se num aumento do valor da empresa, pela redução da carga fiscal, resultante dos encargos financeiros do endividamento.

Outros autores, designadamente Michaelas *et al.* (1999), consideram que as teorias da estrutura do capital são mais variadas, classificando-se em três categorias: teorias baseadas na fiscalidade; teoria da agência; teorias da assimetria da informação e sinalização.

Segundo as **teorias baseadas na fiscalidade**, a escolha por financiamento através de capital próprio, ou capital alheio, depende do facto de a empresa ter ou não imposto a pagar. A empresa, tendo imposto a pagar, e como forma de minimizar o valor a pagar, pode financiar-se preferencialmente com capital alheio, pois o pagamento de juros decorrente do financiamento contribui para a redução dos resultados, reduzindo assim o imposto a pagar (Michaelas *et al.*, 1999; Modigliani e Miller, 1963).

Esta teoria não corrobora o consenso de alguns autores, nomeadamente de Fama e French (2002) e Myers (1984). Para estes autores, as decisões sobre o financiamento da empresa vão para além da importância da fiscalidade, sendo que o custo da dívida também deve ser um fator a ter em consideração. Consideram os autores que as decisões são tomadas num **trade-off** entre os benefícios fiscais e os custos da dívida.

Para Myers (1984), a estrutura dos capitais pode ser ainda explicada pela **teoria pecking order**, segundo a qual as empresas ordenam as suas fontes de financiamento, financiando-se em primeiro lugar com fundo internos (mais baratos), e só recorrendo a fundos externos se os internos forem insuficientes.

Considerando o universo das PME, Pettit e Singer (1985) salientam que as teorias baseadas na fiscalidade têm pouca relevância, dado que estas empresas são menos propensas a gerar elevados lucros, logo menos propícias ao uso do benefício fiscal decorrente da dívida em capital alheio.

Neste contexto, a **teoria pecking order** poderá ter um melhor enquadramento na explicação da estrutura de capital e o tipo de financiamento das PME. As empresas de menor dimensão usam, em primeiro lugar, os fundos mais baratos, os capitais próprios, tendo uma maior tendência para a retenção de resultado, aumentando assim o seu autofinanciamento (Myers e Majluf, 1984; Pettit e Singer, 1985). Só depois dos fundos próprios se esgotarem, e progressivamente, as empresas fazem uso dos recursos mais caros, o capital alheio (Myers e Majluf, 1984). Todavia, havendo a probabilidade de a empresa ficar com um elevado nível de dependência do exterior e encarando a possibilidade de perda de independência, ou mesmo da perda do controlo pessoal e/ou familiar, alguns proprietários/gestores podem sentir-se inibidos de recorrerem a capital alheio (Barton e Matthews, 1989; Hutchinson, 1995).

A explicação da teoria da estrutura do capital pela **teoria da agência** parte do princípio de que é possível adaptar a relação existente entre os proprietários e os gestores, a mais comum relação de agência, à relação existente entre os proprietários/gestores (principais) e os seus credores (agentes). Desta relação, presente na maioria das empresas, podem surgir conflitos de interesses, originando novos problemas de agência (Jensen e Meckling, 1976).

A questão da assimetria de informação existente entre a empresa que divulga (principal) e os credores que utilizam a informação financeira (agentes) é o principal suporte da teoria da agência. A menor informação disponível, característica comum nas PME, torna o acompanhamento do crédito mais difícil e mais dispendioso para os credores (Michaelas *et al.*, 1999 e Pettit e Singer, 1985). Em consequência desta maior dificuldade, os custos da transação tornam-se mais elevados (Jensen e Meckling, 1976), com maiores custos de financiamento associados (Ang, 1991; Holmes e Kent, 1991), conduzindo a maiores dificuldades de acesso ao crédito por parte das PME.

A **assimetria de informação** é uma questão importante na fundamentação da estrutura do capital, designadamente pelos problemas que origina, sobretudo: os custos de verificação, a seleção adversa e o risco moral (Berger e Udell, 1998).

Na hipótese de a empresa possuir mais informação do que os credores, a verificação da informação apresentada pela empresa pode não só impedir os credores de efetuar a melhor avaliação do risco do projeto como também originar maiores custos de verificação. A dificuldade que o credor tem em estimar o risco dos projetos e distinguir o risco elevado do risco baixo, propicia a seleção incorreta dos mutuários, ou mesmo a incorreta formulação das condições contratuais – esta situação é denominada de **seleção adversa**. Por outro lado, por defeito, ou mesmo insuficiência da informação divulgada, o devedor pode incorrer em riscos superiores aos que são do conhecimento do credor e/ou foram previamente acordados com o credor, dando origem ao que se denomina de **risco moral**.

Considerando que as assimetrias na informação financeira são proporcionalmente maiores nas PME (García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Hand *et al.*, 1982), a probabilidade de existirem problemas de seleção adversa e de risco moral será também maior no universo das PME (Hand *et al.*, 1982).

As instituições financeiras, como forma de minimizarem a hipotética incorreta avaliação do risco dos projetos, em consequência da assimetria de informação (Binks *et al.*, 1992), recorrem essencialmente a três ferramentas:

1. Aumentam o preço do empréstimo, no qual é refletido o risco da operação;
2. Criam formas de limite de crédito, em que a taxa de juro não pode cobrir todo o risco;
3. Usam colaterais e condições administrativas associadas ao empréstimo.

(Matthews e Thompson, 2008)

No contexto bancário, as garantias, de uma forma genérica, são normalmente designadas como colaterais. Porém, o termo colateral, de uma forma mais restrita, aplica-se unicamente às garantias reais, tais como: bens físicos (Ativos Fixos Tangíveis), depósitos em dinheiro, lista de ações e títulos públicos (Jiménez e Saurina, 2004). As garantias pessoais são dadas por outras entidades ou pessoas que ficam vinculadas ao cumprimento das obrigações do crédito, sendo a fiança e o aval exemplos de garantias pessoais.

Esperando-se uma relação negativa entre o colateral e a probabilidade de incumprimento (Jiménez e Saurina, 2004), o uso de colaterais pode compensar o problema gerado pela assimetria da informação financeira (Berger *et al.*, 2011; Jiménez e Saurina, 2004; Jiménez *et al.*, 2006), minimizar os conflitos de agência e aumentar a hipótese do financiamento ser obtido (Ranjan e Zingales, 1995; Stulz e Johnson, 1985).

Partindo do pressuposto que as PME possuem uma menor proporção de ativos colaterizáveis, a dificuldade de obter financiamento, principalmente de longo prazo, será tendencialmente maior (Whited, 1992).

Esta maior dificuldade no acesso a financiamento de longo prazo deriva não só da maior necessidade de apresentar ativos colaterizáveis (Whited, 1992), como também do facto de os custos associados à dívida de longo prazo serem proporcionalmente maiores para as PME (Titman e Wessels, 1988). Em consequência destes factos, as empresas de menor dimensão serão condicionadas a financiarem-se com maior recurso a dívida de curto prazo.

O recurso a financiamento de curto prazo traduz-se, assim, num atenuar dos conflitos de interesses entre os proprietários/gestores e os credores, contribuindo para a redução dos problemas de agência (Barnea, Haugen e Senbet, 1980; Myers, 1977).

Partindo da teoria da agência, e assumindo a existência de informação assimétrica, Ross (1977) formulou a **teoria da sinalização**, segundo a qual as empresas, ao transmitirem informação para o exterior, podem minimizar os custos de financiamento.

A assimetria de informação e a sinalização representam, assim, um aspeto importante nas decisões de financiamento da empresa (Hall, Michaelas, e Hutchinson, 2004), na medida em que as decisões de financiamento e concessão de crédito são influenciadas pela informação que a empresa produz e transmite para o exterior (Fama e French, 2002). Neste contexto, e considerando que as PME têm informação financeira menos adequada ou mesmo insuficiente (Bryan e Friedlob, 1984), e que as assimetrias na informação financeira são proporcionalmente maiores (García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Hand *et al.*, 1982), a dificuldade em obter crédito junto, designadamente, de instituições financeiras, será tendencialmente maior para as PME (Hall *et al.*, 2004).

Resultante das teorias apresentadas, existem vários estudos que identificam as PME como empresas financeiramente mais constrangidas e com maiores dificuldades de acesso ao crédito junto de instituições financeiras (Beck e Demirguc-Kunt, 2006; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008). Todavia, a revisão da bibliografia permite constatar que, apesar dessas maiores dificuldades de acesso ao crédito, a principal fonte de financiamento das PME é o crédito bancário (Beck & Demirguc-Kunt, 2006; Binks, Ennew, e Reed, 1992; Jensen e Meckling, 1976; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Walker, 1989).

O crédito comercial, sendo também uma fonte de financiamento acessível às PME, tem um aspeto fundamental a considerar: o custo de oportunidade relacionado com a opção de dilatar o prazo de pagamento e não obter descontos de antecipação ou de pronto pagamento, comparativamente com as taxas de juro praticadas nos empréstimos bancários (Berger e Udell, 1998; Petersen e Rajan, 1994). Neste contexto, a utilização de crédito comercial poderá ser mais uma questão de necessidade do que uma simples escolha. As empresas que decidem abdicar dos descontos e optam pelo crédito comercial podem ser aquelas que já esgotaram a sua capacidade de endividamento junto da banca (Petersen e Rajan, 1994). É de salientar que as empresas com melhor acesso a outras fontes de capital tenderão a optar pelo desconto de pronto pagamento, ou antecipação do pagamento, se essas fontes de capital tiverem um custo inferior a esse desconto (Smith, 1987).

No que diz respeito aos prazos do endividamento, em conformidade com o resultado da análise das teorias sobre a estrutura do capital e tipo de financiamento, a revisão da literatura evidencia que as PME fazem maior uso do endividamento de curto prazo (Hall *et al.*, 2004 e Titman e Wessels, 1988).

Considerando os dados disponibilizados pelo INE (INE 2010, 2011 e 2012), as PME em Portugal denotam um elevado grau de dependência financeira perante os seus credores. Os dados apresentados indicam que, naqueles três anos, as PME financiavam-se maioritariamente com recurso a capitais alheios, representando os passivos 72% das origens de fundos utilizados para financiar a atividade das empresas em 2008 e 2009 e 71% em 2010. Verifica-se, cumulativamente, uma autonomia financeira de 28% e um índice de solvabilidade de 39%, para 2008 e 2009, e uma autonomia financeira de 29% e um índice de solvabilidade nos 41%, para 2010.

No universo das PME, constata-se que as microempresas apresentam maiores rácios de solvabilidade e de autonomia financeira. Os dados de 2008 revelam um índice de solvabilidade de 44% e uma autonomia financeira de 31%, o que corresponde a um grau de endividamento (69%) inferior à média das PME.

No que diz respeito à estrutura do endividamento, ao contrário das grandes empresas, as PME financiam-se maioritariamente com capital alheio de curto prazo. A estrutura do endividamento de médio e longo prazo é de 26%, em 2008, e de 27%, em 2009.

Outro dado evidenciado pelos estudos do INE reside no facto de os capitais próprios superaram, ainda que ligeiramente (1,08 em 2008 e 1,02 em 2009), o passivo não corrente. Este facto pode estar relacionado com a maior dificuldade de acesso a capitais alheios de médio e longo prazo por parte das PME.

Tabela 2 - Estrutura do capital e tipo de financiamento das PME, anos 2008 e 2009

	2008	2009
Capitais Próprios	28%	28%
Passivo Total	72%	72%
Passivo não Corrente	26%	27%
Passivo Corrente	46%	45%

Fonte: INE, 2010 e 2011

Importa sublinhar que as PME são empresas financeiramente mais constrangidas e com maiores dificuldades de acesso ao crédito junto de instituições financeiras. Esta maior dificuldade deriva em grande medida do facto de as PME terem informação financeira menos adequada, ou mesmo insuficiente, e das assimetrias na informação financeira serem proporcionalmente maiores. Porém, a principal fonte de financiamento das PME é o crédito bancário.

Interessa ainda realçar que, sendo as decisões de financiamento e de concessão de crédito influenciadas pela informação que a empresa produz e transmite para o exterior, a informação deve ser um fator a considerar pela empresa, na medida em que pode aumentar a probabilidade de a empresa obter financiamento e minimizar os seus custos. Neste sentido, a gestão da informação financeira e dos resultados apresentados reveste-se de especial importância.

1.1.1.4. A Gestão dos Resultados

A revisão da literatura alude a que a gestão dos resultados pode estar relacionada com a estrutura proprietária e de gestão da empresa. Vários autores identificam uma relação negativa entre a gestão dos resultados e o grau de independência da estrutura de gestão da empresa (Beasley, 1996; Peasnell, Pope e Young, 2005; Xie, Davidson e Dadalt, 2003).

Considerando o universo das PME, onde a gestão é exercida em regra pelo proprietário, não existindo independência entre a propriedade e a gestão, a probabilidade de gestão do resultado tenderá a ser maior.

A gestão dos resultados é um tema sobejamente tratado pela literatura, encontrando-se vários desenvolvimentos e definições. Em termos gerais, ao conceito de gestão dos resultados está subjacente a ideia de que os resultados a reportar podem ser influenciados pelos gestores, distinguindo-se três categorias de gestão dos resultados (Gunny, 2005):

- A gestão dos resultados através da realização ou alteração de algumas transações económicas, atingindo-se os resultados pretendidos sem alterar, ou violar, qualquer norma contabilística, denominando-se de *Real Earnings Management*;

- A gestão dos resultados violando normas contabilísticas, com o objetivo de manipular os utilizadores das demonstrações financeiras, consubstanciando-se em crime de fraude e denominando-se *Manipulação Fraudulenta*;
- A gestão dos resultados através da escolha de políticas contabilísticas, dentro dos limites das normas contabilísticas, sem violar qualquer norma.

Não sendo objeto principal deste trabalho o estudo da gestão dos resultados, pretende-se unicamente abordar a questão da gestão dos resultados através da informação financeira e dentro dos limites legais, enquadrando o tema no contexto da caracterização das PME.

Neste sentido, para o presente estudo, importa referir que a gestão dos resultados ocorre nomeadamente:

- Quando, com o objetivo de obter ganhos para os proprietários/gestores, o reporte financeiro é propositadamente influenciado (Schipper, 1989).
- Quando os gestores gerem a divulgação de informação financeira de forma a modificar a perceção dos *stakeholders* sobre a empresa (Healy e Wahlen, 1999), fazendo opções contabilísticas de modo a atuar sobre a performance da empresa. Neste contexto, são os objetivos que se pretendem atingir que vão influenciar a escolha das políticas contabilísticas (Hunt *et al.*, 1996).
- Quando, beneficiando de alguma liberdade concedida pelas normas contabilísticas, se fazem opções contabilísticas com o objetivo de atingir determinado resultado.

As razões que explicam a gestão dos resultados não são unânimes. Porém, podem ser associadas a dois motivos: ao comportamento oportunista dos gestores e à necessidade de sinalizar a empresa no exterior. Neste contexto, a gestão dos resultados pode ser explicada por duas teorias - a teoria da agência e a teoria da sinalização.

A **teoria da agência**, já referenciada, ao preceituar que os gestores (agentes), apesar de mandatados pelos proprietários (principais), nem sempre adotam as decisões que melhor servem os interesses da empresa, sugere que, na realização das suas tarefas, os gestores podem tomar decisões que maximizem os seus interesses em detrimento dos interesses da empresa (Jensen e Meckling, 1976). Como já referido, esta questão, sendo mais evidente quando existe uma clara separação entre a propriedade e a gestão, pode ser identificada em empresas em que a propriedade e a gestão pertencem à mesma pessoa, ou a um grupo restrito de pessoas, quer pela sobreposição dos interesses pessoais/familiares aos interesses

empresariais, quer pelo facto de os proprietários terem interesses próprios que podem colidir com os interesses dos demais proprietários, ou mesmo com os interesses da empresa. Por outro lado, a relação de agência pode também ser identificada na relação existente entre os proprietários/gestores (principais) e os seus credores (agentes), principalmente devido às assimetrias de informação existentes entre as partes.

Neste contexto, a gestão dos resultados pode ser usada para satisfazer os interesses dos proprietários/gestores (Gaver *et al.*, 1995; Healy, 1985; Holthausen *et al.*, 1995), sendo a perspectiva da *compensação salarial* um fator impulsionador da adoção de políticas contabilísticas que aumentem os resultados (Missioner-Piera, 2004). Porém, os interesses dos proprietários/gestores podem ir para além da sua *compensação salarial*; para Watts e Zimmerman (1978), os gestores, na hipótese de haver imposto a pagar, tendem a empregar políticas contabilísticas conducentes ao diferimento dos resultados para períodos seguintes; já na hipótese de endividamento, os gestores tendem a adotar políticas contabilísticas que antecipem (aumentem) os resultados (Watts e Zimmerman, 1990).

Considerando as relações entre os proprietários/gestores (principais) e os seus credores (agentes) e os contratos que são frequentemente firmados, com o objetivo de alinhar os interesses das partes, verificando-se que os contratos são fundamentalmente alicerçados na informação financeira, pode-se também identificar um fator motivacional para uma maior gestão dos resultados. Neste sentido, a gestão dos resultados através da informação financeira, tem um papel importante na relação com os *stakeholders* da empresa (Healy e Wahlen, 1999). A gestão dos resultados decorre assim da necessidade de sinalizar a empresa no exterior.

À luz da **teoria da sinalização** (Ross, 1977), as empresas, através da gestão dos resultados, revelam sinais para o exterior que induzem as expectativas dos *stakeholders*. Assim, os proprietários/gestores, pelas diferentes opções que tomam no reporte financeiro, podem alterar a informação financeira a reportar (Healy e Wahlen, 1999).

A gestão dos resultados pode ter implicações na relação com os *stakeholders* da empresa, designadamente com os bancos e outros credores, que determinam o nível de risco associado aos empréstimos através da informação financeira reportada. Neste sentido, os gestores podem ser levadas a seguir políticas contabilísticas mais viradas para o aumento do resultado e da robustez financeira (DeFond e Jambalvo, 1994; Demaria e Dufour, 2007; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1990).

Considerando que as PME se caracterizam pela menor informação disponível, com o acompanhamento do crédito a ser mais difícil e mais dispendioso para os credores (Michaelas *et al.*, 1999 e Pettit e Singer, 1985), com custos de transação mais elevados (Jensen & Meckling, 1976), com maiores custos de financiamento associados (Ang, 1991; Holmes e Kent, 1991), conduzindo assim a maiores dificuldades de acesso ao crédito, a possibilidade que os gestores têm de gerirem os resultados e a informação que divulgam pode ser positiva, designadamente pelo facto de a informação divulgada reduzir a assimetria de informação e, consequentemente, os custos de agência (Holthausen e Leftwich, 1983).

1.1.1.5. A Informação Financeira

O tema da informação financeira vai ser desenvolvido na secção seguinte, pretendendo-se neste ponto, unicamente, relacionar a informação financeira com as características das PME.

O primeiro aspeto a abordar é a relação existente entre a dimensão da empresa, a estrutura da contabilidade e as políticas contabilísticas (Watts e Zimmerman, 1990). Esta relação começa logo por ser evidente quando os próprios organismos que emitem as normas de contabilidade criam normas específicas para empresas de menor dimensão, cuja aplicabilidade se concretiza em função da dimensão da empresa.

Em Portugal, com a adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), foi desenvolvido, pela Comissão de Normalização Contabilística, um modelo contabilístico para as pequenas entidades e um modelo contabilístico para as microentidades.

A Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades (NCRF-PE) pode ser aplicada por todas as empresas que, à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes: Total de Balanço – 1.500.000 euros; Total de Rendimentos – 3.000.000 euros e média de trabalhadores - 50, exceto se forem sujeitas a certificação legal de contas, ou integrarem um perímetro de consolidação (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho).

Já a Norma Contabilística para as Microentidades (NCM) pode ser utilizada por empresas que, à data do balanço, não ultrapassarem dois dos três limites seguintes: Total de Balanço – 500.000 euros; Total de Volume de Negócios – 500.000 euros e média de trabalhadores – 5, exceto se forem também sujeitas a certificação legal de contas, ou integrarem um perímetro de consolidação (Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março).

O próprio IASB, apesar de convencido de que as IFRS são adequadas para todos os tipos de entidades e que servem comumente as necessidades dos usuários, considerando a relação

custo-benefício, reconheceu a existência de diferentes necessidades dos usuários e a premência de criar uma norma específica para as pequenas e médias entidades (Eierle e Haller, 2009).

Verificando-se que as entidades de menor dimensão podem incorrer em custos proporcionalmente mais elevados para cumprirem as exigências de informação financeira do que as grandes empresas (Hand *et al.*, 1982), a relação custo-benefício de um melhor sistema de informação pode não ser a mais adequada. Neste sentido, decorrente da dificuldade em quantificar quer os benefícios da utilização da informação financeira quer os custos a ela associados, as empresas podem ser conduzidas a evitar o recurso a melhores sistemas de informação (Mitchell e Volking, 1993).

Considerando o universo das PME, caracterizado por uma forte dependência entre a esfera pessoal/familiar e a esfera empresarial, com menos recursos afetos à elaboração da contabilidade e ausência de auditorias externas, com assimetrias na informação financeira proporcionalmente maiores (García-Teruel e Martínez-Solan, 2008), a informação financeira, em regra, é menos adequada ou mesmo insuficiente (Bryan e Friedlob, 1984).

Porém, a revisão da bibliografia evidencia o quão importante é a informação financeira, designadamente para as empresas com maior necessidade de financiamento.

Neste contexto, tendo as PME maiores dificuldades de acesso a crédito (Beck e Demirguc-Kunt, 2006; Binks *et al.*, 1992; Jensen e Meckling, 1976; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Walker, 1989) e custos associados mais elevados (Ang, 1991; Holmes e Kent, 1991), podem ser induzidas a dar mais importância à informação financeira (Berger *et al.*, 1998; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Marquez, 2002) e serem motivadas a apresentarem uma imagem mais saudável aos olhos dos credores (Barlev *et al.*, 2007).

1.2. Informação Financeira

O conceito de informação tem sido objeto de estudo em diversas investigações, embora, com abordagens e posições diferentes (Alves, 2002).

Para alguns autores, o conceito ainda não está definido. Para outros, a definição não é unânime, existindo, pelo menos, dois tipos de informação: a subjetiva e a objetiva. Na abordagem subjetiva, defende-se que os símbolos e sinais só se transformam em informação quando são absorvidos pela estrutura cognitiva do indivíduo, sendo que a informação não existe *per si*, só existe no cérebro humano.

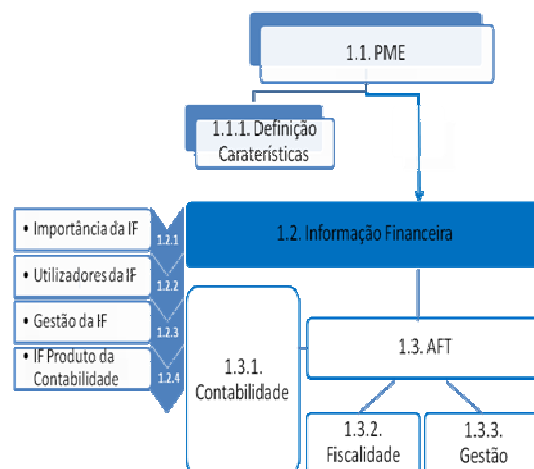
Já na abordagem objetiva, a informação é vista como se existisse *per si*.

Numa outra abordagem, a definição de informação assenta na separação dos conceitos de dados e informação. Partindo do princípio de que os dados, por si só, não têm significado, a informação é vista como um resultado dos dados, da sua transformação, do seu sentido e significado, e da sua utilidade e relevância. Todavia, a relevância da informação é condicionada por vários fatores e sofre alterações no decurso do tempo: depende da avaliação individual, dos conhecimentos e perceções do utilizador e da situação e dos problemas específicos a ela associados. A informação pode ser relevante em determinado momento, e noutro não, pode ser relevante para uma decisão, e para outra não, pode ser relevante para um decisor, e para outro não (Alves, 2002).

As diferentes abordagens na definição de informação justificam-se, designadamente porque:

- A informação é percebida pelos diferentes utilizadores de forma diferente;
- A mesma informação pode ser interiorizada e assumir valores diferentes para o mesmo utilizador, em diferentes momentos ou circunstâncias;
- Diferentes perspetivas da mesma informação resultam, ou são condicionadas, nomeadamente pelos objetivos, pelas necessidades, pela forma, pela importância e nível de utilização da informação.

Ilustração 3 - Esquema da revisão de literatura localização 1.2.



No contexto empresarial, a necessidade de acesso a informação deriva da necessidade de tomar decisões. Porém, nem toda a informação a que empresa tem acesso é útil. A sua utilidade deriva da sua capacidade para responder às necessidades da empresa, devendo ainda ser adequada e oportuna, e reduzir ao máximo o grau de incerteza relativamente às decisões a tomar.

Decorrendo a qualidade da tomada de decisões, em grande medida, da qualidade da informação disponível, a informação consubstancia-se num dos ativos mais importantes da empresa.

No processo de tomada de decisões, os gestores têm ao seu dispor informação financeira e informação não financeira (Chenhall e Langfield-Smith, 2007).

A informação financeira, sendo um produto da contabilidade, não se pode dissociar do conceito de contabilidade e informação contabilística (Lopes de Sá, 1997). A informação contabilística resulta da transformação, mediante técnicas e procedimentos definidos, dos dados operacionais e financeiros sobre as atividades e processos da empresa, em factos contabilísticos e é difundida através das demonstrações financeiras. Assim, as demonstrações financeiras constituem uma ferramenta essencial na tomada de decisão e na comunicação com os demais *stakeholders* da empresa (Alves, 2002).

Este entendimento está patente na própria Estrutura Conceptual (EC) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), onde é referido que as demonstrações financeiras devem ser preparadas com o propósito de proporcionar informação útil para a tomada de decisões económicas e responder às necessidades comuns da maior parte dos utilizadores. O parágrafo 12 estabelece que: “O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas.”

Contudo, como referido no parágrafo 13 da EC, as demonstrações financeiras não proporcionam a totalidade da informação necessária para os utentes tomarem decisões, pois retratam efeitos financeiros resultantes de acontecimentos passados e não proporcionam informação não financeira, sendo que, na tomada de decisões, a informação não financeira é utilizada como complemento da informação financeira (Chenhall e Langfield-Smith, 2007).

Todavia, a contabilidade pode ser considerada um sistema de informação por excelência (Horngren, Foster e Datar, 1962), na medida em que, através das demonstrações financeiras, é

difundida informação cuja importância e utilidade são inquestionáveis para um leque abrangente de utilizadores.

1.2.1. Importância da Informação Financeira.

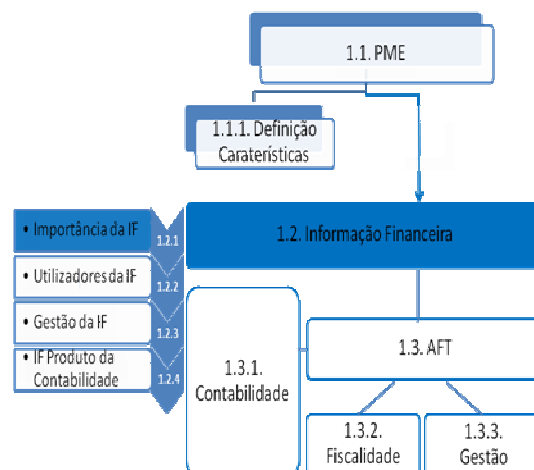
O estudo desenvolvido por Simon *et al.* (1954) é identificado como o primeiro estudo sobre a importância da informação contabilística no contexto empresarial. Este estudo analisa a organização dos sistemas contabilísticos como garante da melhor utilização da informação contabilística na tomada de decisão (Alves, 2002).

O principal aspeto a considerar na informação financeira é a sua utilidade, estando a importância da informação financeira diretamente relacionada com a utilidade que lhe é atribuída (Alves, 2002).

O reconhecimento da utilidade como fator preponderante da importância da informação financeira começa por ser defendido pela própria Estrutura conceptual do SNC, logo no primeiro parágrafo, quando é referido que as demonstrações financeiras devem ser preparadas com o propósito de proporcionar informação que seja útil à tomada de decisões económicas, respondendo às necessidades comuns à maior parte dos utentes. Também no parágrafo 12 é reforçado que o objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas, sendo ainda reforçada a utilidade da informação financeira nos parágrafos 15 a 21, designadamente por proporcionar informação aos utentes sobre a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da empresa.

Ainda assim, a informação só é útil se for relevante (Alves, 2002). Neste sentido, a relevância é considerada pelo SNC como uma das principais características qualitativas das demonstrações financeiras, ou seja, como um dos atributos que tornam a informação, proporcionada aos utentes, útil. Todavia, a informação só é útil se satisfizer as necessidades dos seus utentes. Neste sentido, a relevância é a capacidade que a informação tem para

Ilustração 4 - Esquema da revisão de literatura localização 1.2.1.



influenciar uma decisão, ou ajudar os utilizadores a avaliar acontecimentos passados, presentes ou futuros, ou confirmar, ou corrigir as avaliações passadas.

Apesar de a relevância ter sido sempre um aspeto considerado nas normas contabilísticas em Portugal (também no POC era uma característica qualitativa), e reforçada com a introdução do atual normativo contabilístico, mais próximo do *International Accounting Standards Boarding* (IASB) e das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), Ali e Hwang (2000) concluíram que a relevância das demonstrações financeiras é menor em países com tradição *code law*, onde o sistema bancário é um dos principais financiadores da atividade económica, onde o setor privado não é tido em conta na definição de normas, onde os normativos assentam numa base continental, e onde a fiscalidade acaba por influenciar significativamente as demonstrações financeiras, como é o caso de Portugal.

A informação financeira é utilizada mais como análise retrospectiva do que como fonte de informação para a gestão diária (Bruns e McKinnon, 1993). Porém, o desempenho financeiro passado e a posição financeira presente são um fator importante para os *stakeholders*, designadamente para os financiadores (bancos, outros credores, seguros de crédito, etc.) estimarem a capacidade que as empresas têm para cumprirem as condições contratuais (Gibson, 1993).

Nesta corrente de pensamento, Biddle e Hilary (2006) defendem que uma contabilidade de elevada qualidade não só contribui para a eficiência do investimento, como ainda reduz a assimetria da informação entre a empresa e o exterior.

Todavia, as diferenças existentes entre a informação tornada pública e a informação retida na empresa influenciam o custo de capital que, por sua vez, influencia as operações da empresa e a sua rentabilidade. No equilíbrio, a quantidade e a qualidade da informação afeta o preço dos bens.

Por seu lado, considerando que os investidores com menor informação exigem um maior retorno por ação, pois a insuficiência de informação aumenta o risco, mais informação é melhor do que total ausência de informação (Easley e O'Hara, 2004).

Numa perspetiva um pouco diferente, Sinha e Watts (2001) consideram que a proliferação de fontes de informação alternativas, nomeadamente fontes externas, reduziu a relevância das demonstrações financeiras anuais, reduzindo os relatórios financeiros a uma contribuição marginal. Este estudo mostra ainda que o aumento das fontes de informação, e o declínio da relevância de relatórios financeiros, conduzem a uma perda na eficiência económica. O

resultado principal é que a eficiência económica declina com o facto de os relatórios financeiros se tornarem menos relevantes.

A utilidade, e a consequentemente importância, não podem também ser dissociadas da complexidade da informação. Plumlee (2003) sustenta a tese de que os analistas usam, em maior medida, informação menos complexa do que informação mais complexa, sugerindo que a complexidade da informação reduz a sua utilidade.

A informação só é útil se for compreendida. Neste sentido, a transparência do relato financeiro reveste-se de especial importância como garante da compreensibilidade da informação financeira (Barth e Katherine, 2008). Esta importância e preocupação com o relato financeiro está patente no SNC, ao ponto de as normas se chamarem “Normas Contabilísticas de Relato Financeiro” (NCRF) e todas elas terem um capítulo sobre a divulgação de informação.

A revisão da literatura permite constatar que a informação financeira é uma ferramenta essencial no apoio à tomada de decisão, constituindo-se como um dos mais importantes instrumentos de transmissão de informação sobre a empresa, é uma ferramenta fundamental na comunicação entre as empresas e os demais *stakeholders*. Objetivando-se a importância da informação financeira na necessidade de fornecer informação útil aos utilizadores.

1.2.2. Utilizadores da Informação Financeira

O utilizador da informação financeira pode definir-se como todo o agente económico que necessita de elementos referentes à atividade económico-financeira da entidade, para o seu processo de decisão, e que tem acesso razoável à informação financeira (Gabás, Moneva, Bellostas e Jarne, 1996).

Neste contexto, são vários os utilizadores da informação financeira, com diversos fins, designadamente a tomada de decisões,

a avaliação da empresa, a negociação de contratos de dívida e a negociação de planos de retribuições (Dechow, 1994).

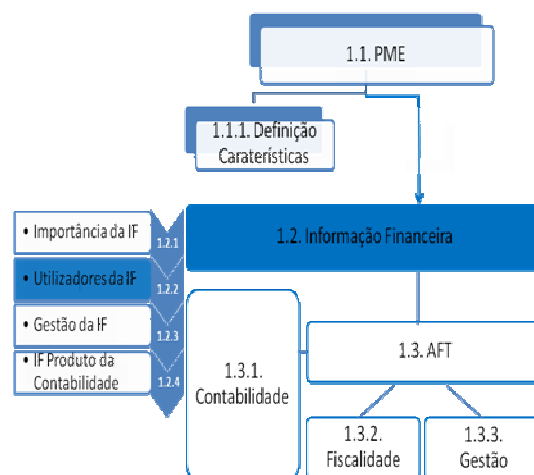
A questão dos utilizadores da informação financeira é tratada na própria doutrina contabilística. O SNC, nos parágrafos 9 a 11 da Estrutura Conceptual (EC), estabelece os utentes e as necessidades de informação, incluindo como utentes das demonstrações financeiras os investidores atuais e potenciais, os empregados, os mutuantes, os fornecedores e outros credores comerciais, os clientes, o Governo e seus departamentos, e o público.

São ainda referenciados, na EC, os órgãos de gestão, não só como interessados pela informação contida nas demonstrações financeiras, mas também como os responsáveis primários pela sua elaboração.

Esta definição dos utentes da informação financeira, nomeadamente no que se refere à situação especial dos órgãos de gestão, tinha tratamento idêntico no antigo Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro, no item 3.1. De referir ainda que o POC/77 aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro, revogado em 1989 pelo POC/89, era ainda mais exaustivo ao elencar os utilizadores.

Considerando a facilidade de acesso à informação, pode dizer-se que existem essencialmente dois grupos de utilizadores: os utilizadores internos e os utilizadores externos. Como utilizadores internos, temos os funcionários, os gestores (administradores) e os proprietários. Aos primeiros, interessa informação sobre a capacidade da empresa para proporcionar

Ilustração 5 - Esquema da revisão de literatura localização 1.2.2.

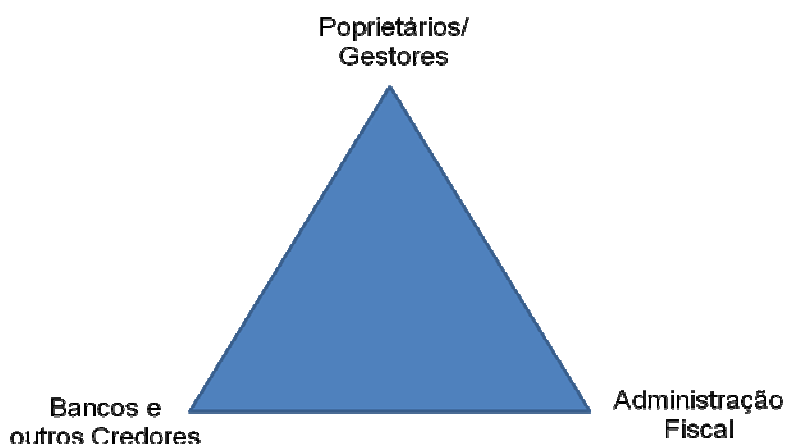


remuneração e outros benefícios; já os segundos necessitam de informação para tomar decisões; quanto aos proprietários, estão também interessados em informação que permita determinar a capacidade que a entidade tem para pagar dividendos. Como utilizadores externos, temos os investidores, os credores, os clientes, os Governos e o público, designadamente os analistas. Aos investidores, interessa informação que permita decidir sobre o investimento; aos credores, interessa informação que permita perspetivar o retorno do crédito concedido; aos clientes, interessa informação sobre a continuidade da empresa; ao Governo e aos seus departamentos, interessa informação que permita apurar o valor dos impostos e realizar estudos macroeconómicos; aos analistas, interessa extrair dados económico-financeiros que permitam fazer as suas análises.

Os utilizadores usam as demonstrações financeiras com o propósito de satisfazerem algumas das suas necessidades. Porém, sendo as necessidades dos utentes da informação financeira diferentes, como se depreende do próprio parágrafo 9 da EC, a questão que se coloca é se a informação financeira responde às necessidades de todos os seus utilizadores, tendo em conta que, como referido atrás, o objetivo principal das demonstrações financeiras é proporcionar informação a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas.

Considerando a estrutura empresarial portuguesa, constituída fundamentalmente por empresas de reduzida dimensão, com carácter familiar, em que a gestão e a propriedade da empresa pertencem, em regra, à mesma pessoa, e com a entrada vedada a novos investidores, as demonstrações financeiras interessam essencialmente aos proprietários/gerentes, aos credores (entidades financeiras/bancos e outros credores) e à Administração Fiscal.

Ilustração 6 - Utilizadores da Informação Financeira nas PME



Fonte: Elaboração Própria

Este “triângulo” de utilizadores, em certa medida, é identificado no estudo de Watts e Zimmerman (1978), estando subjacente à Teoria Positiva da Contabilidade (“Positive Accounting Theory”), desenvolvida no ponto seguinte.

Proprietários/Gestores

A informação financeira é considerada uma ferramenta fundamental para os proprietários/gestores, na realização das suas atividades, designadamente para a tomada de decisões. As decisões ao nível empresarial podem ser englobadas em dois grupos: as decisões estratégicas, que incluem as decisões de investimento, financiamento e distribuição de dividendos; e as decisões operacionais, relacionadas com a gestão corrente da empresa (Nunes e Serrasqueiro, 2004). Em qualquer uma das decisões a tomar, os proprietários/gestores recorrem à informação financeira e aos indicadores dela extraídos, constituindo a informação financeira um auxiliar precioso na tomada de decisões.

Por outro lado, aos proprietários/gestores, a informação financeira é útil não só na gestão interna da empresa mas também na maximização dos seus interesses (Cheng e Warfield, 2005; Gaver *et al.*, 1995; Healy, 1985; Holthausen *et al.*, 1995; Holthausen, 2003; Penman e Zhang, 2002) e ainda na relação com os *stakeholders* da empresa (DeFond, e Jiambalvo, 1994; Healy e Wahlen, 1999; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1978; Watts e Zimmerman, 1990).

Bancos e outros credores

Para os bancos e demais credores, a informação é útil para estimarem a capacidade que as empresas têm para cumprirem as condições contratualizadas e estimarem o risco associado aos projetos (Berger *et al.*, 1998; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Gibson 1993; Marquez, 2002).

Os indicadores financeiros, extraídos da informação financeira, apesar de apresentarem algumas limitações, são considerados por muitos como um bom instrumento de leitura e análise da situação financeira da empresa (Ioannides *et al.*, 2003; Whittington e Tippet, 1999).

Administração Fiscal

Para a Administração Fiscal, a informação financeira é necessária para apurar os diferentes impostos, com principal destaque para o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Assentando a tributação de IRC no lucro contabilístico, a informação financeira é imprescindível para a Administração Fiscal. Como referido logo no preâmbulo do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas (CIRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, “Dado que a tributação incide sobre a realidade económica constituída pelo lucro, é natural que a contabilidade, como instrumento de medida e informação dessa realidade, desempenhe um papel essencial como suporte da determinação do lucro tributável.”

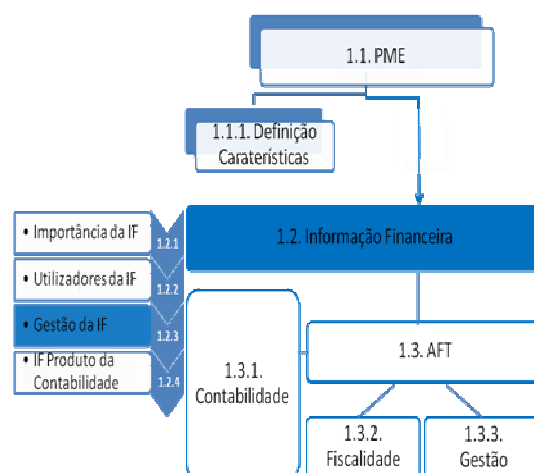
Para além do apuramento do IRC ter por base o lucro contabilístico, a empresa é obrigada, pelo próprio CIRC, a manter um processo de documentação fiscal com elementos contabilísticos e fiscais (art.º 121º do CIRC) e a remeter anualmente declaração anual de informação contabilística e fiscal (art.º 113º do CIRC), tornando-se, assim, a Administração Fiscal num utilizador privilegiado da informação financeira.

Neste contexto, existe uma forte ligação entre a contabilidade e a fiscalidade (Ball, Kothari e Robin, 2000), sendo que a Administração Fiscal é considerada por muitos o principal utilizador da informação financeira (Ball *et al.*, 2000).

1.2.3. Gestão da Informação Financeira

Na preparação das demonstrações financeiras, tanto o normativo específico de cada país, como os normativos internacionais, permitem a escolha de diferentes políticas contabilísticas (Fields *et al.*, 2001; Hunt *et al.*, 1996 e Watts e Zimmerman, 1990). A escolha das políticas contabilísticas é determinada pelos objetivos que se pretendem atingir (Hunt *et al.*, 1996) e influencia a informação financeira, quer na sua substância quer na sua forma, numa

Ilustração 7 - Esquema da revisão de literatura localização 1.2.3.



determinada direção (Fields *et al.*, 2001).

Porém, independentemente dos objetivos e da opção por um ou outro critério contabilístico, as demonstrações financeiras devem permitir, aos seus destinatários, a leitura da situação financeira da empresa (Biddle e Hilary, 2006 e Easley e O'Hara, 2004).

As motivações que levam os gestores a adotar determinada política contabilística em detrimento de outra podem ser compreendidas pela **teoria positiva da contabilidade**, *Positive Accounting Theory* (PAT) (Watts e Zimmerman, 1978 e 1990).

A teoria positiva da contabilidade tem como pedra angular o *homem económico*, que atua movido pelo *interesse próprio* e tendo em vista a *maximização da sua riqueza*. A base desta teoria alicerça-se em duas ideias principais: existem contratos cuja execução assenta em variáveis contabilísticas; os gestores escolhem políticas contabilísticas que maximizam a sua própria riqueza ou a riqueza da empresa, minimizando os custos contratuais (Major e Vieira, 2009).

A PAT alicerça-se nos diferentes comportamentos que os gestores podem ter na preparação das demonstrações financeiras, no pressuposto de que a gestão da informação financeira está diretamente relacionada com os incentivos dos gestores. Estes incentivos podem ser agrupados em dois tipos: os incentivos resultantes da existência de informação assimétrica entre, por um lado, os gestores e os proprietários e, por outro lado, entre a empresa e os credores (teoria de agência); e os incentivos resultantes da existência de custos políticos. É preciso não esquecer que, na hora de escolher as políticas contabilísticas, o comportamento dos gestores pode depender dos planos de *compensação salarial*, dos *custos contratuais*, ou dos *custos dívida*, e dos *custos políticos* (Watts e Zimmerman, 1978 e 1990).

Na hipótese de *compensação salarial*, quando os incentivos dos gestores estão relacionados com os resultados, existe uma maior permissividade em aumentar os resultados presentes, ou a antecipar resultados futuros para maximizar a compensação presente. Estando o salário anual do gestor diretamente relacionado com os resultados apresentados, quanto maior for o resultado apresentado maior será o seu bônus contratual.

Esta hipótese é testada por vários estudos, destacando-se Healy (1985). Este estudo, ao contrário da PAT, que considera que a atuação dos gestores vai sempre no sentido de aumentar os resultados, sugere que, em períodos em que o risco de o resultado não atingir o limite mínimo a partir do qual os gestores têm direito à compensação salarial, ou em períodos

em que o resultado é positivo e superior ao limite que proporciona o bônus mais elevado, a política seguida será a de redução do resultado. Nesta situação, os gestores são incentivados a refletirem sobre o resultado do período perdas futuras, ou a transferir proveitos para períodos futuros, criando assim condições para uma melhoria dos resultados futuros.

Esta hipótese está ligada ao problema mais comum da relação de agência (Jensen e Meckling, 1976), a relação existente entre os proprietários (principais) e os gestores (agentes), porém, sendo possível adaptar a relação existente entre os proprietários e os gestores à relação existente entre os proprietários/gestores (principais) e os seus credores (agentes), novos problemas de agência podem surgir.

Na hipótese de *custos de dívida*, em que existindo contratos associados a rácios contabilísticos, com penalizações associadas, os gestores tendem a optar por políticas contabilísticas que evitem essas penalizações, sendo motivados a anteciparem os resultados. Uma situação de incumprimento contratual pode permitir aos credores tomarem medidas penalizadoras para a empresa, como são o caso da tomada das garantias inerentes ao empréstimo. Neste contexto, é expectável que os gestores tomem medidas que evitem a violação dos contratos e os custos inerentes a essa violação.

Na hipótese de *custos políticos*, os gestores sentem-se incentivados a utilizar políticas contabilísticas que levem à redução daqueles, sendo conduzidos a diferir os resultados para os anos seguintes. A empresa, como forma de evitar que os resultados divulgados sejam suscetíveis de despertar a atenção, e evitar que os Governos e outras entidades tomem medidas prejudiciais para a empresa, tende a adotar políticas contabilísticas que transfiram para períodos seguintes os resultados gerados, evitando assim os custos políticos.

Sendo o imposto um elemento fundamental dos custos políticos, é de esperar que empresas com maior carga fiscal, logo com custos políticos maiores, adotem medidas conducentes à redução desses custos (Zimmerman, 1983).

A gestão da informação financeira nem sempre é consumada tendo em conta as hipóteses formuladas pela PAT, existindo situações em que os gestores fazem previamente uma análise custo-benefício das opções que podem tomar. Sweeney (1994) identificou casos em que o incumprimento contratual podia ser evitado mas não o foi devido aos elevados custos fiscais em que a empresa ia incorrer.

Porém, a dificuldade que as empresas têm em quantificar quer os benefícios da utilização da informação financeira, quer os custos a ela associados, conduzem-nas a evitar o recurso a melhores sistemas de informação (Mitchell e Volking, 1993).

O principal custo da informação financeira é o custo de preparação. Todavia, se a informação disponibilizada aos diferentes utilizadores da empresa não for adequada, os custos inerentes à falta de relevância podem ser superiores aos custos que a empresa incorreria na sua adequada preparação. Assim, a correta gestão da informação financeira pode traduzir-se num benefício para a empresa, designadamente por proporcionar informação útil aos seus utilizadores.

1.2.3.1. Considerando as necessidades e perspectivas dos Proprietário/Gestores

“O órgão de gestão duma entidade tem a responsabilidade primária pela preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras. O órgão de gestão está também interessado na informação contida nas demonstrações financeiras mesmo que tenha acesso a informação adicional de gestão e financeira que o ajude a assumir as suas responsabilidades de planeamento, de tomada de decisões e de controlo. O órgão de gestão tem a capacidade de determinar a forma e conteúdo de tal informação adicional para satisfazer as suas próprias necessidades. ... Contudo, as demonstrações financeiras publicadas são baseadas na informação usada pelo órgão de gestão acerca da posição financeira, desempenho e alterações na posição financeira da entidade.” (§11 da EC do SNC)

Pelo exposto no parágrafo 11 da EC do SNC, verifica-se que a responsabilidade primária pela elaboração das demonstrações financeiras é do órgão de gestão, sendo os gestores também um dos interessados da informação financeira.

Neste contexto, os gestores podem fazer escolhas contabilísticas no sentido de maximizarem os seus próprios interesses (Cheng e Warfield, 2005; Gaver *et al.*, 1995; Healy, 1985; Holthausen *et al.*, 1995; Holthausen, 2003; Penman e Zhang, 2002), influenciando a informação financeira. Contudo, a informação financeira assume um papel importante na gestão da empresa, não só para a tomada de decisões, como também para a avaliação do desempenho e para o planeamento.

No pressuposto de que são os interesses dos gestores que ditam as políticas contabilística a adotar, imporá referir que os interesses dos gestores podem ir para além da sua própria *compensação salarial* e das necessidades da gestão interna. Para Watts e Zimmerman (1978), os gestores, na hipótese de haver imposto a pagar, tendem a empregar políticas contabilísticas

conducentes ao diferimento dos resultados para períodos seguintes. Já na hipótese de endividamento, os gestores tendem a adotar políticas contabilísticas que antecipem (aumentem) os resultados (Watts e Zimmerman, 1990).

Neste sentido, os gestores, pelas diferentes opções que tomam no reporte financeiro, podem alterar a informação financeira a reportar. Sendo que, tendo consciência da assimetria de informação face aos *stakeholders* da empresa, podem usar a informação que têm, sem que, em princípio, os demais destinatários da informação financeira tenham essa percepção (Healy e Wahlen, 1999).

A informação financeira tem um papel importante na relação com os *stakeholders* da empresa (Healy e Wahlen, 1999), designadamente quando essas relações são regulamentadas através de contratos que se baseiam na informação divulgada pela empresa. Nesta hipótese, podem existir incentivos na gestão da informação financeira, conduzindo à adoção de políticas contabilísticas que beneficiem os indicadores financeiros que asseguram as condições contratuais (DeFond, e Jambalvo, 1994; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1990).

Do exposto, um dos principais aspetos a destacar é que as empresas, através da gestão da informação financeira, podem revelar sinais que induzem as expectativas dos *stakeholders*.

No universo das PME, importa realçar que, sendo a união entre a estrutura proprietária e a gestão identificada como uma das principais características (Ang, 1991; Fama e Jensen, 1983; Pettit e Singer, 1985), esta característica exerce influência em muitos aspetos da vida da empresa, nomeadamente, na gestão da informação financeira. Neste sentido, é importante entender a estrutura de capital da empresa, o seu controlo, para explicar as escolhas contabilísticas de uma empresa (Hunt, 1986).

1.2.3.2. Considerando as necessidades e perspetivas dos bancos e outros credores

O contexto empresarial português é caracterizado pelo domínio das empresas de pequena dimensão, sem acesso ao mercado de capitais. Sendo, neste tipo de empresas, os empréstimos bancários a principal fonte de financiamento externo (Beck e Demirguc-Kunt, 2006; Binks *et al.*, 1992; Jensen e Meckling, 1976; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Walker, 1989).

Vários são os estudos sobre o relacionamento bancário e a sua importância na obtenção de crédito e na melhoria de condições de crédito (Berger *et al.*, 1998; Boot e Thakor, 2000; Degryse e Ongena, 2005; Petersen e Rajan, 1994), nomeadamente no que diz respeito às PME (Berger *et al.*, 1998; Marquez, 2002).

Resultante deste relacionamento, verifica-se que o banco detém uma grande quantidade de informação acerca da empresa (Rajan 1992 e Sharpe 1990), fazendo parte desse lote de informação a informação financeira.

O desempenho financeiro passado e a posição financeira presente constituem fatores importantes para os financiadores estimarem a capacidade que as empresas têm para cumprirem as condições contratualizadas (Gibson, 1993). A posição financeira atual de uma empresa depende, em parte, do desempenho passado. No entanto, a situação financeira presente influencia a decisão de crédito de uma forma diferente do que o desempenho passado. A posição financeira atual indicia sobre a solidez da empresa e sobre a sua capacidade para honrar os compromissos. Portanto, o efeito da capacidade financeira sobre a decisão de crédito é semelhante à de uma garantia. Uma posição financeira sólida pode indiciar que a empresa é capaz de reembolsar o empréstimo.

A posição financeira da empresa, sendo influenciada pelas políticas contabilísticas seguidas, é reconhecida na informação financeira.

Contudo, as assimetrias da informação entre o devedor e o credor podem contribuir para o aumento do risco de crédito e para o aumento da dificuldade na sua gestão, inibindo a vontade dos financiadores externos concederem crédito às empresas (Fiet, 1995). Neste sentido, as dificuldades de financiamento nas PME podem ser explicadas em parte pelas assimetrias de informação (Berger e Udell, 1998). Verificando-se que, apesar de a principal fonte de financiamento das PME serem os empréstimos bancários, em termos gerais, as PME têm maiores dificuldades de acesso ao crédito (Beck e Demirguc-Kunt, 2006; Binks *et al.*, 1992; Jensen e Meckling, 1976; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Walker, 1989) e custos associados mais elevados (Ang, 1991; Holmes e Kent, 1991).

Como já referido, as assimetrias de informação podem gerar dois tipos de problemas. A **seleção adversa**, que advém da dificuldade do banco em distinguir o risco elevado, do risco baixo, é um deles. E o **risco moral**, quando o devedor incorre em riscos superiores aos acordados e identificados com o banco, designadamente quando a empresa deliberadamente tira proveito da assimetria de informação, é o outro problema (Binks *et al.*, 1992).

O proprietário/gestor pode estar mais interessado em proteger o capital próprio do que reembolsar um empréstimo, o que pode levá-lo a reter a informação que poderia alertar para este facto. Esse comportamento também pode manifestar-se numa empresa que utiliza o montante emprestado para fins diferentes do acordado. O proprietário/gestor pode utilizar o

crédito para outros projetos, ou para o consumo privado, em vez de financiar o investimento ou o projeto que serviu de base ao financiamento.

Neste contexto, e considerando as suas características, no universo das PME, a probabilidade de existirem problemas de seleção adversa e de risco moral será maior, em consequência da maior assimetria de informação (García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Hand *et al.*, 1982) e da informação financeira menos adequada ou mesmo insuficiente (Bryan e Friedlob, 1984)

Para os bancos, a prioridade é garantir a recuperação do crédito concedido e o recebimento dos respetivos juros. Como resultado, é normal que desenvolvam métodos propensos à redução do risco e da incerteza na gestão dos empréstimos.

Porém, estimar o risco é difícil, especialmente se a empresa é uma empresa privada, com assimetrias de informação substanciais (Binks *et al.*, 1992).

No contexto de **custos da agência**, uma forma de reduzir o conflito de agência entre os proprietários e credores e minimizar o risco, é a inclusão de colaterais (Matthews e Thompson, 2008; Rajan e Zingales, 1995). Assim, se a empresa tiver no seu balanço um montante razoável de ativos tangíveis, passíveis de colateralizar, a obtenção de crédito bancário pode ser mais fácil e em melhores condições.

Myers (1976) sugere que as empresas que apresentam uma estrutura de ativos mais diversificada conseguem obter financiamento em condições mais vantajosas. Dever-se-á ter em conta que o alinhamento entre a estrutura de ativos e a dívida permite uma redução do risco para as entidades financiadoras, e consequentemente, menores custos com a obtenção do crédito para as empresas.

Neste contexto, a gestão da informação financeira ganha especial importância, na medida em que, à luz da **teoria da sinalização**, as empresas podem transferir informação para o exterior e aumentarem a possibilidade de obter crédito e/ou minimizar os custos de financiamento.

1.2.3.3. Considerando as necessidades e perspetivas da Administração Fiscal

A obtenção de crédito está longe de ser o principal orientador da escolha de políticas contabilísticas. A minimização do imposto a pagar, através da redução dos resultados, é um forte condicionante aquando da preparação das demonstrações financeiras.

Assim, como já referido, as empresas, na hipótese de haver imposto a pagar (*custos políticos*), tendem a empregar políticas contabilísticas conducentes ao diferimento (diminuição) dos resultados para períodos seguintes (Watts e Zimmerman, 1978; Zimmerman, 1983).

Já Scholes *et al.* (1990) sugerem que as empresas optam por políticas contabilísticas que proporcionem um *trade off* entre benefícios fiscais e o mercado de capitais. Porém, um dos objetivos da maioria das empresas será naturalmente a redução do imposto a pagar.

Num estudo sobre a evasão fiscal, Dyreng *et al.* (2010) referem que os executivos têm um papel estatístico e economicamente importante na determinação do nível de evasão fiscal nas empresas, definindo-se evasão fiscal como a capacidade de reduzir os impostos (Dyreng *et al.*, 2008).

Também Wilson (2009) defende que os instrumentos utilizados para reduzir o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas são importantes para minimizar o encargo fiscal, sendo que, a atividade *Tax Shelter* é identificável, pois provoca grandes diferenças entre o lucro contabilístico e o lucro fiscal, *book-tax differences* (Dyreng *et al.*, 2008 e Wilson, 2009).

Os incentivos fiscais motivam as empresas a adotarem medidas conducentes à redução da carga fiscal. Tal facto pode ser mais evidente em empresas onde a gestão e a propriedade pertencem à mesma pessoa (Moreira, 2006).

Este incentivo fiscal pode não ter como finalidade reportar resultados negativos. Os resultados negativos serão evitados, não só porque a maioria das empresas está obrigada a um pagamento mínimo de imposto (pagamento especial por conta), mas também como forma de evitar auditorias fiscais (Moreira, 2008).

Especificamente no que diz respeito às PME, apesar de Pettit e Singer (1985) considerarem que as questões fiscais têm pouca importância, dado que estas empresas são menos propensas a gerar elevados lucros, a gestão das PME é bastante influenciada por questões de ordem fiscal, sendo que o objetivo de minimizar a carga fiscal é um dos principais objetivos da gestão, ao contrário das grandes empresas que têm outro tipo de prioridades, nomeadamente o mercado de capitais (Vilabella e Silvosa, 1997).

Verifica-se ainda que, para a grande parte das empresas, a contabilidade é vista mais como uma obrigação fiscal do que uma ferramenta de informação para os diversos utilizadores (Ball *et al.*, 2000).

1.2.4. Informação Financeira como produto da contabilidade

A informação financeira é um produto da contabilidade, que resulta da transformação, mediante técnicas e procedimentos contabilísticos, dos dados operacionais e financeiros sobre as atividades e processos da empresa em factos contabilísticos e é difundida através das demonstrações financeiras.

A contabilidade é o suporte da informação financeira da empresa, devendo fornecer informação para vários utilizadores e

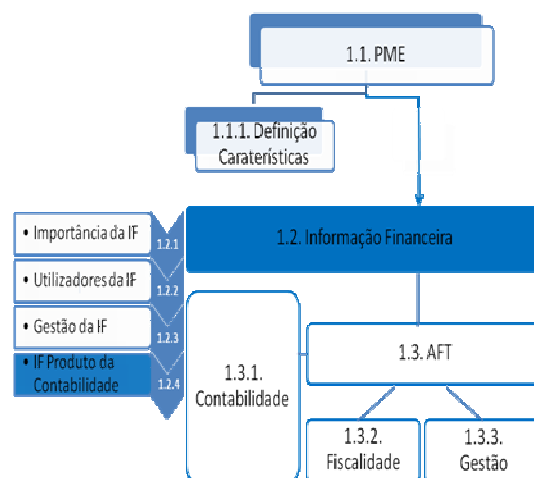
aspectos da gestão, competindo à contabilidade satisfazer as necessidades de informação financeira dos decisores.

Em Portugal, o sistema contabilístico é caracterizado pela sua forte tradição “legislativa”, em que a ligação entre a contabilidade e a fiscalidade é evidente, a influência dos profissionais de contabilidade no processo normativo é limitada, as instituições bancárias são a principal fonte de capital e o Estado é o principal utilizador da informação financeira (Nobes, 1981).

Este sistema contabilístico, também conhecido por *code law*, é identificado pelo modelo utilizado na Europa Continental, baseado no direito romano, onde os códigos/leis assumem o papel principal. Caracteriza-se pela adoção de práticas contabilísticas mais conservadoras e prudentes (Barlev *et al.*, 2007), em que os ganhos potenciais não são reconhecidos até serem realizados, mas as perdas são antecipadas (Watts, 2003).

Em contraponto, os países com tradição *common law*, assente no direito anglo-saxónico, em que prevalecem os princípios e não as normas, sobressai a substância sobre a forma e o conceito de justo valor. Estes países também têm um conjunto de características diferentes, nomeadamente a menor ingerência governamental e uma maior autonomia da contabilidade em relação às regras fiscais, a separação da gestão e da propriedade das empresas, a importância do capital próprio e o recurso ao mercado de capitais como principal fonte de financiamento.

Ilustração 8 - Esquema da revisão de literatura localização 1.2.4.



As normas do IASB são mais influenciadas pelo modelo *common law*, sendo que a sua estrutura estará mais focada no apuramento dos resultados económicos e menos nos resultados fiscais.

1.2.4.1. Evolução do sistema contabilístico português

Nos séculos XVI, XVII e XVIII, período em que a importância de Portugal no mundo marítimo e comercial era evidente, apesar de não constar a existência de livros originais em português ou traduções de obras estrangeiras, é divulgado em Portugal o modelo das *partidas dobradas* (Pereira, 2009). Mas só na governação do Marquês de Pombal, alguns esforços foram levados a cabo no sentido de desenvolver a contabilidade. Em 1755, é criada a *Junta de Comércio*, mas a dificuldade em desenvolver doutrina sobre a contabilidade e em reconhecer a contabilidade como um corpo de doutrina relacionada com a Economia da Empresa é grande, e só em 1959 nasce a *Aula do Comércio*, primeira escola de comércio, com um papel importante no ensino da contabilidade.

Com a aprovação do *Código da Contribuição Industrial*, em 1963, que estabelecia a tributação dos lucros das empresas com base no lucro contabilístico, a necessidade de normalizar a contabilidade passa a ser mais patente. Tendo sido realizadas várias tentativas, com o objetivo de identificar um modelo de normalização, foi identificado o plano contabilístico francês de 1957 como o modelo a seguir (Pereira, 2009).

O processo de normalização contabilística, em Portugal, inicia-se em 1974, com a constituição de uma Comissão encarregue do estudo da normalização contabilística, que viria a dar lugar ao que é hoje a Comissão de Normalização Contabilística (CNC). A sua evolução pode resumir-se conforme se apresenta:

- 1977 → Aprovação do primeiro POC;
- 1989 → Revisão do POC para adaptá-lo à 4ª Diretiva da, então, CEE;
- 1990 → Entrada em vigor da nova versão do POC;
- 1991 → Revisão do POC para incorporar a 7ª Diretiva;
- 1991 → Início da emissão das Diretrizes Contabilísticas, baseadas nas NIC do IASB.
- 1993 → Plano contabilístico para os bancos e outras instituições financeiras;
- 1994 → Plano contabilístico para as seguradoras;
- 1999 → Revisão do POC, nomeadamente com a adoção do sistema de inventário permanente e da demonstração dos resultados por funções;

- 2003 → Revisão do POC, designadamente com a substituição da Demonstração dos Fluxos de Origens e Aplicações de Fundos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- 2004 → Transposição para o ordenamento jurídico interno da adoção do sistema de contabilização pelo justo valor;
- 2005 → Revisão do POC, com a mutação do conceito de provisões no ativo para ajustamentos dos valores do ativo e atualização do princípio contabilístico “Da prudência”, e a adoção das NIC pelas empresas cotadas em bolsa;
- 2009 → Aprovação do novo SNC, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2010.

Com a globalização dos mercados, a comparabilidade da informação financeira prestada por empresas de diferentes países é fundamental. Para garantir essa comparabilidade, é necessário harmonizar a informação. Como refere Pereira (2009), a harmonização pode permitir que diferentes sistemas contabilísticos se posicionem de forma a eliminar métodos não recomendados e, ao mesmo tempo, a unificar alguns desses métodos. A harmonização depende da aplicação rigorosa e transparente das normas e permite a comparabilidade internacional da informação financeira.

Diferentes organismos têm tentado, no decurso das últimas décadas, harmonizar as normas contabilísticas, porém, o movimento de harmonização só nos últimos anos se tem intensificado, nomeadamente nos países da União Europeia.

A harmonização dos sistemas contabilísticos dos Estados-Membros começou a ser desenvolvida através da emissão de Diretivas Comunitárias, considerando-se que as mesmas deveriam ser a base das orientações contabilísticas de toda a União Europeia (UE). No entanto, o nível de harmonização contabilística alcançada pelos estados membros foi reduzido, o que originou uma aproximação gradual da União Europeia ao IASB.

Esta aproximação conduziu a que as sociedades cotadas em bolsa passassem a ser obrigadas a aplicar um conjunto de normas de contabilidade, cujo objetivo era aumentar o nível de qualidade da informação financeira prestada ao mercado. Assim, em 2002, com o Regulamento nº 1606/2002, de 19 de junho, foi estabelecido que as normas a utilizar na UE, a partir de janeiro de 2005, nas contas consolidadas de todas as empresas cotadas na bolsa, deveriam ser as *International Accounting Standards* (IAS) ou Normas Internacionais de Contabilidade (NIC).

De referir que, as IAS inicialmente emanadas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) que, em 2001, após uma reestruturação, passou a denominar-se *International Accounting Standards Boarding* (IASB), passaram a denominar-se *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Esta imposição teve como objetivo aumentar a harmonização contabilística nos países da UE, melhorar o relato financeiro, aumentar a comparabilidade e a transparência entre empresas e desenvolver um mercado de capitais único na Europa (Barlev *et al.*, 2007; Jermakowicz, 2004).

Com a adoção das IFRS, para os normativos nacionais, um dos objetivos subjacentes era a diminuição da gestão dos resultados (*accruals* discricionários). Tendo por base este objetivo, alguns estudos foram realizados. Porém, as conclusões não são unânimes. Uns estudos consideram que, com a adoção das IFRS, houve uma diminuição de *accruals* discricionários (Gassen e Sellhorn, 2006), outros estudos relatam que não houve alteração (Goncharov e Zimmermann, 2006), havendo outros a revelarem que houve um aumento dos *accruals* discricionários (Tendeloo e Vanstraelen, 2005).

Refira-se, porém, que para Jermakowicz (2004), as IFRS privilegiam os investidores, pois não só o relato financeiro é mais orientado para estes, como também a estrutura de relato é mais focada no apuramento do lucro económico e menos no lucro fiscal.

Já Armstrong *et al.*, (2010), num estudo que analisa a reação do mercado de capitais à adoção das IFRS na Europa, sugerem que, em termos gerais, a expectativa em relação à adoção das IFRS é positiva, associada a expectativas de redução das assimetrias na informação e aumento da qualidade da informação financeira. Deverá ser tido em conta que este aumento da qualidade da informação financeira vai ao encontro do defendido por vários autores, designadamente Barth *et al.*, (2008).

Determinadas normas do IASB permitem a opção de tratamento (Missonier-Piera, 2004), designadamente na valorização de determinados ativos, podendo as empresas optarem pelo método do justo valor ou do custo histórico. Apesar de se verificar que o método de mensuração mais utilizado pelas empresas europeias é o custo histórico (Demaria e Dufour, 2007), a filosofia do IASB é, em termos gerais, direcionada para que as empresas dos

diferentes países adotem o justo valor no relato financeiro (Cairns, 2006), principal mudança preconizada pela introdução das IFRS.

A literatura evidencia as vantagens da adoção das IFRS, designadamente:

- Por permitir a tomada de decisões com base em informação mais fidedigna, com a possibilidade de comparar empresas de diferentes países (Ball, 2006; Tendeloo e Vanstraelen, 2005);
- Por a informação ser de mais fácil leitura e de melhor qualidade, havendo uma diminuição da assimetria de informação, reduzindo o problema da seleção adversa (Ball, 2006).

Porém, na adoção do justo valor os principais problemas que se podem identificar são a dificuldade em obter com rigor o valor de mercado, e a possível manipulação desse mesmo valor (Ball, 2006).

1.2.4.2. Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) veio substituir o POC, as Diretrizes Contabilísticas, as Interpretações Técnicas e toda a legislação complementar existente no sistema normativo português, entrando em vigor a 1 de janeiro de 2010.

O SNC está suportado num conjunto de normas publicadas em quatro tipos de diplomas:

Tabela 3 - Normas publicadas que suportam o SNC

Normativo Legal		Conteúdo
Decreto-Lei	n.º 158/2009, de 13 de julho	Criação do SNC e âmbito de aplicação. Revogação do POC e legislação complementar.
	n.º 35/2010, de 2 de setembro	Aprova o regime contabilístico para microentidades.
	n.º 36-A/2011, de 9 de março	Aprova o regime contabilístico para microentidades e para as entidades do setor não lucrativo.
Lei	n.º 20/2010, de 23 de agosto	Alarga o conceito de pequenas entidades.
	n.º 35/2010, de 2 de setembro	Regime especial para microentidades.

Normativo Legal		Conteúdo
Portaria	n.º 986/2009, de 7 de setembro	Modelos das Demonstrações Financeiras.
	n.º 1011/2009, de 9 de setembro	Código de Contas.
	n.º 104/2011, de 14 de março	Modelos de Demonstrações Financeiras para microentidades.
	n.º 105/2011, de 14 de março	Modelos de Demonstrações Financeiras para as entidades do setor não lucrativo.
	n.º 106/2011, de 14 de março	Código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo.
	n.º 107/2011, de 14 de março	Código de contas específico para microentidades.
Avisos	n.º 15652/2009, de 7 de setembro	Estrutura Conceptual.
	n.º 15655/2009, de 7 de setembro	Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).
	n.º 15654/2009, de 7 de setembro	Norma Contabilística de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).
	n.º 15653/2009, de 7 de setembro	Normas Interpretativas (NI).
	n. 6726-A/2011, de 14 de março	Norma contabilística e de relato financeiro para microentidades.
	n. 6726-B/2011, de 14 de março	Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo.

Fonte: Elaboração Própria

O SNC é constituído pelos seguintes instrumentos: bases para a apresentação de demonstrações financeiras, modelos de demonstrações financeiras, código de contas, vinte e oito normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), uma norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE), uma norma contabilística para as microentidades (NCM), uma norma contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) e duas normas interpretativas.

Nas bases para a apresentação de demonstrações financeiras, encontram-se os requisitos globais tendentes a assegurar a comparabilidade das demonstrações financeiras da própria empresa em diferentes períodos, e de outras empresas. Estão publicados modelos de balanço, demonstração dos resultados (por naturezas e por funções), demonstração das alterações do capital próprio, demonstração dos fluxos de caixa e anexo, e modelos simplificados das referidas demonstrações financeiras.

O código de contas contém o quadro síntese das contas, o próprio código de contas (lista das contas) e as notas de enquadramento.

As NCRF resultam da adoção das normas internacionais de contabilidade adotadas na UE, atendendo ao tecido empresarial português e tratam o reconhecimento, a mensuração, a divulgação, outros aspetos particulares da entidade e outros acontecimentos.

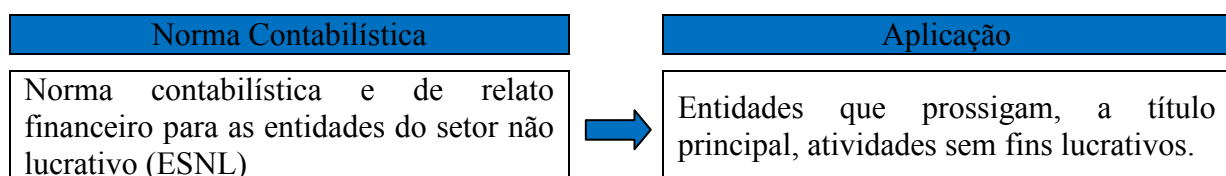
A NCRF-PE sintetiza os principais aspetos de reconhecimento, mensuração e divulgação extraídos das NCRF, considerados como requisitos mínimos a aplicar às pequenas entidades, assim como a NCM e a ESNL para as microentidades e para as entidades do sector não lucrativo, respetivamente.

As normas interpretativas têm como objetivo esclarecer e/ou orientar sobre os restantes instrumentos que integram o SNC.

Assim, as demonstrações financeiras serão elaboradas tendo por base as NIC/IAS, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), a Norma de Contabilística e de Relato Financeiro para as Pequenas Entidades (NCRF-PE) para entidades de menor dimensão e com menores necessidades ou exigências de relato financeiro, a Norma Contabilística de relato financeiro para microentidades (NCM) para as denominadas microentidades, ou a norma contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Tabela 4 - Aplicação das Normas Contabilísticas

Norma Contabilística	Aplicação
NIC/IAS (Normas internacionais adotadas diretamente pela UE)	Entidades cotadas, setor financeiro e setor segurador
NCRF (Sistema de normalização contabilístico português elaborado com base nas normas do IASB, adotadas pela União Europeia)	Entidades sem títulos à negociação; Contas consolidadas; Contas Individuais
NCRF-PE (Norma simplificada para as pequenas entidades)	Pequenas entidades (que não integrem consolidação); Não sujeitas a certificação legal de contas e não ultrapassem 2 dos limites: - Total de balanço: € 1.500.000 - Total de rendimentos: € 3.000.000 - N.º trabalhadores: 50
NCM (Norma para microentidades)	Microentidades (que não integrem Consolidação); Não sujeitas a Certificação legal de contas e não ultrapassem 2 dos limites no exercício anterior: - Total de balanço: € 500.000 - Volume de negócios líquido: € 500.000 - N.º trabalhadores: 5



Fonte: Elaboração Própria

Tabela 5 - Normas contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF)

NCRF		IAS / IFRS	Capítulo NCRF-PE	Capítulo NCM	Capítulo ESNL	DC (POC)
N.º	Descrição					
1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	IAS 1	3	4	4	DC 18 e DC 20
2	Demonstração de Fluxos de Caixa	IAS 7	-	-	-	DC 14
3	Adoção pela primeira vez das NCRF	IFRS 1	4	5	5	-
4	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	IAS 8	5	6	6	DC 8
5	Divulgação de Partes Relacionadas	IAS 24	-	-	-	-
6	Ativos Intangíveis	IAS 38	6	8	8	-
7	Ativos Fixos Tangíveis	IAS 16	7	7	7	DC 16
8	Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	IFRS 5	-	-	-	-
9	Locações	IAS 17	8	9	9	DC 25
10	Custos de Empréstimos Obtidos	IAS 23	9	10	10	-
11	Propriedades de Investimento	IAS 40	-	-	-	-
12	Imparidade de Ativos	IAS 36	-	-	-	-
13	Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas	IAS 28 e 31	-	-	-	DC 9 e DC 24
14	Concentrações de Atividades Empresarias	IFRS 3	-	-	-	DC 1
15	Investimentos em Subsidiárias e Consolidação	IAS 27	-	-	-	DC 6
16	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais	IFRS 6	-	-	-	-
17	Agricultura	IAS 41	10	-	-	-
18	Inventários	IAS 2	11	11	11	-
19	Contratos de Construção	IAS 11	12	-	-	DC 3
20	Rédito	IAS 18	13	12	12	DC 26
21	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IAS 37	14	13	13	-

NCRF		IAS / IFRS	Capítulo NCRF-PE	Capítulo NCM	Capítulo ESNL	DC (POC)
N.º	Descrição					
22	Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo	IAS 20	15	14	14	-
23	Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	IAS 21	16	15	15	DC 21
24	Acontecimentos Após a Data do Balanço	IAS 10	-	-	-	-
25	Impostos Sobre o Rendimento	IAS 12	17	16	16	DC 28
26	Matérias Ambientais		18	-	-	DC 29
27	Instrumentos Financeiros	IAS 32-39-7	19	17	17	DC 17
28	Benefícios dos Empregados	IAS 19	20	18	18	DC 19

Fonte: Elaboração Própria

Estabelece a EC que um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui, normalmente, um balanço, uma demonstração dos resultados, uma demonstração das alterações na posição financeira e uma demonstração de fluxos de caixa, bem como as notas e outras demonstrações e material explicativo que constituam parte integrante das demonstrações financeiras. Assim, consoante o modelo que se adote, as demonstrações a elaborar são as indicadas na tabela que se passa a apresentar.

Tabela 6 - Demonstrações Financeiras

SNC	NCRF-PE	NCM	ESNL
Balanço	Balanço reduzido	Balanço reduzido	Balanço
Demonstração dos Resultados	Demonstração dos Resultados reduzida	Demonstração dos Resultados reduzida	Demonstração dos Resultados
Demonstração das alterações no capital próprio	-	-	Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais
Demonstração dos fluxos de caixa	-	-	Demonstração dos fluxos de caixa
Anexo em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas NCRF.	Anexo em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas NCRF.	Anexo com 16 notas previamente estabelecidas	Anexo em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas NCRF.

Fonte: Elaboração Própria

Na Estrutura Conceptual do SNC, como pressupostos subjacentes às demonstrações financeiras, é estabelecido o regime do acréscimo e a continuidade. Considerando o regime do acréscimo, as demonstrações financeiras do período devem refletir todas as operações e acontecimentos desse período, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. As demonstrações financeiras também devem ser preparadas no pressuposto da continuidade, assumindo que a empresa não tem intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o seu nível de operações.

São ainda determinadas, como principais características qualitativas das demonstrações financeiras, a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade. As características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada aos utentes útil. Assim, é fundamental que a informação financeira contida nas demonstrações financeiras seja compreensível pelos utentes. Todavia, a informação só é útil se satisfizer as necessidades dos seus utentes. Neste sentido, a relevância é a capacidade que a informação tem para influenciar uma decisão ou ajudar os utilizadores a avaliar acontecimentos passados, presentes ou futuros, ou confirmar, ou corrigir, as avaliações passadas. A fiabilidade pressupõe que a informação é isenta de erros materiais e de preconceitos, sendo que os utentes devem ser capazes, por um lado, de comparar as demonstrações financeiras de uma entidade ao longo do tempo e, por outro lado, de comparar demonstrações financeiras de diferentes entidades.

As características qualitativas primárias da relevância e da fiabilidade são complementadas por características qualitativas secundárias. Para a relevância, contribui a materialidade. Já para a fiabilidade, contribui a representação fidedigna, a substância sobre a forma, a neutralidade, a prudência e a plenitude. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas dos utentes, tomadas com base nas demonstrações financeiras. Para ser fiável, a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente. Para que a informação traduza fidedignamente as transações e outros acontecimentos que tenha por fim representar, é necessário que eles sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade económica, e não meramente segundo a sua forma legal. Para que seja fiável, a informação contida nas demonstrações financeiras tem ainda de ser neutra, isto é, livre de preconceitos. As demonstrações financeiras não são neutras se, por via da seleção ou da apresentação da informação, elas influenciarem a tomada de uma decisão ou um juízo de valor a fim de atingir

um resultado ou um efeito predeterminado. A prudência é a inclusão de um grau de precaução no exercício dos juízos exigidos ao fazer as estimativas necessárias em condições de incerteza, de forma a que os ativos ou os rendimentos não sejam sobreavaliados, e os passivos ou os gastos não sejam subavaliados. Porém, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, não permite a subavaliação deliberada de ativos ou de rendimentos, ou impede a deliberada sobreavaliação de passivos ou de gastos, porque as demonstrações financeiras não seriam neutras e, por isso, não teriam a qualidade de fiabilidade. Para que seja fiável, a informação nas demonstrações financeiras deve ainda ser completa (plena) dentro dos limites de materialidade e de custo. Uma omissão pode fazer com que a informação seja falsa ou enganadora e, por conseguinte, não fiável e deficiente em termos da sua relevância.

Comparativamente com o normativo contabilístico anterior, o POC só previa como características qualitativas a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade. A continuidade, a materialidade, a substância sobre a forma, a prudência e o acréscimo eram Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA), para além da consistência e do custo histórico. A estrutura conceptual do SNC não enuncia os PCGA.

Como constrangimentos à informação relevante e fiável, são apontados a tempestividade, o balanceamento entre benefícios e custos e o balanceamento entre características qualitativas. A demora no relato da informação pode levar à perda da sua relevância. Por outro lado, os benefícios derivados da informação devem exceder o custo de a proporcionar, sendo que é muitas vezes, necessário um balanceamento, ou um compromisso, entre características qualitativas, a fim de ir ao encontro dos objetivos das demonstrações financeiras.

No que concerne à imagem verdadeira e apropriada/apresentação apropriada, a aplicação das principais características qualitativas e das normas contabilísticas apropriadas resulta, normalmente, em demonstrações financeiras que transmitem o que é geralmente entendido como uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, ou considerado apropriadamente incluindo o desempenho e as alterações na posição financeira de uma entidade.

A EC define também os elementos das demonstrações financeiras. Estes elementos são as classes em que se agrupam as transações e os acontecimentos retratados nas demonstrações financeiras. Assim, os elementos diretamente retratados, com a posição financeira relatada no balanço, são os ativos, os passivos e os capitais próprios. Já os elementos diretamente

relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração dos resultados são os rendimentos e os gastos.

Para este estudo, interessa principalmente a definição de ativo. Um **ativo** é um recurso controlado pela empresa como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a empresa benefícios económicos futuros.

Também na EC é estabelecido o processo de reconhecimento, entendido como o processo de incorporar no balanço e na demonstração dos resultados um item que satisfaça a definição de um elemento, que seja provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item flua para ou da entidade, e que o item tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade. No que diz respeito, especificamente, ao ativo, este é reconhecido no balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros direcionados para a entidade e o ativo tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

Também a atribuição do valor a um elemento, ou seja, a sua mensuração é essencial no processo contabilístico. Para a EC, a mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devem ser reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados. A questão da mensuração reside essencialmente em dois conceitos: o custo histórico e o justo valor. Com a implementação do SNC, surge a possibilidade, e ao mesmo tempo o incentivo, à adoção do justo valor como método de mensuração subsequente dos ativos (Fonseca, 2007 e Cairns, 2006). No contexto deste estudo, interessa particularmente a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis.

1.3. Ativos Fixos Tangíveis (AFT)

Os Ativos Fixos Tangíveis (AFT) são um elemento comum à generalidade das empresas, correspondendo, na maioria delas, à maior fatia do total dos ativos.

A importância dos AFT nas demonstrações financeiras é defendida por numerosos autores (Barlev *et al.*, 2007; Barth, 2007; Jackson, 2008; Kang e Zhao, 2010) designadamente, no que se refere à mensuração, depreciação e influência que exercem nos indicadores económicos e financeiros das empresas.

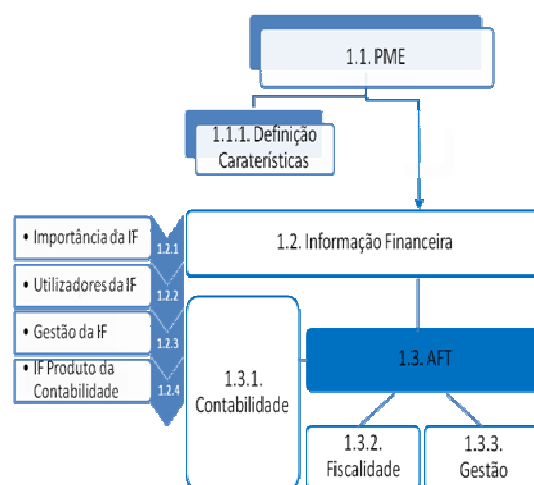
Como já se referiu, o processo de preparação da informação financeira permite algumas escolhas contabilísticas, sendo que estas estão também ligadas à mensuração dos AFT (Hunt *et al.*, 1996), nomeadamente no que respeita à mensuração e aos critérios seguidos na depreciação (Astami e Tower, 2006).

A mensuração dos AFT confere pertinência ao estudo, não só porque agrega métodos identificados como técnicas que influenciam os resultados, quer de forma ascendente, quer de forma descendente, como também pelo facto de os AFT serem elementos com uma permanência longa na empresa, podendo a sua mensuração representar efeitos duráveis na estrutura dos ativos e nos resultados das empresas (Bowen, DuCharme e Shores, 1999).

Com a introdução do SNC, a questão da mensuração dos AFT ganhou maior visibilidade, designadamente pela possibilidade, e ao mesmo tempo pelo incentivo, à adoção do justo valor como método de mensuração subsequente dos ativos.

Antes de se avançar para o desenvolvimento da temática relacionada com a mensuração dos AFT, considera-se necessário uma abordagem prévia aos temas com maior relevância e que suscitam maior debate, no que aos AFT diz respeito, nomeadamente as questões relacionadas com o custo histórico e o justo valor, a política de depreciações e o reconhecimento de imparidades.

Ilustração 9 - Esquema da revisão de literatura localização 1.3.



Custo histórico/Justo valor

Vários estudos identificam o custo histórico como o método de mensuração mais utilizado pelas empresas europeias (Astami e Tower, 2006; Demaria e Dufour, 2007; Tarca, 2005; Missionier-Piera, 2004), sobretudo em países *code law* (Tarca, 2005), sendo que, em países *commom law*, o justo valor é o método mais usado (Tarca, 2005).

Pelo custo histórico, um ativo deve ser registado pelo seu valor de aquisição ou, pelo seu valor de produção, ou pelo preço de substituição. Neste método, o valor do ativo corresponde ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

Já pelo justo valor, um ativo deve estar registado ao seu valor atual. Para o IASB, o justo valor é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transação em que não exista relacionamento entre elas.

A adoção do justo valor resulta da procura de novas soluções que melhorem a utilidade da informação financeira prestada pelas empresas. Todavia, existem estudos cujas conclusões não confirmam o uso, por si só, do justo valor como fonte de maior relevância, sugerindo os resultados dessas investigações que o simples uso do justo valor não melhora a qualidade da informação (Eccher, Ramesh e Thiagarajan, 1996, Khurana e Kim, 2003 e Nelson, 1996).

A opção entre o custo histórico e o justo valor não é uma tarefa fácil, pois existem vantagens e inconvenientes associados a cada um dos modelos, questões relacionadas com a fiabilidade/relevância, a objetividade/subjetividade, a relação custo benefício associada a cada um e as implicações fiscais, aspetos que dificultam a escolha.

Começando pela fiabilidade, a literatura aponta no sentido de o custo histórico ser mais fiável que o justo valor (Barth, 1994). A determinação do valor do ativo pelo método do custo histórico é mais objetiva (Fonseca, 2007), não apresentando grandes dúvidas. Pelo contrário, o justo valor é mais difícil de estimar, sendo a sua determinação mais subjetiva (Barlev *et al.*, 2007 e Khurana e Kim, 2003). A subjetividade que envolve a determinação do justo valor consubstancia-se no facto de eventuais ganhos não significarem necessariamente ganhos efetivos (Richard, 2004).

Já no que se refere à relevância, a literatura evidencia a superioridade do justo valor face ao custo histórico (Ahmed e Takeda, 1995; Barlev *et al.*, 2007; Barth, 1991; Barth, 1994; Barth, 2007; Khurana e Kim, 2003). O justo valor é referenciado como o método mais adequado para a gestão, pois as demonstrações financeiras, preparadas com base no custo histórico, escondem a real posição financeira e os resultados das operações da empresa (Barlev *et al.*,

2007). Porém, o justo valor pode levar a uma maior volatilidade no relato financeiro e a um maior nível de manipulação (Barth, 1991; Barth, 1994; Barth, Collins, Crooch, Elliott, Thomas, Imhoff, Landsman e Stephens, 1995; Francis, 1990; Jermakowicz e Gornik-Tomaszewski, 2006 e Richard, 2004).

Apesar de, como já referido, o simples uso do justo valor poder não garantir melhor relevância, a aplicação do método do justo valor reflete as condições económicas presentes, enquanto o custo histórico apenas indica as condições económicas existentes no momento da compra ou produção, o que corresponde ao justo valor naquele momento. Assim, o custo histórico é estático, o que o torna incapaz de representar de modo razoável o valor dos ativos (Barth, 1994 e Richard, 2004) desvirtuando, deste modo, a informação reportada (Barlev e Haddad, 2003).

A decisão de revalorizar os ativos fixos pertence à gestão da empresa, o que pode, desde logo, levantar questões sobre os motivos para a revalorização e os resultados dessa mesma revalorização (Barlev *et al.*, 2007).

A opção pelo modelo da revalorização pode também depender da relação custo benefício dessa opção. A revalorização de um bem, o apuramento do seu justo valor à data da revalorização, no que diz respeito por exemplo, a terrenos e edifícios, deve ser determinado com base no mercado, através de uma avaliação realizada por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes. Já no que diz respeito ao equipamento, o seu justo valor é, geralmente, o seu valor de mercado, determinado por avaliação. Deve salientar-se que a NCRF 7 estabelece que a revalorização deve ser efetuada com a regularidade suficiente de modo a assegurar que o valor contabilístico do ativo não seja materialmente diferente do que seria obtido caso se utilizasse o justo valor à data do Balanço. Assim, o custo associado à utilização do modelo da revalorização (justo valor) pode ser elevado e contínuo.

Também a legislação fiscal, ao não permitir a revalorização, possibilitando unicamente o modelo do custo, e ao limitar as depreciações resultantes da revalorização, pode induzir a que a opção recaia sobre o método do custo (custo histórico).

Diretamente dependentes do modelo de mensuração utilizado estão as depreciações.

Depreciações

Todo o ativo fixo tem normalmente uma vida útil, isto é, um determinado período de tempo durante o qual se espera que possa ser utilizado em boas condições de funcionamento, o que corresponde à sua vida física. Acresce a esta situação o facto de as evoluções tecnológicas e a obsolescência provocarem perda no valor do ativo fixo, contribuindo para a determinação da sua vida económica que, em geral, é mais curta que sua vida física.

Também na definição de ativo fixo está patente o facto de o mesmo não se consumir num só exercício, mas sim, em princípio, no número de anos previstos para a sua vida económica. Desta forma, não será razoável imputar o custo total ao exercício no qual se faz a aquisição.

Há ainda a realçar que, à medida que o bem vai sendo usado, a sua utilidade diminui, até se chegar teoricamente a uma utilidade (valor) nula.

As depreciações consistem no registo da perda de valor de um ativo fixo, ou em repartir o custo do mesmo pelos exercícios abrangidos pela sua vida útil.

A empresa pode optar por métodos diferentes para registar a depreciação, porém, a literatura refere que a escolha é feita entre o método das quotas constantes, ou por métodos mais acelerados, sendo que o método mais utilizado é o das quotas constantes (Astami e Tower, 2006).

As depreciações resultam, em regra, da aplicação de taxas que têm por base a vida útil esperada. Porém, dificilmente a vida útil esperada coincide com a vida real do bem, logo dificilmente as depreciações refletem o valor económico do bem. É frequente existirem nas empresas bens totalmente depreciados, com valor contabilístico igual a zero, e ainda estarem a ser utilizados, ou seja, com valor económico maior que zero.

Neste contexto, como referem Kang e Zhao (2010), muitos são os autores a considerarem que as depreciações contabilísticas se afastam das depreciações económicas. Podendo o método de depreciação influenciar, designadamente, o investimento de substituição e a própria utilidade do bem (Jackson, 2008).

Imparidades

O conceito de imparidade deriva do modelo anglo-saxónico que designam por “*impairment*” as diminuições inesperadas do valor dos ativos.

A questão das imparidades é tratada na NCRF 12. Estabelecendo esta norma que um ativo está em imparidade se o mesmo estiver escriturado por uma quantia superior à quantia

recuperável através do uso ou da venda. Esta norma exige que, neste caso, a entidade deve reconhecer uma perda por imparidade.

Neste sentido, as entidades devem avaliar, no final de cada ano, se existem ativos que possam estar com imparidade. Em caso afirmativo, devem estimar a quantia recuperável do ativo e proceder ao reconhecimento da imparidade.

Se não se proceder ao registo da perda por imparidade, os ativos encontram-se sobrevalorizados, provocando um efeito igual nos resultados e nos capitais próprios. Neste sentido, o conceito de “imparidades” está associado ao conceito de “justo valor”.

Por outro lado, um ativo em imparidade pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação (amortização), ou o valor residual do ativo, precisa de ser revisto e ajustado.

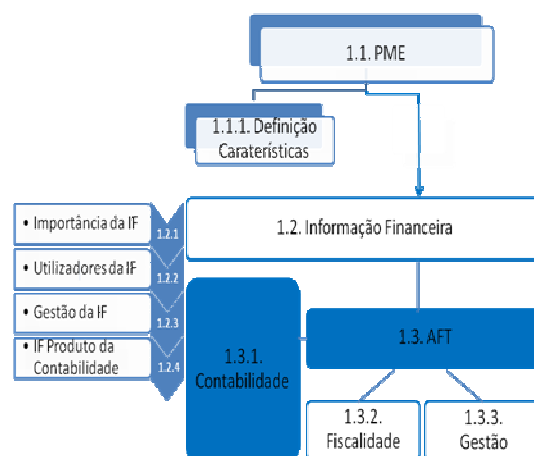
Contudo, no que diz respeito aos AFT, apenas são aceites fiscalmente as perdas por imparidade que tenham por base desvalorizações excecionais verificadas em ativos fixos tangíveis, provenientes de causas anormais devidamente comprovadas.

1.3.1. Os AFT e a Contabilidade

A informação prestada pela contabilidade reveste-se de interesse para um conjunto vasto de utilizadores (empresa, gestores, investidores, credores, financiadores, fisco, trabalhadores, clientes, fornecedores, etc.). Nesse sentido, é necessário que a informação financeira seja obtida a partir de métodos e procedimentos conhecidos e aceites por todos os interessados pois, só assim, é possível a sua comparabilidade e interpretação. Ou seja, é necessário definir um conjunto de regras a serem uniformemente seguidas pelas diferentes unidades económicas na execução da contabilidade.

A normalização contabilística, ao criar uma metodologia comum, a ser seguida pelas unidades económicas visa, fundamentalmente, a comparabilidade das informações inter-unidades, a

Ilustração 10 - Esquema da revisão de literatura localização 1.3.1



universalidade dos dados recolhidos e a sua compreensibilidade pelos diversos e diferentes agentes económicos.

Porém, como já foi referido, a contabilidade permite várias possibilidades e escolhas contabilísticas, designadamente no que diz respeito aos AFT (Hunt *et al.*, 1996), no que respeita à mensuração e aos critérios seguidos na depreciação (Astami e Tower, 2006).

Neste contexto, e sendo um dos objetivos deste estudo analisar as escolhas contabilísticas, este ponto é dedicado à normalização contabilista, especificamente ao tratamento contabilístico dos AFT.

Com a publicação do Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho, a partir de Janeiro de 2010, entrou em vigor o Sistema de Normalização Contabilística, substituindo o antigo Plano Oficial de Contas (POC) e as Diretrizes Contabilísticas (DC). Porém, para uma melhor compreensão da evolução do tratamento contabilístico dos AFT, este ponto inicia-se com uma abordagem, ainda que genérica, ao POC e à forma com os AFT tangíveis eram regulamentados. Pretendendo-se com esta abordagem possibilitar a comparação entre os dois sistemas contabilísticos.

Entre as alterações introduzidas pelo SNC encontram-se algumas nomenclaturas. As diferenças terminológicas, com palavras diferentes para a mesma realidade são identificáveis nos dois normativos. Com o objetivo de facilitar a leitura e permitir a comparação entre os diferentes sistemas de contabilidade, apresenta-se de seguida uma tabela com as principais alterações terminológicas e respetivas equivalências, relacionadas com os AFT.

Tabela 7 - Tabela de equivalência de nomenclaturas

POC/DC	SNC
Ativos Fixos	Ativos não Correntes
Imobilizados Corpóreos	Ativos Fixos Tangíveis
Imobilizados Incorpóreos	Ativos Fixos Intangíveis
Amortização	Depreciação
Reavaliação	Revalorização
(...)	Imparidades

Fonte: Elaboração Própria

1.3.1.1. Plano Oficial de Contabilidade (POC)

O POC definia ativos fixos como os bens patrimoniais ativos, corpóreos ou incorpóreos, que a empresa utiliza como meios de realização dos seus objetivos. Aqueles representam um conjunto variado de elementos que permanecem na empresa por um prazo mais ou menos longo, servindo quer como meios de produção, quer como fonte de rendimento ou condições de trabalho. Os Ativos Fixos surgiram vulgarmente divididos em dois grandes grupos:

Técnicos – constituídos por bens que tornam possível o arranque e desenvolvimento da atividade da empresa, correspondendo aos fundos investidos, ligados à atividade normal da empresa e com carácter de permanência, podendo ter natureza corpórea (tangível), ou natureza incorpórea (intangível).

De rendimento – abrangendo os investimentos de capital em atividades inorgânicas, com o objetivo de proporcionar um certo rendimento ou o controle de outras empresas.

O POC, nas notas explicativas, expunha que a classe 4 – Imobilizações “inclui os bens detidos com continuidade ou permanência e que não se destinem a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações da empresa, quer sejam de sua propriedade, quer estejam em regime de locação financeira.”

No que se refere às imobilizações corpóreas (AFT), o POC estabelecia que, esta conta:

Integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis, que a empresa utiliza na sua atividade operacional, que não se destinem a ser vendidos ou transformados, com carácter de permanência superior a um ano. Inclui igualmente as benfeitorias e as grandes reparações que sejam de acrescer ao custo daqueles imobilizados.

Reavaliações (revalorizações)

Os sistemas de informação contabilística, seguindo a objetividade como requisito fundamental, sempre rejeitaram critérios que não partissem de valores efetivos, reais ou históricos.

As reavaliações, previstas na Lei, podem classificar-se da seguinte forma:

- Reavaliações obrigatórias, de que pode referir-se como exemplo o caso francês até 1959 (pelo menos para certo tipo de empresas);
- Reavaliações facultativas com autorização prévia, de que temos como exemplo o caso português, consignado no Decreto-Lei n.º 126/77;

- Reavaliações facultativas sem autorização prévia, apenas se sujeitando a posterior fiscalização, tais são os casos da Portaria n.º 20 258 e do Decreto-Lei n.º 430/78 e de todos os que se lhes seguiram, em Portugal.

Uma vez que as reavaliações previstas na Lei não resolviam completamente as distorções dos valores dos bens, em particular dos terrenos e edifícios, e também porque, desde 1998 (Decreto – Lei n.º 31, de 11 de fevereiro) não foram publicados diplomas legais a permitir reavaliações, algumas empresas enveredaram pela contabilização de reavaliações não previstas em diplomas legais. Apesar do desrespeito, discutível, pelo princípio do custo histórico, estas reavaliações eram justificadas pelo princípio consagrado na 4ª Diretiva da União Europeia, onde é consagrado que a contabilidade deve transmitir uma imagem verdadeira e apropriada do património e dos resultados.

Em Portugal, como forma de normalizar esta matéria e procurando disciplinar as reavaliações não previstas legalmente, aplicava-se a Diretriz Contabilística (DC) 16 – “Reavaliação de ativos imobilizados tangíveis”.

Igualmente com o objetivo de eliminar as dúvidas no que se referia ao princípio do custo histórico, admitia-se ou não as reavaliações, foi alterada a redação deste princípio que, na última versão do POC, passou a enunciar que “Os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção, quer a escudos nominais, quer a escudos constantes”.

Neste sentido, qualquer reavaliação operada através da aplicação de coeficientes de correção monetária, estava enquadrada no princípio do custo histórico.

No que se refere às reavaliações que assentassem numa filosofia de valor de mercado, valor de substituição, valor económico, valor comercial, justo valor ou outro não tradutor de simples ajustamento monetário, ainda que não se enquadrassem no princípio do custo histórico, eram reconhecidas como válidas pela DC16. No entanto, a Diretriz citada reconhecia que o justo valor é “naturalmente subjetivo e dificilmente verificável”.

Ainda no que respeita às reavaliações livres, também denominadas de reavaliações extraordinárias ou económicas, no POC existia a conta “569 - Reservas de reavaliação – Outras”, desde logo apontando a possibilidade de efetuar reavaliações sem ter por base qualquer legislação.

Neste sentido, a legalidade das reavaliações resultava claramente do POC e da DC16, dispensando qualquer diploma adicional, tendo esses diplomas um alcance exclusivamente fiscal.

Assim, a reavaliação dos ativos imobilizados tangíveis (AFT) podia ser feita através dos seguintes métodos:

- ✓ Com base na variação do poder aquisitivo da moeda, obtendo-se um excedente objetivo e verificável, pois aquele apoia-se normalmente em índices de preços ou nos “coeficientes de desvalorização monetária”. No entanto, apesar de ser o único método que permitia chegar a valores objetivos, em regra, não traduzia o valor atual dos bens reavaliados, uma vez que consistia na simples aplicação de coeficientes;
- ✓ Com base no justo valor, não sendo a quantia obtida por esta via objetiva nem verificável, visto depender de cada avaliador e dos parâmetros próprios de cada um, permitindo, porém, uma maior aproximação ao valor real dos bens.

Consistindo a reavaliação de um ativo no ajustamento do valor de aquisição do bem e das respetivas amortizações (depreciações) acumuladas, em princípio, aquela daria origem a um excedente. Este excedente, ao abrigo do POC, era registado no capital próprio, consubstanciando-se numa reserva, denominada “reserva de reavaliação”.

De forma a garantir a informação, a divulgação, a origem e o conteúdo da reavaliação, o processo de reavaliação devia ser explicado no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e no Relatório de Gestão.

Amortizações (depreciações)

Os bens imobilizados (ativo fixo) estão sujeitos a desgaste ou perda de valor, que podem ter diferentes origens, nomeadamente:

- ✓ Causas independentes do uso e proporcionais ao tempo, tais como as evoluções tecnológicas;
- ✓ Causas proporcionais ao uso, tal como o desgaste físico;
- ✓ Simples passagem do tempo;
- ✓ Causas inesperadas, tais como os sinistros.

Para a determinação das quotas anuais de amortização (depreciação), tendo em linha de conta as três primeiras causas anteriormente enunciadas, e porque a última traduz um risco e não se situa sob a alçada das amortizações, eram definidos alguns critérios teóricos, vulgarmente divididos em dois grupos:

Critérios rígidos – com as quotas de amortização a serem fixadas à data da aquisição dos bens imobilizados, tendo apenas em atenção o fator tempo, incluindo-se neste grupo os métodos:

- Quotas constantes – partindo do pressuposto de que desgaste é diretamente proporcional ao tempo, sendo o valor das quotas anuais de amortização constante;
- Quotas variáveis em progressão aritmética decrescente (critérios dos dígitos) – considerando que as quotas anuais vão decrescendo na progressão aritmética;
- Quotas variáveis em progressão geométrica – consistindo na utilização de uma taxa determinada, que incide sobre o valor de aquisição para a determinação da quota do primeiro exercício, continuando-se a aplicar a mesma fórmula sobre os valores contabilísticos seguintes, isto é, sobre as diferenças entre os valores de aquisição e das amortizações acumuladas.

Critérios elásticos – efetuando-se a fixação das quotas de amortização no fim de cada período a que respeitam, e em função de determinados acontecimentos (grau de utilização, preço de mercado, etc.), incluindo-se os seguintes métodos:

- Desgaste funcional – considerando-se as quotas de amortização proporcionais à utilização do imobilizado.
- Base dupla – que resulta da combinação dos critérios das quotas constantes e do desgaste funcional. A quota de amortização, em cada exercício, é igual à diferença entre a maior das amortizações acumuladas no exercício e a maior das amortizações acumuladas no exercício anterior, calculadas de acordo com cada um dos critérios citados.

Essencialmente, no caso do imobilizado corpóreo (AFT), o deperecimento é contínuo. No entanto, a inexistência de documentos que traduzam a perda de valor dos bens imobilizados suscita a questão da objetividade. Neste sentido, atendendo a que as amortizações estão legalmente regulamentadas para efeitos fiscais, e no sentido de minimizar os valores atribuíveis por quem elabora a informação financeira, a adoção dos métodos e taxas fiscalmente aceites pode contribuir para a produção de informação objetiva.

No entanto, as amortizações calculadas através das tabelas fiscais, tendo por base taxas que não correspondem ao desgaste físico do bem, podem originar bens que, embora estejam ainda em funcionamento, já estão totalmente amortizados.

Já no que se refere ao registo contabilístico das amortizações, em POC podiam utilizar-se dois métodos: o método direto e o método indireto. Contudo, era mais comum utilizar-se o método indireto, sobretudo pela própria estrutura de contas estabelecida pelo POC.

No método direto, as amortizações, em cada exercício, são creditadas diretamente na conta de imobilizado bruto respetiva. Tem como grande desvantagem o facto de o balanço só refletir a quantia líquida do bem, que corresponde à diferença entre o ativo bruto e as amortizações acumuladas.

No método indireto, o registo das amortizações, em cada exercício, é feito por crédito da conta de amortizações acumuladas. Este método elimina a desvantagem do método anterior, sendo o método mais utilizado em POC.

No POC não se encontravam quaisquer referências a **imparidades**, prevendo aquele unicamente uma amortização extraordinária, se o imobilizado tivesse um valor inferior ao registado na contabilidade.

1.3.1.2. Sistema de Normalização Contabilística (SNC)

Define a EC que o ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros (§ 49, EC).

No SNC, os AFT são tratados na NCRF 7 – “Ativos Fixos Tangíveis”. Esta norma aplica-se à generalidade dos AFT, exceto nos casos em que seja permitido ou obrigatório um tratamento contabilístico diferente, designadamente no que diz respeito aos AFT detidos para venda, os ativos biológicos, os ativos relacionados com recursos mineiros e direitos e reservas minerais (§§ 1 e 2, NCRF 7).

1.3.1.2.1. NCRF 7

Segundo a NCRF 7, os AFT são itens tangíveis que:

- São detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos; e

- Prevê-se que sejam utilizados durante mais do que um período contabilístico (§ 6, NCRF 7).

O custo de um elemento de AFT deve ser **reconhecido** como ativo se, e apenas se:

- For provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros; e
- Caso o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade (§ 7, NCRF 7).

Este critério de reconhecimento é aplicável não só aos custos incorridos aquando da aquisição ou construção de um AFT, como também às despesas que possam surgir após a data de aquisição ou construção dos AFT (§§ 13 a 15, NCRF 7). Assim:

- Devem ser reconhecidas como ativo, desde que cumpram os critérios de reconhecimento, após eliminar o valor contabilístico das partes substituídas, as despesas de substituição de partes de um item do AFT;
- Devem ser reconhecidas como ativo, desde que cumpram os critérios de reconhecimento, após eliminar o valor contabilístico da inspeção anterior, as despesas de inspeções importantes de um item do AFT;
- Porém, no caso de despesas com a assistência diária de um item do AFT, tais como custos de mão-de-obra, consumíveis e de pequenas peças, não devem ser reconhecidas como AFT.

Mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis

A **mensuração inicial** de um AFT deve ser feita pelo seu custo, sendo que, no custo inicial, devem estar incluídos o preço de compra, os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para que o mesmo seja capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local onde o mesmo se encontra localizado (§§ 16 a 23, NCRF 7).

A NCRF 7 estabelece ainda uma lista com exemplos de custos diretamente atribuíveis e de custos que não são atribuíveis aos itens do AFT, considerando que o custo de um AFT é equivalente ao preço a dinheiro à data do reconhecimento.

No que respeita à **mensuração subsequente** dos AFT, a NCRF 7 (§ 29) permite que a mensuração subsequente de cada classe dos AFT seja efetuada pelo modelo do custo, ou pelo modelo de revalorização. A utilização deste último está dependente da necessidade de o justo valor dos AFT ser determinado de um modo fiável.

No modelo do custo, após o reconhecimento de um AFT, este deve ser escriturado pelo seu custo subtraindo-lhe qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas de imparidade acumuladas (§ 30, NCRF 7).

O valor contabilístico dos AFT, no modelo de revalorização, corresponde ao justo valor à data da revalorização, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas de imparidade acumuladas (§§ 31 a 42, NCRF 7).

Optando pelo modelo da revalorização, a empresa deve proceder a revalorizações com a regularidade suficiente, de modo a assegurar que o valor contabilístico do ativo não seja materialmente diferente do que seria obtido se se utilizasse o justo valor à data do Balanço.

Se a quantia escriturada de um ativo for aumentada, como resultado de uma revalorização dos AFT, estamos perante um rendimento resultante da revalorização, o qual deverá ser reconhecido:

- Diretamente nos capitais próprios, sob a designação de excedente de revalorização, como regra geral; ou
- Como rendimento do período, na Demonstração dos Resultados, quando acontecer a reversão de uma diminuição do valor do mesmo ativo, previamente reconhecida como gasto.

Se a quantia escriturada de um ativo for diminuída, como resultado de uma revalorização dos AFT, estamos perante um gasto resultante da revalorização, o qual deverá ser reconhecido:

- Como gasto do período, na Demonstração dos Resultados, como regra geral; ou
- Como uma diminuição do excedente de revalorização, quando se tratar da reversão de um excedente do mesmo ativo previamente reconhecido.

No que respeita ao tratamento do excedente de revalorização, este poderá ser transferido diretamente para resultados transitados quando o ativo for desreconhecido, isto é, na medida em que o ativo for utilizado pela empresa e objeto de depreciação, ou no momento da sua eliminação (tratamento semelhante ao estabelecido pelo POC).

Depreciação

Depreciação “...é a imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo durante a sua vida útil.” (§ 6, NCRF7), sendo que a quantia depreciável de um AFT deve ser imputada

numa base sistemática durante a sua vida útil e determinada após dedução do seu valor residual (§§ 50 e 53, NCRF7).

A NCRF 7 descreve, de um modo pormenorizado, o procedimento a efetuar no registo contabilístico das depreciações, designadamente:

- Início da depreciação de um AFT;
- Termo do período de depreciação;
- Determinação do valor a depreciar;
- Definição da vida útil e do método de depreciação;
- Procedimento a adotar relativamente à revisão do valor residual, da vida útil e do método de depreciação.

O início da depreciação será quando o AFT estiver disponível para uso, ou seja, quando estiver na localização e condições necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida (independentemente da data da sua entrada em funcionamento). A depreciação cessa: ou quando o ativo for classificado como detido para venda, ou quando for desconhecido, vigorando a que ocorrer mais cedo (§ 55, NCRF 7).

A vida útil de um AFT deve corresponder ao período de tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso, ou então ao número de unidades de produção ou similares que uma entidade espera obter do ativo (§57, NCRF 7).

Relativamente ao método de depreciação (§§ 60 a 62, NCRF 7), deve ser utilizado aquele que melhor reflete o padrão através do qual os benefícios económicos futuros associados ao ativo são consumidos pela entidade. Os métodos a utilizar incluem:

- Método da linha reta (quotas constantes);
- Método do saldo decrescente;
- Método das unidades produzidas.

A NCRF 7 (§§ 51 e 62) estabelece ainda a obrigatoriedade da revisão, no final de cada ano, do valor residual, da vida útil e do método de depreciação, devendo, em caso de alteração, ser adotado um tratamento prospetivo.

No que diz respeito ao registo das depreciações, o SNC prevê unicamente o método direto. As depreciações devem ser reconhecidas, em regra, nos resultados (§ 48, NCRF 7) por contrapartida da subconta 438 – “Depreciações acumuladas”.

Imparidade

A NCRF 7 (§63) remete para NCRF 12 a determinação da imparidade de um item do AFT, correspondendo a perda de imparidade ao excedente da quantia escriturada de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, em relação à sua quantia recuperável. Ou seja, um ativo está em imparidade quando a sua quantia escriturada é superior à quantia recuperável, sendo esta última a quantia mais elevada entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

Na data do Balanço, sempre que se verificar através de um indicador interno ou externo, que o AFT possa estar em imparidade, a entidade deve realizar um teste de imparidade de modo a verificar se o AFT está ou não em imparidade. Em caso afirmativo, deverá ser reconhecida uma perda de imparidade, conforme previsto na NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

O tratamento contabilístico da perda por imparidade é diferente consoante a empresa use o modelo do custo ou o modelo da revalorização na mensuração subsequente dos AFT. No modelo do custo, a perda deve ser diretamente reconhecida nos resultados. No modelo da revalorização, a perda será reconhecida contra o excedente de revalorização, devendo ser abatida ao excedente de revalorização existente. Se ultrapassar o excedente de revalorização, a diferença deve ser registada como gasto do período.

A empresa deve ainda, à data do relato, avaliar se existe alguma indicação de que as perdas por imparidade, reconhecidas em períodos anteriores, possam já não existir ou terem diminuído.

A NCRF 7 (§§ 66 a 71) estabelece ainda que o valor contabilístico de um elemento classificado como AFT deve ser **desreconhecido** no momento da sua alienação, ou então quando não são esperados benefícios económicos futuros como resultado do seu uso ou alienação. O ganho ou a perda, resultante do desreconhecimento deve ser, em regra, reconhecido nos resultados.

Divulgação de Informação

Como já foi referido, a informação divulgada nas demonstrações financeiras é uma fonte de informação importante para os diferentes utilizadores.

No que diz respeito aos AFT, para além dos elementos constantes no balanço e na demonstração dos resultados, tem grande relevo a informação a divulgar no anexo, pois

explica e complementa a informação quantitativa nas demais demonstrações financeiras. Assim, para cada classe de AFT, devem ser divulgados (§§ 72 a 75, NCRF 7):

- Critérios de mensuração utilizadas na determinação do valor bruto dos bens;
- Métodos de depreciação utilizados;
- Vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
- Valor bruto e as depreciações acumuladas do bem, incluindo as perdas de imparidade acumuladas, no início e no fim do período;
- Reconciliação do valor bruto, no início e no fim do período, identificando: adições; revalorizações; alienações; ativos classificados como detidos para venda; amortizações; perdas de imparidade e suas reversões; outras alterações;
- A existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;
- Valor das despesas suportadas no período contábilístico com ativos fixos em curso;
- A quantia de compromissos contratuais para a aquisição de AFT;
- Se não divulgado separadamente, na fase da Demonstração dos Resultados, o valor recebido de terceiros como compensação da perda de imparidade de AFT;
- Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período.
- Depreciação acumulada no final do período;

Quando existam AFT expressos por quantias revalorizadas:

- Data da eficácia da revalorização;
- Se esteve ou não envolvido um avaliador independente;
- Medida em que o justo valor dos itens foi determinado diretamente, com referência a preços observáveis num mercado ativo, ou em transações de mercado recentes numa base de não relacionamento entre as partes;
- Excedente de revalorização, indicando as alterações durante o período e quaisquer restrições quanto à sua distribuição aos acionistas.

Tabela 8 - NCRF7 vs POC

AFT	NCRF 7	POC
Conceito	São itens tangíveis que sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos; e se espera que sejam utilizados durante mais do que um período contabilístico.	Integra os imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis, que a empresa utiliza na sua atividade operacional, que não se destinem a ser vendidos ou transformados, com caráter de permanência superior a um ano.
Reconhecimento	Deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se, for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros; e o seu custo puder ser mensurado com fiabilidade.	Não existe qualquer referência.
Mensuração Inicial	Deve ser mensurado, inicialmente, pelo seu custo.	Deve ser valorizado ao seu custo de aquisição ou produção.
Mensuração após reconhecimento	Pelo modelo do custo (custo-depreciações acumuladas-perdas de imparidade acumuladas), ou pelo modelo de revalorização (justo valor à data da revalorização-depreciações acumuladas-perdas de imparidade acumuladas).	O valor do imobilizado corpóreo é igual ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. A DC 16 permite reavaliações com base na variação do poder aquisitivo da moeda.
Depreciações	A quantia depreciável deve ser imputada ao bem numa base sistemática e atendendo à vida útil esperada. Prevê o método da linha reta, o método do saldo decrescente e o método das unidades produzidas. Estabelece a obrigatoriedade da revisão, no final de cada ano, do valor residual, da vida útil e do método de depreciação	A amortização corresponde ao desgaste do ativo e deve ser reconhecida como custo numa base sistemática ao longo da vida útil.
Imparidade	A NCRF 7 remete para NCRF 12 a determinação, o reconhecimento e a reversão da imparidade de um item do AFT	Não prevê. Prevê amortização extraordinária.
Desreconhecimento	Deve ser desreconhecido quando não são esperados benefícios económicos futuros, como resultado do seu uso ou alienação.	Não existe qualquer referência.
Divulgação	Tem grande relevo a informação a divulgar no anexo	Notas no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

Fonte: Elaboração Própria

1.3.1.2.2. NCRF-PE

No que diz respeito às Pequenas Entidades que se enquadrem nos critérios já referidos, e que optem pela aplicação da NCRF-PE, o tratamento dado ao AFT, no essencial, é similar à NCRF 7 (§§ 73 a 76, NCRF-PE).

1.3.1.2.3. NCM

As microentidades, que se enquadrem nos critérios já referidos e que optem pela aplicação da NCM, no que diz respeito aos AFT, apresentam as seguintes diferenças de tratamento em relação à NCRF 7 e à NCRF-PE:

- São considerados AFT as propriedades de investimento e os ativos biológicos de produção;
- Não é admitido o método da revalorização;
- É unicamente permitido o método da linha reta, como método de depreciação;
- Não há lugar ao reconhecimento de Imparidades;
- É estabelecido um modelo do anexo para as microentidades, sendo definido que os elementos a constar no anexo são:
 - Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;
 - Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período;
 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as alienações, os abates e as depreciações;
 - Restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;
 - Compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

1.3.1.2.4. Transição do POC para o SNC (NCRF 3)

Tendo em vista a comparabilidade da informação financeira, a transição para as NCRF é tratada na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

No que respeita aos AFT, por remissão da NCRF 3 para a IFRS 1, na transição para o SNC, está prevista uma isenção na valorização dos AFT. Esta isenção permite que os AFT sejam mensurados individualmente ao justo valor, ou pelo método da revalorização à data da transição. Nos períodos seguintes, podem ser mensurados ao modelo do custo.

Sendo os ajustamentos de transição reconhecidos diretamente em resultados transitados, esta possibilidade pode contribuir para a melhoria de alguns indicadores económicos e financeiros da empresa.

1.3.2. Os AFT e a Fiscalidade

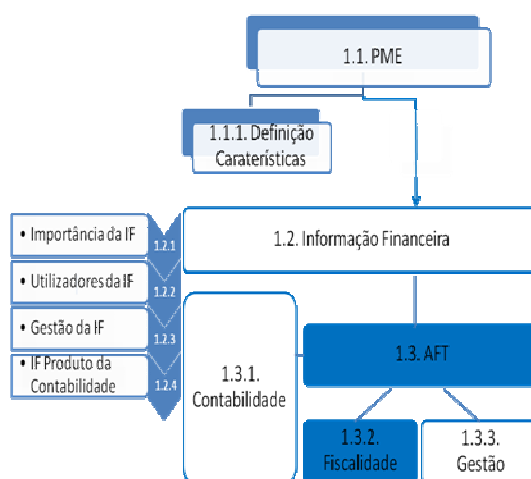
Na mensuração dos AFT deve-se ter em consideração o estabelecido nas normas contabilísticas. Porém, a Lei Fiscal estabelece também um conjunto de regras e algumas limitações no reconhecimento dos custos derivados dessa mensuração.

Apesar de a contabilidade e a fiscalidade serem disciplinas distintas, a sua interdependência é constante. Esta dependência está patente, desde logo, no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho), que determina a contabilidade como base para o apuramento do lucro tributável.

Neste sentido, assentando a tributação de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC) no lucro contabilístico, ou seja, na contabilidade, é natural que a fiscalidade utilize e exerça alguma influência na contabilidade, existindo, deste modo, uma forte ligação entre ambas (Ball *et al.*, 2000).

No entanto, e apesar de a base para o apuramento do IRC ser o lucro contabilístico, a fiscalidade criou disposições legais que permitem corrigir o lucro contabilístico, expurgando os custos desnecessários ou excessivos, para chegar ao lucro tributável. A pedra angular da relação entre a contabilidade e a fiscalidade é o princípio da neutralidade fiscal, em que as

Ilustração 11 - Esquema da revisão de literatura localização 1.3.2.



normas contabilísticas de relato financeiro dominam, a menos que a lei fiscal preveja expressamente o contrário. Todavia, vários são os exemplos onde a influência fiscal é evidente, pois nem todos os registos feitos de acordo com as normas contabilísticas são aceites como custos dedutíveis fiscalmente, designadamente no que diz respeito às matérias relacionadas com os AFT.

1.3.2.1 Antes da entrada em vigor do SNC

Constituindo a *Contribuição Industrial* (*Código da Contribuição Industrial* - Decreto-Lei n.º 45103, de 01 de julho de 1963) uma espécie de embrião do imposto sobre as sociedades na medida em que incidia sobre o lucro global determinado com base na contabilidade, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) (Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro) introduz, no sistema fiscal português, uma reformulação geral da tributação do rendimento das sociedades.

Na determinação da matéria coletável, a metodologia assenta no reporte do lucro tributável ao resultado líquido do exercício constante na demonstração de resultados, ou seja, a tributação do rendimento das sociedades incide sobre a realidade económica da empresa, constituída pelo lucro. Neste sentido, é natural que os AFT, representando um papel fundamental na política económica da empresa e, consequentemente, na tributação do rendimento das sociedades, sejam alvo de um tratamento cuidado por parte da legislação fiscal.

Com este propósito, o CIRC contém uma subsecção que apresenta os princípios e regras básicas a observar na política de reintegrações e amortizações, designadamente a definição dos elementos reintegráveis ou amortizáveis, a base de cálculo das reintegrações e amortizações e o ritmo das reintegrações e amortizações.

Definido o quadro de referência, o CIRC remeteu para um diploma regulamentar o desenvolvimento técnico do regime das reintegrações e amortizações, surgindo em 1990 o Decreto-Regulamentar n.º 2/90, de 2 de janeiro, com o intuito de desenvolver esta matéria.

A regulamentação do regime das reintegrações e amortizações enuncia, entre outros aspetos, as condições gerais da aceitação para efeitos fiscais e a base de cálculo, métodos de cálculo e vida útil.

Assim sendo, é possível falar numa política fiscal das reintegrações e amortizações.

Contudo, no que diz respeito às atualizações dos valores do AFT, verifica-se que têm sido parcialmente tratadas, em regra, através de ajustamentos monetários ocasionais do AFT, fundamentados em Decretos-Lei publicados ocasionalmente, conforme lista a seguir apresentada:

1. Portaria nº 20258, de 28 de dezembro de 1963.
2. Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de abril.
3. Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de dezembro.
4. Decreto-Lei nº 24/82, de 30 de janeiro.
5. Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de junho.
6. Decreto-Lei nº 143/84, de 9 de maio.
7. Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de dezembro.
8. Decreto-Lei nº 278/85, de 19 de julho.
9. Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de maio.
10. Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de abril.
11. Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de janeiro.
12. Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de novembro.
13. Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de dezembro.

As **reavaliações (revalorizações)** realizadas ao abrigo de diplomas legais, para além da melhoria da imagem dos balanços, possibilitam um desagravamento fiscal, através do aumento dos custos das depreciações. Porém, este desagravamento fiscal, previsto no DR 2/90, não era total, não sendo aceite como custo, para efeitos fiscais, 40% da importância do aumento das reintegrações resultantes dessas reavaliações.

A reavaliação do imobilizado traduz-se num aumento do capital próprio, logo numa variação patrimonial positiva não refletida nos resultados do exercício. No entanto, a alínea b) do art.º 21º do CIRC (Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro) estabelecia que não concorrem para a formação do lucro tributável “as mais-valias potenciais ou latentes, ainda que expressas na contabilidade, incluindo as reservas de reavaliação autorizadas”. A Administração Fiscal esclareceu ainda, em despacho de 21 de dezembro de 1989, que “As reavaliações do imobilizado, não enquadráveis em diploma legal, são variações patrimoniais, que se encontram excluídas na considerada alínea b) do art.21º do CIRC”. Logo, não há lugar à tributação das reservas de reavaliação.

As reavaliações não legalmente previstas eram então ignoradas pela fiscalidade, quer no momento da sua constituição, pela não tributação da reserva de reavaliação, quer no cálculo das amortizações (depreciações), pois o excesso de amortização provocado pela reavaliação não era aceite fiscalmente, nem considerado no apuramento das mais e menos-valias, uma vez que, para apuramento das mesmas, a base era o custo de aquisição ou produção.

Do regime das **reintegrações e amortizações**, regulamentado na subsecção III do CIRC (Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro) e no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de janeiro (DR2/90), enunciam-se de seguida os principais aspetos a realçar:

- Só são aceites, como custo, as amortizações de elementos do ativo sujeito a deprecimento, ou seja, imobilizado que, com carácter repetitivo, sofre perdas de valor resultantes da sua utilização, do decurso do tempo, do progresso técnico ou de quaisquer outras causas (art.º 28º CIRC e art.º 1º DR2/90).
- O período de vida útil é pré-estabelecido e deduz-se da taxa de amortização aceite fiscalmente, podendo ser o deduzido das taxas da tabela (vida útil mínima, ou taxa máxima), ou o deduzido de metade das taxas (vida útil máxima, ou taxa mínima), com algumas exceções, nomeadamente no que se refere a despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento (art.º 3º do DR2/90).
- O cálculo das reintegrações e amortizações do exercício faz-se, em regra, pelo método das quotas constantes. O cálculo pelo método das quotas degressivas é possível relativamente aos elementos do ativo imobilizado corpóreo novos, adquiridos a terceiros ou fabricados ou construídos pela própria empresa, e que não sejam: edifícios; viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, exceto quando afetas a empresas exploradoras de serviço público de transporte ou destinadas a ser alugadas no exercício da atividade normal da empresa sua proprietária; mobiliário e equipamentos sociais.

Poderão ser utilizados métodos de reintegração e amortização diferentes dos indicados, quando a natureza do deprecimento ou a atividade económica da empresa o justifique, após reconhecimento prévio da Direção-Geral das Contribuições e Impostos (art.º 28º CIRC e art.º 4º do DR2/90).

- Não são aceites como custo fiscal as amortizações (art.º 33º CIRC e art.º 11º e 12º do DR2/90):
 - De elementos do ativo não sujeitos a deprecimento;

- De imóveis, na parte correspondente ao valor do terreno, ou na não sujeita a deprecimento;
 - Que excedam os limites estabelecidos;
 - Praticadas para além do período máximo de vida útil, exceto se aceites pela DGI;
 - Das viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, na parte correspondente ao valor de aquisição ou de reavaliação excedente a € 29.927,87, bem como dos barcos de recreio e aviões de turismo e todos os encargos com estes relacionados, desde que tais bens não estejam afetos à exploração de serviço público de transportes, ou não se destinem a ser alugados no exercício da atividade normal da empresa sua proprietária.
- A alteração da taxa de um exercício para outro é possível desde que se situe entre a taxa máxima e a mínima. Apenas não é permitida a alteração do método, segundo o art.º 8º do DR 2/90.
 - O DR2/90 fornece a tabela de taxas que serve de base ao cálculo das quotas de amortizações, dividindo-a em taxas específicas e taxas genéricas. Como já se referiu, as empresas podem optar por aplicar taxas máximas, ou taxas mínimas, correspondendo esta últimas a metade de taxa máxima.

Em nenhum destes diplomas é feita qualquer referência a **imparidades**, porém, o art.º 10º do DR 2/90 estabelecia que, para desvalorizações excecionais provocadas por desastres, fenómenos naturais e inovações técnicas (excecionalmente rápidas) e mediante autorização, é aceite como custo, ou perda do exercício, uma quota de reintegração ou amortização superior à que resulta da aplicação dos métodos referidos.

1.3.2.2 Adaptação ao SNC

Como foi referido, sendo o resultado fiscal apurado com base no resultado líquido do exercício, ou seja, com base na contabilidade, qualquer alteração na contabilidade irá causar efeitos no resultado fiscal, logo, a adoção do SNC implicou alterações no CIRC.

Neste contexto, em Diário da República, 1ª série-N.º 133 de 13 de julho de 2009 foi publicado o Decreto-Lei n.º 159/2009 que aprova as alterações ao Código do IRC, de forma a adaptar as regras de determinação do lucro tributável dos sujeitos passivos ao SNC, aplicando-se aos períodos de tributação que se iniciem depois de 1 de janeiro de 2010.

Neste DL é considerado, no entanto, que a estrutura do CIRC, no geral, é adequada ao SNC, mantendo-se a “estreita ligação entre a contabilidade e a fiscalidade”. Neste sentido, foram feitas apenas as alterações necessárias à adoção do SNC e a respetivas terminologias.

É também referido que, tendo em conta a dependência parcial entre a contabilidade e a fiscalidade, sempre que não existam regras fiscais próprias, acolhe-se o tratamento contabilístico decorrente das novas normas.

Todavia, a convergência entre a contabilidade e a fiscalidade, em algumas áreas, continua a não se verificar, pois prevalecem os interesses e as perspetivas próprias da fiscalidade - é o caso das depreciações e amortizações, onde se mantêm as características essenciais de tributação. No que se refere às imparidades, apenas são aceites fiscalmente as perdas por imparidade que tenham por base desvalorizações excecionais verificadas em ativos fixos tangíveis, resultantes de causas anormais devidamente comprovadas.

As alterações terminológicas, no que diz respeito ao tema dos ATF, são essencialmente: o “Imobilizado corpóreo” que passa a designar-se de “ativo fixo tangível”; e a “Reintegração e amortização” que passam a designar-se de “depreciação e amortização”.

Na sequência desta alteração do CIRC, destinada a adaptar as regras de determinação do lucro tributável ao enquadramento contabilístico resultante da adoção do SNC, foi também publicado, a 14 de Setembro, o Decreto-Regulamentar 25/2009, que revoga o DR2/90.

As principais alterações introduzidas pelo DR25/2009 traduzem-se, nomeadamente:

- Na eliminação da exigência de evidenciar, separadamente, na contabilidade a parte do valor dos imóveis correspondente ao terreno, transferindo-se essa exigência para o processo de documentação fiscal (art.º 10º do DR 25/2009);
- Na aceitação para efeitos fiscais, mediante autorização da Direção Geral dos Impostos, de depreciações ou amortizações inferiores às quotas mínimas que decorram da aplicação das taxas das tabelas (art.º 18º do DR 25/2009);
- Na permissão da dedutibilidade fiscal das depreciações, também quando tenham sido contabilizadas como gastos no período anterior, desde que não tenham sido dedutíveis por excederem as quotas máximas adquiridas (art.º 20º do DR 25/2009).

Em termos fiscais, o reconhecimento de um AFT não se afasta da norma contabilística, nomeadamente no que diz respeito às:

- Despesas com peças e componentes de substituição ou de reserva – consideradas ativos desde que sejam perfeitamente identificáveis e de utilização exclusiva em ativos fixos tangíveis (n.º 1, art.º 14.º do DR 25/2009).
- Despesas com grandes reparações e beneficiações – que devem ser consideradas como um item do ativo e que incluem as despesas que aumentem o valor ou a duração provável dos elementos a que respeitem (alínea a), n.º 5, art.º 5.º do DR 25/2009).

No que diz respeito à mensuração, em termos fiscais, só é aceite o modelo do custo, nos termos do art.º 29.º do CIRC, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, e o art.º 2º do DR 25/2009, exceto no que diz respeito a reavaliações ao abrigo da legislação de carácter fiscal.

Relativamente às **depreciações**, de acordo com o n.º 1 do art.º 3.º do DR 25/2009, a vida útil de um ativo é o período durante o qual se reintegra ou amortiza totalmente o seu valor. Assim, o período de vida útil é o que se deduz das taxas das tabelas anexas (período mínimo), ou de metade das taxas (período máximo). Com base no exposto, é visível uma importante diferença entre o que se encontra estipulado em termos fiscais e o que está previsto no SNC.

Também no que diz respeito ao método, tanto o DR 25/2009 como o CIRC preveem a utilização preferencial do método das quotas constantes, permitindo, no entanto, a aplicação do método das quotas decrescentes em alguns bens do AFT e de outros métodos, mediante autorização pela Administração Fiscal. No entanto, se da aplicação desse método, a quota anual de depreciação não exceder a quota máxima admitida no DR n.º 25/2009, não é necessário pedir autorização à DGCI, nos termos do n.º 3 do art.º 30.º do CIRC e do n.º 3 do art.º 4.º do DR n.º 25/2009.

Fiscalmente, não é permitida a revisão do valor residual nem da vida útil, e relativamente à revisão do método de depreciação, de acordo com o art.º 8.º do DR 25/2009 e com o n.º 4, art.º 30.º do CIRC, deverá ser usado o mesmo método de depreciação desde a entrada em funcionamento do ativo até à sua total depreciação, transmissão ou inutilização.

Contudo, e conforme previsto no n.º 5 do art.º 30.º do CIRC, as quotas de depreciação, podem variar de acordo com o regime mais ou menos intensivo ou outras condições de utilização dos elementos a que respeitam, não podendo, no entanto, as quotas mínimas imputáveis ao exercício ser deduzidas para efeitos de determinação do lucro tributável de outros exercícios.

No que diz respeito às depreciações que tenham sido contabilizadas como gastos, mas não aceites fiscalmente em períodos anteriores, passa a ser possível a sua dedução em períodos posteriores (art.º 30.º do CIRC e art.º 20.º do DR n.º 25/2009).

São consideradas como gastos fiscalmente dedutíveis as perdas por imparidade, que não sejam desvalorizações excecionais, em partes iguais, durante a vida útil restante desse ativo, ou, até ao seu abate, desmantelamento, abandono, inutilização ou transmissão, artigo 35.º, n.º 4 do CIRC.

As desvalorizações excecionais nos ativos fixos tangíveis são dedutíveis, aplicando-se as regras do art.º 38 do CIRC.

Em termos fiscais, não está regulamentado o desreconhecimento de um bem, porém são utilizadas expressões como “até ao seu abate, desmantelamento, abandono, inutilização ou transmissão” (artigo 35.º, n.º 4 do CIRC).

Quanto à **informação a divulgar**, fiscalmente, para além da informação contida na Modelo 22 e na IES, devem constar no processo de documentação fiscal os mapas de depreciações e amortizações conforme modelo oficial.

De realçar que, em termos fiscais, o tratamento dos AFT é igual, independentemente da dimensão da empresa e do modelo contabilístico adotado.

Uma breve referência à questão dos **impostos diferidos**, para referir que, no caso de a empresa optar por mensurar os seus AFT pelo modelo da revalorização, e apesar de a revalorização não afetar o lucro tributável, a diferença entre a quantia escriturada do ativo revalorizado e a sua base fiscal é uma diferença temporária que origina um ativo ou um passivo por impostos diferidos, a reconhecer nas demonstrações financeiras (§20, NCRF 25).

Também o reconhecimento de imparidades do ativo, de imparidades não aceites fiscalmente e de depreciações inferiores à quota mínima, ou superiores à quota máxima, originam diferenças temporárias, devendo a empresa reconhecer os ativos ou passivos por impostos diferidos.

De referir ainda que os impostos diferidos não se aplicam às microentidades.

A título de conclusão, verifica-se que, em muitos aspectos, a normalização contabilística colide com as disposições fiscais o que, em certa medida, pode condicionar as opções contabilísticas.

1.3.3. Os AFT e a Gestão

As necessidades de informação vão muito para além das questões fiscais.

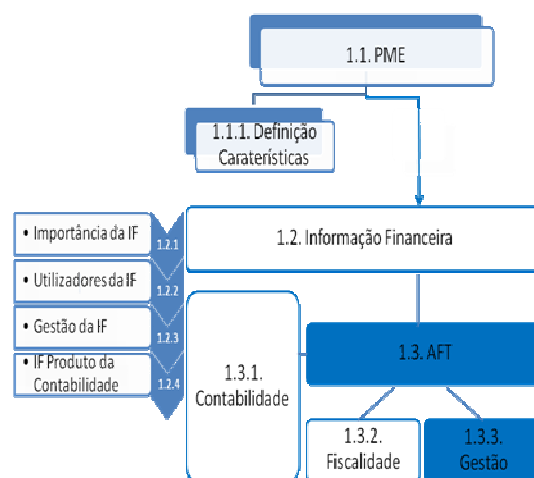
A informação financeira assume um papel muito importante na gestão da empresa, não só para a tomada decisões, mas também para a análise do desempenho financeiro passado, da posição financeira presente e para o planeamento do futuro.

Contudo, sendo a responsabilidade primária pela elaboração das demonstrações financeiras do órgão de gestão, a sua postura pode influenciar a informação financeira.

A análise do desempenho da empresa é um fator importante, não só para os gestores como também para outros utilizadores externos. Os indicadores financeiros são considerados por muitos como um bom instrumento de leitura e análise da situação financeira da empresa (Ioannides *et al.*, 2003; Whittington e Tippet, 1999). Todavia, são influenciados pelas políticas contabilísticas seguidas e pela informação financeira disponível. Para Healy e Wahlen (1999), os gestores gerem a divulgação da informação financeira de forma a modificar a perceção dos *stakeholders* sobre a empresa, fazendo opções contabilísticas de modo a atuar sobre o desempenho da empresa, conforme os objetivos. Merece destaque o facto de serem os objetivos que se pretende atingir que direcionam a escolha das políticas contabilísticas (Hunt *et al.*, 1996).

Como já foi referido, o processo de preparação da informação financeira permite algumas escolhas contabilísticas, designadamente no que diz respeito à mensuração dos AFT. A mensuração dos AFT assenta em métodos identificados como técnicas que influenciam os resultados, quer de forma ascendente, quer de forma descendente. Acresce a esta situação o

Ilustração 12 - Esquema da revisão de literatura localização 1.3.3.



facto de os AFT serem elementos com uma permanência longa na empresa, podendo a sua mensuração representar efeitos duráveis na estrutura dos ativos e nos resultados das empresas (Bowen *et al.*, 1999).

Neste contexto, a persecução dos objetivos influenciará também a mensuração dos AFT (Hunt *et al.*, 1996), nomeadamente no que respeita à mensuração e aos critérios seguidos na depreciação (Astami e Tower, 2006).

1.3.3.1. Consequência da mensuração do AFT na gestão

Na mensuração dos AFT, a empresa pode optar pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização. Como já referido, a opção por um dos modelos não é fácil de tomar, pois existem vantagens e inconvenientes associados a cada modelo, devendo a empresa ponderar vários fatores. Todavia, a escolha de um ou outro método, pela influência que tem em alguns indicadores de gestão, pode influenciar a tomada de decisões.

O justo valor é referenciado como o método mais adequado para a gestão, visto que as demonstrações financeiras preparadas com base no custo histórico não refletem a real posição financeira e os resultados das operações da empresa (Barlev *et al.*, 2007).

A revalorização do ativo é uma operação contabilística que provoca um aumento no ativo e na situação líquida, mas não tem qualquer fluxo de entrada ou saída de tesouraria. O processo de revalorização origina um excedente, a reconhecer no capital próprio na conta de excedentes de revalorização, que pode ser transferido para resultados transitados (capital próprio) na medida em que o ativo for utilizado pela empresa, ou no momento do seu desreconhecimento. Neste sentido, a revalorização provoca um aumento do capital próprio e um aumento líquido, do mesmo montante, no ativo fixo. Com efeito, a opção pelo modelo da revalorização pode resultar, designadamente:

- No reforço da solidez da empresa, melhorando a imagem da empresa, pois não só atualiza o valor do ativo como, ao mesmo tempo, aumenta o valor do capital próprio;
- Na melhoria do índice de solvabilidade e de autonomia financeira da empresa;
- Na diminuição dos rácios de endividamento (Missionier-Piera, 2004).

No entanto, esta opção pode (exceto na revalorização de terrenos que não são sujeitos a depreciações):

- Piorar a rendibilidade dos capitais próprios, assim como a rendibilidade do ativo e a rendibilidade do investimento total, pois apesar do aumento inicial do capital próprio, o resultado líquido diminui em proporção ao aumento do valor das depreciações.
- Provocar grandes diferenças entre o lucro contabilístico e o lucro fiscal, uma vez que as depreciações derivadas da revalorização não são aceites como custo fiscal.

Como benefícios potenciais associados à revalorização dos ativos, apontam-se a redução do risco com base num balanço patrimonial reforçado, a maior credibilidade no valor da empresa e a melhoria da taxa de retorno. Decorrente do aumento do capital da empresa e do valor dos ativos registados no balanço, o modelo da revalorização conduz também à diminuição dos rácios de endividamento. A grande desvantagem é os custos adicionais para avaliação dos bens e a redução do lucro líquido futuro (devido ao aumento das depreciações).

A política de mensuração dos ativos influencia indiretamente os resultados da empresa, através das depreciações. Na hipótese da empresa optar pelo modelo da revalorização, as depreciações são calculadas tendo por base um valor de ativo superior, resultando num maior custo, logo num menor resultado.

Assim, Astami e Tower (2006) consideram o custo histórico como um critério de aumento dos resultados e o uso de métodos de revalorização como um método de diminuir resultados.

Cumulativamente, as opções que a empresa toma no que diz respeito à política de depreciações, nomeadamente no que diz respeito às taxas de depreciação praticadas, podem influenciar, particularmente:

- A Solvabilidade e Autonomia Financeira;
- A Rendibilidade;
- O Risco da empresa, designadamente o ponto crítico das vendas;
- O Custo de produção e Preço de Venda ao Público;
- A liquidez dos AFT;
- Os Resultados.

As depreciações podem ser analisadas sob duas óticas:

- Numa ótica financeira, em que representam a lenta transformação em meios líquidos dos valores dos AFT, pois correspondendo a um gasto que não está associado a qualquer pagamento, traduzem-se numa fonte interna de liquidez.
- Numa ótica técnico-económica, em que permitem imputar aos gastos do exercício o desgaste sofrido nos bens de equipamento pela sua utilização.

Por outro lado, as depreciações do exercício devem corresponder ao montante dos investimentos de reposição, isto é, devem refletir o valor “posto de parte” que permita substituir o bem no fim da sua vida útil.

Neste sentido, se a empresa não atualizar (revalorizar) o valor registado no balanço dos seus AFT e se o justo valor daqueles bens for superior ao registado, ou se a empresa atualizar o valor, mas essa atualização não for na mesma proporção do justo valor, as depreciações do exercício serão inferiores aos presumíveis investimentos de reposição.

As depreciações revelam-se num rendimento corrente, posto de parte para cobrir futuras eventualidades (reposição do ativo). Se a empresa não fizer refletir no lucro a depreciação do ativo e, por exemplo, distribuir dividendos aos sócios (acionistas) sem considerar esse valor, poderá não reter fundos suficientes para manter a base patrimonial de exploração.

Igualmente, na hipótese do valor registado no balanço do AFT ser inferior ao seu justo valor, nos custos dos produtos será refletido um valor de utilização, através da adição da quota de depreciação contabilística aos demais gastos gerais de fabrico, inferior ao real valor de utilização, o que pode provocar uma incorreta avaliação do custo de produção e, consequentemente, uma incorreta definição da margem de comercialização e fixação do preço de venda do produto. Neste sentido, mesmo que o item do AFT tenha um valor líquido nulo, a sua continuidade de funcionamento deve ser refletida no custo do produto para o qual concorre.

Um indicador precioso para a produção e venda de produtos é o ponto crítico das vendas. As depreciações influenciam a evolução do ponto crítico, pois, quanto maior forem os valores de depreciação, maior será o ponto crítico das vendas, logo maior terá de ser a quantidade de produção e venda para atingir o ponto em que não existe lucro nem prejuízo. Neste sentido, a correta determinação do valor das depreciações anuais é um fator fundamental na definição da política de produção e venda dos produtos.

Por outro lado, se não se realizarem revalorizações, os valores de registo dos ativos fixos no balanço, não condizem com os outros valores do ativo, pois estando os bens registado ao custo histórico, os bens mais recentes, ou com um grau de permanência inferior, têm um valor mais atual do que os mais antigos.

Para além do modelo de mensuração do AFT, a política de depreciação deve transmitir informações sobre a condição física dos bens existentes na empresa.

Neste sentido, as empresas, conforme preceituado no SNC, devem depreciar os bens tendo em conta a vida útil esperada, mas devem também rever regularmente a vida útil dos bens. Devem usar o método de depreciação mais adequado, obrigando-se também a rever a adequabilidade desse método regularmente.

Contudo, as regras fiscais não têm em consideração o valor económico dos bens, na medida em que determinam a vida útil do bem tendo por base as taxas de depreciação fixadas por tabela, não sendo permitido a revisão da vida útil. Esta situação limita, de certo modo, o método de cálculo das depreciações ao método das quotas constantes, havendo unicamente a possibilidade de escolher a percentagem de depreciação anual entre um limite máximo e um limite mínimo, sendo obrigatório o uso do mesmo método de depreciação durante a vida útil do bem. E não permitem outro método de mensuração que não o modelo do custo.

Neste contexto, é provável encontrar empresas com bens totalmente depreciados, com valor contabilístico igual a zero, que ainda estão a ser utilizados, ou seja, com valor económico maior que zero.

1.3.3.2. Gestão do AFT considerando as necessidades e perspetivas dos utilizadores

Para além das questões relacionadas com a gestão interna da empresa, a política de mensuração dos AFT influencia a informação divulgada para o exterior.

Como já referido, a informação financeira tem um papel importante na relação com os *stakeholders* da empresa (Healy e Wahlen, 1999), designadamente quando as relações estão regulamentadas através de contratos que se baseiam na informação financeira divulgada pela empresa.

Neste contexto, a política de mensuração dos AFT pode ser uma ferramenta a utilizar pela empresa para sinalizar os *stakeholders* com uma melhor imagem.

Os Proprietários/Gestores

A mensuração dos AFT, ao ser possível optar por métodos diferentes, pode ir ao encontro das pretensões dos proprietários/gestores. Se o objetivo é a redução dos resultados, a opção recai na mensuração pelo modelo da revalorização, sendo que, em termos fiscais, o decréscimo de resultados, provocado pelo aumento das depreciações resultantes da revalorização, não é aceite fiscalmente, logo o resultado fiscal mantém-se. Se, pelo contrário, o objetivo é apresentar resultados mais elevados, a opção recai na mensuração pelo modelo do custo, pois o valor das depreciações é inferior. Também as políticas de depreciações podem ser selecionadas consoante se pretenda apresentar resultados superiores ou inferiores.

Porém, a decisão sobre o modelo de mensuração a utilizar pode estar relacionada com outros fatores económicos (Lin e Peasnell, 2000). Na gestão interna da empresa, para além das questões relacionadas com os resultados e com as eventuais compensações pessoais dos proprietários/gestores, a mensuração dos AFT pode influenciar outras questões relacionadas, designadamente com investimentos de substituição, com custos de produção e com a (des)capitalização da empresa. Neste sentido, a correta valorização dos AFT pode contribuir para a melhoria da tomada de decisões, sobretudo por permitir a correta formulação dos custos de produção e a retenção de fundos suficientes que permitam manter a base patrimonial de exploração e/ou que permitam proceder a investimentos de reposição.

Contudo, os proprietários/gestores não podem ignorar que alguns indicadores são influenciados pela política de mensuração dos AFT e que esses indicadores sinalizam a empresa no exterior. Neste contexto, a opção por políticas de mensuração dos AFT corretas pode não só conduzir à melhoria da tomada de decisões, como também contribuir para o incremento da informação prestada, nomeadamente a bancos e outros credores, conduzindo, assim, a maiores facilidades de financiamento, ou a melhores condições na negociação, ou até mesmo à eficiência fiscal.

Ainda assim, a opção por determinado modelo de mensuração pode ir para além dos benefícios associados, o custo de aplicação desse modelo pode ser superior ao benefício para a gestão e para fins externos.

Os bancos e outros credores

A empresa, nas operações, de financiamento estabelece contratos que formalizam as condições de financiamento, tendo por base rácios e indicadores financeiros que são obtidos na informação financeira.

Neste contexto, podem existir incentivos na gestão da informação financeira, tendente à melhoria destes indicadores e à adoção de políticas contabilísticas que melhorem esses indicadores (DeFond, e Jiambalvo, 1994; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1990) e a própria imagem da empresa no exterior.

Por outro lado, como forma de minimizar o risco, os bancos podem pedir garantias, verificando-se que, se a empresa tiver menos garantias a prestar, pode ter maiores dificuldades na obtenção de financiamento.

Assumindo que as PME têm uma menor proporção de ativos colaterizáveis (Whited, 1992), o aumento dos ativos fixos, como garantia da dívida, aumentará as hipóteses da empresa conseguir obter financiamento (Stulz e Johnson, 1985).

Neste contexto, o modelo da revalorização, ao reforçar o valor dos ativos da empresa por contrapartida aos capitais próprios, contribui para a diminuição dos rácios de endividamento (Missionier-Piera, 2004) e para o aumento dos rácios de Autonomia financeira e de Solvabilidade, aumentando a solidez financeira da empresa, tornando-se, apesar da redução dos resultados (exceto, na revalorização de terrenos que não são sujeitos a depreciações), mais adequado para sinalizar informação para os bancos e outros credores (Barlev *et al.*, 2007).

A Administração Fiscal

Especificamente no que diz respeito às PME, apesar de Pettit e Singer (1985) considerarem que as questões fiscais têm pouca importância, dado que estas empresas são menos propensas a gerar elevados lucros, a sua gestão é bastante influenciada por questões de ordem fiscal, sendo um dos principais objetivos da gestão minimizar a carga fiscal (Vilabella e Silvosa, 1997).

Considerando o tratamento fiscal dos AFT, verifica-se que só é aceite o modelo do custo na mensuração do AFT. Na maioria dos países, incluindo Portugal, as revalorizações só têm impacto na informação financeira, não sendo aceites, fiscalmente, as depreciações que originam. Neste contexto, é possível que as implicações fiscais sejam consideradas na decisão

de optar ou não pelo modelo de revalorização (Barlev *et al.*, 2007), inibindo de certo modo a opção pelo modelo da revalorização.

Todavia, na gestão dos resultados fiscais (lucro tributável) a empresa pode optar por diferentes políticas de depreciações, sendo, por exemplo, possível escolher a percentagem de amortização anual entre um limite máximo e um limite mínimo, e escolher o método de depreciação, dentro de alguns limites.

Conforme já referido, os incentivos fiscais podem motivar as empresas a adotar medidas conducentes à redução da carga fiscal, mas também podem não ter como finalidade reportar resultados negativos (Moreira, 2006 e 2008). Assim, se há interesse em aumentar o resultado, a opção pode recair na utilização das taxas mínimas, optando-se por taxas máximas se se pretender apresentar um resultado mais baixo.

A título de conclusão, pode afirmar-se que a mensuração dos AFT influencia não só a gestão interna da empresa como a sinalização da empresa no exterior.

Para a gestão interna, a mensuração dos AFT pode contribuir para a correta formulação dos custos de produção e a retenção de fundos suficientes que permitam manter a base patrimonial de exploração e/ou que permitam proceder a investimentos de reposição, e que impeçam a descapitalização da empresa.

Para a gestão externa da informação financeira, verifica-se que o modelo da revalorização, ao reforçar o valor dos ativos da empresa por contrapartida aos capitais próprios, contribui para a diminuição dos rácios de endividamento e para o aumento dos rácios de Autonomia financeira e de Solvabilidade, aumentando a solidez financeira da empresa, tornando-se, apesar da redução dos resultados, mais adequado para sinalizar informação para os bancos e outros credores.

Em termos de gestão fiscal, apesar de só aceite fiscalmente o modelo do custo na mensuração dos AFT, a empresa pode optar por diferentes políticas de depreciações, que podem permitir a redução da carga fiscal, se esse for o objectivo, ou não reportar resultados negativos, se essa for a finalidade.

Conclui-se, então, que políticas de mensuração dos AFT adequadas podem não só conduzir à melhoria da tomada de decisões, como também contribuir para a melhoria da informação prestada, nomeadamente a bancos e outros credores, conduzindo, assim, a maiores facilidades

de financiamento, ou a melhores condições na negociação, melhorando também a eficiência fiscal.

Contudo, para além das vantagens e desvantagens associadas a cada método e dos objetivos associados a cada opção, a gestão da mensuração dos AFT pode ser influenciada pela relação custo benefício associado a cada modelo.

Considerando que o modelo da revalorização pode ter um custo proporcional mais elevado para a maioria das PME, numa avaliação custo/benefício, o custo de aplicação deste modelo pode ser superior ao benefício associado, pondo em causa a sua utilidade.

A questão que se coloca é se as PME estimam ou subestimam os benefícios dos métodos contabilísticos, e se estimam ou subestimam os custos que lhes estão relacionados.

CAPÍTULO II – Desenho da Investigação

A revisão da literatura permite não só confirmar a importância da informação financeira (Barth e Katherine, 2008; Biddle e Hilary, 2006; Easley e O'Hara, 2004; Ioannides *et al.*, 2003; Plumlee, 2003; Sinha e Watts, 2001 e Whittington e Tippet, 1999), como também concluir que as empresas, na sua preparação, podem optar por diferentes políticas contabilísticas (Cheng e Warfield, 2005; Fields *et al.*, 2001; Gaver *et al.*, 1995; Healy, 1985; Healy e Wahlen, 1999; Holthausen *et al.*, 1995; Holthausen, 2003; Hunt *et al.*, 1996; Penman e Zhang, 2002; Scholes *et al.*, 1990 e Watts e Zimmerman, 1978 e 1990), designadamente no que se refere aos AFT (NCRF7). São os objetivos que as empresas, os seus detentores ou os seus gestores pretendem prosseguir que determinam as políticas contabilísticas a adotar. Assim, empresas com maior necessidade de financiamento tenderão a seguir políticas contabilísticas mais direcionadas para o aumento do resultado e da robustez financeira da empresa (Astami e Tower, 2006; DeFond e Jambalvo, 1994; Missioner-Piera, 2004; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1990; Young, 1998), porém a minimização do imposto a pagar (Dyreng *et al.*, 2008 e 2010; Wilson, 2009) pode condicionar este caminho (Scholes *et al.*, 1990).

A opção por direcionar o estudo para as PME fundamenta-se na sua importância para a maioria das economias, particularmente para a economia portuguesa, devido aos postos de trabalho que criam e à percentagem de volume de negócios que representam para a economia.

As PME são caracterizadas, entre outros aspetos, pelo facto de a propriedade e a gestão, em regra, estarem concentradas na mesma pessoa (Ang, 1991; Fama e Jensen, 1983; Pettit e Singer, 1985) e pelas maiores dificuldades no acesso ao mercado de capitais, sendo os empréstimos bancários a sua principal fonte de financiamento (Barton e Mateus, 1989). Apesar disso, as PME são empresas com maiores dificuldades de acesso ao crédito (Beck e Demirguc-Kunt, 2006; Binks *et al.*, 1992; Jensen e Meckling, 1976; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Walker, 1989) e com custos associados a essas operações mais elevados (Ang, 1991; Holmes e Kent, 1991).

Por outro lado, verifica-se que, em regra, as PME têm informação financeira menos adequada, ou mesmo insuficiente (Bryan e Friedlob, 1984), e as assimetrias na informação financeira são proporcionalmente maiores (García-Teruel e Martínez-Solan, 2008). Assim, necessitando as instituições financeiras de informação para avaliarem o risco do empréstimo, as dificuldades

de financiamento nas PME podem, em parte, ser consequência da informação menos adequada, ou insuficiente, e das assimetrias existentes (Berger e Udell, 1998; Bink *et al.*, 1992; Hand *et al.*, 1982).

Em consequência da dificuldade em avaliar o risco, e como forma de minimizarem o risco associado às assimetrias da informação financeira, os bancos podem recorrer ao uso de garantias (Berger *et al.*, 2011; Jiménez e Saurina, 2004; Jiménez *et al.*, 2006; Matthews e Thompson, 2008), dando preferência às garantias reais, designadamente bens físicos, tais como os Ativos Fixos Tangíveis (Jiménez e Saurina, 2004), pois são mais seguros (Berger *et al.*, 2011). Porém, verificando-se que as PME têm uma menor proporção de ativos a dar como garantia (Whited, 1992), as dificuldades na obtenção de financiamento continuam a ser significativas.

Nesta hipótese, a mensuração dos AFT ganha maior relevância. Os AFT são um elemento importante e permanente na generalidade das empresas, sendo que a política seguida na sua mensuração, designadamente no que se refere ao modelo de mensuração (Ahmed e Takeda, 1995; Barlev *et al.*, 2007; Barth, 1991; Barth, 1994; Barth, 2007; Khurana e Kim, 2003) e à política de depreciações (Jackson, 2008; Kang e Zhao, 2010) tem uma grande influência na informação financeira apresentada.

Assim, verificando-se que, em regra, as PME têm menos recursos afetos à preparação da informação financeira (García-Teruel e Martínez-Solan, 2008), e não sendo a mensuração dos AFT complexa, as políticas seguidas na contabilização dos AFT podem ser importantes na gestão da informação financeira.

2.1. Objetivos do estudo e Questão de Investigação

O objetivo geral deste estudo é analisar a importância que as PME atribuem à informação financeira na tomada de decisão, com particular incidência nas decisões de financiamento.

Com este trabalho, pretende-se dar um contributo para a literatura existente, tendo por base quatro objetivos específicos:

- Evidenciar a importância da informação financeira, para as PME, não só por questões de índole fiscal como também por questões de natureza financeira e de gestão, nomeadamente na melhoria das condições de financiamento.
- Verificar as políticas contabilísticas seguidas pelas empresas em sede de mensuração dos AFT e a norma contabilística utilizada na preparação das demonstrações financeiras. Verificar, ainda, se as empresas utilizaram a isenção prevista nos ajustamentos de transição, no que se refere à revalorização dos AFT.
- Identificar os fatores que influenciam as escolhas contabilísticas, especificamente no que diz respeito à mensuração dos AFT.
- Verificar a importância dada pelas PME à informação financeira, em função das políticas contabilísticas seguidas, e considerando a opinião de quem intervém na preparação e é conhecedor da informação financeira.

Tendo em vista a prossecução destes objetivos, a questão que se coloca e que está implícita a esta investigação é: que importância tem a informação financeira para as PME, designadamente como forma de melhorar as condições de financiamento?

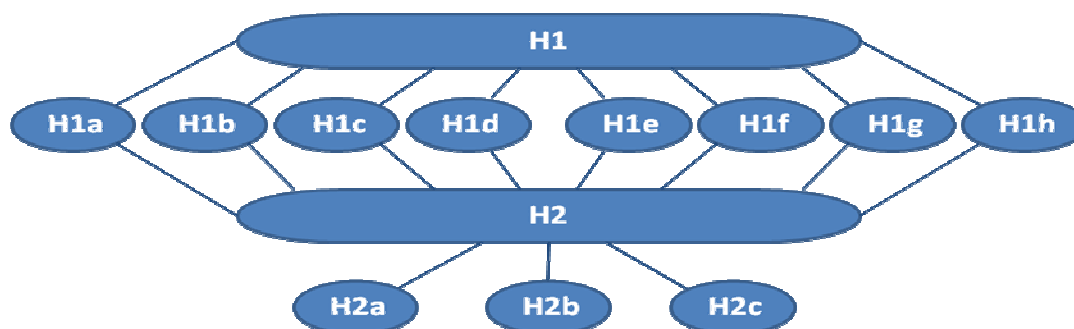
Na tentativa de facilitar a resposta a esta questão, decompôs-se a mesma nas seguintes sub-questões:

- Que modelo e políticas contabilísticas a empresa utiliza na mensuração dos seus AFT?
- Que fatores estão subjacentes às escolhas contabilísticas, especificamente, do modelo de mensuração dos AFT?
- A empresa pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira, designadamente na gestão interna, na eficiência fiscal, ou na sinalização da empresa, nomeadamente perante os bancos e outros credores?

2.2. Modelo Teórico

Como forma de dar resposta às questões de investigação, pretende-se desenvolver o seguinte modelo teórico.

Ilustração 13 - Modelo de Investigação



Fonte: Elaboração Própria

As empresas, na preparação da informação financeira podem optar por diferentes políticas contabilísticas, particularmente no que se refere aos AFT.

Na mensuração dos AFT, a empresa pode optar pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização. A revisão da bibliografia fundamenta as vantagens do modelo da revalorização para a gestão, porém a sua utilização pode ser inibida por diferentes fatores, designadamente pelos custos associados à sua aplicação e pelo facto de não ser aceite fiscalmente e, consequentemente, as depreciações decorrentes da revalorização também não o serem.

No que diz respeito às depreciações, apesar da normalização contabilística dar importância aos aspetos económicos, existem algumas limitações fiscais, sobretudo no que diz respeito à vida útil do bem e aos métodos de depreciações a utilizar no registo.

Relativamente às imparidades, a situação é idêntica, com posições divergentes entre a norma contabilística e a legislação fiscal.

No entanto, entre as regras fiscais e as possibilidades contabilísticas, na mensuração dos AFT, é possível fazerem-se opções, despoletando as seguintes questões:

- Que modelo e políticas contabilísticas a empresa utiliza na mensuração dos seus AFT?
- Que fatores estão subjacentes às escolhas contabilísticas, especificamente, ao modelo de mensuração dos AFT?

Considerando que a política seguida na mensuração dos AFT está relacionada com um conjunto de características da empresa (H1), na tentativa de explicar as opções efetuadas, no

que diz respeito ao modelo de mensuração dos AFT, pretende-se estudar os seguintes fatores/variáveis:

- a) A estrutura proprietária/gestão da empresa (H1a);
- b) A gestão dos resultados (H1b);
- c) A estrutura do capital e o tipo de financiamento (H1c);
- d) A estrutura do Ativo (H1d)
- e) As políticas seguidas no passado (H1e);
- f) Os recursos afetos à preparação da informação financeira (H1f);
- g) O custo de aplicação do modelo (H1g);
- h) A dimensão da empresa (H1h).

A política seguida na mensuração dos AFT, designadamente no que se refere ao modelo de mensuração e à política de depreciações, tem uma grande influência na informação financeira, sendo a importância da informação financeira inquestionável para a generalidade das empresas, particularmente para as PME. A questão que se coloca é se a empresa pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira, nomeadamente na gestão interna, na eficiência fiscal, ou na sinalização da empresa, principalmente perante os bancos e outros credores.

A verificação da hipótese de as empresas considerarem a importância da informação financeira é o principal objetivo deste estudo (H2).

Considerando que as empresas ponderam, de facto, o impacto das políticas contabilísticas na importância da informação financeira, pretende-se testar se, na preparação das demonstrações financeiras, no momento de escolher as políticas contabilísticas, especificamente no que diz respeito à mensuração dos AFT, ponderam o impacto das opções:

- a) Considerando as necessidades e perspetivas dos proprietários/gestores (gestão interna da informação financeira) (H2a);
- b) Considerando as necessidades e perspetivas dos bancos e outros credores (gestão externa da informação financeira) (H2b);
- c) Considerando as necessidades e perspetivas da Administração Fiscal (gestão externa da informação financeira) (H2c).

2.3. Desenvolvimento das Hipóteses de Estudo

O desenvolvimento das hipóteses que sustentam esta investigação encontra-se fundamentado na revisão da literatura efetuada, consubstanciando-se nas teorias referenciadas.

Os objetivos e a escolha das políticas contabilísticas a prosseguir, nomeadamente no que se refere à política de mensuração dos AFT, podem ser influenciados por um conjunto de variáveis. A escolha destas variáveis está sustentada num conjunto de estudos, evidenciados na literatura revista e corrobora o que afirmam Watts e Zimmerman (1990), que defendem a existência de uma relação entre as escolhas contabilísticas e outras variáveis da própria empresa.

As relações entre as escolhas contabilísticas e as variáveis explicativas são suportadas pela literatura, particularmente pelas teorias sobre a estrutura de capitais (Michaelas *et al.*, 1999; Modigliani-Miller, 1958; Modigliani e Miller, 1963 e Ross, 1977) e pela Teoria Positiva da Contabilidade (“Positive Accounting Theory”) (Watts e Zimmerman, 1978 e 1990).

No pressuposto de que as escolhas contabilísticas são influenciadas por um conjunto de variáveis, um dos objetivos que se estabeleceu para esta investigação foi identificar os fatores que influenciam as escolhas contabilísticas, especificamente no que diz respeito ao modelo de mensuração dos AFT, pela relevância e influência que exerce não só no valor do AFT, como também na informação financeira.

Neste contexto, surge a primeira hipótese a testar.

- **Hipótese 1:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está relacionada com um conjunto de características da empresa.

Como forma de testar a primeira hipótese, pretende-se verificar e testar as variáveis explicativas a seguir apresentadas, em função da opção pelo modelo da revalorização na mensuração dos AFT.

Estrutura proprietária/gestão da Empresa

A estrutura empresarial portuguesa é dominada por PME, de propriedade familiar, onde, em regra, não existe independência entre a propriedade e a gestão e o capital está concentrado num número reduzido de sócios/acionistas (Lopes e Rodrigues, 2007). A atividade e a gestão destas empresas resulta e é influenciada pelas características do seu proprietário que, em regra, é o gestor (Ang, 1991; Fama e Jensen, 1983; Pettit e Singer, 1985).

Vários são os autores a considerarem que, tanto a estrutura proprietária, como a estrutura de gestão, são determinantes nas escolhas de políticas contabilísticas, designadamente pelos objetivos e pela forma de remuneração dos proprietários/gestores poderem condicionar as políticas contabilísticas (Astami e Tower, 2006; Cheng e Warfield, 2005; Gaver *et al.*, 1995; Healy, 1985; Healy e Wahlen, 1999; Holthausen *et al.*, 1995; Holthausen, 2003; Hunt *et al.*, 1996; Penman e Zhang, 2002; Watts e Zimmerman, 1978).

Sendo o relato financeiro influenciado pela estrutura proprietária, constata-se que, quando a estrutura é difusa, os gestores têm maior influência na informação financeira e tendem a optar por métodos que aumentem os resultados (Missioner-Piera, 2004). Já quando a estrutura proprietária é concentrada, a influência no relato financeiro é maior por parte dos proprietários (Astami e Tower, 2006), que tendem a adotar políticas contabilísticas mais conservadoras (Ball *et al.*, 2000).

Estas políticas mais conservadoras estão muito associadas ao princípio da prudência, sendo que a informação financeira elaborada com políticas de cariz conservador tende a reportar mais as perdas esperadas do que os proveitos esperados, havendo uma maior apetência para antecipar e reconhecer os gastos esperados do que os rendimentos esperados (Beekes, Pope e Young, 2004). No que diz respeito aos ativos, o conservadorismo está associado ao custo histórico (Basu, 1997). O justo valor, não sendo um critério que se possa enquadrar no princípio da prudência, não é considerado um critério conservador (Demaria e Dufour, 2007).

Assim, considerando a estrutura empresarial portuguesa, assente em empresas de pequeno porte, de cariz familiar, com um elevado nível de concentração da estrutura proprietária e de gestão, espera-se uma relação negativa entre concentração da propriedade/gestão e a adoção do modelo da revalorização como método de mensuração dos AFT.

- **Hipótese 1a:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está inversa e negativamente relacionada com o grau de concentração da estrutura proprietária/gestão da empresa.

Gestão dos Resultados

A gestão dos resultados pode estar relacionada com a estrutura da empresa. Vários autores identificam uma relação negativa entre a gestão dos resultados e o grau de independência da estrutura de administração da empresa (Beasley, 1996; Peasnell *et al.*, 2005; Xie *et al.*, 2003). Neste sentido, nas PME, onde a gestão é exercida, em regra, pelo proprietário, não existindo

independência entre a propriedade e a gestão, a probabilidade de gestão por resultados será maior.

A gestão dos resultados pode ser usada para satisfazer os interesses dos proprietários/gestores (Gaver *et al.*, 1995; Healy, 1985; Holthausen *et al.*, 1995). Nesta ótica, os gestores cuja remuneração esteja relacionada com os resultados da empresa serão mais permissivos a adotarem políticas contabilísticas que aumentem os resultados (Missioner-Piera, 2004). Porém, os interesses dos proprietários/gestores podem ir para além da sua *compensação salarial*. Para Watts e Zimmerman (1978), os gestores, na hipótese de haver imposto a pagar, tendem a empregar políticas contabilísticas conducentes ao diferimento dos resultados para períodos seguintes. Já na hipótese de endividamento, os gestores tendem a adotar políticas contabilísticas que antecipem (aumentem) os resultados (Watts e Zimmerman, 1990).

A gestão dos resultados através da informação financeira tem um papel importante na relação com os *stakeholders* da empresa (Healy e Wahlen, 1999), uma vez que, na hipótese de existirem contratos que regulamentam essas relações, esses contratos, em regra, fundamentam-se na informação financeira divulgada pela empresa.

No contexto deste estudo, considera-se unicamente a gestão dos resultados que é concretizada através da escolha de políticas contabilísticas, dentro das possibilidades delineadas pelos normativos contabilísticos. Especificamente, no que diz respeito à mensuração dos AFT, a empresa pode optar por modelos de mensuração diferentes, podendo optar pelo modelo do custo, ou pelo modelo da revalorização. Na hipótese de a empresa optar pelo modelo da revalorização, as depreciações são calculadas tendo por base um valor de ativo superior, resultando num maior custo, logo num menor resultado. Neste sentido, Astami e Tower (2006) consideram o custo histórico como um critério que aumenta os resultados e o uso do justo valor como um método que diminui os resultados. Assim, na hipótese da empresa pretender apresentar um nível de resultados mais elevado, a opção não pode recair na mensuração dos AFT pelo modelo da revalorização, recairá preferencialmente na mensuração pelo modelo do custo, pois o valor das depreciações será inferior.

Especificamente no que diz respeito às PME, verificando-se que estas são menos propensas a gerar elevados lucros (Pettit e Singer, 1985), na hipótese da empresa apresentar baixos resultados, prevê-se um desencorajamento à opção pelo modelo da revalorização.

Tendo por base as considerações anteriores, pode estabelecer-se uma relação negativa entre o baixo nível de resultados das empresas e a probabilidade da empresa optar pelo modelo da revalorização na mensuração dos seus AFT.

- **Hipótese 1b:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com o nível dos resultados da empresa.

Estrutura do capital e o tipo de financiamento

Na revisão da bibliografia, verificou-se que as PME, em primeiro lugar, usam os fundos mais baratos, os capitais próprios. Só depois dos fundos próprios se esgotarem e, progressivamente, as empresas fazem uso dos recursos mais caros, o capital alheio (Myers e Majluf, 1984; Pettit e Singer, 1985). Conclui-se, assim, que as empresas ordenam as suas fontes de financiamento, financiando-se em primeiro lugar com fundos internos, só recorrendo a fundos externos se os internos forem insuficientes.

Dos fundos externos, o financiamento bancário é, para as PME, mais atraente, visto não afetar a propriedade e a gestão da empresa. Verifica-se que, as PME, devido aos custos de transação e ao risco da dívida de longo prazo, fazem maior uso do endividamento de curto prazo (Hall *et al.*, 2004; Titman e Wessels, 1988).

Na revisão da bibliografia, constatou-se ainda que empresas com maior necessidade de financiamento serão levadas a seguir políticas contabilísticas mais orientadas para o aumento do resultado e da robustez financeira (DeFond e Jiambalvo, 1994; Demaria e Dufour, 2007; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1990). Neste sentido, tendo as PME maiores dificuldades de acesso a crédito (Beck e Demirguc-Kunt, 2006; Binks *et al.*, 1992; Jensen e Meckling, 1976; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Walker, 1989) e custos associados mais elevados (Ang, 1991; Holmes e Kent, 1991), podem ser forçadas a dar mais importância à informação financeira (Berger *et al.*, 1998; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Marquez, 2002) e serem motivadas a apresentarem uma imagem mais saudável aos olhos dos credores (Barlev *et al.*, 2007).

Como forma de melhorar a sua imagem, as empresas podem ser conduzidas a procederem a revalorizações (Barlev *et al.*, 2007) e a utilizarem o justo valor como critério de mensuração dos seus AFT (Astami e Tower, 2006; Demaria e Dufour, 2007; Guerreiro, Rodrigues e Craig, 2005; Lopes e Rodrigues, 2007; Watts e Zimmerman, 1990).

O reforço do ativo através da utilização do modelo da revalorização traduz-se num aumento do valor dos ativos passíveis de serem colaterizáveis, o que, no contexto de **custos de agência**, pode aumentar a probabilidade de a empresa obter financiamento e reduzir os custos do mesmo (Stulz e Johnson, 1985). A apresentação de ativos, que possam ser considerados como garantia à dívida, pode ser uma forma de reduzir o conflito de agência entre proprietários e credores (Rajan e Zingales, 1995).

Assim, na hipótese das PME terem uma menor proporção de ativos colaterizáveis (Whited, 1992), o aumento do valor dos ativos fixos pode resultar num aumento da hipótese de a empresa conseguir com maior facilidade obter financiamento (Stulz e Johnson, 1985).

Considerando a **teoria da sinalização** (Ross, 1977), segundo a qual as empresas, ao transmitirem informação para o exterior, podem minimizar os custos de financiamento, a opção pelo modelo da revalorização pode funcionar como um sinal para as entidades financiadoras, uma vez que aumenta o valor dos ativos que servem de garantia aos empréstimos (Barlev *et al.*, 2007).

A revisão da literatura sugere que, quanto maiores forem as necessidades de financiamento, maiores são as possibilidades de as empresas reavaliarem os seus ativos. Ao optarem pelo modelo da revalorização, as empresas estão a sinalizar aos seus credores uma estrutura de capitais mais sólida, permitindo colaterizar a dívida com base em ativos com valores de mercado atuais (Barlev *et al.*, 2007). Se a empresa apresentar ativos fixos suscetíveis de serem apresentados como garantia da dívida, a hipótese desta ser contraída é maior (Stulz e Johnson, 1985).

Do mesmo modo, a manutenção de um rácio de endividamento baixo, ou um rácio de autonomia financeira mais alto, é um motivo para optar pelo modelo da revalorização (Easton, Eddey e Harris, 1993; Missionier-Piera, 2004).

Neste contexto, considera-se que existe uma relação positiva entre o nível **de** capital alheio, a taxa de endividamento da empresa, e a probabilidade de a empresa utilizar o modelo da revalorização na mensuração dos seus AFT.

- **Hipótese 1c:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com o nível de endividamento e necessidades de financiamento.

Estrutura do Ativo

Como referido, para melhorar a imagem, as empresas podem optar pelo modelo da revalorização na mensuração dos seus AFT (Astami e Tower, 2006; Barlev *et al.*, 2007; Demaria e Dufour, 2007; Guerreiro *et al.*, 2005; Lopes e Rodrigues, 2007; Watts e Zimmerman, 1990). Porém, pode argumentar-se que o impulso para utilizar o modelo da revalorização pode estar relacionado com a quantidade e composição de ativos existentes na empresa, passíveis de serem revalorizados, sendo que, quanto maior for o volume de ativos fixos da empresa, maior será o impacto na política de revalorização e o incentivo a optar pelo modelo da revalorização (Barlev *et al.*, 2007).

Considerando alguns estudos internacionais já realizados, designadamente pela Comissão Europeia (2007), Demaria e Dufour (2007), KPMG (2006) e Tarca (2005), aquando da adoção das IFRS, a adesão ao justo valor não foi muito significativa. Verifica-se que a opção pelo justo valor ocorreu essencialmente nas propriedades de investimento e nos terrenos e edifícios. Todavia, mesmo no que diz respeito a estes itens, a adesão foi reduzida, sendo maior nas propriedades de investimento do que nos terrenos e edifícios. Estes estudos concluem ainda que, no que diz respeito aos outros ativos tangíveis e aos ativos intangíveis nenhuma empresa optou pelo justo valor como método de mensuração subsequente.

Verificando-se que a opção pelo modelo da revalorização recai principalmente sobre os terrenos e os edifícios. Tal opção pode justificar-se não só pelo facto de o justo valor ser mais fácil de obter para estes itens do ativo, mas também pela possibilidade de o valor contabilístico ser substancialmente diferente do justo valor nestes itens do ativo.

O justo valor dos terrenos e edifícios é determinado com base no valor de mercado por avaliação feita por avaliadores profissionais, qualificados e independentes. Já a revalorização dos equipamentos deve ter por base o valor de mercado, determinado por avaliação. Porém, a norma contabilística é menos clara e não define quem deve proceder a essa avaliação, nem qual a experiência necessária para tal. Ainda assim, a revalorização tem de ser fundamentada através de prova do valor de mercado. Se não existirem provas com base no justo valor do item do ativo, ou se o item não for frequentemente vendido, a empresa não pode utilizar o modelo da revalorização. Assim, o modelo da revalorização pode ser mais difícil de aplicar na mensuração dos equipamentos.

Também no que concerne aos bens de equipamento e transporte, o desgaste é tão rápido que não existe necessidade de adotar o modelo da revalorização, sendo que, na hipótese de se

verificar a existência de diferença entre o valor de mercado e o valor escriturado, esta diferença pode derivar mais de políticas de depreciações erradas do que do próprio valor do bem.

No que diz respeito aos Ativos Fixos Intangíveis, a opção pelo modelo da revalorização só está disponível para as empresas que adotem os SNC integral, e nas condições específicas mencionadas na NCRF 6 – Ativos Intangíveis, não sendo também fácil de obter o justo valor destes itens, podendo ser também uma limitação ao uso do modelo da revalorização.

Verificando-se que são os terrenos e edifícios os itens do ativo mais suscetíveis de serem mensurados pelo modelo da revalorização, não sendo a parte correspondente ao terreno sujeito a depreciação, a revalorização dos terrenos não só não contribui para a redução dos resultados, como também contribui para o aumento da robustez dos capitais próprios da empresa.

Decorrente destas considerações, é expectável a existência de uma relação positiva entre a existência de AFT na empresa, principalmente terrenos e edifícios, e a opção pelo modelo da revalorização.

- **Hipótese 1d:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com o nível e composição dos AFT existentes na empresa cujo valor escriturado difira materialmente do justo valor, principalmente terrenos e edifícios.

Políticas contabilísticas seguidas no passado

Para Barlev *et al.* (2007) e Lin e Peasnell (2000), as políticas seguidas no passado, designadamente no que se refere à política de revalorização dos ativos, influenciam as políticas seguidas no presente.

A decisão de revalorizar no ano pode depender da política de revalorização seguida no passado. Por um lado, quanto maior for a distância desde a última revalorização, maior é a probabilidade de a empresa proceder à reavaliação no ano em curso, sendo que a presença ou a ausência de uma tendência geral para revalorizar, pode ser também um aspeto a ter em consideração (Lin e Peasnell, 2000).

O custo histórico é identificado como o método de mensuração mais utilizado pelas empresas europeias (Astami e Tower, 2006; Demaria e Dufour, 2007; Missionier-Piera, 2004; Tarca, 2005), sobretudo em países *code law* (Tarca, 2005). Porém, por remissão de NCRF 3 para a

IFRS 1, na transição para o SNC está prevista uma isenção na valorização dos AFT, que permite a mensuração dos AFT individualmente ao justo valor, ou pelo modelo da revalorização à data da transição, sendo que, nos períodos seguintes, os AFT podem ser mensurados ao modelo do custo.

Estudos recentes sobre a transição dos normativos nacionais para as IFRS sugerem que, mesmo com a isenção prevista nas IFRS 1, as empresas mantiveram a opção pelo custo histórico na avaliação dos seus ativos fixos (Demaria e Dufour, 2007).

Neste sentido, será importante verificar se é política da empresa proceder à revalorização dos seus AFT, verificar se a empresa só procedeu a revalorizações quando estas derivaram de normas legais, ou se procedeu a revalorizações livres. É pertinente estudar esta questão no tempo, designadamente com a utilização ou não da isenção prevista na transição para o SNC e comparar com as políticas de mensuração atuais.

É relevante que se perspetive a existência de uma relação positiva entre as políticas seguidas no passado e a probabilidade de a empresa utilizar o modelo da revalorização na mensuração dos seus AFT.

- **Hipótese 1e:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com as políticas seguidas no passado pela empresa.

Recursos afetos à preparação da informação financeira

O órgão de gestão, tal como referido no parágrafo 11 da Estrutura Conceptual (EC) do SNC, tem a responsabilidade primária pela elaboração das demonstrações financeiras. Porém, são os Técnicos Oficiais de Contas (TOC) que são responsáveis por planear, organizar e coordenar a execução da contabilidade das empresas (art.6º do EOTOC).

Os responsáveis pela execução da contabilidade necessitam não só de ter conhecimentos técnicos, como conhecimentos sobre o negócio da empresa (Magro, 2005), para poderem seleccionar os métodos e políticas contabilísticas mais adequadas à empresa, ao seu negócio e à sua realidade económica. O facto de a empresa dispor de um serviço de contabilidade interna, ou recorrer a serviços externos de contabilidade, a proximidade entre os órgãos de gestão e os serviços de contabilidade, pode determinar o nível de conhecimento que os responsáveis pela execução da contabilidade têm da empresa.

A relação existente entre a empresa e os responsáveis pela execução da contabilidade pode influenciar as políticas contabilísticas seguidas, pois os responsáveis pela execução da contabilidade podem influenciar as escolhas contabilísticas e podem ser influenciados pela empresa, quer direta, quer indiretamente (Kadous, Magro e Spilker, 2008).

Apesar do exposto, verifica-se que as entidades de menor dimensão incorrem, regra geral, em custos proporcionalmente mais elevados para cumprirem com as exigências de informação financeira do que acontece no contexto das grandes empresas (Coppens, van Wymeersch e Engels, 2006; Evans Gebhardt, Hoogendoorn, Marton, Di Pietra, Mora, Thinggard, Vehmanen e Wagenhofer, 2005 e Murray e Johnson, 1983). Verifica-se, também, que as PME, em regra, têm menos recursos afetos à preparação da informação financeira (García-Teruel e Martínez-Solan, 2008). Neste sentido, as empresas mais pequenas podem não ter capacidade para terem contabilidade na empresa (interna) e serem forçadas a terem a contabilidade fora da empresa (externa), em empresas que prestam serviços de contabilidade.

Por outro lado, a dificuldade que as empresas têm em quantificar, quer os benefícios da utilização da informação financeira, quer os custos a ela associados, podem levá-las a evitar o recurso a melhores sistemas de informação (Mitchell e Volking, 1993), verificando-se que, em regra, as PME têm informação financeira menos adequada ou mesmo insuficiente (Bryan e Friedlob, 1984).

Considerando que o modelo da revalorização é um modelo mais complexo, os recursos que a empresa afeta à preparação da informação financeira podem influenciar a opção pelo modelo de mensuração.

- **Hipótese 1f:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com os recursos afetos à preparação das demonstrações financeiras da empresa.

O custo de aplicação do modelo

O custo de aplicação do modelo pode estar patente na escolha de alguns métodos de mensuração, designadamente no que se refere à mensuração dos AFT. A revalorização do AFT pode ser um modelo muito caro para a maioria das PME. O custo de aplicação deste modelo pode ser superior ao benefício para a gestão e para fins externos, pondo em causa a utilidade do modelo da revalorização.

Na revalorização de um item do ativo, o apuramento do seu justo valor à data da revalorização, por exemplo no que diz respeito a terrenos e edifícios, deve ser determinado com base no mercado, por avaliação realizada por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes. É de realçar que a NCRF 7 estabelece que a revalorização deve ser efetuada com a regularidade suficiente, de modo a assegurar que o valor contabilístico do ativo não seja materialmente diferente do que seria obtido se fosse utilizado o justo valor à data do Balanço. Neste sentido, o custo associado à utilização do modelo da revalorização pode ser elevado e contínuo.

Assim, na opção pelo modelo da mensuração, as empresas podem ponderar o facto de terem de efetuar revalorizações com suficiente regularidade para assegurarem que a quantia escriturada não difere substancialmente da determinada ao justo valor à data do balanço, podendo os custos adicionais com peritos independentes (Lin e Peasnell, 2000) ser um fator a considerara no momento da decisão.

A questão que se coloca é se as PME estimam os custos associados ao modelo da revalorização.

O desenvolvimento desta hipótese tem em consideração os custos associados à opção pelo modelo da revalorização na mensuração dos AFT, sendo expectável que, incorrendo as empresas de menor dimensão em custos proporcionalmente mais elevados para cumprirem as exigências de informação financeira (Coppens *et al.*, 2006; Evans *et al.*, 2005 e Murray e Johnson, 1983), a opção pelo modelo de mensuração possa ser influenciada pelo custo que lhe está associado.

- **Hipótese 1g:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está inversa e negativamente relacionada com o custo associado à sua aplicação.

Dimensão da Empresa

Uma das variáveis mais utilizadas na generalidade dos estudos é a dimensão da empresa (Ahmed e Duellman, 2007; Astami e Tower, 2006; Barlev *et al.*, 2007; Demaria e Dufourm 2007; Guerreiro, 2006; Guerreiro *et al.*, 2008; Lopes e Rodrigues, 2007; Watts e Zimmerman, 1978 e 1990). Para Guerreiro *et al.* (2008), a dimensão das empresas é um fator que influencia a aplicação das normas internacionais de contabilidade, sendo que a dimensão da empresa pode influenciar, designadamente, a política de revalorização dos ativos (Barlev *et al.*, 2007).

Duma forma implícita, a dimensão da empresa já foi referida na formulação das hipóteses apresentadas:

- a) A estrutura empresarial portuguesa é dominada por PME, caracterizadas, designadamente, por não existir independência entre a propriedade e a gestão, e pelo facto de o seu capital estar concentrado num reduzido número sócios/acionistas (Lopes e Rodrigues, 2007). Quando a estrutura proprietária é concentrada, a influência no relato financeiro é maior por parte dos proprietários (Astami e Tower, 2006), que tendem a adotar políticas contabilísticas mais conservadoras (Ball *et al.*, 2000), associadas ao custo histórico (Basu, 1997), não sendo o justo valor considerado um critério conservador (Demaria e Dufour, 2007);
- b) As PME são menos propensas a gerar elevados lucros (Pettit e Singer, 1985). Considerando o custo histórico como um critério de aumento dos resultados e o uso de métodos de revalorização como um método de diminuir resultados (Astami e Tower, 2006), na hipótese de a empresa apresentar baixos resultados, prevê-se um desencorajamento à opção pelo modelo da revalorização;
- c) As PME têm maiores dificuldades de acesso a crédito (Beck e Demirguc-Kunt, 2006; Binks *et al.*, 1992; Jensen e Meckling, 1976; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Walker, 1989) e custos associados mais elevados (Ang, 1991; Holmes e Kent, 1991). Assim sendo, a opção pelo modelo da revalorização funciona como um sinal para as entidades financiadoras, uma vez que aumenta o valor dos ativos que servem de garantia aos empréstimos (Barlev *et al.*, 2007). Contudo, as PME, em primeiro lugar, usam os fundos mais baratos, os capitais próprios, só depois destes se esgotarem e, progressivamente, as empresas fazem uso dos recursos mais caros, o capital alheio (Myers e Majluf, 1984; Pettit e Singer, 1985).
- d) As pequenas empresas têm uma menor proporção de ativos (Whited, 1992) o que pode limitar a opção pelo modelo da revalorização;
- e) Também no que diz respeito aos recursos afetos à preparação da informação financeira, em regra, são menores nas PME (García-Teruel e Martínez-Solan, 2008);
- f) As empresas de menor dimensão também podem incorrer em custos proporcionalmente mais elevados para cumprirem as exigências de informação financeira (Coppens *et al.*, 2006; Evans *et al.*, 2005 e Murray e Johnson, 1983).

Acresce aos aspetos enunciados, o facto de a NCM não permitir a opção pelo modelo da revalorização, não sendo possível a utilização do modelo da revalorização se as empresas de menor dimensão optarem pela NCM, esperando-se, assim, que, com o aumento da dimensão da empresa, a probabilidade de a empresa optar pelo modelo da revalorização também aumente.

- **Hipótese 1h:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com a dimensão da empresa.

Importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do Ativo Fixo Tangível

Na preparação das demonstrações financeiras, tanto o normativo específico de cada país, como as normas internacionais, permitem a escolha de diferentes políticas contabilísticas (Cheng e Warfield, 2005; Fields *et al.*, 2001; Gaver *et al.*, 1995; Healy, 1985; Healy e Wahlen, 1999; Holthausen *et al.*, 1995; Holthausen, 2003; Hunt *et al.*, 1996; Penman e Zhang, 2002; Scholes *et al.*, 1990 e Watts e Zimmerman, 1978 e 1990), designadamente no que se refere à mensuração dos AFT (NCRF7). Constatase que a escolha de determinada política contabilística influencia a informação financeira, quer na sua substância quer na sua forma, numa determinada direção (Fields *et al.*, 2001).

A abordagem teórica (Barth e Katherine, 2008; Biddle e Hilary, 2006; Easley e O'Hara, 2004; Ioannides *et al.*, 2003; Plumlee, 2003; Sinha e Watts, 2001 e Whittington e Tippet, 1999) e a reflexão efetuada sobre a importância da informação financeira, permitem considerar a sua relevância para a generalidade das empresas, particularmente para as PME.

A importância da informação financeira tem um enquadramento teórico com um enfoque essencial na **Teoria da Agência** (Jensen e Meckling, 1976) e na **Teoria Positiva da Contabilidade** (“**Positive Accounting Theory**”) (Watts e Zimmerman, 1978 e 1990).

A teoria positiva da contabilidade, partindo da teoria da agência, formula um conjunto de hipóteses que fundamentam as escolhas dos gestores na presença de incentivos relacionados com contratos. Deve ter-se em conta que o comportamento dos gestores, na seleção de políticas contabilísticas, é fundamentado por três hipóteses: a hipótese de custos políticos; a hipótese de endividamento e a hipótese do plano de bónus (Watts e Zimmerman, 1990).

A importância da informação financeira é reforçada pela **teoria da sinalização** (Ross, 1977), segundo a qual as empresas podem transmitir informação como forma de melhorar a sua imagem.

A verificação da hipótese de as empresas darem importância à informação financeira e à preparação das demonstrações financeiras é o principal objetivo deste estudo, surgindo assim, a segunda hipótese.

- **Hipótese 2:** A empresa considera a importância da informação financeira e pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.

A mensuração dos AFT ganha relevância na informação financeira, na medida em que os AFT são um elemento importante e permanente na generalidade das empresas. Verifica-se que a política seguida na sua mensuração, designadamente no que se refere ao modelo de mensuração (Ahmed e Takeda, 1995; Barlev *et al.*, 2007; Barth, 1991; Barth, 1994; Barth, 2007; Khurana e Kim, 2003) e à política de depreciações (Jackson, 2008; Kang e Zhao, 2010), tem uma grande influência na informação financeira.

Com a adoção das IFRS, vários são os autores que sugerem a diminuição das assimetrias na informação financeira e o aumento da qualidade, como Barth *et al.* (2008), ou fundamentado num relato financeiro mais orientado e focado no apuramento do lucro económico e menos no lucro fiscal (Jermakowicz, 2004).

No que se refere aos AFT, apesar do SNC permitir a opção pelo modelo da revalorização, as limitações a esta opção, de que se salientam as limitações fiscais e os custos associados ao modelo, podem levar as empresas a optarem pelo modelo do custo.

Porém, como já referido, a opção por políticas contabilísticas adequadas pode não só conduzir à melhoria de tomada de decisões, como também à eficiência fiscal, e ainda contribuir para a melhoria da informação prestada, nomeadamente a bancos e outros credores, conduzindo, assim, a maiores facilidades de financiamento, ou a melhores condições na negociação do mesmo.

Contudo, são os objetivos que as empresas pretendem prosseguir que determinam as políticas contabilísticas a adotar, sendo que empresas com maior necessidade de financiamento tenderão a seguir políticas contabilísticas mais direcionadas para o aumento de resultado e da robustez financeira da empresa (Astami e Tower, 2006; DeFond e Jiambalvo, 1994; Missioner-Piera, 2004; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1990; Young, 1998), podendo a minimização do imposto a pagar (Dyreng *et al.*, 2008 e 2010; Wilson, 2009) condicionar este caminho (Scholes *et al.*, 1990).

Retomando o pressuposto de partida, e considerando que as empresas têm em conta de facto, a importância da informação financeira, e ponderam o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira, e ainda sem perder de vista os pressupostos da **Teoria Positiva da Contabilidade**, as opções levadas a cabo podem fundamentar-se em três hipóteses:

- a) A hipótese do plano de bónus, que sugere que, quando os incentivos dos gestores estão relacionados com os resultados contabilísticos da empresa, estes estão mais motivados a empregar políticas contabilísticas que aumentem os resultados presentes, tendentes a maximizar a sua compensação (Watts e Zimmerman, 1990);
- b) A hipótese do endividamento que estabelece que existindo cláusulas restritivas dos contratos de dívida relacionadas com a informação contabilística, os gestores são incentivados a empregar políticas contabilísticas que antecipem os resultados, com o objetivo de evitar a violação dessas mesmas cláusulas (Watts e Zimmerman, 1978);
- c) A hipótese dos custos políticos, que sugere que na presença deste tipo de custos, os gestores são incentivados a adotar políticas contabilísticas conducentes ao diferimento dos resultados para os períodos seguintes (Watts e Zimmerman, 1978).

Assumindo estas hipóteses teóricas, pretende-se testar se, na preparação das demonstrações financeiras, no momento de escolher as políticas contabilísticas, especificamente no que diz respeito à mensuração dos AFT, as empresas ponderam o impacto das opções:

- a) Considerando as necessidades e perspetivas dos proprietários/gestores (gestão interna da informação financeira) (H2a);
- b) Considerando as necessidades e perspetivas dos bancos e outros credores (gestão externa da informação financeira) (H2b);
- c) Considerando as necessidades e perspetivas da Administração Fiscal (gestão externa da informação financeira) (H2c).

Considerando as necessidades e perspetivas dos proprietários/gestores

Considerando a teoria positiva da contabilidade, na hipótese de os salários dos gestores estarem indexados aos resultados da empresa, estando os incentivos dos gestores relacionados com os resultados contabilísticos da empresa, o estímulo de empregar políticas contabilísticas que aumentem os resultados, tendentes a maximizar a sua compensação salarial, é maior (Watts e Zimmerman, 1990). Porém, os interesses dos gestores podem ir para além da sua compensação salarial. Considerando o universo das PME, em que o proprietário, regra geral, é

o gestor da empresa (Ang, 1991; Fama e Jensen, 1983; Pettit e Singer, 1985), a gestão da empresa resulta não só de interesses económicos como também de interesses pessoais e familiares dos proprietários/gestores (Ang, 1991; Pettit e Singer, 1985).

Na mensuração dos AFT, ao ser possível optar por métodos diferentes, as escolhas levadas a cabo podem ir ao encontro das pretensões dos proprietários/gestores. Assim, se objetivo é a redução dos resultados, a opção recai na mensuração pelo modelo da revalorização. Se, pelo contrário, o objetivo é apresentar resultados mais elevados, a opção recai na mensuração pelo modelo do custo, pois o valor das depreciações é inferior. Cumulativamente, as opções que a empresa tomar em sede de política de depreciações também influenciam o resultado.

Porém, como já enunciado as questões de gestão podem ir para além da questão dos resultados.

Na gestão interna da empresa, para além dos aspetos mais relacionados com as compensações dos proprietários/gestores e com os resultados, a mensuração dos AFT pode influenciar outras questões relacionadas, designadamente, com custos de produção, investimentos de substituição e (des)capitalização da empresa.

A questão que se coloca é se a empresa pondera o impacto da mensuração dos AFT na gestão interna da empresa.

- **Hipótese 2a:** A empresa considera a importância da informação financeira e na preparação das demonstrações financeiras pondera o impacto que a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis tem na gestão interna da empresa.

Considerando as necessidades e perspetivas dos bancos e outros credores

O desempenho financeiro passado e a posição financeira presente são um fator importante para os financiadores (bancos, outros credores, seguros de crédito, etc.) estimarem a capacidade que as empresas têm para cumprirem as condições contratualizadas (Gibson, 1993).

A empresa, nas operações de financiamento, estabelece contratos que permitem formalizar as condições de financiamento. Estas condições são negociadas tendo por base rácios e indicadores financeiros que são obtidos na informação financeira. Neste contexto, podem existir incentivos na gestão da informação financeira, tendente à melhoria destes indicadores e à adoção de políticas contabilísticas que aumentem os resultados e a robustez financeira da

empresa (Astami e Tower, 2006; DeFond e Jambalvo, 1994; Missioner-Piera, 2004; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1990; Young, 1998).

O modelo da revalorização, ao reforçar o valor dos ativos da empresa por contrapartida aos capitais próprios, contribui para a diminuição dos rácios de endividamento (Missionier-Piera, 2004) e para o aumento dos rácios de Autonomia financeira e de Solvabilidade, aumentando a solidez financeira da empresa, consubstanciando-se, apesar da redução dos resultados, no modelo mais adequado para sinalizar informação para os bancos e outros credores (Barlev *et al.*, 2007).

Por outro lado, as opções que a empresa segue em sede de política de depreciações também influenciam o resultado e outros indicadores financeiros que sinalizam a empresa, designadamente perante os bancos e outros credores.

Considerando que as PME são empresas com maiores dificuldades de acesso ao crédito (Beck e Demirguc-Kunt, 2006; Binks *et al.*, 1992; Jensen e Meckling, 1976; García-Teruel e Martínez-Solan, 2008; Walker, 1989) e com custos associados mais elevados (Ang, 1991; Holmes e Kent, 1991), coloca-se a questão se a empresa pondera o impacto da mensuração dos AFT na sinalização da empresa, designadamente perante os bancos e outros credores.

- **Hipótese 2b:** A empresa considera a importância da informação financeira e na preparação das demonstrações financeiras pondera o impacto que a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis tem na sinalização da empresa, designadamente perante os bancos e outros credores.

Considerando as necessidades e perspetivas da Administração Fiscal

No que diz respeito, especificamente, às PME, apesar de Pettit e Singer (1985) considerarem que as questões fiscais têm pouca importância, dado que estas empresas são menos propensas a gerar elevados lucros, a sua gestão é bastante influenciada por questões de ordem fiscal, sendo o objetivo de minimizar a carga fiscal um dos principais objetivos da gestão (Vilabella e Silvosa, 1997).

Assim, espera-se que, na preparação das demonstrações financeiras, a empresa pondere o impacto que as suas opções contabilísticas têm nas questões de índole fiscal, mais especificamente, no que diz respeito à mensuração dos AFT.

Na maioria dos países, incluindo Portugal, as revalorizações só têm impacto na informação financeira, não sendo aceites fiscalmente, tal como o não são as depreciações que originam. A

possibilidade de as implicações fiscais serem consideradas na decisão de optar ou não pelo modelo de revalorização é grande (Barlev *et al.*, 2007), podendo inibir a opção pelo modelo da revalorização.

Todavia, na gestão dos resultados fiscais (lucro tributável), a empresa pode optar por diferentes políticas de depreciações, nomeadamente escolher a percentagem de depreciação anual entre um limite máximo e um limite mínimo, e escolher o método de depreciação, dentro de alguns limites.

Os incentivos fiscais podem motivar as empresas a adotarem medidas conducentes à redução da carga fiscal. Todavia, a redução do resultado pode não ser o objetivo principal, a empresa pode não ter como finalidade reportar resultados negativos (Moreira, 2006 e 2008). Neste sentido, se há interesse em aumentar o resultado fiscal, considerando a política de depreciações, a opção pode recair na utilização das taxas mínimas, optando-se por taxas máximas se se pretender apresentar um resultado fiscal mais baixo.

Neste contexto, coloca-se a questão se a empresa pondera o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal.

- **Hipótese 2c:** A empresa considera a importância da informação financeira e na preparação das demonstrações financeiras pondera o impacto que a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis tem no resultado fiscal.

Em apêndice (apêndice 1) apresenta-se o resumo das hipóteses em estudo, das variáveis associadas a cada hipótese e da relação esperada.

2.4. Definição das Variáveis

Neste ponto, pretende-se apresentar a definição operacional das variáveis a testar no estudo empírico.

Numa tentativa de garantir maior confiança e validação da informação, na definição de cada variável, sempre que possível, foi considerada a existência de outros estudos que utilizaram operacionalizações semelhantes para a mesma variável.

Com a utilização de medidas já testadas noutros estudos, torna-se também possível a comparação de resultados (Chenhall, 2003).

▪ Função na empresa

No que diz respeito à função na empresa, considerando que o estudo tem como objetivo verificar a importância da informação financeira para as PME, entendeu-se importante aferir a opinião de quem intervém na preparação e é conhecedor da informação financeira.

Foram, então, definidos como funções relevantes para este estudo, operacionalizando assim a variável de controlo função na empresa: a função de gerente/administrador, dado que é o órgão de gestão o responsável primário pela elaboração da informação financeira; a função de responsável pela área financeira, uma vez que é um utilizador e conhecedor da informação financeira e, de algum modo, atua na sua preparação; a função de TOC, considerando que é o responsável por planear, organizar e coordenar a execução da contabilidade; a função de colaborador da área administrativa e financeira, pois executa tarefas de contabilidade e é também conhecedor da informação financeira; e o que se denominou de “outros”, onde se pretende incluir possíveis cargos, com pouca representatividade na área financeira, que exercem outras funções na empresa mas que, de algum modo, participam na preparação ou são conhecedores da informação financeira.

Este leque de funções, de certo modo, irá permitir perceber quem, na empresa, melhor conhece os assuntos relacionados com a informação financeira e tem maior aptidão para responder a questões relacionadas com o tema e aferir a sua opinião.

▪ Idade da empresa

Sendo um dos objetivos do estudo verificar as políticas contabilísticas seguidas pela empresa, assumindo-se que as políticas contabilísticas seguidas no passado influenciam a escolha de

políticas contabilísticas no presente (H1e), a idade da empresa vai permitir verificar se a sua idade possibilita a validação desta hipótese.

Considerou-se que, em matéria de mensuração dos AFT, para além do ano de 2010, marco de transição para o SNC, existe um período caracterizado pela publicação de alguns diplomas que permitem a atualização dos valores dos AFT, entre 1963 e 1998, e um período, após esta data e a entrada em vigor do SNC, caracterizado por um vazio no que diz respeito a esta matéria. Na operacionalização desta variável pressupôs-se que o enquadramento por décadas seria o mais prático e adequado, dividindo as empresas em cinco grupos consoante a década de constituição: década de 70 ou anterior; década de 80; década de 90; década ou anos 2000; anos de 2010 e 2011.

▪ **Setor de Atividade**

Na tentativa de explicar as opções levadas a cabo pela empresa, respeitantes à política de mensuração dos AFT, considerou-se que a estrutura do ativo, especificamente a estrutura dos AFT influencia a seleção do modelo de mensuração (H1d). Neste contexto, assumindo-se que as empresas dos setores mais industriais têm uma maior proporção de AFT, designadamente terrenos e edifícios, o setor de atividade consubstancia-se numa variável de controlo importante na tentativa de explicar a estrutura dos ativos, designadamente os AFT, da empresa.

Esta variável permite ainda comparar a amostra com o total da população (dados do INE) e verificar se a amostra se afasta ou se aproxima da população, no que diz respeito ao setor de atividade, ajudando assim a aferir a representatividade da amostra.

Na operacionalização desta variável, de acordo com a classificação das empresas e a representatividade das PME em cada setor (INE, 2011), optou-se por classificar as empresas em cinco grupos setoriais: Serviços; Comércio; Indústria e Construção; Agricultura e Pescas; e Outros, para setores com pouca representatividade.

▪ **Tipo de empresa (critério jurídico)**

Sendo uma das principais especificidades das PME a sua estrutura proprietária e de gestão, variável a considerar na explicação das hipóteses em estudo (H1a), esta variável assume especial importância, não pela explicação direta das opções contabilísticas, mas pela

influência que exerce na variável explicativa estrutura proprietária/gestão, apresentada a seguir.

Considerando o universo das PME e os mais comuns tipos de empresas, na operacionalização desta variável, optou-se por agrupar as empresas em cinco grupos: Empresário em nome individual; Sociedade Unipessoal por Quotas; Sociedade por Quotas; Sociedade Anónima; Outra, para tipos de empresas com pouca representatividade.

A operacionalização das variáveis “setor de atividade” e “tipo de empresa” vai também permitir o controlo do tipo de empresa respondente. Sendo o questionário dirigido às PME, não financeiras e constituídas sob a forma jurídica de sociedade, a inclusão da opção “Empresário em nome individual” na variável “tipo de empresa” e “outra(os)” nas duas variáveis, irá permitir excluir, se for o caso, empresas que não tenham as características definidas.

▪ **Estrutura proprietária/gestão da empresa (H1a)**

Constatando-se que a maioria das empresas portuguesas são principalmente de propriedade familiar, estando o capital concentrado num pequeno número de sócios/acionistas (Lopes e Rodrigues, 2007), a operacionalização da variável estrutura proprietária passa por apurar se a empresa é ou não do tipo familiar e qual é o grau de concentração do capital, por quantos sócios/acionistas se divide o capital, e qual é a percentagem de capital detida pelos maiores proprietários (sócios/acionistas), ou seja, como é composta a estrutura do capital (Iona, Leonida e Ozkan, 2004).

Considerando que, na maioria das PME, a propriedade e a gestão pertencem à mesma pessoa (Ang, 1991; Fama e Jensen, 1983; Pettit e Singer, 1985), na operacionalização da variável estrutura da gestão da empresa, importa apurar a proporção de gestores/administradores independentes no quadro da gerência/administração (Ahmed e Duellman, 2007; Iona *et al.*, 2004 e Lopes e Rodrigues, 2007).

Resumindo, a operacionalização desta variável passa pelo apuramento e análise de aspetos como:

- ✓ Tipo de empresa (familiar ou não familiar);
- ✓ Grau de concentração do capital;
- ✓ Proporção de gestores/administradores independentes.

▪ **A Gestão dos Resultados (H1b)**

Partindo da hipótese formulada, que relaciona de forma positiva a opção pelo modelo da revalorização com o nível resultados da empresa e as PME como empresas menos propensas a gerar elevados lucros (Pettit e Singer, 1985), a operacionalização natural para testar esta variável passa por apurar o nível de resultados da empresa.

▪ **A estrutura do capital e o tipo de financiamento (H1c)**

Assumindo que as PME ordenam as suas fontes de financiamento, financiando-se em primeiro lugar com fundo internos, só recorrendo a fundos externos se os internos forem insuficientes (Myers e Majluf, 1984), a operacionalização desta variável passa, primeiramente, por apurar como as empresas ordenam as suas fontes de financiamento e qual o nível da autonomia financeira (Capital Próprio/Ativo Total).

Considerando que as empresas com maior necessidade de financiamento serão levadas a seguir políticas contabilísticas mais direcionadas para o aumento de resultado e da robustez financeira (DeFond e Jambalvo, 1994; Demaria e Dufour, 2007; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1990), a operacionalização desta variável passa também por apurar o nível de endividamento pelo rácio da dívida sobre capital próprio (Capital Alheio/Capital Próprio), rácio frequente nos estudos (Astami e Tower, 2006; Demaria e Dufour, 2007; Guerreiro *et al.*, 2005; Lopes e Rodrigues, 2007; Nugraheni e Adimas, 2006). Contudo, o inverso do endividamento, a solvabilidade, é um rácio apurado e apresentado pelos relatórios do INE, para o triénio em análise. Neste sentido, a utilização da solvabilidade pode também permitir a comparação da amostra com a população.

Cumulativamente, atendendo a que as PME fazem maior uso do endividamento de curto prazo (Hall *et al.*, 2004; INE, 2010 e 2011; Titman e Wessels, 1988), a operacionalização desta variável pode ser complementada com o apuramento do nível de endividamento de curto prazo (Capital Alheio de curto prazo/ Capital Alheio Total) e do nível de endividamento de médio longo prazo (Capital Alheio de curto prazo/ Capital Alheio Total).

A operacionalização desta variável terá de passar também pela avaliação das necessidades de financiamento da empresa presentes e futuras.

Subjacente às necessidades de financiamento, pode estar também a necessidade de apresentar garantias, considerando que a mensuração dos AFT pode influenciar o valor das garantias (Barlev *et al.*, 2007), o apuramento do tipo de garantias solicitadas (Berger *et al.*, 2011;

Jiménez e Saurina, 2004; Jiménez *et al.*, 2006), pode ajudar a perceber a influência que esta variável exerce na política de mensuração dos AFT.

Resumindo, a operacionalização desta variável passa pelo apuramento e análise dos seguintes aspetos:

- ✓ Ordenação das fontes de financiamento;
- ✓ Autonomia Financeira;
- ✓ Nível de Endividamento;
- ✓ Estrutura do Endividamento;
- ✓ Necessidade de financiamento;
- ✓ Garantias solicitadas.

▪ **Estrutura do Ativo (H1d)**

A estrutura do ativo é uma variável muito considerada não só em estudos relacionados com as políticas de mensuração dos ativos, como também em estudos relacionados com a estrutura do capital da empresa e com as políticas de financiamento. Nestes estudos, o *proxy* mais utilizado é a intensidade do ativo fixo sobre o ativo total (Rajan e Zingales, 1995)

Considerando que a opção pelo modelo da revalorização recai principalmente sobre os terrenos e os edifícios (Comissão Europeia, 2007; Demaria e Dufour, 2007; KPMG, 2006 e Tarca, 2005), será também importante apurar a existência destes itens no AFT e tentar perceber se os itens do AFT se aproximam ou se afastam do seu justo valor.

Resumindo, a operacionalização desta variável passa pelo apuramento e análise dos aspetos a seguir enunciados:

- ✓ Intensidade do Ativo Fixo;
- ✓ Itens do AFT;
- ✓ Se os itens do AFT se aproximam ou afastam do seu justo valor.

▪ **Políticas contabilísticas seguidas no passado (H1e)**

Lin e Peasnell (2000) realizaram um estudo no Reino Unido, onde as empresas têm a liberdade de decidirem se querem revalorizar, quantas vezes, e quais os ativos que querem valorizar. Neste estudo, analisaram as revalorizações nos últimos 3 anos, tendo reunido as empresas em quatro grupos: as empresas que revalorizaram ativos no ano; as empresas que

não revalorizaram ativos no ano, mas o fizeram pelo menos em um dos 3 anos anteriores; as empresas que não revalorizaram nem no ano nem nos 3 anos anteriores; as empresas que registaram ativos fixos no ano.

Já Barlev *et al.*, (2007), num estudo realizado em 35 países que permitem a reavaliação, consideraram o número de reavaliações acumuladas no período 1993-2004.

Considerando o caso português, em que até 1998 foi possível proceder à revalorização dos ativos com base num conjunto de diplomas legais, constatou-se que, dessa data até à presente, não voltou a ser publicado nenhum diploma que permitisse a revalorização do ativo. As políticas passadas podem repartir-se em dois grupos: o grupo das revalorizações com base em diplomas legais, e o grupo das revalorizações feitas sem suporte legal, denominadas “reavaliações livres”. Assim, e considerando os *proxies* utilizados noutros estudos, o importante é aferir o número de revalorizações feitas tanto ao abrigo de diplomas legais, como o número de “reavaliações livres” que foram concretizadas.

Considerando o ponto de viragem na normalização contabilística, será também importante apurar se a empresa, no momento da transição, utilizou a isenção prevista na valorização dos AFT e procedeu à revalorização dos mesmos.

Resumindo, a operacionalização desta variável passa pelo apuramento e análise dos aspetos que passamos a enunciar:

- ✓ Número de revalorizações feitas ao abrigo de diplomas legais;
- ✓ Número de “reavaliações livres”;
- ✓ Revalorizações na transição para o SNC.

▪ **Recursos afetos à preparação da informação financeira (H1f)**

Verifica-se que as PME, em regra, têm menos recursos afetos à preparação da informação financeira (García-Teruel e Martínez-Solan, 2008) e que, em regra, por incorrerem em custos proporcionalmente mais elevados na preparação da informação financeira (Coppens *et al.*, 2006; Evans *et al.*, 2005 e Murray e Johnson, 1983), evitam o recurso a melhores sistemas de informação (Mitchell e Volking, 1993), produzindo informação financeira menos adequada ou mesmo insuficiente (Bryan e Friedlob, 1984). Deste modo, a operacionalização desta variável passa por verificar:

- ✓ A estrutura de contabilidade de empresa, se está integrada na estrutura interna da empresa, ou se é externa;

- ✓ A adequação dos recursos afetos à preparação da informação financeira;
- ✓ A adequação da informação financeira às necessidades da empresa.

▪ **O custo de aplicação do modelo (H1g)**

Num estudo sobre a influência do tamanho das empresas na adequação das IFRS na Alemanha, Eierle e Haller (2009) consideram a relação custo/benefício das políticas e métodos contabilísticas, mais especificamente no que diz respeito à avaliação do modelo de reavaliação em relação ao modelo de custo, e pediram aos respondentes ao inquérito para se pronunciarem sobre os benefícios esperados para a gestão interna e para fins de controlo, bem como para os fins de informação externa e sobre a estimativa de custos para determinar o justo valor.

Neste contexto, a operacionalização desta variável passa por verificar se a empresa pondera o custo associado à mensuração dos AFT.

▪ **Dimensão da empresa (H1h)**

Existindo muitas formas de medir a dimensão da empresa, um dos critérios frequentemente usado é o ativo líquido ou o total de balanço (Ahmed e Duellman, 2007; Astami e Tower, 2006; Barlev *et al.*, 2007; Cazavan-Jeny e Jean, 2007; Demaria e Dufour, 2007; Guerreiro *et al.*, 2005; Iona *et al.*, 2004; Lopes e Rodrigues, 2007; Missonier-Piera, 2004).

Contudo, a classificação das empresas em média, pequena e micro dimensão, resultante do acordo Basileia II, para além do total do balanço, conjuga o volume de negócios e o número de trabalhadores. Por uma questão de comparabilidade, e para de algum modo aferir a representatividade da amostra, o critério seguido na operacionalização desta variável será o definido no Decreto-Lei n.º372/2007, de 6 de novembro.

Considerando que um dos objetivos deste estudo é verificar qual o modelo contabilístico pelo qual optaram as empresas, cumulativamente com a classificação referida no parágrafo anterior, será também pertinente analisar a dimensão da empresa em função da classificação estabelecida pela normalização contabilística, na aplicação das normas contabilísticas, NCRF-PE (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho) e NCM (Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março).

Na operacionalização destas variáveis, cumulativamente, pretende-se obter a opinião de quem intervém na preparação e é conhecedor da informação financeira sobre as variáveis/fatores que exercem influência na mensuração dos AFT:

- a) As perspetivas dos proprietários/gestores.
- b) Nível dos resultados e implicação do modelo de mensuração no valor das depreciações.
- c) A Estrutura do capital.
- d) O tipo e necessidades de financiamento.
- e) Composição e valor escriturado do Ativo Fixo Tangível.
- f) Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização.
- g) Recursos afetos à preparação da informação financeira.
- h) Custo com as avaliações para determinar o justo valor.

▪ **Importância dada pelas PME à informação financeira, especificamente na mensuração do Ativo Fixo Tangível.**

A operacionalização desta variável assenta em duas fases:

- Verificar as políticas contabilísticas seguidas pela empresa, especificamente na mensuração dos AFT.
- Recolher a opinião de quem intervém na preparação e é conhecedor da informação financeira sobre:
 - A importância que a empresa dá à informação financeira.
 - A forma como a empresa, na preparação das demonstrações financeiras, no momento de escolher as políticas contabilísticas, especificamente no que diz respeito à mensuração dos AFT, pondera o impacto das opções:
 - d) Considerando as necessidades e perspetivas dos proprietários/gestores (gestão interna da informação financeira) (H2a);
 - e) Considerando as necessidades e perspetivas dos bancos e outros credores (gestão externa da informação financeira) (H2b);
 - f) Considerando as necessidades e perspetivas da Administração Fiscal (gestão externa da informação financeira) (H2c).

CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO

Fundamentados na abordagem teórica e na reflexão efetuada, os pressupostos desta investigação consubstanciam-se na importância da informação financeira, especificamente para as PME. O paradigma científico que contextualiza metodologicamente a ideia desta investigação objetiva-se, assim, na importância da informação financeira, designadamente pela sua capacidade de influenciar a tomada de decisões, com principal ênfase nas decisões de financiamento.

Contudo, a informação financeira, sendo um produto da contabilidade, não pode ser dissociada da contabilidade e da normalização contabilística. A opção por determinada política contabilística em detrimento de outra, designadamente no que se refere à mensuração dos AFT, influencia a informação financeira e, consequentemente, as perspetivas dos utilizadores e as suas decisões. Conquanto a importância da opção por políticas contabilísticas adequadas à tomada de decisão, a Lei Fiscal, pelo conjunto de regras que estabelece e por algumas limitações que impõe, possa condicionar essa opção.

Neste contexto, estabeleceu-se como objetivo geral deste estudo analisar a importância que as PME atribuem à informação financeira na tomada de decisão, nomeadamente nas decisões de financiamento.

Considerando o objetivo estabelecido, a estratégia seguida nesta investigação assentou, numa primeira fase, na revisão bibliográfica, com um enfoque particular nas características das PME e na importância da informação financeira, principalmente como forma de sinalizar a empresa junto dos seus credores, destacando a mensuração dos AFT, como item importante e permanente na generalidade das empresas, e ainda pelo facto de a política seguida na sua mensuração exercer grande influência na informação financeira divulgada.

Fundamentada na revisão da bibliografia, a segunda fase desta investigação concretiza-se no desenvolvimento e teste do modelo teórico apresentado, pretendendo-se assim, testar empiricamente e dar resposta à questão de investigação através dum estudo quantitativo por inquérito (Major e Vieira, 2009).

O estudo empírico efetuado alicerça-se num inquérito, realizado através de questionário, através do qual se procuram obter informação sobre as principais características das PME, modelos e políticas contabilísticas seguidas, e analisar as perspetivas de quem intervém na

preparação e é conhecedor da informação financeira, analisando assim vários pontos de vista (Clarke, 1997; Pierce e O'Dea, 1998).

3.1. Metodologia de recolha e tratamento dos dados

A opção por desenvolver o estudo empírico através da aplicação de um inquérito, operacionalizado num questionário, fundamentou-se não só nos objetivos definidos para este trabalho, nas questões de investigação e nas hipóteses formuladas, mas também no facto de ser usual a recolha de dados através de inquérito, sendo este método considerado, para muitos investigadores, o meio mais eficiente de obtenção de informação. Trata-se, também, de um instrumento simples de aplicar, o que representa economia de tempo e de recursos, situação que permite evitar distorções pela intervenção direta do investigador e facilita a análise e interpretação dos dados (Reis, Melo, Andrade e Calapez, 2001; Sekaran, 2003).

No entanto, este método apresenta algumas limitações, destacando-se a baixa taxa de resposta (Ghiglione e Matalon, 1992; Marconi e Lakatos, 2010; Reis *et al.*, 2001).

No sentido de minimizar esta limitação, foram seguidos alguns procedimentos:

- Depois de redigido o questionário, este foi testado por uma pequena amostra da população a investigar e docentes/investigadores conhecedores do tema em investigação (Major e Vieira, 2009; Sekaran, 2003), com o objetivo de aperfeiçoar o conteúdo, a forma e o vocabulário, averiguar se as questões eram entendidas, se todos os inquiridos lhe atribuíam o mesmo significado e avaliar a coerência das questões face ao objetivo do inquérito. Este processo conduziu a alguns ajustamentos, essencialmente, terminológicos. Concluiu-se também, que o tempo médio de resposta era de quinze minutos, e que nenhum dos inquiridos considerou o questionário de difícil resposta.
- Foi garantida a total confidencialidade das respostas.
- O questionário foi criado em formato Word (genericamente conhecido), em que os inquiridos só tinham de marcar a sua opção, o que configura uma resposta simples e rápida.
- O método de recolha foi o e-mail, com a indicação do e-mail de resposta.
- A recolha foi coordenada e supervisionada, tendo sido feitos vários apelos à participação.

A conceção do questionário foi antecedida de uma análise detalhada dos principais estudos que, de algum modo, abordam a questão em estudo, das variáveis que fundamentam esses estudos, conforme o desenvolvimento das hipóteses formuladas e a definição operacional das variáveis no capítulo anterior, e da observação de alguns questionários relacionados com o tema (Alves, 2002; Comissão Europeia, 2007; Jermakowicz e Gornik-Tomaszewski, 2006; Petersen e Rajan, 1994; Watty e Carlson, 1998).

As perguntas contidas no questionário foram organizadas em quatro partes (apêndice 2):

- Na primeira parte, que inclui sete grupos de questões, procurou-se caracterizar as empresas da amostra.
- A segunda parte, com um grupo de questões, teve como objetivo identificar as políticas contabilísticas seguidas pela empresa.
- Na terceira parte, com três grupos de questões, pretendeu-se analisar a perspetiva dos respondentes relativamente às questões de investigação e às hipóteses formuladas.

Com o objetivo de medir a intensidade da resposta (Major e Vieira, 2009), para efeito de respostas, foi introduzida uma escala de *Likert* com cinco categorias.

- Na quarta e última parte, procedeu-se à recolha de alguma informação financeira procurando-se não só obter informação que complementasse a caracterização da empresa, designadamente quanto à dimensão, mas também que permitisse complementar a resposta às questões de investigação e às hipóteses formuladas.

Considerando que o estudo tem como objetivo verificar a importância da informação financeira para as PME, entendeu-se como relevante aferir a opinião de quem intervém na preparação e é conhecedor da informação financeira. Neste sentido, o questionário foi dirigido às PME, devendo ser preenchido pelo gerente/administrador, ou pelo responsável pela área financeira, ou pelo TOC, ou por colaborador da área administrativa e financeira, ou ainda por outra pessoa que exerça outra função na empresa mas que, de algum modo, participe na preparação ou seja conhecedor da informação financeira.

O questionário foi divulgado através de uma rede de contactos pessoal, por correio eletrónico, acompanhado por um email de apresentação, com o intuito de dar a conhecer os objetivos do estudo, identificar o destinatário e o perfil de respondente do questionário, garantir a confidencialidade e de solicitar a sua divulgação (apêndice 3).

A recolha dos questionários, dado a baixa taxa de resposta, foi iniciada em março e finalizada em setembro de 2012.

Em apêndice (apêndice 4), apresenta-se um resumo com a relação entre os objetivos e as questões de investigação, as hipóteses, a operacionalização das variáveis e o questionário.

Tendo em conta que a recolha do questionário foi feita através duma rede de contactos da área empresarial, aos quais foi solicitado que, possuindo as características de respondente, respondessem ao questionário e, por outro lado, que o divulgassem pelos seus contactos com características similares, a amostragem pode ser considerada por rede ou bola de neve.

Neste contexto, sendo que, por definição, uma amostra probabilística é uma amostra retirada de um universo, onde todos os indivíduos têm igual probabilidade, e maior que zero, de serem seleccionados, assumindo que se está a atribuir probabilidade maior que zero apenas à rede de contactos, a amostra em análise tem características de amostra não probabilística (Fortin, 2000; Hill e Hill, 2008; Marconi e Lakatos, 2010; Pestana e Gageiro, 2008).

3.1.1. Definição e caracterização da amostra

Alicerçada nos objetivos e nas hipóteses formuladas, a unidade de observação do presente estudo será as PME, não financeiras, sediadas em Portugal e constituídas sob a forma jurídica de sociedade. Conforme dados do INE (2010, 2011 e 2012) e do Banco de Portugal (2012), no triénio 2008, 2009 e 2010, as PME representavam 99,7% do total das sociedades não financeiras, o que correspondia, em termos absolutos, respetivamente, a 349.756 PME em 2008, 348.552 PME em 2009, e 359.197 PME em 2010.

Assumindo que uma população é considerada infinita quando ronda os 100 mil elementos (Hill e Hill, 2008; Pestana e Gageiro, 2008), e tendo por base a dimensão da população objeto de análise no tratamento da amostra, considera-se a população como infinita. Neste contexto, e considerando admissível, para populações infinitas, um nível de confiança de 95% e um erro da amostra não superior a 10% (Fortin, 2000; Marconi e Lakatos, 2010), e não descurando a previsível dificuldade em obter respostas, o objetivo prévio é alcançar 150 respostas, o que corresponde a um erro de amostra de 8,0% para um nível de confiança de 95%.

Importa, todavia, referir que, coincidindo o período de recolha do questionário com o período de fecho de contas, com o envio de várias declarações fiscais e legais, e considerando que

algumas perguntas constantes no questionário requeriam do respondente alguns conhecimentos técnicos e disponibilidade para facultar alguma informação sobre a empresa, anteviu-se, desde logo, algumas dificuldades na obtenção de respostas.

Foram rececionados 130 questionários, dos quais há a salientar alguns constrangimentos: 2 estavam muito incompletos; 1 não se enquadrava no tipo de empresas objeto de estudo (organismo público); 2 foram respondidos por Grandes Empresas. Foram, assim, considerados válidos 126 questionários, o que, para um nível de confiança de 95%, corresponde a um erro de amostra de 8,7%, abaixo, portanto, dos 10% (Fortin, 2000; Marconi e Lakatos, 2010).

Verificando-se que o erro da amostra ficou abaixo dos 10%, que o número de respostas obtido está dentro do intervalo de números de respostas obtido em grande parte dos estudos da mesma área (Calixto, 2010), e que, conforme análise descritiva feita no ponto 3.2.1., a caracterização da amostra não se afasta das características da população, considera-se que a amostra apresenta uma distribuição proporcional à distribuição do universo. Decidiu-se, por conseguinte, avançar com o estudo.

3.1.2. Metodologia e procedimentos estatísticos

Os dados obtidos a partir do questionário foram analisados através da utilização do programa estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) for Windows, versão 20.

Na análise estatística dos dados, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- Numa primeira fase, procedeu-se à numeração dos questionários, codificação das respostas, introdução de dados no computador, verificação e correção;
- De seguida fez-se a análise individual de cada variável;
- Depois, foi realizada a análise de fiabilidade de escalas, através do *alfa de Cronbach*;
- Seguidamente, foram analisadas as correlações entre os itens que constituem as escalas;
- Por fim, procedeu-se à análise bivariada entre variáveis consideradas relevantes na análise univariada.

Nas tabelas bivariadas, aplicou-se o teste *t de Student*, aplicado quer a médias quer a proporções.

Análise da consistência interna da escala

A fiabilidade de uma escala pode ser testada através de vários processos:

- Estabilidade – que é medida através da consistência das respostas em avaliações repetidas perante as mesmas condições e com os mesmos indivíduos (Fortin, 2003).
- Consistência interna – este indicador mede a homogeneidade entre os itens de uma escala. A técnica mais utilizada para medir a consistência interna é o *alfa de Cronbach*.

Neste estudo, utilizou-se a análise da consistência interna através do *alfa de Cronbach*. Para tal, recorreu-se a uma escala de *Likert*. O coeficiente varia entre 0 e 1 e, quanto mais próximo de 1, mais consistência interna possui (Fortin, 2003).

A análise estatística foi realizada com o recurso ao programa SPSS, encontrando-se um exemplo das análises efetuadas em apêndice (apêndice 5).

Teste *t-Student*

Aplicou-se o teste *t-Student* com o objetivo de identificar diferenças significativas entre os mais diversos segmentos, no que diz respeito aos fatores que impactam a mensuração dos AFT.

A variação do teste usado é aquela que diz respeito a amostras independentes, neste caso, o tipo de empresa, o tipo de norma contabilística aplicada, a função na empresa e a dimensão na empresa.

O que o teste *t* indica é se existe diferença entre a média observada em grupos diferentes. Assim, a presente análise consistiu em observar diferenças entre os segmentos, para cada um dos fatores analisados, quanto ao impacto na mensuração dos AFT.

Neste contexto, o teste aplica-se medindo uma variável dependente que, neste caso, é o impacto médio que tem cada um dos fatores, mediante uma variável categórica, a qual representa cada um dos segmentos analisados.

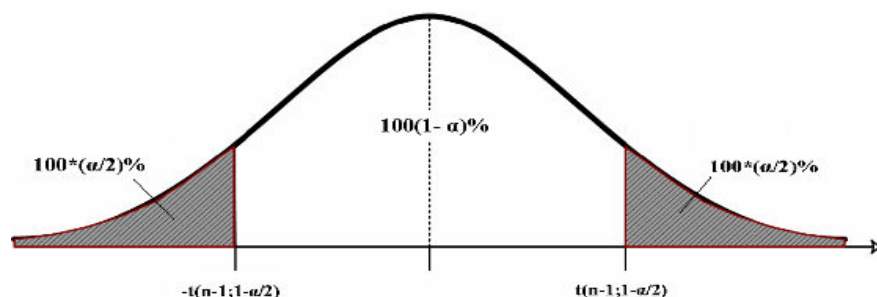
Como hipótese nula, H_0 , temos:

H_0 : O impacto do fator *i* na mensuração dos AFT é igual nas empresas com característica X e nas que têm característica Y.

H_1 : O impacto do fator *i* na mensuração dos AFT é diferente nas empresas com característica X e nas que têm característica Y.

O critério de rejeição do teste consiste na análise do valor de t : se este exceder o valor crítico t_0 , então rejeita-se a hipótese nula.

Ilustração 14 - One-Sample T-Test



Se o valor for superior ao valor crítico que nos testes feitos é de 0,05, então rejeita-se a hipótese nula, o que significa dizer que existem diferenças significativas nos segmentos analisados quanto a determinado fator.

Antes de se iniciar o tratamento dos dados, numa primeira etapa, fez-se uma análise às não respostas (*missing values*), no sentido de apurar a sua influência na análise dos resultados e nas conclusões do estudo.

Em seguida, para o tratamento estatístico dos dados, considerando os estudos analisados e a bibliografia da área (Reis *et al.*, 2001), procedeu-se a uma análise descritiva das respostas, identificando as frequências absolutas e relativas de cada questão, através do apuramento de médias e modas (estatística univariada). Nesta fase procurou-se analisar as diversas respostas e identificar as principais conclusões.

Por fim, desenvolveram-se algumas análises multivariadas, explicadas anteriormente, onde se tentou estudar a hipótese de existir alguma relação entre as variáveis e as respostas obtidas.

Cada variável foi identificada por um código (nome), que se apresenta, pela ordem pela qual foram introduzidos na base de dados, em apêndice (apêndice 6). Os dados foram expressos em três escalas: uma escala nominal; uma escala ordinal; uma escala numérica métrica e ordinal, conforme apêndice 6 (Major e Vieira, 2009).

Na codificação das variáveis, numerou-se as opções de 1 até 5, consoante o número de opções e sempre que um indivíduo selecionou mais do que uma opção, esta resposta foi tratada como opção 6. As não respostas (*missing values*) foram tratadas utilizando-se o código 99.

3.2. Análise e discussão dos resultados

Neste ponto, pretende-se estudar as respostas obtidas no questionário.

Em primeiro lugar, procedeu-se à análise das não respostas (*missing values*). Apesar de não se verificar uma percentagem elevada de não respostas, na generalidade das questões, no grupo de informação financeira, existem 16% de *missing values*. Contudo, tendo em atenção a tendência das respostas a este grupo e a proximidade das características da amostra com as características da população, considera-se que esse facto não influencia a análise dos resultados e as conclusões do estudo.

Nos restantes grupos, a percentagem de não respostas não é considerada significativa, associando-se as não respostas ao grupo da informação financeira mais à falta de disponibilidade por parte das empresas em facultar este tipo de dados, do que à falta de conhecimento, ou até à falta de tempo.

3.2.1. Análise descritiva (univariada)

A análise descritiva das respostas irá seguir o modelo de investigação e o desenvolvimento das variáveis, respeitando as divisões que o constituem. Com esta primeira análise, pretende-se caracterizar as empresas da amostra, verificar as políticas contabilísticas seguidas e a importância dada pelas PME à Informação Financeira.

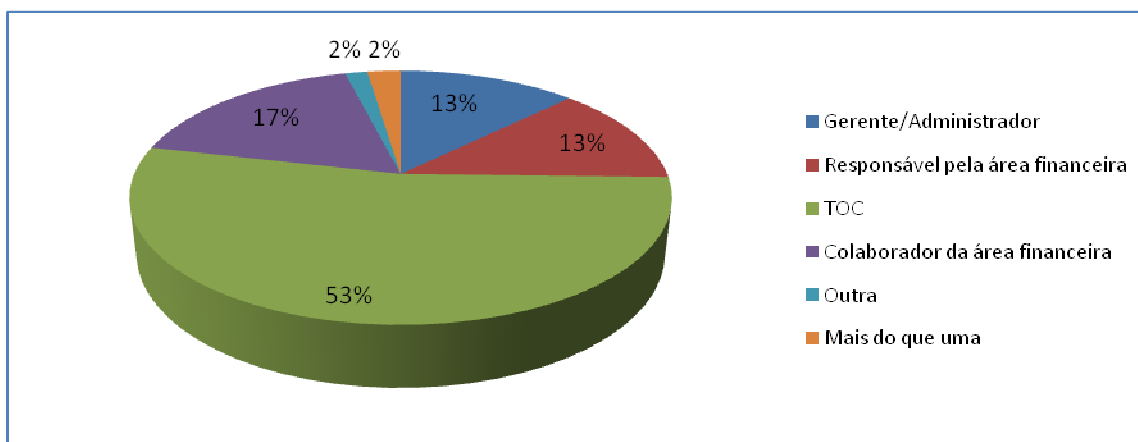
3.2.1.1. Caracterização da empresa

▪ Função na empresa

No que se refere à função exercida na empresa pela pessoa que respondeu ao inquérito, verifica-se que, do total de 126 questionários validados: 16 foram respondidos por gerentes/administradores; 16 foram respondidos por responsáveis pela área financeira; 67 foram respondidos pelo TOC; 22 foram respondidos por colaboradores da área administrativa e financeira; 2 foram respondidos por alguém que exerce outra função na empresa; 3 foram respondidos por alguém que exerce mais do que uma função (2 por Gerente/TOC e 1 por

Diretor Financeiro/TOC), o que, em termos percentuais, pode ser representado da seguinte forma:

Gráfico 1 - Função na empresa do respondente ao questionário

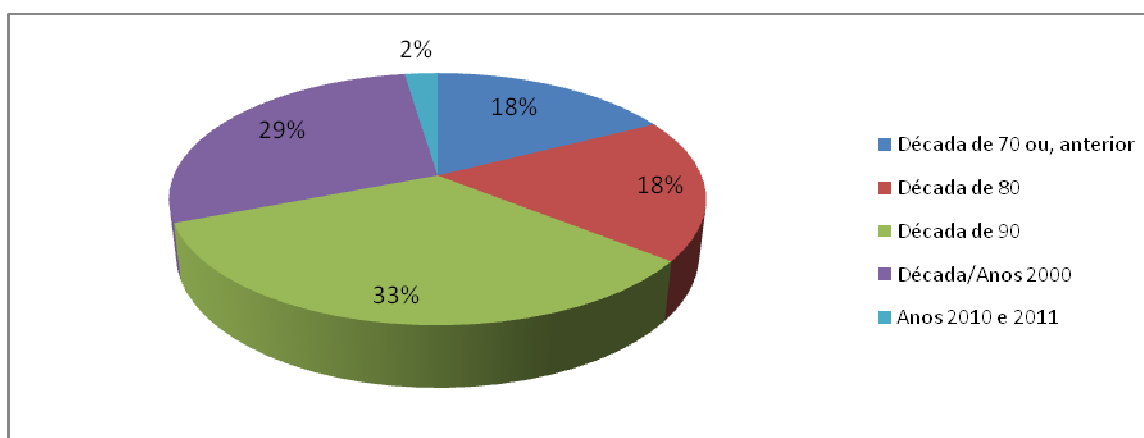


Os resultados obtidos nesta questão sugerem que, na empresa, quem melhor conhece os assuntos relacionados com a informação financeira e tem maior aptidão para responder a questões relacionadas com o tema são os TOC.

▪ **Idade da empresa**

Quanto à idade da empresa, do total dos 126 questionários validados, verifica-se que: 22 empresas foram constituídas na década de 70, ou em décadas anteriores; 23 empresas foram constituídas na década de 80; 42 empresas foram constituídas na década de 90; 36 empresas foram constituídas na década/anos 2000; 3 empresas foram constituídas nos anos 2010 e 2011.

Gráfico 2 - Idade da empresa

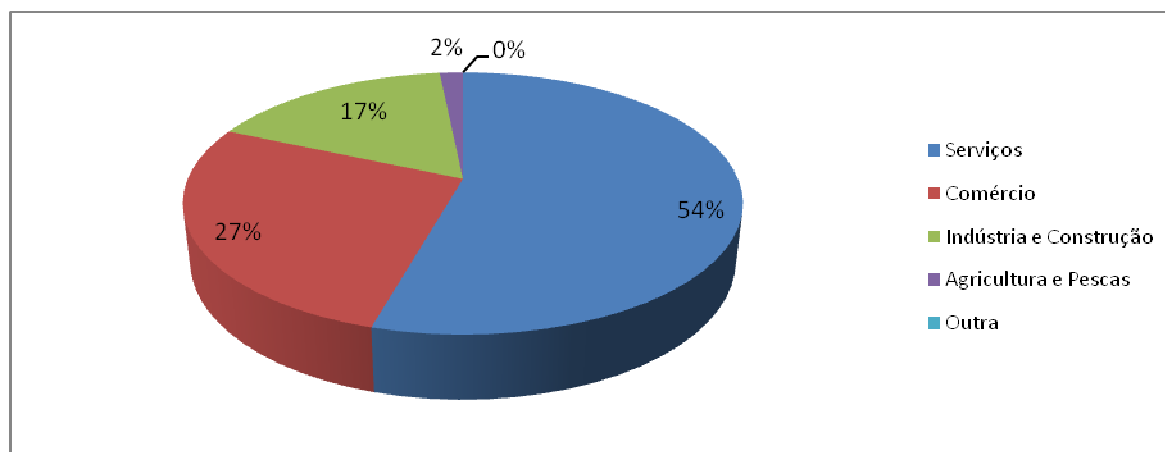


Considerando a idade das empresas que responderam ao questionário, verifica-se que aproximadamente 70% das empresas, com data de constituição anterior ao ano 2000, teve a possibilidade de proceder à revalorização do seu AFT, com base em diplomas legais.

▪ Setor de Atividade

No que respeita ao setor de atividade, das 126 empresas com uma não resposta: 68 são empresas prestadoras de serviços; 34 são empresas do setor comercial; 21 empresas pertencem ao setor da indústria e da construção; 2 empresas são do setor agrícola e pescas.

Gráfico 3 - Setor de Atividade



Estes resultados permitem constatar que, no que diz respeito ao setor de atividade, a caracterização das empresas da amostra não se afasta significativamente do total da população.

Tabela 9 - Setor de Atividade Amostra/População

Setor Atividade	Total das PME*		Amostra
	2008	2009	
Serviços	44,94%	45,77%	54,40%
Comércio	28,44%	27,99%	27,20%
Indústria e Construção	26,46%	25,74%	16,80%
Agricultura e Pescas	0,15%	0,15%	1,60%

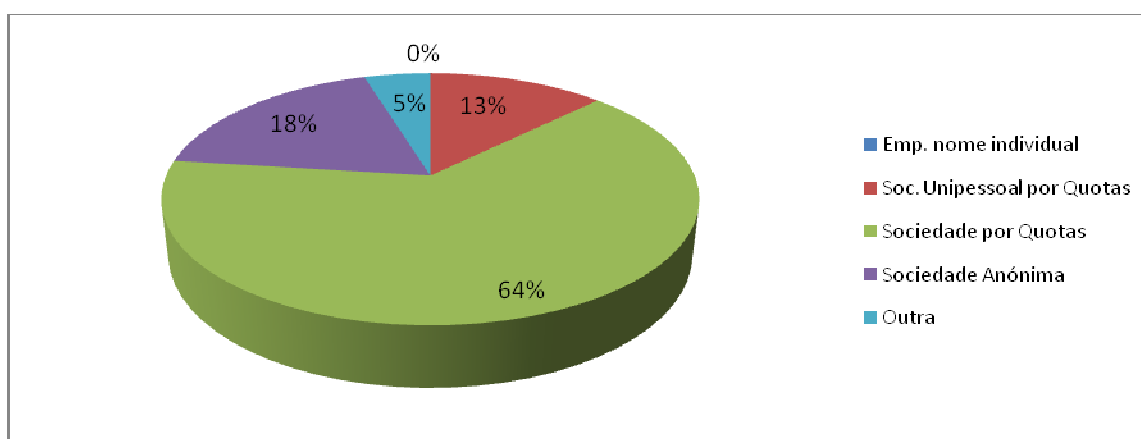
*INE (2010 e 2011)

Fonte: Elaboração Própria

▪ Tipo de empresa (critério jurídico)

Quanto ao critério jurídico, da amostra validada: 16 empresas são sociedades unipessoais por quotas; 81 são sociedades por quotas; 23 são sociedades anónimas; 6 são de outro tipo de sociedade (cooperativas).

Gráfico 4 - Tipo de Empresa (critério jurídico)



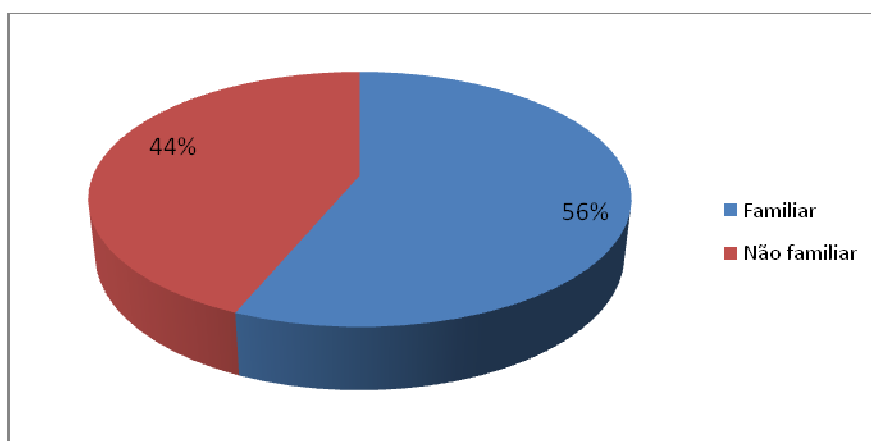
Os resultados obtidos, com 77% das empresas constituídas sobre regimes jurídicos que permitem um número reduzido de proprietários, indiciam, desde logo, estruturas proprietárias com capital concentrado num pequeno número de sócios/acionistas.

▪ **Estrutura proprietária/gestão da empresa (H1a)**

Na operacionalização da variável estrutura proprietária, considerou-se necessário apurar se a empresa é ou não do tipo familiar e qual é o grau de concentração do capital, por quantos sócios/acionistas se divide o capital e qual é a percentagem de capital detida pelos maiores proprietários (sócios/acionistas).

No que diz respeito à estrutura familiar, os resultados apurados vão ao encontro das características gerais das PME (Lopes e Rodrigues, 2007), maioritariamente do tipo familiar.

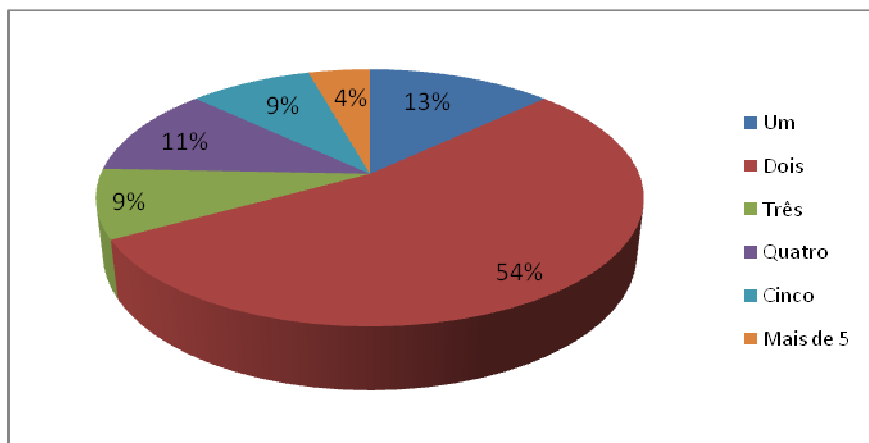
Gráfico 5 - Empresa familiar/não familiar



Relativamente à concentração do capital, constata-se que, em regra, o capital está concentrado num reduzido número de pessoas, com a seguinte distribuição: num único sócio, em 16

empresas; por 2 sócios, em 61 empresas; por 3 sócios, em 10 empresas; por 4 sócios, em 13 empresas; por 5 sócios, em 10 empresas; por mais de 5 sócios, em 5 empresas. Esta questão não foi respondida por 11 empresas.

Gráfico 6 - Grau de concentração do capital

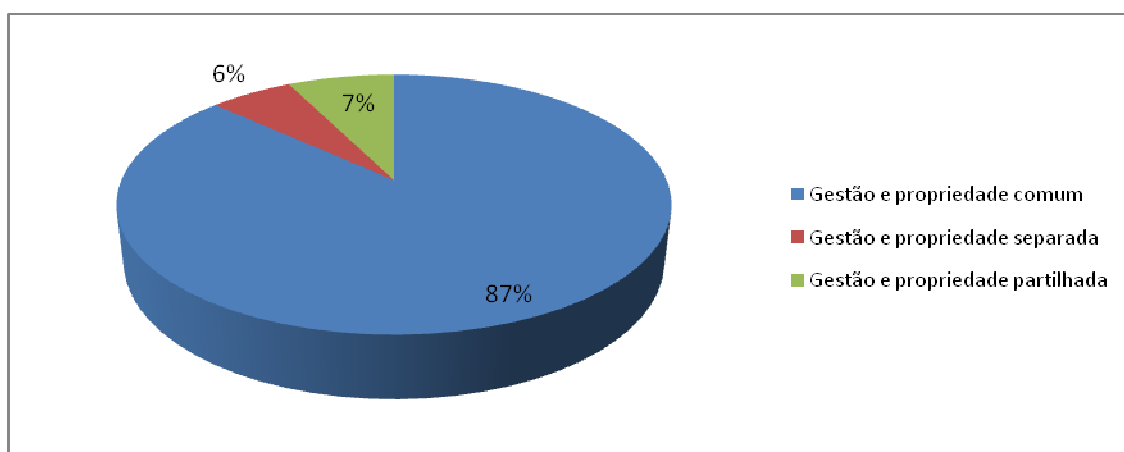


Os resultados permitem ainda concluir que existe uma elevada concentração do capital e do poder de decisão numa só pessoa. Em 37 empresas mais de 75% do capital está na posse de uma só pessoa, e em 12 empresas, mais de 50% do capital pertence a uma só pessoa. Verifica-se, assim, que, em mais de 40% das empresas que responderam a este item, o poder de decisão está concentrado num único sócio/acionista, o que também corrobora as características gerais das PME (Lopes e Rodrigues, 2007).

Na operacionalização da variável estrutura da gestão da empresa, considerou-se igualmente necessário apurar a proporção de gestores/administradores independentes no quadro da gerência/administração.

Os resultados permitem constatar que na maioria dos casos a gestão é exercida pelo proprietário. Das 126 respostas, apurou-se que só em 7 empresas é que a gestão está claramente separada da propriedade, com gerentes ou membros do conselho de administração que não são sócios/acionistas. Verificou-se que, em 9 empresas, a gestão é partilhada por gerentes ou membros do conselho de administração que são sócios/acionistas e por não sócios/não acionistas. Não se obteve resposta a esta questão em 5 inquéritos.

Gráfico 7 - Proporção de gestores/administradores independentes.



Em síntese, no que diz respeito à estrutura proprietária e de gestão, os resultados apurados sustentam a tese de que as PME são maioritariamente de propriedade familiar, com o capital concentrado num número reduzido de sócios/acionistas (Lopes e Rodrigues, 2007).

Os resultados confirmam ainda a existência de uma clara relação de dependência entre a propriedade e a gestão, sendo o proprietário, em regra, o gestor da empresa (Ang, 1991; Fama e Jensen, 1983; Lopes e Rodrigues, 2007; Pettit e Singer, 1985).

▪ **A Gestão dos Resultados (H1b)**

Das 106 empresas que preencheram o quadro com a informação financeira, apresentavam resultados líquidos positivos: 67 (63% das empresas) em 2008; 66 (62%) em 2009, com contas em POC; 62 (58%) em 2009, com contas em SNC; 70 (66%) em 2010.

Contudo, destas 106 empresas só 45 (42% das empresas) é que apresentavam resultados líquidos superiores a 10 mil euros em 2008; 41 (39%), em 2009, com contas em POC; 39 (37%) em 2009, com contas em SNC; 36 (34%) em 2010.

Se tomarmos como referência um resultado de 100 mil euros, só 17 (16%) empresas é que apresentavam resultados líquidos superiores a 100 mil euros, em 2008; 16 (15%), em 2009, com contas em POC; 14 (13%), em 2009, com contas em SNC; e 17 (16%), em 2010.

Verificou-se ainda, uma diminuição dos resultados líquidos, de 2008 para 2009, em 45 (42%) empresas, e uma diminuição dos resultados líquidos em 60 (57%) empresas, de 2009 para 2010.

Os resultados obtidos indicam ainda um nível médio de resultado líquido de 63 mil euros, em 2008, passando a ser negativo em 2009, com média de 40 mil euros negativos, com contas em POC, e com contas em SNC de 48 mil euros negativos, voltando, em termos médios, a ser positivo em 2010, apesar de inferior a mil euros.

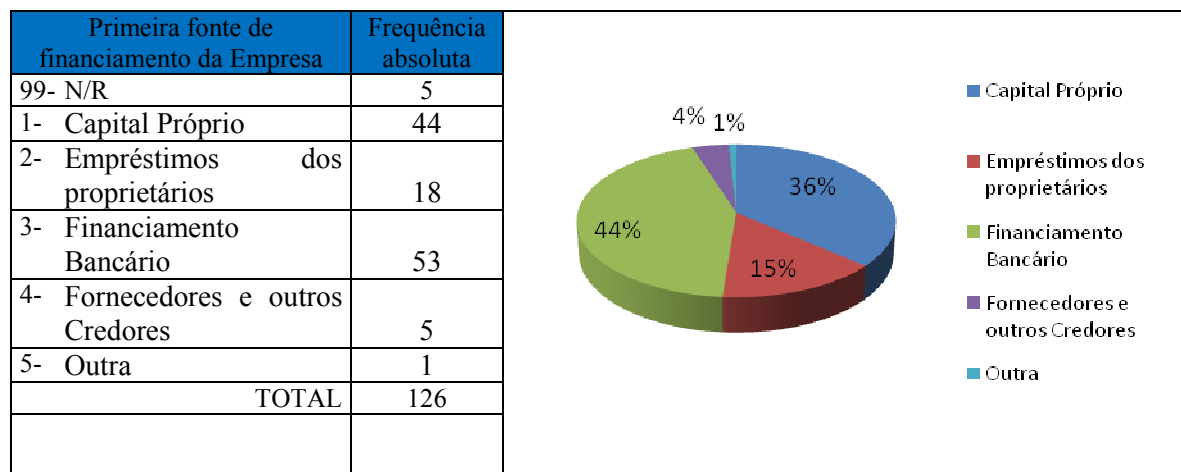
Estas características da amostra corroboram os estudos que consideram as PME como empresas menos propensas a gerar elevados lucros (Pettit e Singer, 1985).

▪ **A estrutura do capital e o tipo de financiamento (H1c)**

Na operacionalização desta variável, considerou-se pertinente começar por apurar como as empresas ordenam as suas fontes de financiamento e qual o nível da autonomia financeira (Capital Próprio/Ativo Total).

No que diz respeito à primeira fonte de financiamento utilizada pela empresa, os resultados apurados identificam o financiamento bancário como a primeira fonte de financiamento para um maior número de empresas. Mas, para um número também elevado de empresas, a primeira fonte de financiamento é o capital próprio.

Gráfico 8 - Primeira fonte de financiamento



Das 53 empresas que indicaram o financiamento bancário como a principal fonte de financiamento, 25 empresas indicaram os Fornecedores e outros credores como segunda fonte de financiamento, e 15 empresas indicaram os empréstimos dos proprietários. Ainda nestas 53

empresas, como terceira fonte de financiamento, foi indicado, em 20 empresas, o Capital Próprio e, em 19 empresas, os empréstimos dos proprietários.

Já no que diz respeito às 44 empresas que mencionam como primeira fonte de financiamento o capital próprio, 17 empresas apontaram como segunda fonte de financiamento os empréstimos dos sócios e 13 empresas o financiamento bancário. Como terceira fonte de financiamento, para estas empresas, em 16 empresas, é indicado o crédito obtido dos fornecedores e outros credores, e em 10 empresas, o financiamento bancário.

No total das 106 empresas que indicaram uma segunda fonte de financiamento, 35 indicaram os empréstimos dos sócios, 33 os fornecedores e outros credores, 23 o financiamento bancário, 10 o capital próprio, e 5 outra fonte de financiamento.

Como terceira fonte de financiamento, para as 98 empresas que indicaram uma terceira fonte de financiamento, 30 indicaram os fornecedores e outros credores, 26 o capital próprio, 23 os empréstimos dos sócios, 17 o financiamento bancário, e 2 outra fonte de financiamento.

Relativamente à quarta fonte de financiamento, das 89 empresas que indicaram uma quarta fonte de financiamento, 28 indicaram o capital próprio, 28 os fornecedores e outros credores, 22 os empréstimos dos sócios, 9 o financiamento bancário, e 2 outra fonte de financiamento.

Apesar de se verificar que a principal fonte de financiamento é o financiamento bancário, para um maior número de empresas, o Capital Próprio surge também como a primeira fonte de financiamento em 36% das empresas e, da lista de fontes de financiamento sugerida, é aquela que mais vezes foi mencionada.

Por outro lado, a ordenação das fontes de financiamentos, designadamente nas empresas que indicaram que utilizam em primeiro lugar o Capital Próprio, pode significar que as empresas só recorrem a financiamento bancário depois de se esgotar o capital próprio e outros fundos teoricamente mais baratos (empréstimos dos sócios).

Assim, os resultados nesta questão, de certo modo, podem indiciar que as PME, em primeiro lugar, usam os fundos mais baratos, os capitais próprios, e que só depois dos fundos próprios se esgotarem e, progressivamente, as empresas fazem uso dos recursos mais caros, o capital alheio (Myers e Majluf, 1984; Pettit e Singer, 1985). O financiamento bancário surge como a principal fonte de financiamento alheia.

Assumindo como ponto de partida os dados referenciados pelo INE que indicam, para as PME, um índice de autonomia financeira médio de 28%, em 2008 e 2009, e de 29%, em 2010 (INE, 2010, 2011 e 2012), da análise dos resultados da amostra, apurou-se um nível de autonomia financeiro médio de 33%, em 2008; de 30%, em 2009, e de 28%, em 2010.

Observou-se ainda que 60% das empresas apresentavam uma autonomia financeira superior a 28% em 2008, descendo esta percentagem para 51% e 50% das empresas, respetivamente, em relação aos valores apresentados pelo INE para 2009 e 2010.

Contudo, de 2008 para 2009, existiu um decréscimo da autonomia financeira em 58% das empresas, sendo que, de 2009 para 2010, esse decréscimo ocorreu em 48% das empresas.

Considerando os valores de solvabilidade apresentados pelo INE, para o total da população, 39% em 2008 e 2009 e 41% em 2010 (INE, 2010, 2011 e 2012), verificou-se que o nível de solvabilidade médio das empresas da amostra em análise foi de 49% em 2008; de 43% em 2009; e de 39% em 2010.

Constatou-se ainda que 58% das empresas apresentavam um índice de solvabilidade superior a 39% em 2008, descendo esta percentagem para 50% e 45% das empresas, respetivamente, em relação aos valores apresentados pelo INE para 2009 e 2010.

No que diz respeito ao nível de endividamento, considerando os dados do INE que, por extrapolação, apontam para um grau de endividamento médio de 2,57 em 2008 e 2009, e de 2,45 em 2010 (INE, 2010, 2011 e 2012), verificou-se que o grau de endividamento médio das empresas que relataram informação financeira, em sintonia com os resultados anteriores, foi de 2,03 em 2008; de 2,30 em 2009; e de 2,55 em 2010.

Os resultados apurados permitem, desde logo, confirmar que, no que diz respeito à estrutura de capital da empresa, as características da amostra são próximas das características da população.

A análise dos resultados permite também concluir que, para uma grande percentagem de empresas, se verificou um agravamento da situação financeira nos anos em análise.

Relativamente à estrutura do endividamento, observou-se que, em média, 65% do endividamento é de curto prazo, nos três anos em análise. Valor idêntico pode ser extrapolado a partir dos dados do INE (INE, 2010 e 2011), os quais indicam um endividamento de curto prazo de 64% em 2008, e de 63% em 2009.

Constatou-se ainda que, de 2008 para 2009, existiu um acréscimo do endividamento de curto prazo em 27% das empresas, e que de 2009 para 2010, esse acréscimo ocorreu em 37% empresas.

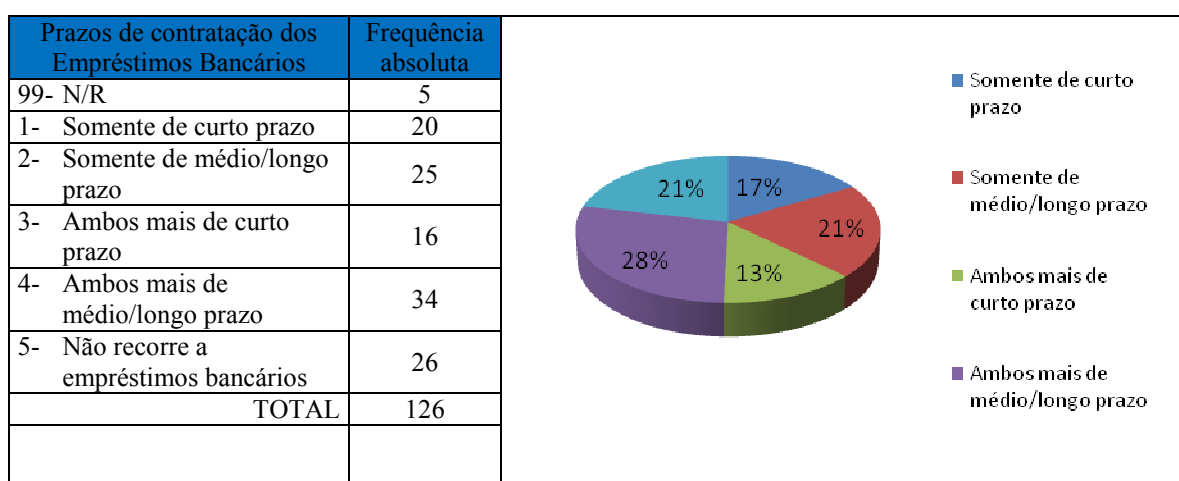
Os resultados apurados permitem também confirmar que as características da amostra continuam a ser próximas das características da população, no que diz respeito à estrutura do endividamento. Tal facto confirma ainda que as PME fazem maior uso do endividamento de curto prazo (Hall *et al.*, 2004; INE, 2010 e 2012; Titman e Wessels, 1988), como já se teve oportunidade de referir.

No que diz respeito à constituição de novos empréstimos, com 10 não respostas, os resultados apurados indicam que 65% das empresas constituíram novos empréstimos nos anos de 2008 a 2011.

Já no que se refere a novas necessidades de financiamento, com 6 não respostas, 27% das empresas assumem vir a necessitar de novos empréstimos, 41% assumem que não vão precisar de novos empréstimos e 32% não sabem se vão necessitar de novos empréstimos.

À questão para indicar o tipo de empréstimos a que a empresa recorre, as respostas obtidas não demonstram uma tendência clara. Contudo, apesar dos resultados apurados, com base na informação financeira indicarem uma maior percentagem do endividamento de curto prazo, no que diz respeito especificamente aos empréstimos bancários, as empresas indicam uma maior tendência para a contratação de empréstimos de médio e longo prazo.

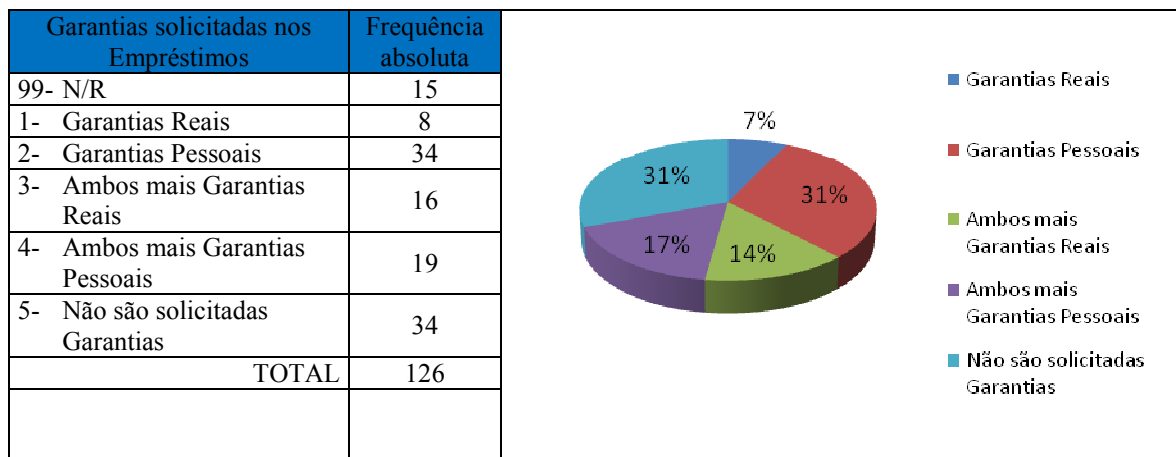
Gráfico 9 - Prazos de contratação dos empréstimos



Relacionado com os empréstimos, está o tipo de garantias solicitadas na contratação. Nesta questão, os resultados demonstram uma maior incidência nas garantias pessoais, uma vez que

as respostas que indicam que não são solicitadas garantias estão, na sua quase totalidade, associadas à resposta que informa que a empresa não recorre a empréstimos bancários.

Gráfico 10 - Garantias solicitadas nos empréstimos



Os resultados obtidos permitem constatar que as PME em análise financiam-se maioritariamente com capitais alheios, apontando os dados para o financiamento bancário como a mais atraente fonte de financiamento externa.

No entanto, apesar das empresas da amostra fazerem um maior uso do endividamento de curto prazo, a opinião dos respondentes regista uma maior tendência para a contratação de empréstimos bancários de médio longo prazo, com as garantias pessoais a surgirem como as mais solicitadas na contratação.

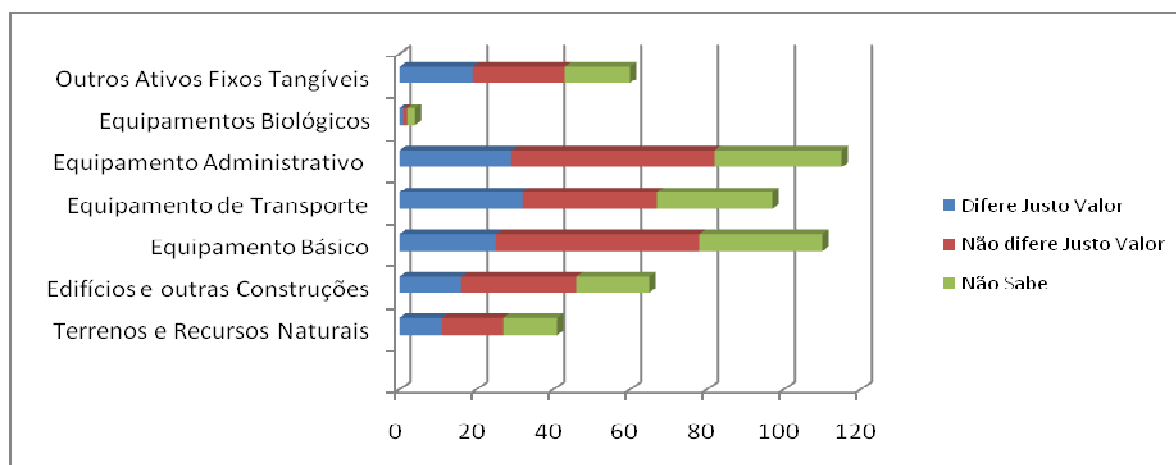
▪ **Estrutura do Ativo (H1d)**

No que diz respeito à intensidade do Ativo Fixo Tangível, considerando o triénio em análise, verifica-se que em média os AFT representam 38% do total do Ativo. Observou-se uma maior intensidade de AFT nas empresas de serviços (46%), seguindo-se as empresas do setor da indústria e construção (38%), do setor agrícola e pescas (33%) e do setor comercial (27%).

Relativamente à composição dos AFT, verifica-se que, das empresas da amostra: 33% possuem Terrenos e Recursos Naturais; 52% possuem Edifícios e outras Construções; 87% possuem Equipamento Básico; 79% possuem Equipamento de Transporte; 93% possuem Equipamento Administrativo; 3% possuem Equipamentos Biológicos; 48% possuem Outros Ativos Fixos Tangíveis.

À questão sobre se considera que o valor escriturado de cada item difere materialmente do justo valor, os resultados obtidos traduzem uma certa proporcionalidade entre o nível de desconhecimento e o facto de o valor escriturado poder ser ou não diferente do justo valor; contudo, em todos os itens dos AFT, a resposta mais apontada foi que o valor escriturado dos mesmos não difere do seu justo valor.

Gráfico 11 - Valor escriturado de cada item e o justo valor



A título de conclusão, pode afirmar-se que os resultados indicam que, na composição do AFT, as PME têm maioritariamente equipamento básico e equipamento administrativo. Todavia, em 41 das 126 empresas, regista-se a presença de terrenos, e em 65 das 126 empresas, verifica-se a presença de edifícios e outras construções, itens do ativo mais propícios à opção pelo modelo da revalorização (Comissão Europeia, 2007; Demaria e Dufour, 2007; KPMG, 2006 e Tarca, 2005).

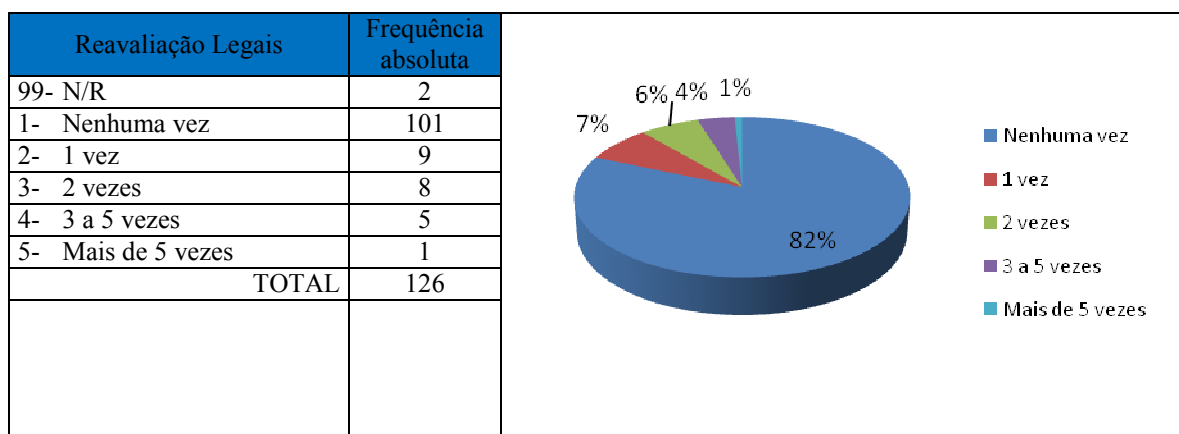
No que diz respeito à possibilidade do valor escriturado de cada item diferir materialmente do justo valor, e apesar de a resposta mais dada, em todos os itens, ter sido que não difere, uma grande percentagem de empresas reconhece que os AFT diferem do seu justo valor. Os resultados obtidos indicam que o valor escriturado difere do justo valor em: 27% dos Terrenos e Recursos Naturais; 25% dos Edifícios e outras Construções; 23% do Equipamento Básico; 33% do Equipamento de Transporte; 25% do Equipamento Administrativo; 25% dos Equipamentos Biológicos; 32% dos Outros Ativos Fixos Tangíveis. Se juntarmos a estes resultados o nível de desconhecimento (34% em relação aos Terrenos e Recursos Naturais; 29% em relação aos Edifícios e outras Construções; 29% em relação aos Equipamentos Básicos; 31% em relação aos Equipamentos de Transporte; 29% em relação aos Equipamentos Administrativos, 50% em relação aos Equipamentos Biológicos; 28% em

relação aos Outros Ativos Fixos Tangíveis), a percentagem de AFT em que o valor escriturado pode diferir materialmente do justo valor pode ser relevante.

▪ **Políticas contabilísticas seguidas no passado (H1e)**

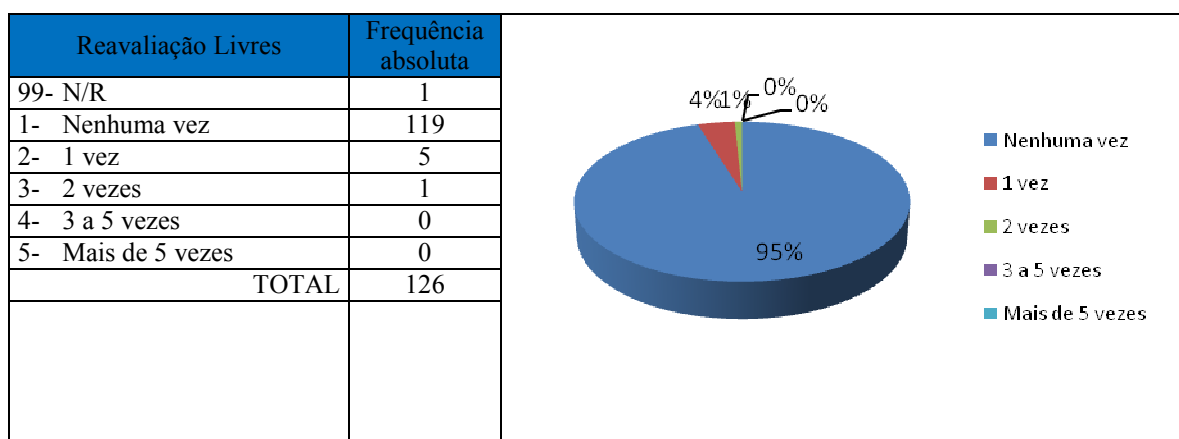
Considerando que as políticas seguidas no passado, designadamente no que se refere à política de revalorização dos ativos, influenciam as políticas seguidas no presente, na amostra em análise verifica-se que, do total de 126 empresas: 101 responderam que nunca procederam a revalorizações com base em diplomas legais; 9 responderam que procederam 1 vez a este tipo de revalorizações; 8 indicaram que procederam 2 vezes; 5 indicaram que procederam entre 3 a 5 vezes; 1 empresa indicou que procedeu mais do que 5 vezes.

Gráfico 12 - Revalorizações com base em diplomas legais



No que se refere às revalorizações não tendo por base qualquer diploma legal, denominadas “reavaliações livres”, das 126 empresas que responderam a esta questão: 119 responderam que nunca procederam a “reavaliações livres”; 5 indicaram que procederam a “reavaliações livres” uma vez; 1 respondeu que procedeu a “reavaliações livres” duas vezes.

Gráfico 13 - "Reavaliações Livres"



Quanto ao período de transição para o SNC, os resultados indicam que só 4 empresas utilizaram a isenção prevista na valorização dos Ativos Fixos Tangíveis e procederam à revalorização dos mesmos aquando da transição para o SNC, sendo que 106 empresas indicaram claramente que não procederam à revalorização dos AFT na transição para o SNC e 16 empresas manifestaram desconhecimento sobre a questão.

Podemos, assim, concluir que, em termos gerais, não tem sido política das empresas em análise proceder à revalorização dos seus Ativos.

▪ **Recursos afetos à preparação da informação financeira (H1f)**

Na operacionalização desta variável, considerou-se pertinente verificar se a estrutura de contabilidade da empresa está integrada na estrutura interna da empresa, ou se é externa. Os resultados apurados indicam que a maioria das empresas que responderam ao questionário têm os serviços de contabilidade integrados na estrutura interna da empresa, com 56% das empresas a indicarem que os seus serviços de contabilidade estão incluídos na estrutura interna da empresa.

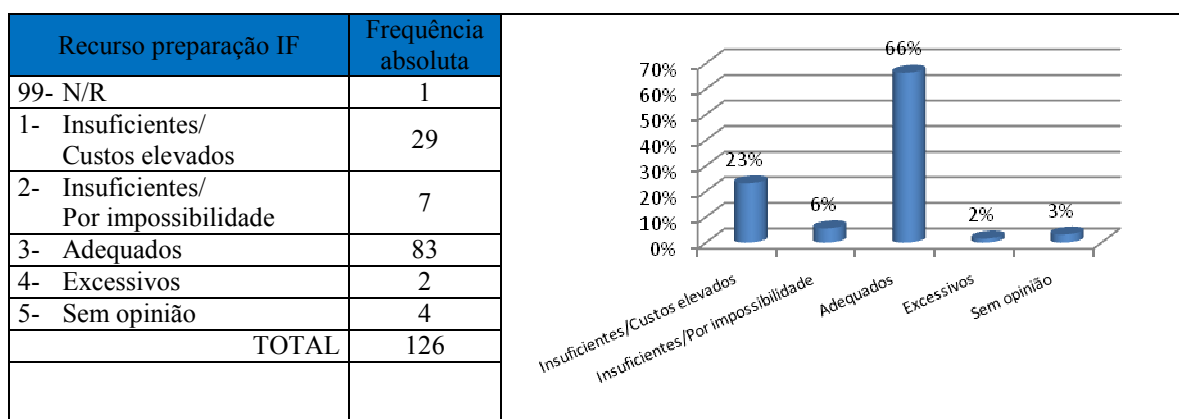
Contudo, se da amostra considerarmos unicamente as microempresas, a situação inverte-se, com 65% das microempresas a indicarem que recorrem a serviços de contabilidade externos.

Estes resultados podem indiciar que a dimensão da empresa influencia a estrutura de contabilidade da empresa, com as empresas de menor dimensão a recorrerem mais a serviços externos de contabilidade.

Todavia, estes resultados podem também revelar que são as empresas com serviços de contabilidade integrados na estrutura interna que dão mais importância à informação financeira (Nunes e Serrasqueiro, 2004) e que têm uma maior predisposição para participar neste tipo de estudos.

No que diz respeito à adequação dos recursos afetos à preparação da informação financeira, para a maioria das empresas (66%), aqueles são adequados. Contudo, 23% das empresas considera que são insuficientes, embora os custos com a preparação da informação financeira sejam elevados.

Gráfico 14 - Recursos afetos à preparação da IF

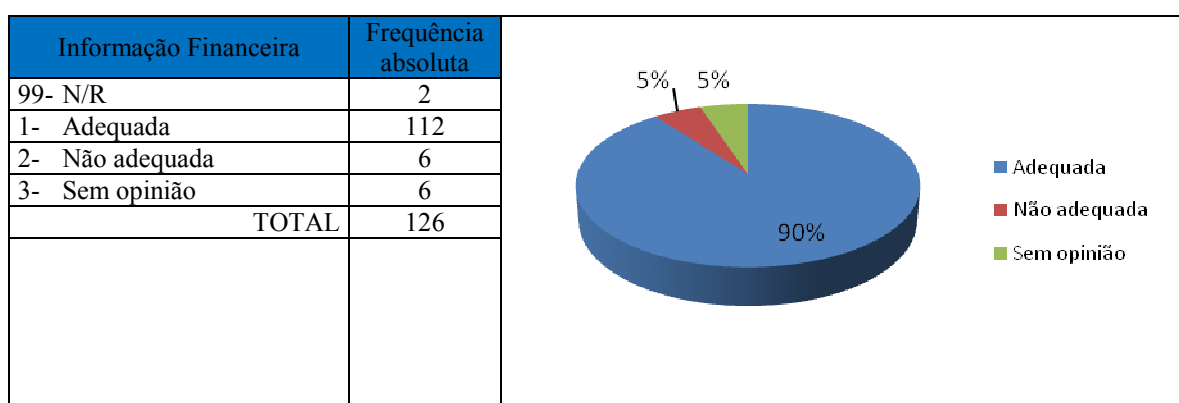


No entanto, se considerarmos só as empresas que têm os serviços de contabilidade integrados na estrutura interna da empresa, uma maior percentagem (74%) considera os recursos afetos à preparação da informação financeira adequados, e uma menor percentagem (14%) julga que são insuficientes, embora avalie os custos com a preparação da informação financeira como elevados.

Verifica-se, assim, que são as empresas que têm os serviços de contabilidade integrados na estrutura interna da empresa que mais consideram os recursos afetos à preparação da informação financeira adequados.

Já no que diz respeito à adequação da informação financeira às necessidades da empresa, 112 empresas consideram-na adequada, 6 empresas consideram que não é adequada, 6 empresas não têm opinião e 2 não responderam.

Gráfico 15 - Adequação da IF às necessidades da empresa

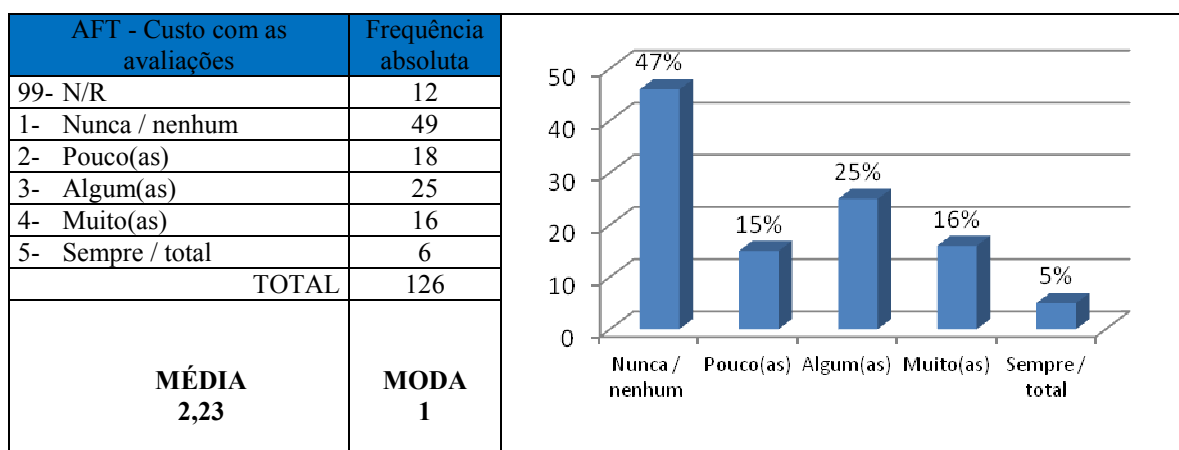


Os resultados apurados permitem concluir que as empresas em análise, em termos gerais, consideram tanto os recursos afetos à preparação da informação financeira, como a informação financeira obtida, adequados.

▪ **O custo de aplicação do modelo (H1g)**

No que diz respeito ao custo de aplicação do modelo de revalorização, é notório que uma elevada percentagem de empresas (47%) considera que o custo com as avaliações para determinar o justo valor não é um fator com impacto na mensuração dos AFT, apontando a média das respostas para o reduzido impacto deste fator.

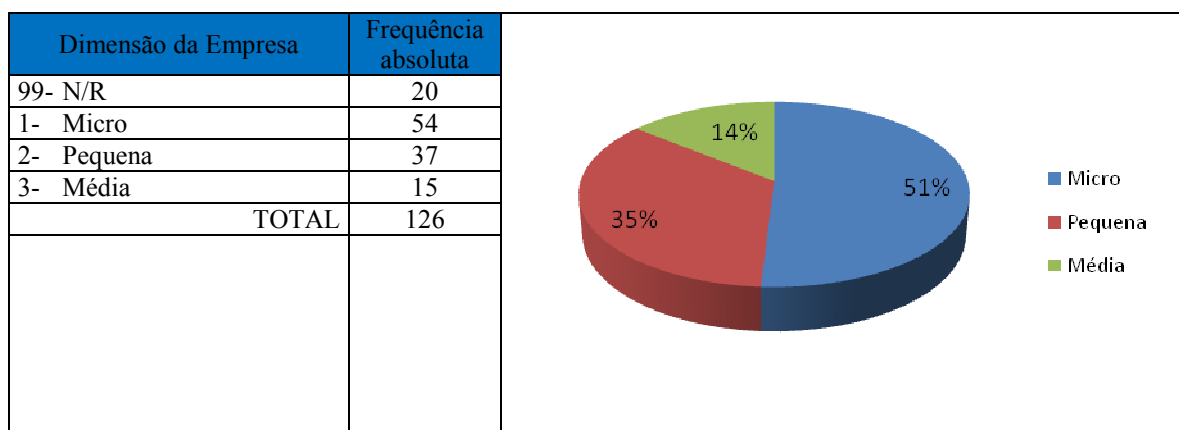
Gráfico 16 - Impacto dos custos com as avaliações na mensuração dos AFT



▪ **Dimensão da empresa (H1h)**

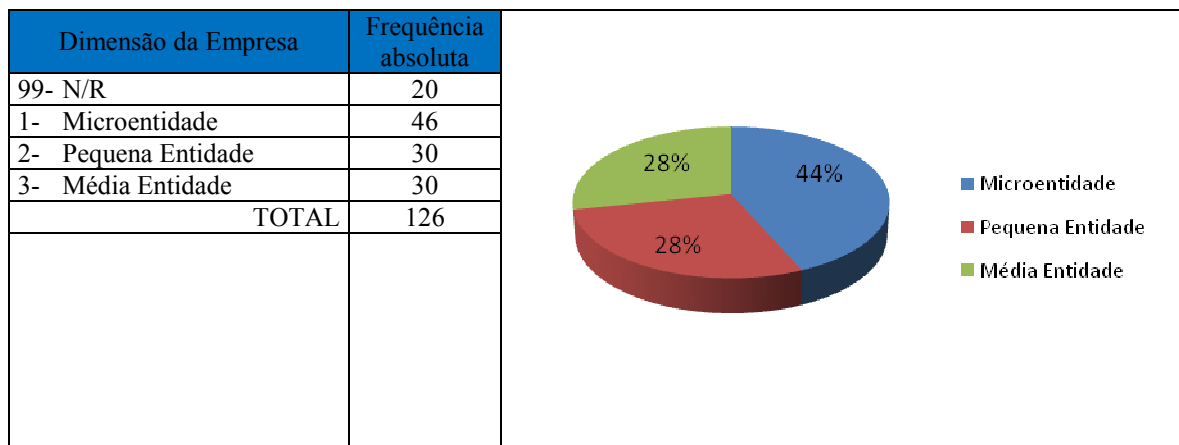
Tendo em conta o Decreto-Lei n.º372/2007, de 6 de novembro, resultante do acordo Basileia II, que classifica as empresas em média, pequena e micro dimensão, a amostra em análise tem a seguinte configuração:

Gráfico 17 - Dimensão da empresa (DL 372/2007)



Resultante da normalização contabilística, pela aplicação das normas contabilísticas, da NCRF-PE (Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho) e da NCM (Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março), que classifica a empresa em média, pequena e microentidade, a amostra em análise tem as seguintes características:

Gráfico 18 - Dimensão da empresa (Normalização Contabilística)

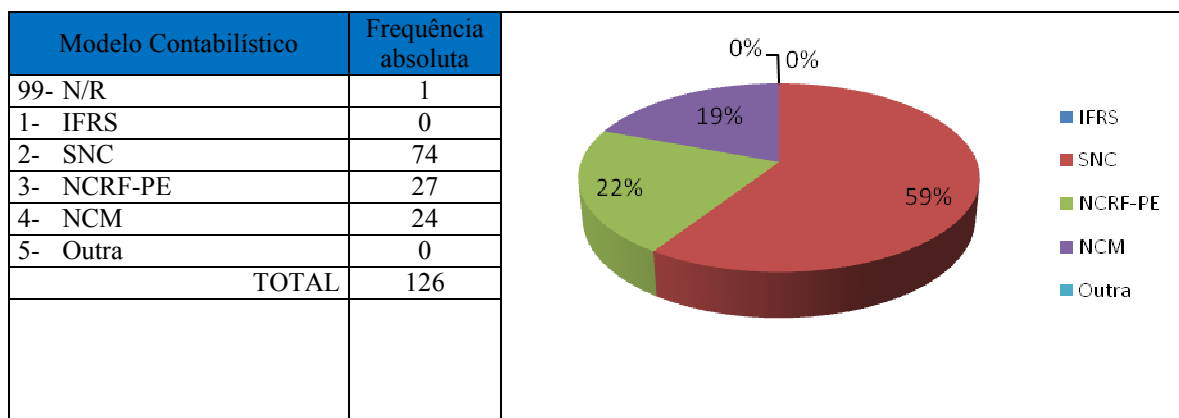


Verifica-se, assim, que a amostra é caracterizada por um predomínio das microempresas, o que de resto vai ao encontro das características das PME em Portugal, com 86% de microempresas no total das PME em 2008 (INE, 2010). Já no que diz respeito à aplicação das normas contabilísticas, verifica-se que só 28% das empresas é que se encontram obrigadas a aplicar o SNC completo, com 44% das empresas a poderem optar pela NCM.

3.2.1.2. Políticas Contabilísticas

Os resultados apurados indicam que a maioria das empresas aplica o SNC e as 28 NCRF.

Gráfico 19 - Norma contabilística adotada

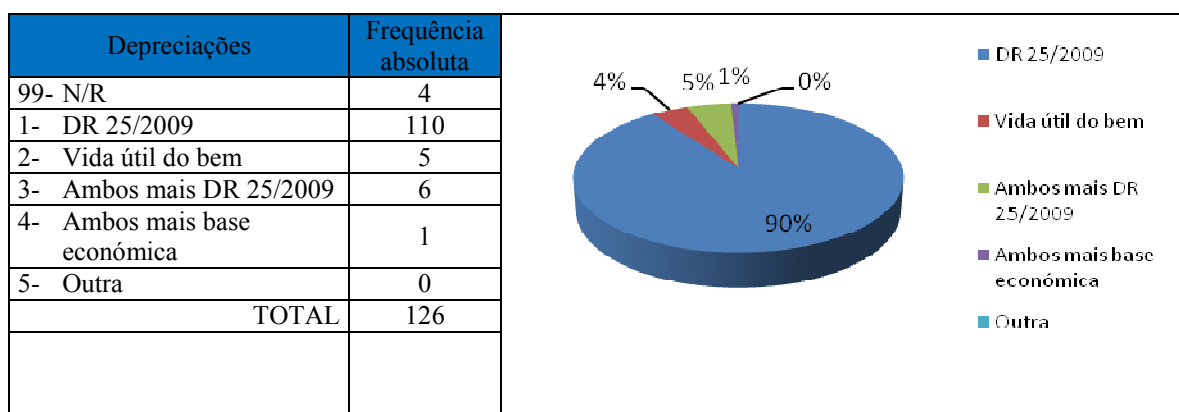


De referir que nenhuma empresa indicou que vai ou prevê mudar de norma contabilística, sendo que só uma referiu que não sabe se irá fazê-lo.

No que diz respeito à mensuração dos AFT, um dos principais resultados deste inquérito é que, com exceção de duas empresas, as restantes utilizam o modelo do custo na mensuração dos seus AFT. Contudo, mesmo estas duas empresas que utilizam o modelo da revalorização, não o utilizam para a totalidade dos seus AFT. Apesar de nos seus AFT constarem Terrenos, Edifícios, Equipamentos Básicos, Equipamentos de Transportes e Equipamentos Administrativos, uma das empresas só utiliza o modelo da revalorização nos terrenos e a outra nos terrenos e nos edifícios.

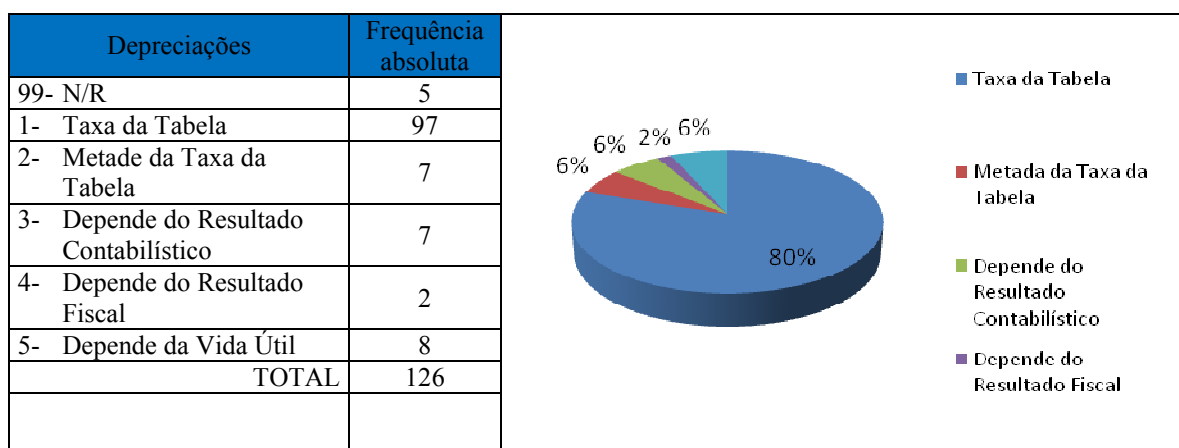
Relativamente à política de depreciações dos AFT, verifica-se que para 90% das empresas, a base de cálculo das depreciações é o DR 25/2009.

Gráfico 20 - Base de cálculo das depreciações



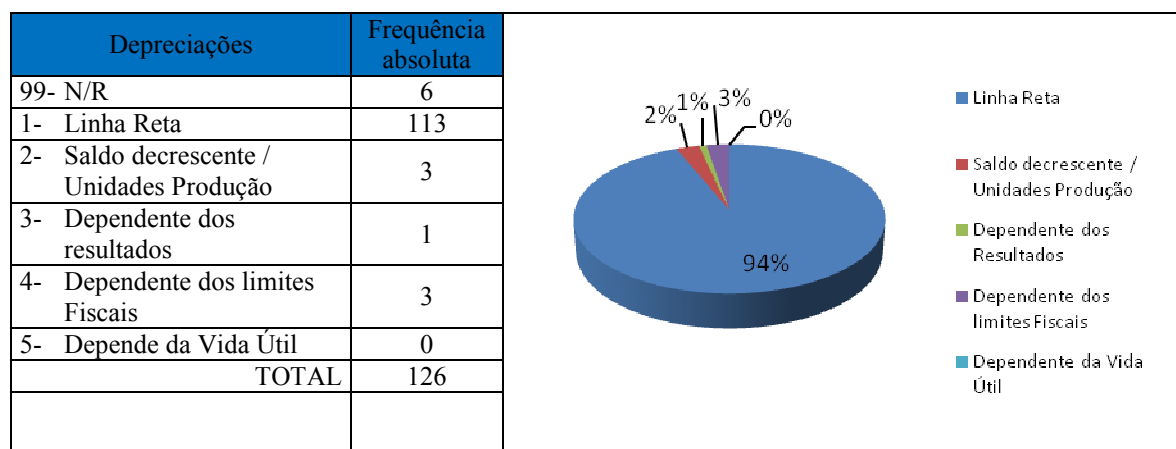
No que concerne às taxas utilizadas, observou-se que 80% das empresas aplicam a taxa retirada diretamente da tabela.

Gráfico 21 - Taxas utilizadas no cálculo da depreciação



Quanto ou método de depreciação, 94% das empresas utiliza o método da linha reta (quotas constantes).

Gráfico 22 - Método de depreciação



Os resultados indicam ainda que 14% das empresas consideram que um determinado item do seu Ativo Fixo Tangível pode estar escriturado por um valor superior ao seu valor recuperável; das restantes, 50% consideram que nenhum item do ATF está escriturado por um valor superior ao seu valor recuperável; 33% não sabem e 3% não responderam a esta questão.

É de realçar que apenas 5% das empresas é que alguma vez reconheceram uma perda por imparidade relativamente a um AFT; 79% nunca o fizeram; 14% indicaram que não sabem, e 2% das empresas não responderam.

Em síntese, no que diz respeito às políticas contabilísticas, verifica-se que:

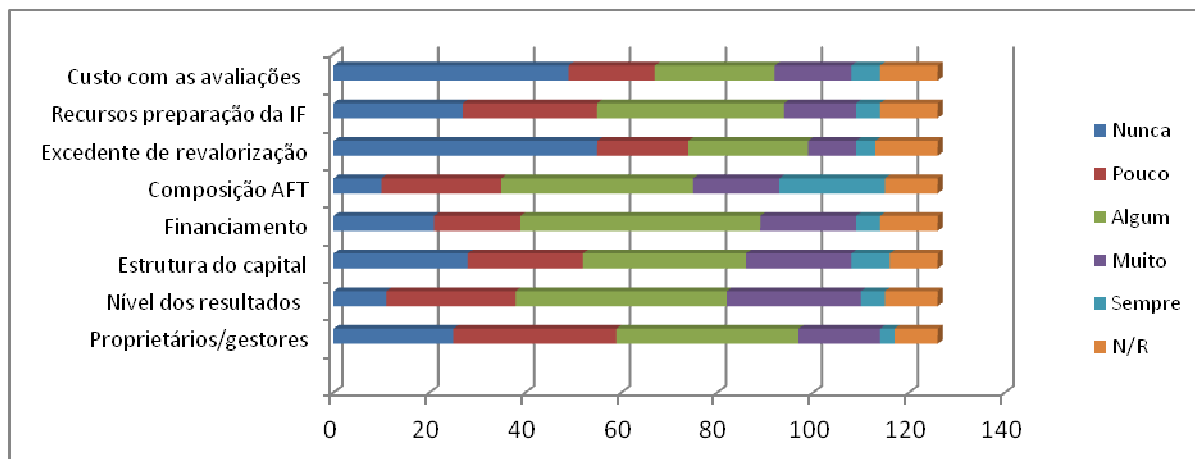
- Apesar de as empresas serem maioritariamente de reduzida dimensão, aplicam preferencialmente o conjunto completo das NCRF do SNC.
- As empresas não aproveitaram a isenção previstas, e não procederam à revalorização dos seus AFT, aquando da transição para o SNC.
- Na mensuração dos AFT, o modelo do custo é o modelo utilizado em 98,4% das empresas.
- No que respeita à política de depreciações, na quase totalidade das empresas, a política seguida tem por base as regras fiscais.
- Não é prática comum o reconhecimento de perdas por imparidade nos AFT.

Numa tentativa de explicar as políticas contabilísticas associadas à mensuração dos AFT, pediu-se aos respondentes do questionário que avaliassem os fatores, numa escala de 1 a 5 e numa lógica crescente, pelo impacto que aqueles têm na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, especificamente:

- As perspectivas dos proprietários/gestores.
- Nível dos resultados e implicação do modelo de mensuração no valor das depreciações.
- A Estrutura do capital.
- O tipo e necessidades de financiamento.
- Composição e valor escriturado do Ativo Fixo Tangível.
- Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização.
- Recursos afetos à preparação da informação financeira.
- Custo com as avaliações para determinar o justo valor.

Os resultados indicam a seguinte ordenação dos fatores pelo impacto que têm na mensuração dos AFT: com 3,15 de média de resposta, surge em primeiro lugar a própria composição dos AFT; seguidamente, no nível de resultados, surge com 2,90 de média de resposta; o tipo e necessidades de financiamento obtêm uma média de resposta de 2,74; a estrutura do capital tem 2,64 de média de resposta; os recursos afetos à preparação da informação financeira registam 2,50 de média de resposta; as perspectivas dos proprietários/gestores obtêm 2,48 de média de resposta; o custo com as avaliações para determinar o justo valor tem 2,23 de média de resposta; as reavaliações já efetuadas e valor do excedente de revalorização regista 2,02 de média de resposta.

Gráfico 23 - Fatores pelo impacto que têm na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis



Os resultados deste grupo de questões permitem inferir que a política de mensuração dos AFT não é muito influenciada pelos fatores em análise, com exceção do fator composição do AFT, cuja média de resposta foi superior a 3 (alguma influência) e no qual se obteve mais respostas “sempre”. Todos os outros fatores tiveram uma média de resposta abaixo de 3 tendo-se obtido muitas respostas “nunca”. Esta tendência de resposta pode ser explicada pelo facto de a política de mensuração dos AFT ser comum à maioria das empresas, com um predomínio do critério fiscal.

3.2.1.3. Importância dada pelas PME à Informação Financeira

Com o intuito de tentar perceber a importância dada pelas PME à informação financeira, pediu-se aos respondentes do questionário que avaliassem, numa escala de 1 a 5 e numa lógica crescente, se a empresa, na preparação das demonstrações financeiras, pondera o impacto da mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, especificamente:

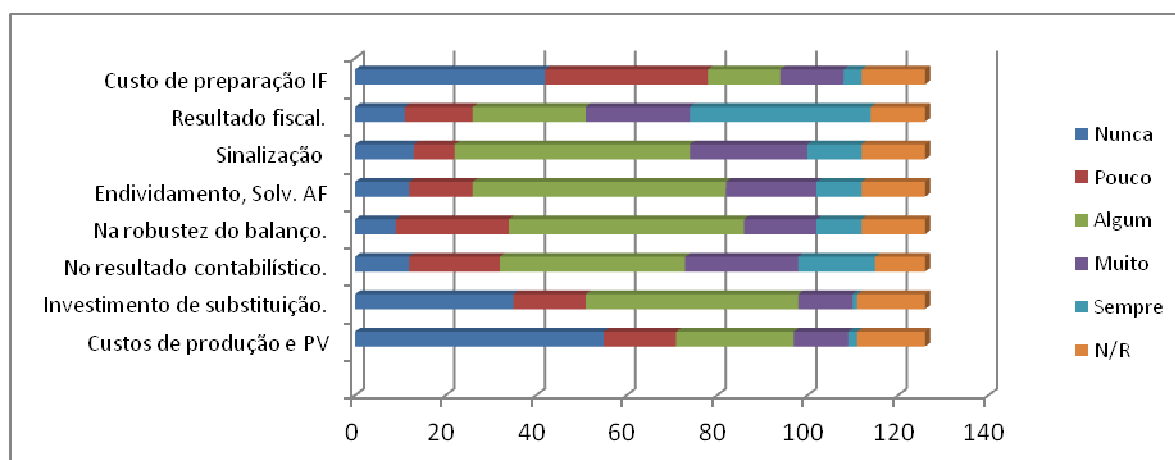
- a) Nos custos de produção e preços de venda.
- b) No investimento de substituição.
- c) No resultado contabilístico.
- d) Na robustez do balanço.
- e) Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira.
- f) Na sinalização da imagem para o exterior, designadamente os bancos e outros credores.
- g) No resultado fiscal.
- h) No custo de preparação da informação financeira.

Considerando a média de resposta a cada um dos itens, os resultados indicam que as empresas ponderam o impacto da mensuração dos AFT pela seguinte ordem: no resultado fiscal (3,58 de média de resposta); no resultado contabilístico e na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores (ambos com 3,13 de média de resposta); nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira (3,02 de média de resposta); na robustez do balanço (2,94 de média de resposta); no investimento de substituição (2,35 de média de resposta); no custo de preparação da informação financeira (2,13 de média de resposta); nos custos de produção e preços de venda (2,01 de média de resposta).

Estes resultados mostram que a preparação da informação financeira, especificamente a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, é mais direccionada para a gestão externa,

principalmente para a Administração Fiscal, do que para a gestão interna da empresa, designadamente a correta definição do custo de produção.

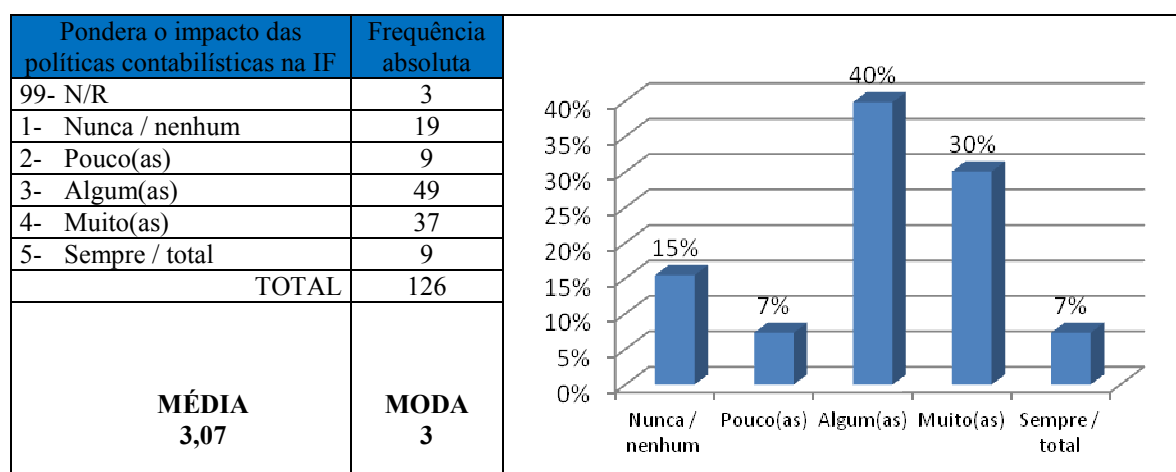
Gráfico 24 - Impacto da mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis



Pediui-se também aos respondentes que avaliassem, em termos gerais, se a empresa pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.

Nesta questão não se conseguiu identificar uma tendência de resposta, surgindo a opção “algumas vezes” com 49 respostas, como a opção mais respondida, seguida de “muitas vezes” com 37 respostas. No entanto, nos extremos, a opção com maior número de respostas foi a opção “nunca” com 19 das respostas, contrapondo-se às 9 respostas na opção “sempre”.

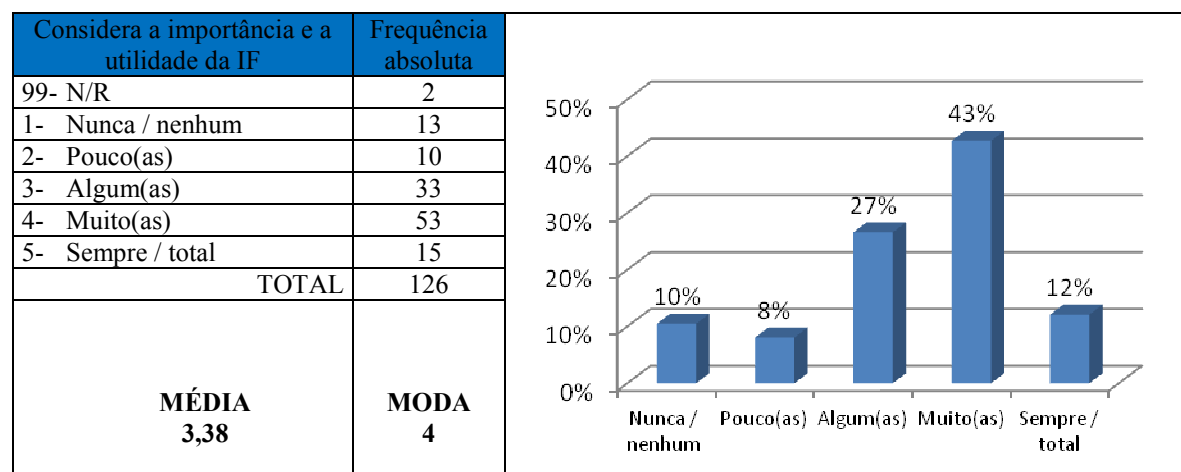
Gráfico 25 - A empresa pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira



Pediui-se ainda aos respondentes que avaliassem, em termos gerais, se a empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira.

Nesta questão, apesar de a média ser 3,38 (“algumas vezes”), a opção mais respondida foi que a empresa considera “muitas vezes” a importância e a utilidade da informação financeira, com 43% de respostas. As respostas dividiram-se da seguinte forma:

Gráfico 26 - A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira



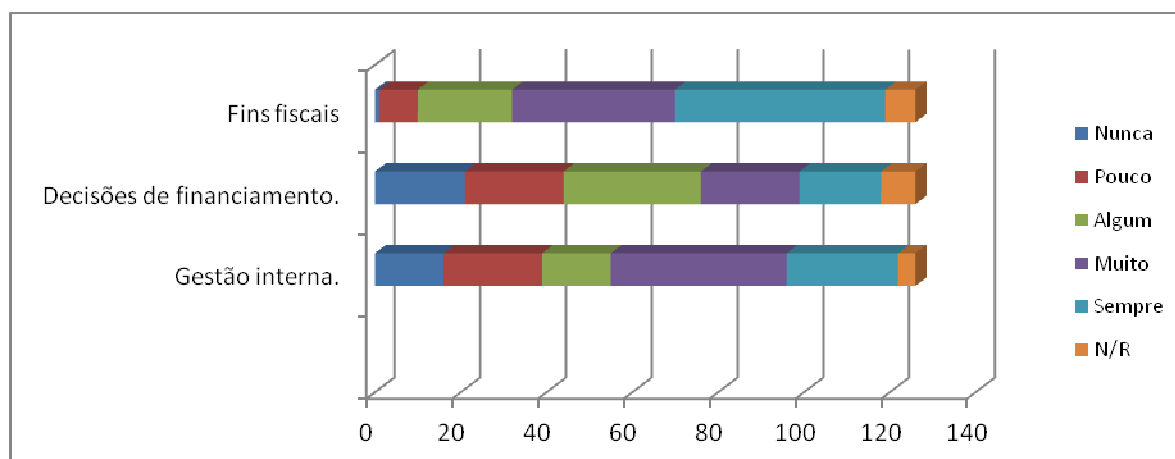
Outra questão que se colocou foi a de saber se a empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira, especificamente para:

- Gestão interna.
- Decisões de financiamento.
- Fins fiscais.

Os resultados individuais indicam que:

- Com 3,31 de média, a resposta mais dada foi que a empresa considera “muito” a importância e a utilidade da informação financeira na gestão interna.
- Com 2,97 de média, a resposta mais dada foi a de que a empresa considera “algumas vezes” a importância e a utilidade da informação financeira nas decisões de financiamento.
- Com 4,05 de média, a resposta mais dada foi a de que a empresa considera “sempre” a importância e a utilidade da informação financeira para fins fiscais.

Gráfico 27 - A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira, designadamente para a gestão financeira, decisões de financiamento e fins fiscais

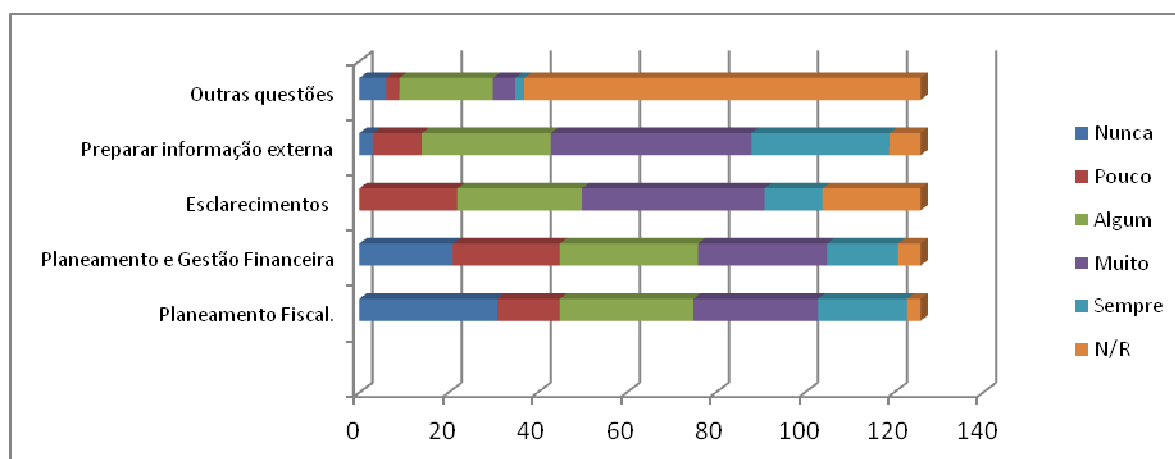


Na tentativa de melhor perceber a importância dada pela empresa à informação financeira solicitou-se também aos respondentes do questionário que avaliassem se os serviços de contabilidade são consultados, nomeadamente para:

- Planeamento Fiscal.
- Planeamento e Gestão Financeira.
- Obter esclarecimentos sobre a informação financeira.
- Preparar informação para utilizadores externos, designadamente bancos e outros credores.
- Outras questões.

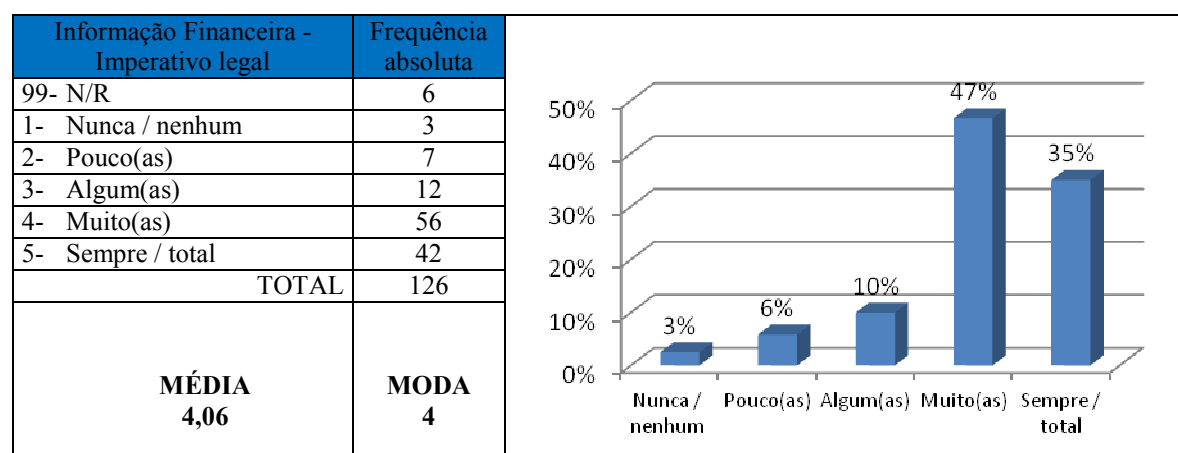
Partindo da média de resposta a cada um dos itens, os resultados indicam que as empresas consultam os serviços de contabilidade com alguns objetivos, que surgem pela ordem seguinte: para preparar informação para utilizadores externos, designadamente bancos e outros credores (3,76 de média de resposta); para obter esclarecimentos sobre a informação financeira (3,43 de média de resposta); para o planeamento e gestão financeira (2,96 de média de resposta); para o planeamento fiscal (2,93 de média de resposta); para outras questões (2,84 de média de resposta).

Gráfico 28 - Fins para que os serviços de contabilidade são consultados



No que diz respeito à forma como a empresa encara a preparação da informação financeira, verifica-se que, para uma elevada percentagem de empresas (47%), a informação financeira é vista “muitas vezes” como um imperativo fiscal, sendo que, para 35% das empresas, a informação financeira é vista “sempre” como um imperativo fiscal.

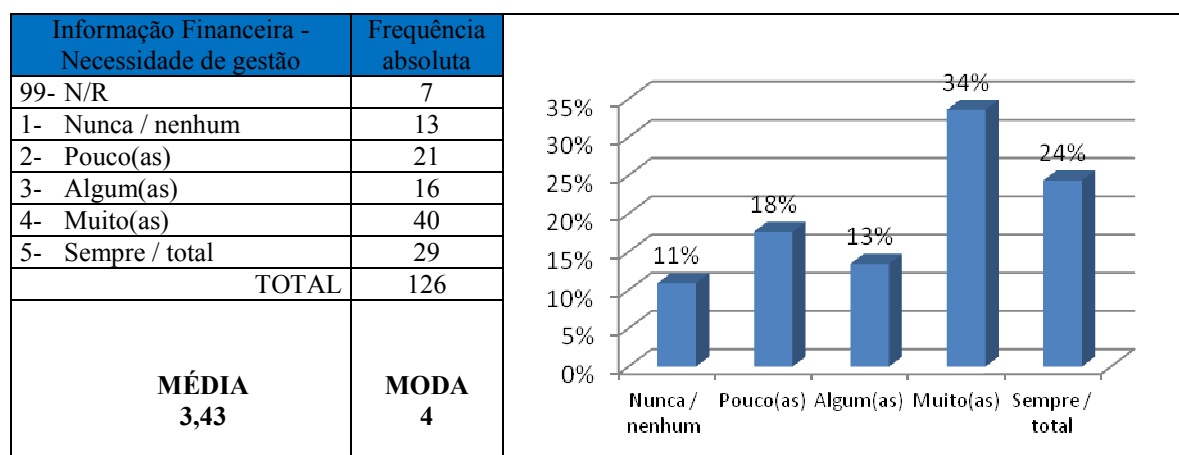
Gráfico 29 - Informação financeira como imperativo fiscal



Quanto à informação financeira como necessidade de gestão, não existe uma tendência tão evidente como na questão anterior, existindo uma maior dispersão nas respostas.

Apesar de, em termos médios, os inquiridos terem respondido que a empresa encara “algumas vezes” a preparação da informação financeira como uma necessidade de gestão, a resposta mais dada foi que a empresa encara “muitas vezes” a preparação da informação financeira como uma necessidade de gestão. As respostas divideiram-se da seguinte forma:

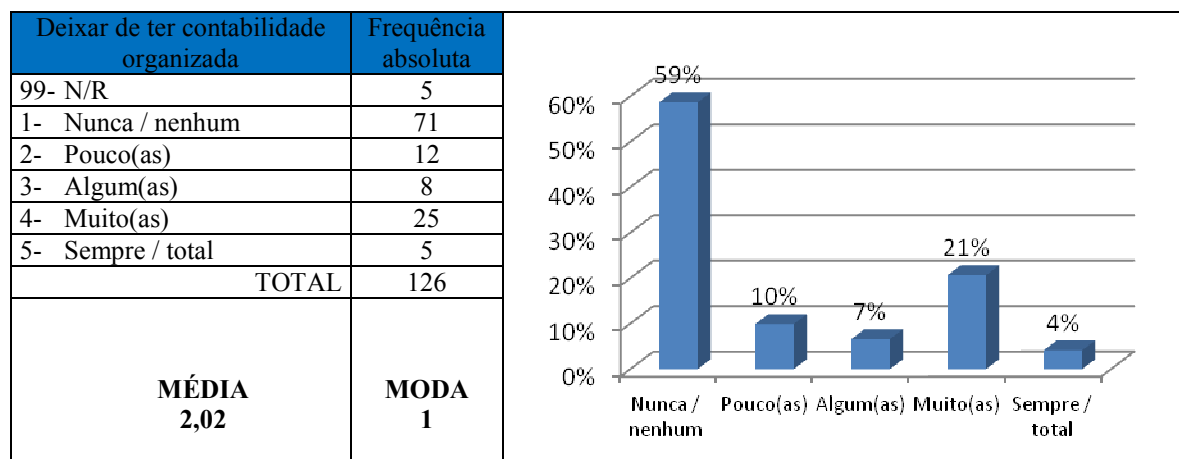
Gráfico 30 - Informação financeira como necessidade de gestão



Apesar de se verificar que a informação financeira é vista principalmente como um imperativo fiscal, as respostas ao questionário indicam que, na hipótese de dispensa da obrigatoriedade de ter contabilidade organizada, a maioria das empresas nunca admite deixar de ter contabilidade organizada.

Na resposta a esta questão, 71 inquiridos responderam que a empresa “nunca” admite deixar de ter contabilidade organizada, contudo a segunda resposta mais dada, para 25 empresas, foi que na hipótese de dispensa da obrigatoriedade de ter contabilidade organizada, a empresa admite “muito” deixar de ter contabilidade organizada.

Gráfico 31 - A empresa admite deixar de ter contabilidade organizada



Em termos gerais, verifica-se que as empresas em análise consideram a importância e utilidade da informação financeira. Todavia, apesar de os inquiridos considerarem que existe alguma ponderação relativamente às políticas contabilísticas, a informação financeira é vista mais como um imperativo fiscal do que como uma necessidade de gestão.

A análise dos resultados permite também constatar que, embora os inquiridos considerem que a empresa dá “muita” importância e utilidade à informação financeira na gestão interna, as questões relacionadas com a gestão interna, designadamente o investimento de substituição e custos de produção e preços de venda, são relegados para um plano inferior na hora de ponderar o impacto das políticas contabilísticas, especificamente a mensuração dos AFT.

Verifica-se que, também, apesar dos serviços de contabilidade serem consultados, principalmente para preparar informação para utilizadores externos, designadamente bancos e outros credores, não é dada grande importância e utilidade à informação financeira para as decisões de financiamento.

Já as questões fiscais são aquelas em que, na opinião dos inquiridos, a empresa mais considera a importância e utilidade da informação financeira.

Conclui-se que, no geral, a preparação da informação financeira é mais direccionada para a gestão externa, principalmente para a Administração Fiscal.

3.2.2. Análise multivariada

Com base na análise univariada dos dados, parte-se para uma análise multivariada tendo em conta os indicadores mais relevantes, aplicando-se para tal os seguintes procedimentos:

1. Análise de fiabilidade da escala através do cálculo de *alpha de Cronbach*;
2. Análise de correlações entre os itens que constituem as escalas;
3. Análise bivariada entre variáveis consideradas relevantes na análise univariada.

Nas tabelas bivariadas utilizou-se o teste *t de Student*, aplicado quer a médias quer a proporções. Aplicou-se ainda o teste *t* para verificar diferenças entre as variáveis observadas.

3.2.2.1. Mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis

1. Para a análise dos fatores que têm impacto na mensuração dos ativos fixos tangíveis, utilizou-se uma escala de *Likert* de 5 pontos, aplicada a um conjunto de 8 itens.

Utilizou-se o valor de *alpha de Cronbach* para verificar a consistência interna da escala. Os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 10 - Reliability Statistics Grupo 9

Cronbach's Alpha	N of Items
,773	8

Pela observação destes valores, a conclusão que se retira é a de que o valor de *alpha*, **0,773** é considerado satisfatório, uma vez que, segundo Bland e Altman (1997) valores entre 0,7 e 0,8 são satisfatórios.

Na análise, observou-se também os valores de *alpha* se determinado item for excluído. A tabela seguinte ilustra esses valores:

Tabela 11 - Valores de *alpha* se determinado item for excluído no Grupo 9

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
9. As perspectivas dos proprietários/gestores	18,02	26,796	,461	,752
9. Nível dos resultados e valor das depreciações	17,57	27,859	,389	,762
9. Estrutura do capital	17,88	24,587	,552	,735
9. Tipo e necessidades de financiamento	17,77	24,938	,622	,724
9. Composição e valor escriturado do AFT	17,36	29,102	,178	,800
9. Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização	18,51	25,956	,496	,745
9. Recursos afetos à preparação da informação financeira	18,04	24,332	,703	,711
9. Custo com as avaliações para determinar o justo valor	18,26	25,285	,462	,752

Analisando a tabela, verifica-se que o item “composição e valor escriturado do AFT”, quando retirado, conduz a um aumento significativo do valor de *alpha*, que passa de 0,773 para 0,800. Assim, para uma aplicação posterior desta escala, optou-se por não incluir este item.

2. Ainda analisando os resultados desta escala, procurou-se aprofundar as relações existentes entre as variáveis que a compõem. Assim, recorreremos à análise de correlação com o cálculo do coeficiente de correlação de *Pearson*. Os resultados são os descritos na seguinte tabela:

Tabela 12 - Correlações Grupo 9

	9. As perspetivas dos proprietários/gestores	9. Nível dos resultados e valor das depreciações	9. Estrutura do capital	9. Tipo e necessidades de financiament o	9. Composiçã o e valor escriturado do AFT	9. Revalorizações já efectuadas e valor do excedente de revalorização	9. Recursos afetos à preparação da informação financeira	9. Custo com as avaliações para determinar o justo valor
9. As perspetivas dos proprietários/gestores	1 117	,300** ,001 114	,369** ,000 115	,303** 0,001 114	,144 ,127 113	,180 ,058 112	,421** ,000 113	,330** ,000 114
9. Nível dos resultados e valor das depreciações	,300** ,001 114	1 115	,332** 0 113	,255** ,007 112	,325** ,000 112	,149 ,119 111	,336** ,000 112	,100 ,294 113
9. Estrutura do capital	,369** ,000 115	,332** ,000 113	1 116	,681** ,000 114	,033 ,730 113	,211** ,025 112	,617** ,000 113	,183 ,051 114
9. Tipo e necessidades de financiamento	,303** ,001 114	,255** ,007 112	,681** ,000 114	1 114	-,002 ,986 112	,406** ,000 111	,597** ,000 112	,404** ,000 113
9. Composição e valor escriturado do AFT	,144 ,127 113	,325** ,000 112	,033 ,730 113	-,002 ,986 112	1 ,000 115	,220** ,021 111	,132 ,164 113	,055 ,563 113
9. Revalorizações já efectuadas e valor do excedente de revalorização	,180 ,058 112	,149 ,119 111	,211** ,025 112	,406** ,000 111	,220** ,021 111	1 0 113	,445** 0 112	,528** ,000 112
9. Recursos afetos à preparação da informação financeira	,421** ,000 113	,336** ,000 112	,617** ,000 113	,597** ,000 112	,132 ,164 113	,445** 0 112	1 114	,437** ,000 113
9. Custo com as avaliações para determinar o justo valor	,330** ,000 114	,100 ,294 113	,183 ,051 114	,404** ,000 113	,055 ,563 113	,528** ,000 112	,437** ,000 113	1 114

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Pela tabela, observa-se que existe correlação entre o impacto do tipo e necessidades de financiamento e o impacto da estrutura do capital. Também se verifica uma correlação entre o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira e a estrutura do capital.

3. Com o objetivo de perceber se existem diferenças entre algumas características das empresas, no que respeita à mensuração dos AFT, analisou-se o cruzamento entre a variável “mensuração dos AFT” e as características da empresa e aplicou-se o teste *t*.

A estas tabelas, aplicou-se o teste *t de Student* nas médias e aplicado às % entre colunas. O teste foi efetuado considerando um intervalo de confiança de 95%, tendo-se apresentado os resultados mais relevantes.

Função exercida na empresa

Procedendo-se à análise da avaliação do impacto na mensuração dos AFT relativamente à função exercida na empresa, as diferenças relevantes encontradas são as que se apresentam de seguida.

Tabela 13 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto do nível de resultados na mensuração dos AFT

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
Impacto na mensuração dos AFT - Nível dos resultados e valor das depreciações					
P9_1_2	126	16	16	67	22
Nenhum	8,7	6,3	25.0 D	7.5 D	0
Pouco	21,4	12,5	12,5	26,9	13,6
Algum	34,9	50.0B	18,8	32,8	45,5
Muito	22,2	6,3	43.8A	20,9	27,3
Total	4	0	0	3	13,6
Ns/Nr	8,7	25.0BD	0	9.0BD	0
média	2,904	2,75	2,813	2,836	3.409AC
desvio padrão	1,017	0,754	1,276	0,986	0,908

Verifica-se a existência de diferenças significativas no impacto do nível dos resultados e valor das depreciações na perspetiva de um colaborador da área administrativa relativamente a um TOC, ou a um Diretor Financeiro, ou ainda a um gerente/administrador, com o colaborador da área administrativa a considerar o maior impacto.

Tabela 14 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto da estrutura do capital na mensuração dos AFT

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
Impacto na mensuração dos AFT - Estrutura do capital					
P9_1_3	126	16	16	67	22
Nenhum	22,2	12,5	31.3D	28.4D	4,5
Pouco	19	31,3	25	16,4	13,6
Algum	27	12,5	25	32.8A	22,7
Muito	17,5	12,5	0	11.9B	50.0ABC
Total	6,3	6,3	12,5	4,5	9,1
Ns/Nr	7,9	25.0D	6,3	6.0D	0
média	2,638	2,583	2,333	2,444	3.455ABC
desvio padrão	1,233	1,24	1,345	1,188	1,011

No que respeita ao impacto da estrutura do capital na mensuração dos AFT, verifica-se que este é também maior na perspetiva de um colaborador da área administrativa do que para os restantes.

Tabela 15 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto do tipo e necessidades de financiamento na mensuração dos AFT

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
Impacto na mensuração dos AFT - Tipo e necessidades de financiamento					
P9 1 4	126	16	16	67	22
Nenhum	16,7	12,5	18,8	22.4D	0
Pouco	14,3	25	31.3D	9	4,5
Algum	39,7	12,5	25	47.8A	54.5A
Muito	15,9	25	18,8	9	31.8C
Total	4	0	0	4,5	4,5
Ns/Nr	9,5	25	6,3	7,5	4,5
média	2,737	2,667	2,467	2,613	3.381ABC
desvio padrão	1,089	1,155	1,06	1,107	0,669

Também o tipo e necessidades de financiamento têm mais impacto na mensuração dos AFT na perspetiva de quem não exerce funções de chefia.

Tabela 16 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto das revalorizações já afetados e valor de excedente de revalorização na mensuração dos AFT

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
Impacto na mensuração dos AFT - Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização					
P9 1 6	126	16	16	67	22
Nenhum	43,7	31,3	43,8	52.2D	27,3
Pouco	15,1	31,3	6,3	9	22,7
Algum	19,8	0	37.5A	19.4A	27.3A
Muito	7,9	12,5	6,3	6	13,6
Total	3,2	6,3	0	1,5	9,1
Ns/Nr	10,3	18,8	6,3	11.9D	0
média	2,018	2,154	2,067	1,814	2.545C
desvio padrão	1,18	1,345	1,1	1,106	1,299

Relativamente ao impacto das revalorizações, verificam-se diferenças entre a análise de um TOC e de um colaborador, já que para o colaborador, o impacto das revalorizações já

efetuadas e o valor do excedente de revalorização é maior do que para um TOC. Observando-se também que, para o TOC, esse impacto é considerado “nenhum”, em mais de metade dos inquiridos (52,2%).

Tabela 17 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira na mensuração dos AFT

	Total	P1			
		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
% verticais					
Total	126	16	16	67	22
Impacto na mensuração dos AFT - Recursos afetos à preparação da informação financeira					
P9 1 7	126	16	16	67	22
Nenhum	21,4	25.0D	31.3D	25.4D	0
Pouco	22,2	6,3	25	26.9A	13,6
Algum	31	18,8	18,8	28,4	59.1ABC
Muito	11,9	18,8	18,8	4,5	27.3C
Total	4	12,5	0	4,5	0
Ns/Nr	9,5	18,8	6,3	10.4D	0
média	2,5	2,846	2,267	2,283	3.136 BC
desvio padrão	1,123	1,519	1,163	1,091	0,64

Considerando o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira, existem igualmente diferenças entre a perspectiva de um colaborador e de um TOC, ou um diretor financeiro, com os colaboradores a considerarem também o maior impacto.

Empresa tipo familiar

Procedeu-se também à avaliação do impacto na mensuração dos AFT em empresas do tipo familiar *versus* empresas que não são do tipo familiar.

No que diz respeito à mensuração do AFT, as diferenças não são muito relevantes, à exceção do item “composição e valor escriturado do AFT”

Tabela 18 - Cruzamento entre o facto de a empresa ser ou não do tipo familiar e o impacto da composição e valor escriturado do AFT na mensuração dos AFT

	Total	P5_1	
% verticais		(A) Empresa familiar	(B) Empresa não familiar
Total	126	70	56
Impacto na mensuração dos AFT - Composição e valor escriturado do AFT			
P9_1_5	126	70	56
Nenhum	7,9	10	5,4
Pouco	19,8	28,6B	8,9
Algum	31,7	27,1	37,5
Muito	14,3	14,3	14,3
Total	17,5	11,4	25,0A
Ns/Nr	8,7	8,6	8,9
média	3,148	2,875	3.490^a
desvio padrão	1,216	1,189	1,173

O impacto da composição e valor escriturado dos AFT é significativamente maior em empresas que não são do tipo familiar do que nas que o são.

Norma Contabilística

Considerando que a norma contabilística tem impacto na mensuração dos AFT e para perceber de que forma o impacto na mensuração dos AFT se relaciona com a norma contabilística adotada, fez-se um cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto dos itens medidos na pergunta 9. Daí resultaram os seguintes valores:

Tabela 19 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto das perspetivas dos proprietários/gestores na mensuração dos AFT

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF- PE	(C) NCM
Total	126	74	27	24
Impacto na mensuração dos AFT - As perspetivas dos proprietários/gestores				
P9_1_1	126	74	27	24
Nenhum	19,8	21,6	22,2	12,5
Pouco	27	12,2	40,7A	58,3A
Algum	30,2	36,5	22,2	20,8
Muito	13,5	20,3C	7,4	0
Total	2,4	1,4	3,7	0
Ns/Nr	7,1	8,1	3,7	8,3
Média	2,479	2.647C	2,269	2,091
desvio padrão	1,063	1,117	1,041	0,61

Embora o impacto das perspectivas dos proprietários/gestores em geral esteja entre o pouco ou nenhum (46,8%) e algum (30,2%), foi nas empresas que aplicaram o SNC completo que se registou o maior impacto. Em média, verificou-se uma diferença significativa entre as empresas que aplicaram o SNC e as empresas que aplicaram a NCM.

Tabela 20 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto dos níveis dos resultados e das depreciações na mensuração dos AFT

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Total	126	74	27	24
Impacto na mensuração dos AFT - Nível dos resultados e valor das depreciações				
P9_1_2	126	74	27	24
Nenhum	8,7	9.5C	14.8C	0
Pouco	21,4	13,5	37.0A	25
Algum	34,9	43.2B	18,5	29,2
Muito	22,2	20,3	14,8	37,5
Total	4	2,7	11,1	0
Ns/Nr	8,7	10,8	3,7	8,3
Média	2,904	2,924	2,692	3,136
desvio padrão	1,017	0,966	1,258	0,834

Relativamente ao impacto dos níveis dos resultados e das depreciações, com base nos resultados, não se pode concluir que existam diferenças significativas resultantes das normas utilizadas. No entanto, para as empresas que aplicaram o SNC, o impacto no nível dos resultados foi maior do que nas empresas que aplicaram a NCRF-PE, já que 43,2% das primeiras disseram ter algum impacto, enquanto nas segundas esse valor foi de apenas 18,5%.

Tabela 21 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto da estrutura do capital na mensuração dos AFT

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Total	126	74	27	24
Impacto na mensuração dos AFT - Estrutura do capital				
P9_1_3	126	74	27	24
Nenhum	22,2	20,3	14,8	37,5
Pouco	19	18,9	18,5	16,7
Algum	27	23	37	29,2
Muito	17,5	23.0C	11,1	8,3
Total	6,3	5.4C	14.8C	0
Ns/Nr	7,9	9,5	3,7	8,3
média	2,638	2,716C	2,923C	2,091
desvio padrão	1,233	1,241	1,262	1,065

Também o impacto da estrutura do capital na mensuração dos AFT foi significativamente maior nas empresas que utilizaram o SNC ou a NCRF-PE do que nas empresas que aplicaram a NCM.

Tabela 22 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto do tipo e necessidades de financiamento na mensuração dos AFT

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Total	126	74	27	24
Impacto na mensuração dos AFT - Tipo e necessidades de financiamento				
P9_1_4	126	74	27	24
Nenhum	16,7	12,2	14,8	33,3A
Pouco	14,3	13,5	14,8	12,5
Algum	39,7	36,5	51,9	37,5
Muito	15,9	24,3BC	3,7	4,2
Total	4	2,7	7,4	4,2
Ns/Nr	9,5	10,8	7,4	8,3
média	2,737	2,909C	2,72	2,273
desvio padrão	1,089	1,048	1,061	1,162

O tipo e necessidades de financiamento revelaram também maior impacto nas empresas que utilizam o SNC do que nas restantes, como se pode observar pelos valores assinalados como significativamente diferentes. Aliás, se se observar a categoria “muito impacto” verifica-se que o valor nas empresas que aplicam o SNC é bastante mais elevado do que nas restantes.

Tabela 23 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto da composição e valor escriturado do AFT na mensuração dos AFT

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Total	126	74	27	24
Impacto na mensuração dos AFT - Composição e valor escriturado do AFT				
P9_1_5	126	74	27	24
Nenhum	7,9	9,5	7,4	4,2
Pouco	19,8	9,5	33,3A	33,3A
Algum	31,7	40,5C	22,2	16,7
Muito	14,3	17,6C	14,8	4,2
Total	17,5	13,5	14,8	33,3
Ns/Nr	8,7	9,5	7,4	8,3
Média	3,148	3,179	2,96	3,318
desvio padrão	1,216	1,141	1,241	1,427

Não se apuraram diferenças relativamente ao impacto médio da composição e valor escriturado do AFT quanto à norma utilizada. Contudo, o número de empresas que

assinalaram a opção “algum impacto” para este fator é significativamente maior nas que optam pelo SNC (40,5%) do que nas que optam pela NCM (16,7%).

Tabela 24 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto das revalorizações e valor do excedente de revalorização na mensuração dos AFT

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Total	126	74	27	24
Impacto na mensuração dos AFT - Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização				
P9 1 6	126	74	27	24
Nenhum	43,7	32,4	48,1	75,0AB
Pouco	15,1	16,2C	18,5	4,2
Algum	19,8	25,7C	14,8	8,3
Muito	7,9	9,5	7,4	4,2
Total	3,2	4,1	3,7	0
Ns/Nr	10,3	12,2	7,4	8,3
Média	2,018	2,277C	1,92	1,364
desvio padrão	1,18	1,206	1,187	0,848

A partir da observação dos resultados, verifica-se que existe uma diferença significativa entre as empresas que aplicam o SNC e as que aplicam a NCM, no que diz respeito ao impacto das revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização. Embora, globalmente, se observe que o impacto deste fator é diminuto, essa tendência é mais acentuada nas empresas que aplicam a NCM, uma vez que a opção de “nenhum impacto” é bastante superior (75%) quando comparado com as que aplicam outras normas.

Tabela 25 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira na mensuração dos AFT

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Total	126	74	27	24
Impacto na mensuração dos AFT - Recursos afetos à preparação da informação financeira				
P9 1 7	126	74	27	24
Nenhum	21,4	18,9	11,1	41,7AB
Pouco	22,2	14,9	37 ^a	25
Algum	31	36,5	22,2	25
Muito	11,9	13,5C	18,5C	0
Total	4	5,4C	3,7	0
Ns/Nr	9,5	10,8	7,4	8,3
Média	2,5	2,682C	2,640C	1,818
desvio padrão	1,123	1,152	1,075	0,853

Verifica-se que apenas as empresas que aplicam o SNC e a NCRF-PE consideram “algum” ou “muito” impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira na mensuração dos AFT.

Tabela 26 - Cruzamento entre a norma contabilística aplicada em 2010 e o impacto dos custos com as avaliações para determinar o justo valor na mensuração dos AFT

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Total	126	74	27	24
Impacto na mensuração dos AFT - Custo com as avaliações para determinar o justo valor				
P9 1 8	126	74	27	24
Nenhum	38,9	27	48,1	66,7A
Pouco	14,3	16,2	11,1	8,3
Algum	19,8	21,6	18,5	16,7
Muito	12,7	16,2C	14,8C	0
Total	4,8	6,8C	3,7	0
Ns/Nr	9,5	12,2	3,7	8,3
média	2,228	2,538C	2,115C	1,455
desvio padrão	1,283	1,312	1,306	0,8

Verifica-se ainda que o impacto dos custos com as avaliações, para determinar o justo valor, difere nas empresas que aplicaram o SNC e a NCRF-PE e nas restantes. Aliás, nas empresas que utilizaram a NCM, este aspeto nunca tem muito ou total impacto, o que é de resto, natural, dado que estas empresas não podem optar pelo modelo da revalorização.

Serviços de contabilidade

Com o objetivo de perceber se existem diferenças entre as empresas que têm serviços de contabilidade interna e as que têm esses serviços externamente, no que respeita à mensuração dos AFT, analisou-se o cruzamento entre estas duas dimensões e aplicou-se também o teste *t*.

Os fatores que se revelam significativamente relevantes são os que se apresentam:

Tabela 27 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto das revalorizações e valor do excedente de revalorização na mensuração dos AFT

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
Impacto na mensuração dos AFT - Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização			
P9 1 6	126	70	54
Nenhum	43,7	24,3	70.4A
Pouco	15,1	21.4B	3,7
Algum	19,8	25,7	13
Muito	7,9	11,4	3,7
Total	3,2	5.7B	0
Ns/Nr	10,3	11,4	9,3
Média	2,018	2.468B	1,449
desvio padrão	1,18	1,211	0,891

O impacto das revalorizações efetuadas na mensuração dos AFT é maior nas empresas com contabilidade interna do que com contabilidade externa.

Tabela 28 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira na mensuração dos AFT

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
Impacto na mensuração dos AFT - Recursos afetos à preparação da informação financeira			
P9 1 7	126	70	54
Nenhum	21,4	17,1	27,8
Pouco	22,2	14,3	29.6A
Algum	31	40.0B	20,4
Muito	11,9	12,9	11,1
Total	4	5,7	1,9
Ns/Nr	9,5	10	9,3
média	2,5	2.730B	2,224
desvio padrão	1,123	1,125	1,085

Também o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira é maior nas empresas com contabilidade interna.

Tabela 29 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto do custo com as avaliações para determinar o justo valor na mensuração dos AFT

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
Impacto na mensuração dos AFT - Custo com as avaliações para determinar o justo valor			
P9 1 8	126	70	54
Nenhum	38,9	17,1	68,5A
Pouco	14,3	21,4B	1,9
Algum	19,8	27,1B	11,1
Muito	12,7	15,7	9,3
Total	4,8	8,6B	0
Ns/Nr	9,5	10	9,3
média	2,228	2,746B	1,571
desvio padrão	1,283	1,231	1,061

Igualmente observou-se que o impacto do custo com as avaliações para determinar o justo valor é considerado superior nas empresas que têm contabilidade interna.

Análise de diferenças entre os aspetos pelo impacto que têm na mensuração dos AFT

Para analisar eventuais diferenças entre a importância atribuída aos fatores que influenciam a mensuração dos ativos fixos tangíveis, utilizou-se o procedimento *One-Sample T-Test* em SPSS. Para se efetuar o teste, calcularam-se primeiro novas variáveis que são a diferença entre um fator e outro, para depois se testar se esse valor difere significativamente de zero.

O teste é o seguinte: $H_0: \mu=0$ $H_1: \mu \neq 0$

O critério de rejeição do teste consiste na análise do valor de t se este exceder o valor crítico t_0 , então rejeita-se a hipótese nula.

Na análise da importância do impacto da perspectivas dos proprietários/gestores na mensuração dos AFT com os demais, e aplicando o teste estatístico T-Test, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 30 - One-Sample T-Test - Perspetivas dos proprietários/gestores

	Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower	Upper			
9. Nível dos resultados e valor das depreciações	-0,447	1,227	0,115	-0,675	-0,22	-3,892	113	0,000
9. Estrutura do capital	-0,148	1,293	0,121	-0,387	0,091	-1,226	114	0,223
9. Tipo e necessidades de financiamento	-0,254	1,268	0,119	-0,49	-0,019	-2,142	113	0,034
9. Composição e valor escriturado do AFT	-0,664	1,498	0,141	-0,943	-0,385	-4,711	112	0,000
9. Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização	0,491	1,421	0,134	0,225	0,757	3,658	111	0,000
9. Recursos afetos à preparação da informação financeira	0,000	1,165	0,11	-0,217	0,217	0,000	112	1,000
9. Custo com as avaliações para determinar o justo valor	0,246	1,367	0,128	-0,008	0,499	1,919	113	0,058

Nesta primeira análise, comparou-se o impacto que têm as perspetivas dos proprietários/gestores com os restantes factores, registaram-se diferenças significativas entre o nível dos resultados e o valor das depreciações, entre o tipo e necessidades de financiamento, entre a composição e valor escriturado do AFT, entre as revalorizações já efetuadas e o valor do excedente de revalorização. Enquanto que, para os primeiros, o impacto das perspetivas dos proprietários/gestores é menor do que nos demais, no último verifica-se que o impacto das perspetivas dos proprietários/gestores é maior do que o impacto das revalorizações já efetuadas e o valor do excedente de revalorização.

Quanto ao impacto do nível dos resultados e implicação do modelo de mensuração no valor das depreciações relativamente aos demais factores, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 31 - One-Sample T-Test - Nível dos resultados e valor das depreciações

	Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower	Upper			
9. Estrutura do capital	0,301	1,309	0,123	0,057	0,545	2,444	112	0,016
9. Tipo e necessidades de financiamento	0,188	1,284	0,121	-0,053	0,428	1,545	111	0,125
9. Composição e valor escriturado do AFT	-0,232	1,308	0,124	-0,477	0,013	-1,878	111	0,063
9. Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização	0,928	1,412	0,134	0,662	1,194	6,922	110	0,000
9. Recursos afetos à preparação da informação financeira	0,455	1,215	0,115	0,228	0,683	3,967	111	0,000
9. Custo com as avaliações para determinar o justo valor	0,673	1,549	0,146	0,384	0,961	4,614	112	0,000

Observaram-se diferenças significativas entre a estrutura do capital, entre as revalorizações já efetuadas, entre os recursos afetos à preparação da informação financeira e entre o custo com as avaliações para determinar o justo valor. Para todos estes fatores, o impacto é menor do que o impacto do nível dos resultados.

A comparação do impacto da estrutura do capital resulta no seguinte:

Tabela 32 - One-Sample T-Test - Estrutura do capital

	Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower	Upper			
9. Tipo e necessidades de financiamento	-0,114	0,938	0,088	-0,288	0,060	-1,297	113	0,197
9. Composição e valor escriturado do AFT	-0,504	1,712	0,161	-0,824	-0,185	-3,132	112	0,002
9. Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização	0,625	1,507	0,142	0,343	0,907	4,388	111	0,000
9. Recursos afetos à preparação da informação financeira	0,142	1,034	0,097	-0,051	0,334	1,456	112	0,148
9. Custo com as avaliações para determinar o justo valor	0,395	1,611	0,151	0,096	0,694	2,616	113	0,010

Verifica-se que o impacto da estrutura do capital é significativamente menor do que o impacto da composição e valor escriturado do AFT. O impacto é significativamente maior do que o impacto das revalorizações já efetuadas e do que o custo com as avaliações para determinar o justo valor.

De seguida, observou-se o impacto do tipo e necessidades de financiamento comparativamente aos outros fatores. Os resultados são os seguintes:

Tabela 33 - One-Sample T-Test - Tipo e necessidades de financiamento

	Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower	Upper			
9. Composição e valor escriturado do AFT	-0,393	1,646	0,156	-0,701	-0,085	-2,526	111	0,013
9. Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização	0,757	1,223	0,116	0,527	0,987	6,521	110	0,000
9. Recursos afetos à preparação da informação financeira	0,268	0,986	0,093	0,083	0,453	2,874	111	0,005
9. Custo com as avaliações para determinar o justo valor	0,513	1,310	0,123	0,269	0,757	4,165	112	0,000

O valor é maior relativamente às revalorizações já efetuadas, aos recursos afetos à preparação da IF e ao custo com as avaliações para determinar o justo valor. No entanto, relativamente à composição e valor escriturado do AFT, constata-se que o impacto do tipo e necessidades de financiamento é significativamente menor.

Tabela 34 - One-Sample T-Test - Composição e valor escriturado do Ativo Fixo Tangível

	Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower	Upper			
9. Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização	1,153	1,491	0,141	0,873	1,434	8,151	110	0,000
9. Recursos afetos à preparação da informação financeira	0,655	1,546	0,145	0,367	0,943	4,504	112	0,000
9. Custo com as avaliações para determinar o justo valor	0,912	1,725	0,162	0,59	1,233	5,618	112	0,000

Relativamente ao impacto da composição e valor escriturado do AFT, observa-se que este é significativamente maior do que as revalorizações já efetuadas, os recursos afetos à preparação da informação financeira e do que o custo com as avaliações para determinar o justo valor.

Tabela 35 - One-Sample T-Test - Revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização

	Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower	Upper			
9. Recursos afetos à preparação da informação financeira	-0,500	1,185	0,112	-0,722	-0,278	-4,464	111	0,000
9. Custo com as avaliações para determinar o justo valor	-0,241	1,195	0,113	-0,465	-0,017	-2,135	111	0,035

Verifica-se ainda que o impacto das revalorizações já efetuadas e o valor do excedente de revalorização é significativamente menor do que o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira e do que o custo com as avaliações para determinar o justo valor.

Por último, comparou-se o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira com o impacto do custo com as avaliações para determinar o justo valor, e observou-se que o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira é maior.

Tabela 36 - One-Sample T-Test - Recursos afetos à preparação da informação financeira

	Paired Differences					t	df	Sig. (2-tailed)
	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean	95% Confidence Interval of the Difference				
				Lower	Upper			
9. Custo com as avaliações para determinar o justo valor	0,248	1,278	0,12	0,009	0,486	2,06	112	0,042

3.2.2.2. A importância dada pela empresa à Informação Financeira

1. Para a análise dos fatores que medem o grau de importância da informação financeira, utilizou-se uma escala de *Likert* de 5 pontos, aplicada a um conjunto de 21 itens.

Utilizando-se o valor de *alpha de Cronbach* para verificar a consistência interna da escala, os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 37 - Reliability Statistics Grupo 11

Cronbach's Alpha	N of Items
,898	21

O valor de *alpha*, **0,898** é considerado bastante satisfatório, uma vez que, segundo Bland & Altman (1997), valores entre 0,7 e 0,8 já são satisfatórios.

Na análise, observou-se também os valores de *alpha* se determinado item for excluído. A tabela seguinte ilustra esses valores:

Tabela 38 - Valores de *alpha* se determinado item for excluído no Grupo 11

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
11. Impacto da mensuração dos AFT - Nos custos de produção e preços de venda	57,47	191,529	0,660	0,890
11. Impacto da mensuração dos AFT - No investimento de substituição	57,65	198,417	0,628	0,892
11. Impacto da mensuração dos AFT - No resultado contabilístico	56,21	190,835	0,756	0,888
11. Impacto da mensuração dos AFT - Na robustez do balanço	56,44	192,436	0,814	0,888
11. Impacto da mensuração dos AFT - Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira	56,06	201,148	0,626	0,893
11. Impacto da mensuração dos AFT - Na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores	55,94	195,33	0,749	0,889
11. Impacto da mensuração dos AFT - No resultado fiscal	55,32	222,044	-0,215	0,912
11. Impacto da mensuração dos AFT - No custo de preparação da informação financeira	56,97	194,09	0,629	0,891
11. A empresa pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.	56,79	188,835	0,731	0,888
11. A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira	56,56	182,678	0,773	0,886
11. A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Gestão interna	56,47	182,923	0,707	0,888
11. A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Decisões de financiamento	56,88	182,046	0,78	0,885
11. A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Fins fiscais	54,97	216,029	-0,045	0,905
11. Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento Fiscal	56,71	186,759	0,649	0,89
11. Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento e Gestão Financeira	56,91	177,477	0,881	0,882
11. Os serviços de contabilidade são consultados - Obter esclarecimentos	56,15	192,553	0,762	0,888
11. Os serviços de contabilidade são consultados - Preparar informação externa	55,91	195,416	0,768	0,889
11. Os serviços de contabilidade são consultados - Outras questões	56,38	198,304	0,529	0,894
11. A empresa encara a preparação da IF – Imperativo legal	55,06	218,784	-0,137	0,908
11. A empresa encara a preparação da IF – Necessidade de gestão	56,59	186,674	0,675	0,889
11. A empresa admite deixar de ter contabilidade organizada	56,68	234,832	-0,493	0,922

Analisando a tabela, verifica-se que o item “A empresa admite deixar de ter contabilidade organizada”, quando retirado, conduz a um aumento do valor de *alpha*, que passa de 0,898 para 0,922. Assim, para uma aplicação posterior desta escala, optou-se por não incluir este item.

2. Ainda analisando os resultados desta escala, procurou-se aprofundar as relações existentes entre as variáveis que compõem a mesma. Assim, recorreu-se à análise de correlação com o cálculo do coeficiente de correlação de *Pearson*. Para o 1º subgrupo, os resultados são os descritos na seguinte tabela:

Tabela 39 - Correlações Grupo 11 – Subgrupo 1

	11. Impacto da mensuração dos AFT - Nos custos de produção e preços de venda	11. Impacto da mensuração dos AFT - No investimento de substituição	11. Impacto da mensuração dos AFT - No resultado contabilístico	11. Impacto da mensuração dos AFT - Na robustez do balanço	11. Impacto da mensuração dos AFT - Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira	11. Impacto da mensuração dos AFT - Na sinalização da imagem para exterior, designadamente Bancos e outros credores	11. Impacto da mensuração dos AFT - No resultado fiscal	11. Impacto da mensuração dos AFT - No custo de preparação da informação financeira
11. Impacto da mensuração dos AFT - Nos custos de produção e preços de venda	1 111	,630** ,000 109	,316** ,001 110	,378** ,000 110	,323** ,001 109	,352** ,000 110	,205* ,032 110	,410** ,000 110
11. Impacto da mensuração dos AFT - No investimento de substituição	,630** ,000 109	1 ,000 111	,485** ,000 110	,485** ,000 110	,332** ,000 109	,411** ,000 110	,157 ,102 110	,308** ,001 110
11. Impacto da mensuração dos AFT - No resultado contabilístico	,316** ,001 110	,485** ,000 110	1 ,000 115	,689** ,000 112	,655** ,000 110	,623** ,000 112	,379** ,000 114	,411** ,000 112
11. Impacto da mensuração dos AFT - Na robustez do balanço	,378** ,000 110	,485** ,000 110	,689** ,000 112	1 ,000 112	,836** ,000 110	,789** ,000 111	,300** ,001 112	,440** ,000 112
11. Impacto da mensuração dos AFT - Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira	,323** ,001 109	,332** ,000 109	,655** ,000 110	,836** ,000 110	1 ,000 112	,849** ,000 110	,505** ,000 110	,426** ,000 110
11. Impacto da mensuração dos AFT - Na sinalização da imagem para exterior, designadamente Bancos e outros credores	,352** ,000 110	,411** ,000 110	,623** ,000 112	,789** ,000 111	,849** ,000 110	1 ,000 112	,434** ,000 112	,438** ,000 111
11. Impacto da mensuração dos AFT - No resultado fiscal	,205* ,032 110	,157 ,102 110	,379** ,000 114	,300** ,001 112	,505** ,000 110	,434** ,000 112	1 ,000 114	,237* ,012 112
11. Impacto da mensuração dos AFT - No cust de preparação da informação financeira	,410** ,000 110	,308** ,001 110	,411** ,000 112	,440** ,000 112	,426** ,000 110	,438** ,000 111	,237* ,012 112	1 112

** - Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* - Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

A partir da análise da tabela, observam-se algumas correlações significativas:

- o impacto nos custos de produção e preços de venda está correlacionado com o impacto no investimento de substituição;
- o impacto na robustez do balanço está correlacionado com o impacto no resultado contabilístico;
- o impacto dos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira está correlacionado com o impacto no resultado contabilístico e com o impacto na robustez do balanço;
- o impacto na sinalização da imagem para o exterior está correlacionado com o impacto no resultado contabilístico, com o impacto na robustez do balanço e com o impacto nos rácios de endividamento.

Tabela 40 - Correlações Grupo 11 – Subgrupo 2

	11. A empresa pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.	11. A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira
11. A empresa pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.	1 123	,705** 122
11. A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira	0,705** 122	1 124

**Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Também se verifica que o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira está fortemente correlacionado com a importância e a utilidade da informação financeira.

Tabela 41 - Correlações Grupo 11 – Subgrupo 3

	11. A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Gestão interna	11. A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Decisões de financiamento	11. A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Fins fiscais
11. A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Gestão interna	1 122	,670** 117	-,144 119
11. A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Decisões de financiamento	,670** 117	1 118	-,025 117
11. A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Fins fiscais	-,144 119	-,025 117	1 119

**Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Relativamente à importância e à utilidade da informação financeira, regista-se a existência de correlação entre as decisões de financiamento e a gestão interna.

Tabela 42 - Correlações Grupo 11 – Subgrupo 4

	11. Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento Fiscal	11. Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento e Gestão Financeira	11. Os serviços de contabilidade são consultados - Obter esclarecimentos	11. Os serviços de contabilidade são consultados - Preparar informação externa	11. Os serviços de contabilidade são consultados - Outras questões
11. Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento Fiscal	1 123	,725** 120	,533** 104	,156 119	,144 37
11. Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento e Gestão Financeira	,725** 120	1 121	,637** 103	,309** 118	,564** 37
11. Os serviços de contabilidade são consultados - Obter esclarecimentos	,533** 104	,637** 103	1 104	,356** 104	,243 36
11. Os serviços de contabilidade são consultados - Preparar informação externa	,156 119	,309** 118	,356** 104	1 119	,361* 37
11. Os serviços de contabilidade são consultados - Outras questões	,144 37	,564** 37	,243 36	,361* 37	1 37

** - Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* - Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

Os aspetos mais correlacionados na utilização dos serviços de contabilidade são o planeamento fiscal e o planeamento e a gestão financeira.

3. Também com o objetivo de perceber se existem diferenças entre algumas características das empresas, no que respeita à importância dada pela empresa à Informação Financeira, analisou-se o cruzamento entre as duas dimensões e aplicou-se o teste *t*.

Função exercida na empresa

Procedendo-se à análise da avaliação da importância dada à informação financeira, relativamente à função exercida na empresa, as diferenças relevantes encontradas são as que se apresentam de seguida.

Tabela 43 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
Impacto da mensuração dos AFT - Nos custos de produção e preços de venda					
P11 1 1	126	16	16	67	22
Nenhum	43,7	25	56.3D	53.7AD	18,2
Pouco	12,7	12,5	18,8	9	18,2
Algum	20,6	25	6,3	16,4	45.5BC
Muito	9,5	12,5	12,5	6	18,2
Total	1,6	0	0	1,5	0
Ns/Nr	11,9	25.0D	6,3	13.4D	0
média	2,009	2,333	1,733	1,759	2.636BC
desvio padrão	1,156	1,155	1,1	1,097	1,002

Analisando o impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda, verifica-se que este impacto é maior na perspectiva dos colaboradores do que na perspectiva dos TOC ou dos diretores financeiros.

Tabela 44 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
Impacto da mensuração dos AFT - No resultado fiscal					
P11 1 7	126	16	16	67	22
Nenhum	8,7	6,3	18,8	6	4,5
Pouco	11,9	12,5	18,8	11,9	9,1
Algum	19,8	43.8CD	25	14,9	13,6
Muito	18,3	12,5	0	23.9B	22.7B
Total	31,7	18,8	31,3	29,9	50.0A
Ns/Nr	9,5	6,3	6,3	13.4D	0
média	3,579	3,267	3,067	3,69	4.045AB
desvio padrão	1,343	1,163	1,58	1,273	1,214

Também o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal é considerado mais relevante para as empresa na perspectiva dos colaboradores do que na perspectiva dos gerentes ou diretores financeiros.

Tabela 45 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e o impacto da mensuração dos AFT no custo de preparação da informação financeira

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
Impacto da mensuração dos AFT - No custo de preparação da informação financeira					
P11 1 8	126	16	16	67	22
Nenhum	33,3	25	43,8	28,4	45,5
Pouco	28,6	0	25.0A	40.3AD	18.2A
Algum	12,7	18,8	18,8	10,4	13,6
Muito	11,1	31.3C	6,3	6	18,2
Total	3,2	6,3	0	1,5	4,5
Ns/Nr	11,1	18,8	6,3	13.4D	0
média	2,125	2.923BC	1,867	1,983	2,182
desvio padrão	1,156	1,441	0,99	0,946	1,332

Observa-se uma inversão da tendência na existência de diferenças entre a perspectiva de um gestor e um diretor financeiro ou um TOC, no que diz respeito ao impacto da mensuração no custo de preparação da informação financeira, com o gestor a considerar o maior impacto no custo de preparação da informação financeira.

Tabela 46 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a importância e utilidade da informação financeira para a empresa

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira					
P11 2 2	126	16	16	67	22
Nunca	10,3	0	0	19.4ABD	0
Pouco	7,9	6,3	6,3	9	9,1
Algum	26,2	12,5	43.8A	22,4	40.9A
Muito	42,1	62,5	31,3	40,3	40,9
Sempre	11,9	18,8	18,8	7,5	9,1
Ns/Nr	1,6	0	0	1,5	0
média	3,379	3.938C	3.625C	3,076	3,5
desvio padrão	1,13	0,772	0,885	1,269	0,802

Ao analisar a importância e a utilidade da informação financeira, as principais diferenças verificam-se entre as perspectivas do gerente ou diretor financeiro e do TOC, com os TOC a

admitirem que as empresas consideram menos a importância e utilidade da informação financeira em termos gerais.

Tabela 47 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a importância e utilidade da informação financeira para a gestão interna

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Gestão interna					
P11_3_1	126	16	16	67	22
Nunca	12,7	0	6,3	20.9AD	4,5
Pouco	18,3	6,3	6,3	17,9	40.9ABC
Algum	12,7	25	18,8	9	9,1
Muito	32,5	50.0D	31,3	34,3	18,2
Sempre	20,6	18,8	37,5	14,9	22,7
Ns/Nr	3,2	0	0	3	4,5
média	3,311	3.813C	3.875C	3,046	3,143
desvio padrão	1,349	0,834	1,204	1,43	1,352

No que diz respeito à importância e à utilidade da informação financeira na gestão interna, verificam-se resultados bastante idênticos aos anteriores.

Tabela 48 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a importância e utilidade da informação financeira para as decisões de financiamento

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Decisões de financiamento					
P11_3_2	126	16	16	67	22
Nunca	16,7	0	6,3	28.4ABD	4,5
Pouco	18,3	12,5	12,5	13,4	40.9ABC
Algum	25,4	31.3D	25	32.8D	4,5
Muito	18,3	31,3	12,5	13,4	22,7
Sempre	15,1	6,3	37.5AC	7,5	27.3C
Ns/Nr	6,3	18,8	6,3	4,5	0
média	2,966	3.385C	3.667C	2,563	3.273C
desvio padrão	1,326	0,87	1,345	1,271	1,386

Também no que diz respeito à importância e à utilidade da informação financeira para as decisões de financiamento, a importância é significativamente menor na perspectiva dos TOC comparativamente à perspectiva dos restantes.

Tabela 49 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a importância e utilidade da informação financeira para fins fiscais

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Fins fiscais					
P11 3 3	126	16	16	67	22
Nunca	0,8	6,3	0	0	0
Pouco	7,1	0	37.5ACD	1,5	4,5
Algum	17,5	50.0BCD	12,5	13,4	13,6
Muito	30,2	18,8	18,8	40.3D	13,6
Sempre	38,9	18,8	25	40,3	63.6ABC
Ns/Nr	5,6	6,3	6,3	4,5	4,5
média	4,05	3,467	3,333	4.250AB	4.429AB
desvio padrão	0,99	1,06	1,291	0,756	0,926

Contudo, a importância da informação financeira para fins fiscais é significativamente maior na perspectiva dos TOC ou colaboradores do que na perspectiva dos cargos diretivos.

Tabela 50 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para o planeamento fiscal

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento Fiscal					
P11 4 1	126	16	16	67	22
Nunca	24,6	0	6,3	31.3AB	31.8AB
Pouco	11,1	6,3	31.3C	6	18,2
Algum	23,8	31,3	25	28.4D	9,1
Muito	22,2	25	12,5	23,9	22,7
Sempre	15,9	37.5C	25	7,5	18,2
Ns/Nr	2,4	0	0	3	0
média	2,935	3.938CD	3,188	2,692	2,773
desvio padrão	1,418	0,998	1,328	1,357	1,572

No que respeita à consulta dos serviços de contabilidade, verifica-se que, para o planeamento fiscal é dada maior importância aos serviços de contabilidade na perspectiva do gerente do que na perspectiva dos TOC ou colaboradores.

Tabela 51 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para o planeamento e gestão financeira

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento e Gestão Financeira					
P11 4 2	126	16	16	67	22
Nunca	16,7	6,3	0	29.9ABD	0
Pouco	19	6,3	31,3	13,4	40.9AC
Algum	24,6	31,3	25	26.9D	9,1
Muito	23	25	37,5	19,4	27,3
Sempre	12,7	18,8	0	9.0B	22.7B
Ns/Nr	4	12,5	6,3	1,5	0
média	2,959	3.500C	3,067	2,636	3.318C
desvio padrão	1,294	1,16	0,884	1,343	1,249

Observa-se também diferenças significativas entre a perspectiva do gerente ou colaboradores e os TOC relativamente à consulta dos serviços de contabilidade para planeamento e gestão financeira. É para os TOC, segmento que apresenta uma média significativamente mais baixa, segundo o teste do que os segmentos A e D, que os serviços de contabilidade são menos consultados para o planeamento e gestão financeira.

Tabela 52 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para obter esclarecimentos

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
Os serviços de contabilidade são consultados - Obter esclarecimentos					
P11 4 3	126	16	16	67	22
Nunca	0	0	0	0	0
Pouco	17,5	6,3	12,5	23.9A	13,6
Algum	22,2	12,5	37.5D	26.9D	9,1
Muito	32,5	50	37,5	29,9	27,3
Sempre	10,3	12,5	6,3	7,5	13,6
Ns/Nr	17,5	18,8	6,3	11,9	36.4BC
média	3,433	3.846C	3,4	3,237	3,643
desvio padrão	0,963	0,801	0,828	0,953	1,082

Para obtenção de esclarecimentos, existem também diferenças entre a perspectiva da gerência e dos TOC. Como na análise anterior, são os TOC quem mais consideram que os serviços de contabilidade são pouco consultados para obter esclarecimentos.

Tabela 53 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para preparar informação financeira

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
Os serviços de contabilidade são consultados - Preparar informação externa					
P11 4 4	126	16	16	67	22
Nunca	2,4	0	6,3	1,5	0
Pouco	8,7	12,5	12,5	9.0D	0
Algum	23	6,3	0	37.3ABD	13,6
Muito	35,7	37,5	37,5	34,3	40,9
Sempre	24,6	25	37,5	14,9	45.5C
Ns/Nr	5,6	18,8	6,3	3	0
média	3,756	3,923	3,933	3,538	4.318C
desvio padrão	1,025	1,038	1,28	0,92	0,716

No que respeita à consulta dos serviços contabilísticos para a preparação da informação externa, existem diferenças entre os colaboradores e as restantes, sendo os colaboradores que mais consideram que os serviços de contabilidade são sempre consultados para preparar informação externa. No entanto, embora as diferenças sejam basicamente entre o segmento D

e o C, são os TOC, mais uma vez, a considerarem que os serviços de contabilidade são pouco consultados para preparar informação externa.

Tabela 54 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a utilização da informação financeira como necessidade de gestão

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
A empresa encara a preparação da IF – Necessidade de gestão					
P11_5_2	126	16	16	67	22
Nunca	10,3	0	0	19.4ABD	0
Pouco	16,7	6,3	12,5	14,9	36.4A
Algum	12,7	12,5	12,5	14,9	4,5
Muito	31,7	37,5	31,3	37,3	18,2
Sempre	23	37.5C	43.8C	11,9	22,7
Ns/Nr	5,6	6,3	0	1,5	18.2BC
média	3,429	4.133CD	4.063C	3,076	3,333
desvio padrão	1,325	0,915	1,063	1,351	1,328

Já no que se refere à preparação da informação financeira, por necessidade de gestão, é mais acentuada na perspetiva dos gestores ou diretores financeiros do que na perspetiva dos demais, continuando os TOC a considerarem menos importante a utilização da informação financeira para responder a uma necessidade de gestão.

Tabela 55 - Cruzamento entre a função exercida na empresa e a possibilidade da empresa deixar de ter contabilidade organizada

	Total	P1			
% verticais		(A) Gerente/ Administrador	(B) Diretor Financeiro/ Controller/ Responsável pela área financeira	(C) TOC	(D) Colaborador da área administrativa e financeira
Total	126	16	16	67	22
A empresa admite deixar de ter contabilidade organizada					
P11_6	126	16	16	67	22
Nunca	56,3	50	68.8C	41,8	95.5ABC
Pouco	9,5	25.0D	12,5	9.0D	0
Algum	6,3	6,3	6,3	6	4,5
Muito	19,8	0	6,3	35.8ABD	0
Sempre	4	12,5	6,3	3	0
Ns/Nr	4	6,3	0	4,5	0
média	2,017	1.933D	1,688	2.469BD	1,091
desvio padrão	1,366	1,387	1,25	1,447	0,426

Embora, globalmente a possibilidade de a empresa deixar de ter contabilidade organizada seja pouca, verifica-se a existência de diferenças entre a perspetiva dos TOC e a dos colaboradores, sendo os TOC aqueles que mais consideram que a empresa admite “muito” deixar de ter contabilidade organizada, com 35,8% de respostas nesta opção.

Empresa tipo familiar

Procedeu-se também à avaliação da importância dada à informação financeira em empresas do tipo familiar *versus* as empresas que não são do tipo familiar.

Apresentam-se abaixo as diferenças mais relevantes.

Tabela 56 - Cruzamento entre o tipo de empresa e a importância e utilidade da informação financeira para a empresa

	Total	P5 1	
% verticais		(A)	(B)
		Empresa familiar	Empresa não familiar
Total	126	70	56
A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira			
P11 2 2	126	70	56
Nunca	10,3	14,3	5,4
Pouco	7,9	12,9B	1,8
Algun	26,2	24,3	28,6
Muito	42,1	35,7	50
Sempre	11,9	11,4	12,5
Ns/Nr	1,6	1,4	1,8
média	3,379	3,174	3.636A
desvio padrão	1,13	1,236	0,93

Genericamente, as empresas não familiares atribuem mais importância e utilidade à informação financeira do que as que são do tipo familiar. Quando se observa os resultados pela importância dirigida obtém-se diferenças na importância para a gestão interna.

Tabela 57 - Cruzamento entre o tipo de empresa e a importância e utilidade da informação financeira para a gestão interna

	Total	P5 1	
% verticais		(A)	(B)
		Empresa familiar	Empresa não familiar
Total	126	70	56
A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Gestão interna			
P11 3 1	126	70	56
Nunca	12,7	17,1	7,1
Pouco	18,3	21,4	14,3
Algum	12,7	14,3	10,7
Muito	32,5	27,1	39,3
Sempre	20,6	17,1	25
Ns/Nr	3,2	2,9	3,6
Média	3,311	3,059	3.630A
desvio padrão	1,349	1,392	1,233

Constata-se também que a importância da informação financeira para a gestão interna é maior nas empresas do tipo não familiar.

Tabela 58 - Cruzamento entre o tipo de empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para o planejamento da gestão financeira

	Total	P5 1	
% verticais		(A)	(B)
		Empresa familiar	Empresa não familiar
Total	126	70	56
Os serviços de contabilidade são consultados - Planejamento e Gestão Financeira			
P11 4 2	126	70	56
Nunca	16,7	21,4	10,7
Pouco	19	24,3	12,5
Algum	24,6	15,7	35.7A
Muito	23	25,7	19,6
Sempre	12,7	8,6	17,9
Ns/Nr	4	4,3	3,6
média	2,959	2,746	3.222A
desvio padrão	1,294	1,318	1,223

No que diz respeito à consulta dos serviços de contabilidade para o planejamento e gestão financeira, obtêm-se também diferenças, sendo que as empresas que não são do tipo familiar consultam mais os serviços de contabilidade para o planejamento e gestão financeira.

Tabela 59 - Cruzamento entre o tipo de empresa e a preparação da informação financeira como necessidade de gestão

	Total	P5 1	
% verticais		(A) Empresa familiar	(B) Empresa não familiar
Total	126	70	56
A empresa encara a preparação da IF – Necessidade de gestão			
P11_5_2	126	70	56
Nunca	10,3	14,3	5,4
Pouco	16,7	21,4	10,7
Algum	12,7	12,9	12,5
Muito	31,7	21,4	44,6A
Sempre	23	22,9	23,2
Ns/Nr	5,6	7,1	3,6
média	3,429	3,185	3,722A
desvio padrão	1,325	1,435	1,123

Também a preparação da informação financeira para a gestão da empresa é considerada mais relevante nas empresas que não são do tipo familiar.

Dimensão da empresa (contabilística)

No geral, não se verificaram grandes diferenças entre os três tipos de empresa considerados: micro entidade, pequena entidade e média entidade. No entanto, apresentam-se abaixo as que se destacam.

Tabela 60 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e o impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda

	Total	Dimensão da empresa (Normalização Contabilística)		
% Verticales		(A) Microentidade	(B) Pequena Entidade	(C) Média Entidade
Total	126	46	30	30
Impacto da mensuração dos AFT - Nos custos de produção e preços de venda				
P11_1_1	126	46	30	30
Nenhum	43,7	52,2 C	63,3C	26,7
Pouco	12,7	6,5	3,3	26,7AB
Algum	20,6	13	16,7	36,7A
Muito	9,5	6,5	13,3	6,7
Total	1,6	2,2	0	3,3
Ns/Nr	11,9	19,6BC	3,3	0
média	2,009	1,757	1,793	2,333A
desvio padrão	1,156	1,164	1,177	1,061

Nas médias entidades, o impacto da mensuração nos custos de produção e preços de venda é significativamente mais elevado do que nas micro e pequenas entidades.

Tabela 61 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e o impacto da mensuração dos AFT no investimento de substituição

	Total	Dimensão da empresa (Normalização Contabilística)		
% Verticais		(A) Microentidade	(B) Pequena Entidade	(C) Média Entidade
Total	126	46	30	30
Impacto da mensuração dos AFT - No investimento de substituição				
P11 1 2	126	46	30	30
Nenhum	27,8	23,9	46.7 A	23,3
Pouco	12,7	6,5	20	10
Algum	37,3	43.5B	20	46.7 B
Muito	9,5	4,3	10	16,7
Total	0,8	2,2	0	0
Ns/Nr	11,9	19.6 BC	3,3	3,3
média	2,351	2.432 B	1,931	2.586 B
desvio padrão	1,067	1,068	1,067	1,053

Quanto ao impacto da mensuração dos AFT no investimento de substituição, é nas pequenas entidades que o valor é mais baixo.

Tabela 62 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e o impacto da mensuração dos AFT no resultado contabilístico

	Total	Dimensão da empresa (Normalização Contabilística)		
% Verticais		(A) Microentidade	(B) Pequena Entidade	(C) Média Entidade
Total	126	46	30	30
Impacto da mensuração dos AFT - No resultado contabilístico				
P11 1 3	126	46	30	30
Nenhum	9,5	2,2	16.7A	13,3
Pouco	15,9	10,9	23,3	20
Algum	32,5	26,1	23,3	46,7
Muito	19,8	28.3C	13,3	10
Total	13,5	13	20	10
Ns/Nr	8,7	19.6BC	3,3	0
média	3,13	3.486C	2,966	2,833
desvio padrão	1,181	1,017	1,401	1,117

Já no que concerne ao impacto no resultado contabilístico, é nas micro entidades que se verifica o valor significativamente mais elevado.

Tabela 63 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal

	Total	Dimensão da empresa (Normalização Contabilística)		
% Verticais		(A) Microentidade	(B) Pequena Entidade	(C) Média Entidade
Total	126	46	30	30
Impacto da mensuração dos AFT - No resultado fiscal				
P11 1 7	126	46	30	30
Nenhum	8,7	0	16.7A	13.3A
Pouco	11,9	8,7	6,7	20
Algum	19,8	13	16,7	20
Muito	18,3	30.4B	3,3	13,3
Total	31,7	28,3	53.3A	33,3
Ns/Nr	9,5	19.6BC	3,3	0
média	3,579	3.973C	3,724	3,333
desvio padrão	1,343	0,986	1,601	1,47

Também o impacto no resultado fiscal é significativamente mais elevado nas micro entidades do que nas outras entidades consideradas.

Tabela 64 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e o impacto da mensuração dos AFT no custo de preparação da informação financeira

	Total	Dimensão da empresa (Normalização Contabilística)		
% Verticais		(A) Microentidade	(B) Pequena Entidade	(C) Média Entidade
Total	126	46	30	30
Impacto da mensuração dos AFT - No custo de preparação da informação financeira				
P11 1 8	126	46	30	30
Nenhum	33,3	17,4	43.3A	53.3A
Pouco	28,6	37	26,7	30
Algum	12,7	6,5	13,3	13,3
Muito	11,1	10,9	13,3	3,3
Total	3,2	6,5	0	0
Ns/Nr	11,1	21.7BC	3,3	0
média	2,125	2.389C	1,966	1,667
desvio padrão	1,156	1,225	1,085	0,844

A tendência é a mesma quanto ao impacto da mensuração dos AFT no custo de preparação da informação financeira, sendo mais elevado nas micro empresas do que nas médias entidades.

Tabela 65 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para o planeamento e gestão financeira

	Total	Dimensão da empresa (Normalização Contabilística)		
% Verticais		(A) Microentidade	(B) Pequena Entidade	(C) Média Entidade
Total	126	46	30	30
Os serviços de contabilidade são consultados – Planeamento e Gestão Financeira				
P11_4_2	126	46	30	30
Nunca	16,7	17,4	26,7	13,3
Pouco	19	8,7	16,7	40.0AB
Algum	24,6	30,4	23,3	23,3
Muito	23	21,7	23,3	20
Sempre	12,7	19.6C	6,7	3,3
Ns/Nr	4	2,2	3,3	0
média	2,959	3.178C	2,655	2,6
desvio padrão	1,294	1,353	1,317	1,07

No que respeita à consulta dos serviços de contabilidade, verifica-se que o planeamento e gestão financeira têm mais importância na consulta dos serviços de contabilidade nas micro entidades do que nas pequenas e médias empresas.

Tabela 66 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e a consulta dos serviços de contabilidade para preparar informação externa

	Total	Dimensão da empresa (Normalização Contabilística)		
% Verticais		(A) Microentidade	(B) Pequena Entidade	(C) Média Entidade
Total	126	46	30	30
Os serviços de contabilidade são consultados – Preparar informação externa				
P11_4_4	126	46	30	30
Nunca	2,4	0	3,3	3,3
Pouco	8,7	8,7	13,3	3,3
Algum	23	37.0C	20	10
Muito	35,7	37	33,3	33,3
Sempre	24,6	10,9	26,7	50.0A
Ns/Nr	5,6	6,5	3,3	0
média	3,756	3,535	3,69	4.233AB
desvio padrão	1,025	0,827	1,137	1,006

Já para a preparação de informação externa, os serviços de contabilidade são significativamente mais utilizados nas médias empresas do que nas micro e pequenas entidades.

Tabela 67 - Cruzamento entre a dimensão da empresa e a possibilidade da empresa deixar de ter contabilidade organizada

	Total	Dimensão da empresa (Normalização Contabilística)		
% Verticais		(A) Microentidade	(B) Pequena Entidade	(C) Média Entidade
Total	126	46	30	30
A empresa admite deixar de ter contabilidade organizada				
P11 6	126	46	30	30
Nunca	56,3	37	66,7A	73,3A
Pouco	9,5	17,4C	6,7	0
Algum	6,3	6,5	3,3	10
Muito	19,8	34,8C	23,3	6,7
Sempre	4	2,2	0	3,3
Ns/Nr	4	2,2	0	6,7
média	2,017	2,467BC	1,833	1,571
desvio padrão	1,366	1,375	1,289	1,168

Quanto à possibilidade de a empresa deixar de ter contabilidade organizada, é nas micro entidades que se verifica uma maior intenção em deixar de ter aquela forma de contabilidade.

Norma Contabilística

A importância dada pela empresa à Informação Financeira apresenta também algumas diferenças significativas relativamente à norma contabilística utilizada. Os resultados estão descritos a seguir:

Tabela 68 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Total	126	74	27	24
Impacto da mensuração dos AFT - Nos custos de produção e preços de venda				
P11 1 1	126	74	27	24
Nenhum	43,7	29,7	59,3A	66,7A
Pouco	12,7	17,6C	7,4	4,2
Algum	20,6	28,4BC	11,1	8,3
Muito	9,5	10,8C	14,8C	0
Total	1,6	1,4	0	4,2
Ns/Nr	11,9	12,2	7,4	16,7
Média	2,009	2,277C	1,8	1,45
desvio padrão	1,156	1,111	1,19	1,05

O impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda não é muito relevante, sendo que 43,7% não atribuem nenhuma relevância. No entanto, o impacto revela-se maior nas empresas que aplicaram a norma SNC relativamente às demais, já que 28%

destas afirmam que a mensuração dos AFT tem algum impacto nos custos de produção e preços de venda.

Tabela 69 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT no investimento de substituição

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Impacto da mensuração dos AFT - No investimento de substituição				
P11_1_2	126	74	27	24
Nenhum	27,8	21,6	37	33,3
Pouco	12,7	13.5C	22.2C	0
Algum	37,3	37,8	29,6	45,8
Muito	9,5	14.9BC	3,7	0
Total	0,8	0	0	4,2
Ns/Nr	11,9	12,2	7,4	16,7
média	2,351	2.523B	2	2,3
desvio padrão	1,067	1,047	0,957	1,174

Relativamente ao impacto da mensuração dos AFT no investimento de substituição, verifica-se que 37% das empresas consideram ter algum impacto. O grau de impacto é mais elevado nas empresas que aplicaram a norma SNC, sendo especialmente notório nas que dizem ter muito impacto comparativamente às que não aplicaram esta norma.

Tabela 70 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT no resultado contabilístico

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Impacto da mensuração dos AFT - No resultado contabilístico				
P11_1_3	126	74	27	24
Nenhum	9,5	10,8	7,4	4,2
Pouco	15,9	8,1	29.6A	25
Algum	32,5	40.5C	29,6	12,5
Muito	19,8	14,9	18,5	37.5A
Total	13,5	17.6C	11,1	4,2
Ns/Nr	8,7	8,1	3,7	16,7
Média	3,13	3,221	2,962	3,15
desvio padrão	1,181	1,208	1,148	1,089

Embora os valores médios não apresentem diferenças estatisticamente significativas, observou-se que as empresas que utilizaram a norma NCRF-PE consideram que o impacto da

mensuração dos AFT no resultado contabilístico é menor do que nas empresas que aplicam a norma NCM.

Tabela 71 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT na robustez do balanço

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Impacto da mensuração dos AFT - Na robustez do balanço				
P11 1 4	126	74	27	24
Nenhum	7,1	8,1	3,7	4,2
Pouco	19,8	10,8	37,0A	29,2
Algum	41,3	47,3	29,6	37,5
Muito	12,7	13,5	14,8	8,3
Total	7,9	8,1	11,1	4,2
Ns/Nr	11,1	12,2	3,7	16,7
Média	2,938	3,031	2,923	2,75
desvio padrão	1,025	1,015	1,093	0,91

Quanto ao impacto da mensuração na robustez do balanço, não existindo globalmente diferenças significativas, verifica-se que são as empresas que utilizam a norma NCRF-PE que mais referem pouco impacto. Em termos médios, regista-se um menor impacto para as empresas que utilizam a NCM e um impacto maior para as empresas que aplicam o SNC.

Tabela 72 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT para os rácios de endividamento

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Impacto da mensuração dos AFT - Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira				
P11 1 5	126	74	27	24
Nenhum	9,5	9,5	7,4	8,3
Pouco	11,1	17,6BC	3,7	0
Algum	44,4	35,1	55,6	62,5A
Muito	15,9	18,9	14,8	8,3
Total	7,9	8,1	11,1	4,2
Ns/Nr	11,1	10,8	7,4	16,7
média	3,018	2,985	3,2	3
desvio padrão	1,048	1,102	1	0,858

Este item revela alguma tendência de inversão relativamente aos anteriores. O valor médio já ronda o algum, sendo as empresas que aplicaram a norma NCM a considerarem que o

impacto da mensuração nos AFT para os rácios de endividamento é algum. Contrariamente, é nas empresas que aplicaram a norma SNC que se verificam valores diferentes quanto ao pouco impacto.

Tabela 73 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT na sinalização da imagem para exterior

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Impacto da mensuração dos AFT - Na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores				
P11_1_6	126	74	27	24
Nenhum	10,3	10,8	7,4	8,3
Pouco	7,1	10.8C	3,7	0
Algum	41,3	29,7	55.6A	62.5A
Muito	20,6	27.0C	14,8	8,3
Total	9,5	10,8	11,1	4,2
Ns/Nr	11,1	10,8	7,4	16,7
média	3,134	3,182	3,2	3
desvio padrão	1,095	1,176	1	0,858

Verifica-se também que, no impacto da mensuração na sinalização da imagem para exterior, as diferenças são em maior escala entre as empresas que aplicaram a norma SNC e as que aplicaram a norma NCM.

Tabela 74 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Impacto da mensuração dos AFT - No resultado fiscal				
P11_1_7	126	74	27	24
Nenhum	8,7	12.2C	3,7	0
Pouco	11,9	13,5	11,1	8,3
Algum	19,8	27.0C	18.5C	0
Muito	18,3	13,5	7,4	45.8AB
Total	31,7	24,3	55.6AC	29,2
Ns/Nr	9,5	9,5	3,7	16,7
média	3,579	3,269	4.038A	4.150A
desvio padrão	1,343	1,366	1,28	0,875

Relativamente ao impacto no resultado fiscal, são as empresas que aplicaram a norma NCM que consideram existir um maior impacto.

Tabela 75 - Cruzamento entre a norma contabilista aplicada em 2010 e o impacto da mensuração dos AFT no custo de preparação da informação financeira

	Total	Norma contabilística 2010		
% verticais		(A) SNC	(B) NCRF-PE	(C) NCM
Impacto da mensuração dos AFT - No custo de preparação da informação financeira				
P11_1_8	126	74	27	24
Nenhum	33,3	40.5C	29,6	12,5
Pouco	28,6	16,2	40.7A	54.2A
Algum	12,7	17.6C	7,4	4,2
Muito	11,1	12,2	11,1	8,3
Total	3,2	1,4	7,4	4,2
Ns/Nr	11,1	12,2	3,7	16,7
média	2,125	2,062	2,231	2,25
desvio padrão	1,156	1,171	1,243	1,02

O impacto no custo de preparação da informação financeira é considerado bastante baixo pelas empresas, sendo notoriamente considerado mais baixo nas empresas que aplicaram a norma SNC.

Serviços de contabilidade

Também com o objetivo de se perceber se existem diferenças entre as empresas que têm serviços de contabilidade interna e as que têm esses serviços externamente, analisou-se o cruzamento entre estas duas dimensões e aplicou-se também o teste *t*.

Os fatores que se revelam significativamente relevantes são os que se apresentam:

Tabela 76 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
Impacto da mensuração dos AFT - Nos custos de produção e preços de venda			
P11_1_1	126	70	54
Nenhum	43,7	32,9	55.6A
Pouco	12,7	20.0B	3,7
Algum	20,6	21,4	20,4
Muito	9,5	11,4	7,4
Total	1,6	2,9	0
Ns/Nr	11,9	11,4	13
média	2,009	2.226B	1,766
desvio padrão	1,156	1,179	1,088

O impacto na mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda é considerado maior nas empresas que têm contabilidade interna do que nas que têm contabilidade externa.

Tabela 77 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto da mensuração dos AFT na robustez do balanço

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
Impacto da mensuração dos AFT - Na robustez do balanço			
P11_1_4	126	70	54
Nenhum	7,1	5,7	7,4
Pouco	19,8	14,3	25,9
Algum	41,3	35,7	50
Muito	12,7	20,0B	3,7
Total	7,9	12,9B	1,9
Ns/Nr	11,1	11,4	11,1
média	2,938	3.226B	2,625
desvio padrão	1,025	1,093	0,789

Igualmente o impacto da mensuração dos AFT na robustez do balanço é maior nas empresas com serviço de contabilidade interna.

Tabela 78 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
Impacto da mensuração dos AFT - No resultado fiscal			
P11_1_7	126	70	54
Nenhum	8,7	10	5,6
Pouco	11,9	15,7	5,6
Algum	19,8	25,7	13
Muito	18,3	14,3	24,1
Total	31,7	25,7	40,7
Ns/Nr	9,5	8,6	11,1
média	3,579	3,328	4.000A
desvio padrão	1,343	1,346	1,203

No âmbito do resultado fiscal, constatamos que o impacto é maior nas empresas com contabilidade externa, contrariando a tendência que se havia registado anteriormente.

Tabela 79 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a importância e utilidade dada pela empresa à informação financeira

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticais		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira			
P11_2_2	126	70	54
Nunca	10,3	0	24.1A
Pouco	7,9	11,4	3,7
Algum	26,2	31,4	20,4
Muito	42,1	40	44,4
Sempre	11,9	15,7	5,6
Ns/Nr	1,6	1,4	1,9
média	3,379	3.609B	3,038
desvio padrão	1,13	0,895	1,315

Relativamente à importância e utilidade da informação financeira, esta é considerada maior nas empresas com contabilidade interna.

Tabela 80 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a importância e utilidade dada pela empresa à informação financeira para a gestão interna

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticais		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Gestão interna			
P11_3_1	126	70	54
Nunca	12,7	4,3	24.1A
Pouco	18,3	20	16,7
Algum	12,7	12,9	13
Muito	32,5	31,4	35,2
Sempre	20,6	28.6B	7,4
Ns/Nr	3,2	2,9	3,7
média	3,311	3.618B	2,846
desvio padrão	1,349	1,234	1,363

A conclusão anteriormente apontada é igualmente visível quando observamos a importância e utilidade da informação financeira para a gestão interna, a qual é maior nas empresas com contabilidade interna.

Tabela 81 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a importância e utilidade dada pela empresa à informação financeira para as decisões de financiamento

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Decisões de financiamento			
P11 3 2	126	70	54
Nunca	16,7	8,6	27.8A
Pouco	18,3	21,4	14,8
Algum	25,4	15,7	38.9A
Muito	18,3	28.6B	5,6
Sempre	15,1	20.0B	5,6
Ns/Nr	6,3	5,7	7,4
média	2,966	3.318B	2,42
desvio padrão	1,326	1,291	1,162

Averiguou-se ainda, quanto à importância da informação financeira nas decisões de financiamento, diferenças significativas entre as empresas que têm contabilidade interna *versus* as que não têm, com maior importância para as empresas que têm contabilidade interna.

Tabela 82 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a importância e utilidade dada pela empresa à informação financeira para o planejamento fiscal

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
Os serviços de contabilidade são consultados – Planejamento Fiscal			
P11 4 1	126	70	54
Nunca	24,6	15,7	35.2 A
Pouco	11,1	15,7	5,6
Algum	23,8	15,7	35.2 A
Muito	22,2	31.4 B	11,1
Sempre	15,9	18,6	11,1
Ns/Nr	2,4	2,9	1,9
média	2,935	3.221 B	2,566
desvio padrão	1,418	1,37	1,38

No que respeita à consulta dos serviços de contabilidade, é nas empresas que têm serviço de contabilidade interna que os serviços de contabilidade são consultados mais vezes para planejamento fiscal.

Tabela 83 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a sua consulta para o planeamento e gestão financeira

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
Os serviços de contabilidade são consultados – Planeamento e Gestão Financeira			
P11_4_2	126	70	54
Nunca	16,7	8,6	27.8A
Pouco	19	17,1	22,2
Algum	24,6	22,9	27,8
Muito	23	32.9B	11,1
Sempre	12,7	14,3	7,4
Ns/Nr	4	4,3	3,7
média	2,959	3.284B	2,462
desvio padrão	1,294	1,191	1,244

Verifica-se igualmente que as empresas com contabilidade interna consultam mais os serviços de contabilidade para a planeamento e gestão financeira.

Tabela 84 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a sua consulta para obter esclarecimentos

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
Os serviços de contabilidade são consultados – Obter esclarecimentos			
P11_4_3	126	70	54
Nunca	0	0	0
Pouco	17,5	8,6	29.6A
Algum	22,2	14,3	33.3A
Muito	32,5	42.9B	20,4
Sempre	10,3	14.3B	1,9
Ns/Nr	17,5	20	14,8
média	3,433	3.786B	2,935
desvio padrão	0,963	0,868	0,827

Relativamente à consulta dos serviços de contabilidade para obter esclarecimentos, também as empresas com contabilidade interna utilizam-nos mais para aquele efeito do que as empresas com contabilidade externa.

Tabela 85 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a sua consulta para a preparação de informação externa

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
Os serviços de contabilidade são consultados – Preparar informação externa			
P11 4 4	126	70	54
Nunca	2,4	1,4	1,9
Pouco	8,7	10	7,4
Algum	23	7,1	44,4A
Muito	35,7	44,3B	25,9
Sempre	24,6	31,4B	14,8
Ns/Nr	5,6	5,7	5,6
média	3,756	4,000B	3,471
desvio padrão	1,025	0,992	0,924

Ainda no que respeita à preparação de informação externa, as empresas com contabilidade interna utilizam mais os serviços para preparar essa informação externa do que as empresas com contabilidade externa.

Em suma, os serviços de contabilidade são mais utilizados para consultas nas empresas que contam com esses serviços internamente.

Tabela 86 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a utilização da informação financeira como necessidade de gestão

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
A empresa encara a preparação da IF – Necessidade de gestão			
P11 5 2	126	70	54
Nunca	10,3	0	24,1A
Pouco	16,7	18,6	14,8
Algum	12,7	14,3	11,1
Muito	31,7	28,6	37
Sempre	23	31,4B	9,3
Ns/Nr	5,6	7,1	3,7
média	3,429	3,785B	2,923
desvio padrão	1,325	1,125	1,398

A utilização da informação financeira como necessidade de gestão é mais relevante nas empresas que têm serviço de contabilidade interna do que nas empresas que têm este serviço externo.

Tabela 87 - Cruzamento entre os serviços de contabilidade e a possibilidade de a empresa deixar de ter contabilidade organizada

	Total	Serviço de Contabilidade	
% Verticales		(A) Interna	(B) Externa
Total	126	70	54
A empresa admite deixar de ter contabilidade organizada			
P11_6	126	70	54
Nunca	56,3	75,7B	31,5
Pouco	9,5	7,1	13
Algum	6,3	8,6	3,7
Muito	19,8	0	46,3A
Sempre	4	4,3	1,9
Ns/Nr	4	4,3	3,7
média	2,017	1,433	2,731A
desvio padrão	1,366	0,988	1,402

Por último, verifica-se que é nas empresas que têm contabilidade externa que a opinião do respondente admite mais a hipótese de deixarem de ter contabilidade organizada.

Análise de diferenças entre os aspetos que têm impacto na mensuração dos AFT

Para analisar eventuais diferenças entre a importância e o impacto da mensuração dos ativos fixos tangíveis, utilizou-se também o procedimento *One-Sample T-Test* em SPSS, anteriormente explicado.

Impacto da Mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda

Na análise da importância do impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda com os demais, e aplicando o teste estatístico *T-Test*, obtiveram-se os seguintes resultados:

Tabela 88 - One-Sample T-Test - custos de produção e preços de venda

	Test Value = 0					
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
					Lower	Upper
11.b) No investimento de substituição	-3,301	108	,001	-,303	-,485	-,121
11.c) No resultado contabilístico	-8,183	109	,000	-1,064	-1,321	-,806
11.d) Na robustez do balanço	-7,696	109	,000	-,891	-1,120	-,662
11.e) Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira	-8,081	108	,000	-,991	-1,234	-,748
11.f) Na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores	-8,98	109	,000	-1,100	-1,343	-,857
11.g) No resultado fiscal	-10,138	109	,000	-1,536	-1,837	-1,236
11.h) No custo de preparação da informação financeira	-0,540	109	0,59	-,064	-,297	,170

O impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda é menor do que nos restantes factores, pois o valor da diferença é negativo.

Apenas o último fator não apresenta valor significativamente diferente.

Para todos os outros, o valor de significância do teste é inferior a 0,05, o que conduz a uma rejeição da hipótese nula, ou seja, o impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda é significativamente inferior aos itens b), c), d), e), f) e g).

Impacto da Mensuração dos AFT no investimento de substituição

Para verificar as diferenças existentes entre o impacto que tem a mensuração dos AFT no investimento de substituição, observe-se a tabela seguinte:

Tabela 89 - One-Sample T-Test - investimento de substituição

	Test Value = 0					
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
					Lower	Upper
11.c) No resultado contabilístico	-7,169	109	,000	-,773	-,986	-,559
11.d) Na robustez do balanço	-5,892	109	,000	-,591	-,790	-,392
11.e) Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira	-5,913	108	,000	-,688	-,919	-,457
11.f) Na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores	-7,067	109	,000	-,791	-1,013	-,569
11.g) No resultado fiscal	-8,077	109	,000	-1,218	-1,517	-,919
11.h) No custo de preparação da informação financeira	1,919	109	,058	,2364	-,008	,4805

Este fator também tem menos importância do que os restantes, à exceção do último, para o qual não se tem evidência estatística para rejeitar a hipótese nula.

Impacto da Mensuração dos AFT no resultado contabilístico

Os resultados da aplicação do teste t são os seguintes:

Tabela 90 - One-Sample T-Test - resultado contabilístico

	Test Value = 0					
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
					Lower	Upper
11.d) Na robustez do balanço	1,942	111	,055	,1607	-,003	,3247
11.e) Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira	,923	109	,358	,0818	-,094	,2576
11.f) Na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores	-,286	111	,775	-,027	-,212	,1587
11.g) No resultado fiscal	-3,376	113	,001	-,447	-,710	-,1848
11.h) No custo de preparação da informação financeira	8,158	111	,000	,9732	,7368	1,2096

Mediante estes valores, tem-se indicação de que o impacto da mensuração dos AFT é significativamente mais baixo no resultado contabilístico do que no resultado fiscal, e mais elevado quando comparado com o custo de preparação da informação financeira.

Impacto da Mensuração dos AFT na robustez do balanço

Para o item robustez do balanço, foram encontrados os seguintes resultados:

Tabela 91 - One-Sample T-Test - robustez do balanço

	Test Value = 0					
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
					Lower	Upper
11.e) Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira	-1,448	109	,150	-,082	-,194	,0301
11.f) Na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores	-3,168	110	,002	-,207	-,337	-,0776
11.g) No resultado fiscal	-4,702	111	,000	-,634	-,901	-,3668
11.h) No custo de preparação da informação financeira	7,420	111	,000	,8125	,5955	1,0295

A robustez do balanço revela-se menos importante do que a sinalização da imagem e do que o resultado fiscal, e mais importante do que o custo de preparação da informação financeira.

Impacto da Mensuração dos AFT nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira

Tabela 92 - One-Sample T-Test - rácios de endividamento

	Test Value = 0					
	T	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
					Lower	Upper
11.f) Na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores	-2,254	109	,026	-,127	-,239	-,015
11.g) No resultado fiscal	-4,833	109	,000	-,564	-,795	-,333
11.h) No custo de preparação da informação financeira	8,153	109	,000	,9091	,6881	1,1301

O impacto da mensuração dos AFT nos rácios de endividamento mostra-se significativamente menor do que o impacto no resultado fiscal, e maior do que o impacto no custo de preparação da informação financeira.

Impacto da Mensuração dos AFT na sinalização da imagem para exterior

Tabela 93 - One-Sample T-Test - sinalização da imagem para exterior

	Test Value = 0					
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
					Lower	Upper
11.g) No resultado fiscal	-3,383	111	,001	-,420	-,665	-,1738
11.h) No custo de preparação da informação financeira	9,177	110	,000	1,027	,8052	1,2488

Verifica-se que o impacto da mensuração dos AFT na sinalização da imagem, é menor do que no resultado fiscal, mas maior do que no custo de preparação da informação financeira.

Impacto da Mensuração dos AFT no resultado fiscal

Tabela 94 - One-Sample T-Test - resultado fiscal

	Test Value = 0					
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
					Lower	Upper
11.h) No custo de preparação da informação financeira	9,857	111	,000	1,4464	1,1557	1,7372

Por último, verifica-se a existência de diferenças significativas entre o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal e o impacto no custo de preparação da informação financeira.

3.2.3. Discussão dos Resultados

Com base nas análises precedentes, parte-se de seguida para a discussão dos resultados, seguindo-se o modelo de investigação e as hipóteses desenvolvidas.

- **Hipótese 1:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está relacionada com um conjunto de características da empresa.

Um dos principais resultados deste inquérito é que, com exceção de duas empresas, as demais utilizam o modelo do custo na mensuração dos seus AFT. Contudo, mesmo estas duas empresas que utilizam o modelo da revalorização não o utilizam para a totalidade dos seus AFT. Apesar de nos seus AFT constarem Terrenos, Edifícios, Equipamentos Básicos, Equipamentos de Transportes e Equipamentos Administrativos, uma das empresas só utiliza o modelo da revalorização nos Terrenos e a outra nos Terrenos e nos Edifícios.

Conquanto os resultados obtidos não permitam, por não terem um base mínima de empresas que utilizem o modelo da revalorização, comprovar estatisticamente a hipótese 1, em cada uma das sub-hipóteses, além de se ter analisado as características das empresas, também se avaliou a opinião dos respondentes no que diz respeito a cada fator pelo impacto considerado na mensuração dos AFT.

Cumulativamente, analisou-se em termos qualitativos a situação das duas empresas que optaram pelo modelo da revalorização, em cada fator que se pressupôs influenciar a mensuração dos AFT.

- **Hipótese 1a:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está inversa e negativamente relacionada com o grau de concentração da estrutura proprietária/gestão da empresa.

A revisão da bibliografia sugere que, quando a estrutura proprietária é concentrada, a influência no relato financeiro é maior por parte dos proprietários (Astami e Tower, 2006), que tendem a adotar políticas contabilísticas mais conservadoras (Ball *et al.*, 2000). Não sendo o justo valor um critério que se possa enquadrar no princípio da prudência, não se pode considerar que seja um critério conservador (Demaria e Dufour, 2007), estando as políticas conservadoras, no que respeita aos ativos, associadas ao custo histórico (Basu, 1997).

Os resultados apurados sustentam a tese de que as PME são maioritariamente de propriedade familiar (gráfico 5), com o capital concentrado num número reduzido de sócios/accionistas (gráfico 6), conforme identificado por Lopes e Rodrigues (2007). Verifica-se, ainda, a existência de uma clara relação de dependência entre a propriedade e a gestão, com o proprietário a acumular a função de gerente na maioria das empresas (gráfico 7), situação também identificada por Ang (1991), Fama e Jensen (1983), Lopes e Rodrigues (2007) e Pettit e Singer (1985).

Neste contexto, com estas características, teoricamente existirá um maior estímulo para a adoção do modelo do custo.

Contudo, ao pedido para os respondentes avaliarem o impacto da perspectiva dos proprietários/gestores na mensuração dos AFT, as respostas obtidas revelam que, genericamente, o impacto é reduzido ou inexistente, apurando-se unicamente diferenças significativas entre as empresas que aplicaram o SNC e as empresas que aplicaram a NCM, com as primeiras a registarem um maior impacto deste fator (Tabela 19).

Os resultados indicam ainda que, no conjunto dos fatores que se pressupôs influenciarem a mensuração dos AFT, o impacto da perspectiva dos proprietários/gestores só é significativamente diferente e superior ao impacto das revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização (Tabela 30).

Considerando unicamente as duas empresas que optaram por mensurar os AFT pelo modelo da revalorização, embora ambas as empresas tenham 4 sócios, o capital está concentrado numa única pessoa, sendo contudo, a gerência exercida numa empresa por dois sócios e na outra por dois sócios e um gerente não sócio. Todavia, o facto de a estrutura proprietária/gestão ser concentrada, principalmente, numa das empresas, não inibiu a opção pelo modelo da revalorização.

Perante os resultados apurados, apesar de não ser possível comprovar estatisticamente que na mensuração dos ATF a opção pelo modelo da revalorização está inversa e negativamente relacionada com o grau de concentração da estrutura proprietária/gestão da empresa, constatou-se que as características das empresas da amostra, em termos gerais, estão teoricamente mais relacionadas com a adoção do modelo do custo do que com a opção do modelo da revalorização.

Verifica-se, contudo, que, na opinião dos respondentes, a perspectiva dos proprietários/gestores tem pouco ou nenhum impacto na mensuração dos AFT.

- **Hipótese 1b:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com o nível dos resultados da empresa.

Astami e Tower (2006) consideram o custo histórico como um método que aumenta os resultados, e o justo valor como um método que diminui os resultados. Assim, na hipótese da empresa apresentar um nível de resultados baixo e pretender apresentar um nível de resultados mais elevado, a opção tenderá a recair na mensuração dos AFT pelo modelo do custo, pois o valor das depreciações será inferior ao apurado pelo modelo da revalorização.

Os resultados obtidos mostram que as empresas apresentam um nível médio de resultado líquido baixo, com uma elevada percentagem de empresas a reportarem resultados negativos e a apresentarem uma diminuição sucessiva dos resultados nos anos em análise.

Neste contexto, verificando-se um nível baixo de resultados e um decréscimo sucessivo dos mesmos, é teoricamente expectável que, na mensuração dos AFT, não se opte pelo modelo da revalorização, dado que essa opção irá contribuir, através do aumento do valor das depreciações, para um maior decréscimo dos resultados.

Na opinião dos respondentes, o nível dos resultados e a implicação do modelo de mensuração no valor das depreciações tem algum impacto na mensuração dos AFT. Nesta avaliação, são os colaboradores da área administrativa e financeira a considerarem um maior impacto (Tabela 13). Foi também nas empresas que aplicaram o SNC que esse impacto foi considerado maior (Tabela 20).

No conjunto dos fatores que se pressupôs influenciarem a mensuração dos AFT, observou-se que o impacto do nível dos resultados e implicação do modelo de mensuração no valor das depreciações é significativamente diferente e superior ao impacto da perspectiva dos proprietários/gestores, do tipo e necessidade de financiamento, das revalorizações já efetuadas, dos recursos afetos à preparação da informação financeira e do custo com as avaliações para determinar o justo valor (Tabelas 30 e 31).

Considerando unicamente as duas empresas que aplicaram o modelo da revalorização, verificam-se que, apesar de os resultados serem negativos nos anos em análise, em ambas as empresas esse facto não impediu a adoção do modelo da revalorização. Todavia, uma das empresas só optou pelo modelo da revalorização na mensuração dos terrenos, item que não é sujeito a depreciação, logo não influenciou o resultado.

Perante os resultados apurados, e ainda que não tivesse sido possível comprovar que, na mensuração dos AFT, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com o nível dos resultados da empresa, os baixos resultados apresentados pelas empresas em análise são teoricamente propícios a que a opção recaia no modelo do custo em detrimento do modelo da revalorização. Constatando-se ainda que, na opinião dos respondentes, este aspeto exerceu alguma influência.

Contudo, não se pode deixar de comentar que a aplicação do modelo da revalorização no item Terrenos e Recursos Naturais não exerce qualquer influência no nível dos resultados, porquanto não estão sujeitos a depreciações.

- **Hipótese 1c:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com o nível de endividamento e necessidades de financiamento.

A revisão da bibliografia sugere que as empresas com maior necessidade de financiamento serão levadas a seguir políticas contabilísticas mais direccionadas para o aumento do resultado e da robustez financeira (DeFond e Jambalvo, 1994; Demaria e Dufour, 2007; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1990).

Como forma de melhorar a sua imagem e a robustez financeira, as empresas podem ser conduzidas a procederem à revalorização dos seus AFT (Barlev *et al.*, 2007) e a utilizarem o justo valor como critério de mensuração dos seus AFT (Astami e Tower, 2006; Demaria e Dufour, 2007; Guerreiro, Rodrigues e Craig, 2005; Lopes e Rodrigues, 2007; Watts e Zimmerman, 1990). De igual modo, a manutenção de um rácio de endividamento baixo, ou um rácio de autonomia financeira mais alto, constituem motivos para optar pelo modelo da revalorização (Easton, Eddey e Harris, 1993; Missionier-Piera, 2004).

Os resultados obtidos permitem constatar que as PME em análise financiam-se maioritariamente com capitais alheios, surgindo o financiamento bancário como a mais atraente fonte de financiamento externa.

As empresas da amostra apresentam um nível médio de autonomia financeira e de solvabilidade baixo, e um nível médio de endividamento alto. Verificou-se, ainda, para uma grande percentagem de empresas, um agravamento da situação financeira nos anos em análise.

Os resultados apurados indicam ainda que 65% das empresas contraíram empréstimos nos anos de 2008 a 2011 e que a possibilidade de virem a constituir novos empréstimos é grande, com 27% das empresas a assumir a possibilidade de virem a necessitar de novos empréstimos, e 32% a admitirem que não sabem se vão necessitar de novos empréstimos.

Estes resultados, teoricamente, conduziriam as empresas a optarem pelo modelo da revalorização, como forma de aumentar a sua robustez financeira e incrementar hipótese de obterem financiamento em melhores condições.

Contudo, na opinião dos respondentes, nem a estrutura do capital, nem o tipo e necessidades de financiamento têm grande impacto na mensuração dos AFT.

No que respeita ao impacto da estrutura do capital, e do tipo e necessidades de financiamento na mensuração dos AFT, foi na perspectiva de quem não exerce funções de chefia que o impacto foi considerado mais relevante (Tabelas 14 e 15). Tendo sido também nas empresas que utilizam o SNC que o impacto de ambos os fatores foi considerado maior (Tabelas 21 e 22).

No conjunto dos fatores que se pressupôs influenciarem a mensuração dos AFT, observou-se que o impacto da estrutura do capital foi significativamente diferente e superior ao impacto das revalorizações já efectuadas e do custo com as avaliações para determinar o justo valor (Tabela 32). Constatou-se ainda que o impacto do tipo e necessidades de financiamento foi significativamente diferente e superior ao impacto da perspectiva dos proprietários/gestores, das revalorizações já efectuadas, dos recursos afetos à preparação da informação financeira e do custo com as avaliações para determinar o justo valor (Tabelas 30 e 33).

Considerando unicamente as duas empresas que optaram pelo modelo da revalorização, verificaram-se níveis de autonomia financeira a rondar os 50% e níveis de solvabilidade próximos de 100%. Estes valores, naturalmente, foram influenciados pelo valor do excedente de revalorização.

Ambas as empresas indicaram que constituíram novos empréstimos nos anos de 2008 a 2011, e que a possibilidade de virem a constituir novos empréstimos é elevada.

Os resultados apurados indicam que, apesar de o modelo da revalorização contribuir para a melhoria de alguns indicadores de cariz financeira, como se comprova pela análise das duas empresas que optaram pelo modelo da revalorização, e embora as empresas apresentem situações financeiras desfavoráveis, a opção não recai no modelo da revalorização, não se comprovando assim a hipótese em estudo.

Pode concluir-se ainda que, na opinião dos respondentes, nem a estrutura do capital, nem o tipo e necessidades de financiamento têm grande impacto na mensuração dos AFT.

- **Hipótese 1d:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com o nível e composição dos AFT existentes na empresa, cujo valor escriturado difira materialmente do justo valor, principalmente terrenos e edifícios.

A revisão da bibliografia sugere que, quanto maior for o volume de ativos fixos da empresa maior será o impacto na política de revalorização e o consequente incentivo a optar pelo modelo da revalorização (Barlev *et al.*, 2007). No entanto, a opção pelo modelo da revalorização recai principalmente sobre os terrenos e os edifícios (Comissão Europeia, 2007; Demaria e Dufour, 2007; KPMG, 2006 e Tarca, 2005).

Os resultados apurados indicam que, na composição do AFT, as PME têm maioritariamente equipamento básico e equipamento administrativo. Contudo, 41 das 126 empresas possuem terrenos, e 65 das 126 empresas detêm edifícios e outras construções.

No que respeita à possibilidade de o valor escriturado de cada item diferir materialmente do justo valor, verificou-se que a percentagem de AFT em que o valor escriturado pode diferir materialmente do justo valor pode ser relevante. Os resultados obtidos indicam que o valor escriturado difere do justo valor em 27% dos Terrenos e Recursos Naturais, e em 25% dos Edifícios e outras Construções, sendo que, em 34% dos Terrenos e Recursos Naturais, e em 29% dos Edifícios e outras Construções, foi manifestado desconhecimento (gráfico 11).

Na opinião dos respondentes, a composição e valor escriturado do AFT é o factor que mais impacto tem na mensuração dos AFT, com 35% das empresas a assumirem que tem algum impacto, 16% a considerarem que tem muito impacto, e 19% a admitirem que tem um total impacto. Nenhum outro fator teve tantas respostas no nível mais elevado do impacto (gráfico 23).

Verificou-se ainda que o impacto da composição e valor escriturado dos AFT é significativamente maior em empresas que não são do tipo familiar (Tabela 18) e também nas empresas que adotaram o SNC (Tabela 23).

No conjunto dos fatores que se pressupôs influenciarem a mensuração dos AFT, o impacto da composição e valor escriturado do AFT é significativamente diferente e superior aos demais impactos avaliados neste estudo (Tabelas 30, 31, 32, 33 e 34).

Considerando unicamente as duas empresas que optaram pelo modelo da revalorização, observou-se que ambas as empresas possuem terrenos, edifícios, equipamento básico, equipamento de transporte e equipamento administrativo. No entanto, uma das empresas só utiliza o modelo da revalorização nos terrenos e a outra nos terrenos e edifícios. Verificou-se igualmente que, a empresa que só utiliza o modelo da revalorização nos terrenos consideram que, nos edifícios, o valor escriturado difere do justo valor. Contudo, não optou por aplicar o modelo da revalorização neste item.

Apesar de, em termos teóricos, os resultados sugerirem a opção pelo modelo da revalorização e se verificar que, na opinião dos respondentes, a composição e valor escriturado do AFT exerce maior influência que os demais fatores, na mensuração dos AFT, a verdade é que, na amostra em estudo, a opção recaiu, com exceção de duas empresas, no modelo do custo.

Neste contexto, não é possível comprovar que, na mensuração dos AFT, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com o nível e composição dos AFT existentes na empresa cujo valor escriturado difira materialmente do justo valor, principalmente terrenos e edifícios.

- **Hipótese 1e:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com as políticas seguidas no passado pela empresa.

Para Barlev *et al.* (2007) e Lin e Peasnell (2000) as políticas seguidas no passado, designadamente no que se refere à política de revalorização dos ativos, influenciam as políticas seguidas no presente. Neste sentido, a presença ou a ausência de uma tendência geral para revalorizar pode ser um aspeto a ter em consideração (Lin e Peasnell, 2000).

Os resultados apurados permitem concluir que, em termos gerais, não tem sido política das empresas em análise proceder à revalorização dos seus ativos (gráficos 12 e 13), o que corrobora os estudos teóricos que identificam o custo histórico como o método de mensuração mais utilizado pelas empresas europeias (Astami e Tower, 2006; Demaria e Dufour, 2007; Missionier-Piera, 2004; Tarca, 2005).

Também no que respeita ao período de transição para o SNC, os resultados indicam que só 3% das empresas utilizaram a isenção prevista na valorização dos AFT e procederam à revalorização dos mesmos aquando da transição para o SNC, o que também vai ao encontro de outros estudos recentes que indicam que, mesmo com a isenção prevista nas IFRS 1, as

empresas mantiveram a opção pelo custo histórico na avaliação dos seus ativos fixos (Demaria e Dufour, 2007).

Todavia, na opinião dos respondentes, este fator foi o que menos impacto teve na mensuração dos AFT, com uma percentagem de 50% de respostas na opção “nenhum”, não se tendo registado outro fator com tantas respostas no nível mais baixo do impacto.

Embora, globalmente, se tenha observado que o impacto deste fator foi considerado reduzido, essa tendência foi mais acentuada nas empresas que aplicam a NCM, uma vez que o valor de “nenhum impacto” foi bastante superior (75%) quando comparado com as que aplicam outras normas (Tabela 24). Observou-se também que, para o TOC esse impacto foi considerado “nenhum” em mais de metade dos inquiridos (52,2%) (Tabela 16).

O impacto das revalorizações efetuadas na mensuração dos AFT foi considerado maior nas empresas com contabilidade interna (Tabela 27), e para os colaboradores da área administrativa e financeira (Tabela 16).

No que respeita às duas empresas que optaram pelo modelo da revalorização, verificou-se que ambas procederam à revalorização de ativos com base em diplomas legais, por duas vezes, não tendo ambas procedido a “reavaliações livres” e à revalorização no período de transição.

Da análise dos resultados, observou-se que, apesar do impacto das revalorizações efetuadas e do excedente de revalorização na mensuração dos AFT ser considerado muito baixo pelos respondentes, a verdade é que não tem sido prática generalizada das empresas atualizarem o valor do seu AFT. Constatou-se ainda que as empresas que optaram pelo modelo da revalorização já tinham procedido a revalorizações dos seus ativos, ainda que ao abrigo de diplomas legais.

Neste contexto, e embora não seja possível comprovar estatisticamente a hipótese em estudo, verificando-se que a tendência presente coincide com a tendência seguida no passado, assente numa ausência quase completa de revalorizações dos AFT, conforme referido por Lin e Peasnell (2000), os resultados podem indiciar que esta ausência de política de revalorizações no passado influencia a política presente no mesmo sentido, como referem Barlev *et al.* (2007) e Lin e Peasnell (2000).

- **Hipótese 1f:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com os recursos afetos à preparação das demonstrações financeiras da empresa.

Considerando que o modelo da revalorização é um modelo mais complexo, os recursos que a empresa afeta à preparação da informação financeira podem influenciar a opção pelo modelo de mensuração.

Os resultados apurados permitem concluir que as empresas em análise, em termos gerais, consideram tanto os recursos afetos à preparação da informação financeira como a própria informação financeira obtida adequados (gráficos 14 e 15). Observou-se igualmente que a maioria das empresas que respondeu ao questionário (56%) têm os serviços de contabilidade integrados na estrutura interna da empresa.

Relativamente ao impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira na mensuração dos AFT, apesar de aquele ser reduzido, na opinião dos respondentes, existem igualmente diferenças entre as perspetivas, com os colaboradores (Tabela 17), as empresas que aplicam as normas SNC e NCRF-PE (Tabela 25) e as empresas com contabilidade interna (Tabela 28) a considerarem o impacto maior.

No conjunto dos fatores que se pressupôs influenciarem a mensuração dos AFT, o impacto dos recursos afetos à preparação da informação financeira é significativamente diferente e superior ao impacto das revalorizações efetuadas e do excedente de revalorização, e do custo com as avaliações para determinar o justo valor (Tabelas 35 e 36).

No que respeita às duas empresas que optaram pelo modelo da revalorização, verificou-se que ambas possuem contabilidade interna e consideravam quer os recursos afetos à preparação da informação financeira quer a própria informação financeira obtida como adequados.

Do exposto, e constatando-se que as empresas em análise têm maioritariamente a contabilidade integrada na sua estrutura interna, e que consideram tanto os recursos afetos à preparação da informação financeira, como a própria informação financeira obtida, adequados, a não opção pelo modelo da revalorização não estará relacionada com os recursos afetos à preparação das demonstrações financeiras da empresa, não se comprovando assim a hipótese em estudo.

- **Hipótese 1g:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está inversa e negativamente relacionada com o custo associado à sua aplicação.

Considerando que o modelo da revalorização pode ser um modelo muito caro para a maioria das PME, os resultados apurados indicam que, no que respeita ao custo de aplicação do

modelo de revalorização, para uma elevada percentagem de empresas (47%) o custo com as avaliações para determinar o justo valor não é um fator com impacto na mensuração dos AFT, apontando a média das respostas para um reduzido impacto deste fator (gráfico 16).

Observou-se ainda que o impacto dos custos com as avaliações para determinar o justo valor difere nas empresas que aplicaram a norma SNC e NCRF-PE das restantes. Aliás, nas empresas que utilizaram a norma NCM, este aspeto nunca tem muito ou total impacto (Tabela 26), o que é natural, dado que estas empresas não podem optar pelo modelo da revalorização. O impacto do custo com as avaliações para determinar o justo valor foi ainda considerado superior nas empresas que têm contabilidade interna (Tabela 29).

No conjunto dos fatores que se pressupôs influenciarem a mensuração dos AFT, o impacto do custo com as avaliações para determinar o justo valor, é significativamente diferente e unicamente superior ao impacto das revalorizações já efetuadas e valor do excedente de revalorização (Tabela 35).

Considerando as duas empresas que optaram pelo modelo da revalorização, constatou-se que para ambas não é considerando nenhum impacto do custo com as avaliações para determinar o justo valor na mensuração dos AFT.

Não sendo o custo com as avaliações um fator tido em consideração para determinar o justo valor que as empresas considerem que influencia a mensuração dos AFT, os resultados indicam que a não opção pelo modelo da revalorização não estará relacionada com o custo com as avaliações para determinar o justo valor, não existindo assim evidência estatística que permita comprovar a hipótese em estudo.

- **Hipótese 1h:** Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis, a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com a dimensão da empresa.

Para Barlev *et al.* (2007), a dimensão da empresa pode influenciar a política de revalorização dos ativos.

Concretamente no que respeita à norma contabilística adoptada, constatou-se que, se as empresas de menor dimensão optarem pela NCM, não podem optar pelo modelo da revalorização, pois a norma não o permite.

Partindo dos dados do estudo, verificou-se que a amostra é caracterizada por um predomínio das microempresas (gráfico 17), sendo que, no que respeita à aplicação das normas contabilísticas, do total da amostra, só 28% das empresas é que se encontravam obrigadas a

aplicar o SNC completo, com uma percentagem igual de empresas a ter de adotar, pelo menos, a NCRF-PE. Assim, 44% das empresas podiam optar pela NCM (gráfico 18). Contudo, só 19% das empresas é que optaram pela NCM. Registou-se que 81% das empresas optaram por normas contabilísticas (SNC ou NCRF-PE) que permitem a mensuração dos AFT pelo modelo da revalorização (gráfico 19).

Constata-se, assim, que a dimensão da empresa não induziu a maioria das empresas a optarem pela norma contabilística mais simples, verificando-se que a maioria das empresas optou por normas contabilísticas que permitissem a adoção do modelo da revalorização.

Neste contexto, relacionando a dimensão da empresa diretamente com as políticas contabilísticas, não se encontra evidência estatística que permita comprovar a hipótese em estudo e afirmar que a mensuração dos AFT está direta e positivamente relacionada com a dimensão da empresa.

Conquanto os resultados obtidos não permitam comprovar estatisticamente que, na mensuração dos AFT, a opção pelo modelo da revalorização está relacionada com um conjunto de características da empresa, não se pode deixar de referir que perante algumas características das empresas em estudo, teoricamente existiria um maior estímulo para a adoção do modelo de custo e que, a tendência presente, de não utilizar o modelo da revalorização, coincide com a tendência seguida no passado, assente numa ausência quase completa de não proceder à revalorização dos AFT.

- **Hipótese 2:** A empresa considera a importância da informação financeira e pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.

A abordagem teórica (Barth e Katherine, 2008; Biddle e Hilary, 2006; Easley e O'Hara, 2004; Ioannides *et al.*, 2003; Plumlee, 2003; Sinha e Watts, 2001 e Whittington e Tippett, 1999), e a reflexão efetuada sobre a informação financeira, permitem considerar a sua importância para a generalidade das empresas, designadamente para as PME.

Atendendo a que, na preparação das demonstrações financeiras, as normas contabilísticas permitem a escolha de diferentes políticas contabilísticas (Cheng e Warfield, 2005; Fields *et al.*, 2001; Gaver *et al.*, 1995; Healy, 1985; Healy e Wahlen, 1999; Holthausen *et al.*, 1995; Holthausen, 2003; Hunt *et al.*, 1996; Penman e Zhang, 2002; Scholes *et al.*, 1990 e Watts e

Zimmerman, 1978 e 1990), as opções levadas a cabo terão com certeza impacto na informação financeira.

Considerando os resultados apurados no estudo em análise, no que respeita às opções contabilísticas, verificou-se que a maioria das empresas da amostra (59%) optou por aplicar o SNC e as 28 NCRF, com as demais a optarem pela NCRF-PE (22%) e pela NCM (19%) (gráfico 19).

Observou-se, ainda, que, apesar de 44% das empresas da amostra se enquadrarem nos limites aceites para optarem pela NCM, só 52% dessas empresas é que aplicaram a NCM, tendo 33% dessas empresas optado por aplicar o SNC completo e as demais a NCRF-PE.

Neste contexto, e verificando-se que a maioria das empresas optou pelo SNC, norma mais desenvolvida, com um leque de demonstrações financeiras mais abrangente e com um tratamento mais detalhado da informação financeira, designadamente no que se refere à mensuração dos AFT, em detrimento da NCM, onde predomina o conceito do “custo historio”, com menos opções contabilísticas, nomeadamente na mensuração dos AFT e com informação financeira e demonstrações financeiras menos detalhadas, perspectiva-se, à partida, que as empresas consideram a importância da informação financeira e ponderam o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.

Contudo, no que respeita às políticas contabilísticas seguidas, considerando especificamente os AFT, observou-se que as empresas, apesar de terem optado maioritariamente por normas contabilísticas (SNC e NCRF-PE) que permitem a mensuração dos AFT pelo modelo da revalorização, com exceção de duas empresas, utilizam o modelo do custo na mensuração dos seus AFT.

Os resultados indicam, ainda, no que respeita à política de depreciações, que: em 90% das empresas, a base de cálculo das depreciações é o DR 25/2009 (gráfico 20); 80% das empresas aplicam a taxa retirada diretamente da tabela do DR 25/2009 (gráfico 21); 94% das empresas utiliza o método da linha reta (quotas constantes) (gráfico 22).

Constatou-se, ainda, que apenas 5% das empresas é que alguma vez reconheceram uma perda por imparidade relativamente a um AFT.

Numa tentativa de melhor perceber a importância dada à informação financeira, pela consulta da opinião dos respondentes, verificou-se que, em regra, as empresas não consideram muito o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira. Ainda assim, os resultados

obtidos indicam que 40% das empresas consideram algum impacto das políticas contabilísticas na informação financeira, 30% das empresas consideram muito impacto, mas 15% não consideram a existência de qualquer impacto (gráfico 25).

Já no que respeita à importância e utilidade da informação financeira, existe um maior reconhecimento, com 43% das empresas a considerarem muito a importância e a utilidade da informação financeira, 27% a considerarem alguma importância e 12% a considerarem total importância (gráfico 26).

Nesta análise da importância e utilidade da informação financeira, as principais diferenças verificam-se entre as perspetivas do gerente e do director financeiro e do TOC, com os TOC a admitirem que as empresas consideram menos a importância e utilidade da informação financeira em termos gerais (Tabela 46). Verifica-se ainda que, genericamente, as empresas não familiares atribuem maior importância e utilidade à informação financeira do que as que são do tipo familiar (Tabela 56), sendo também nas empresas com contabilidade interna que se regista um maior reconhecimento da importância e utilidade da informação financeira, comparativamente às empresas que possuem contabilidade externa (Tabela 79).

No que respeita à forma como a empresa encara a preparação da informação financeira, verificou-se que, para a maioria das empresas (47%), a informação financeira é vista muitas vezes como um imperativo fiscal, sendo para 35% das empresas vista sempre como um imperativo fiscal (gráfico 29).

Na preparação da informação financeira como necessidade de gestão não existe uma tendência tão evidente, existindo uma maior dispersão nas respostas. Observou-se contudo, que, para uma grande parte das empresas (34%), a informação financeira é vista muitas vezes como uma necessidade de gestão, sendo para 24% das empresas sempre uma necessidade de gestão. Todavia, para 11% das empresas nunca é uma necessidade de gestão e para 18% só o é poucas vezes (gráfico 30).

Verifica-se, no entanto que a preparação da informação financeira, por necessidade de gestão, é mais reconhecida na perspectiva dos gestores ou directores financeiros do que na perspectiva dos demais (Tabela 54), sendo também maior nas empresas do tipo não familiar (Tabela 59) e nas empresas que têm serviço de contabilidade interna (Tabela 86).

Apesar de se verificar que a informação financeira é vista principalmente como um imperativo fiscal, as respostas ao questionário indicam que, na hipótese de dispensa da obrigatoriedade de ter contabilidade organizada, a maioria das empresas (59%) nunca admite

deixar de ter contabilidade organizada, não deixando, contudo, de se verificar que 21% das empresas admite “muito” deixar de ter contabilidade organizada (gráfico 31).

Embora, numa visão geral, a possibilidade de a empresa deixar de ter contabilidade organizada seja reduzida, verificou-se a existência de algumas diferenças de opinião. São os TOC quem mais considera que a empresa admite “muito” deixar de ter contabilidade organizada (Tabela 55), e é também nas micro entidades e nas empresas que têm contabilidade externa que se verifica uma maior intenção em deixar de ter contabilidade organizada (Tabelas 67 e 87).

Os resultados apurados permitem constatar que, ainda que as empresas tenham optado maioritariamente pelas normas contabilísticas que mais fomentam o justo valor e a informação financeira mais direccionada para a gestão (base económica), na mensuração do seu AFT, optaram quase na totalidade por políticas contabilísticas mais ligadas ao “custo histórico”, as quais estão mais associadas aos critérios de base fiscal.

Verifica-se também que as empresas não ponderaram muito o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira, apesar de reconhecerem a sua importância, sendo este reconhecimento maior na perspectiva do gerente ou director financeiro, nas empresas não familiares e nas empresas com contabilidade interna.

Os resultados indicam ainda que, em termos gerais, a preparação da informação é mais encarada como um imperativo fiscal do que como uma necessidade de gestão.

A preparação da informação financeira por necessidade de gestão alcança maior reconhecimento na perspectiva dos gestores ou directores financeiros, nas empresas do tipo não familiar e nas empresas que têm serviço de contabilidade interna.

Quanto à possibilidade de a empresa deixar de ter contabilidade organizada, embora, globalmente, a possibilidade seja diminuta, verificou-se que foram os TOC, foi nas micro entidades e nas empresas que têm contabilidade externa, que mais se admitiu essa hipótese.

Neste contexto, uma das conclusões que se pode retirar é que é dada maior importância e utilidade à informação financeira por parte de quem exerce funções de gestão (gestores ou directores financeiros), nas empresas em que os serviços de contabilidade estão mais próximos da gestão (empresas com serviços de contabilidade integrados na empresa) e nas empresas do tipo não familiar.

Considerando a hipótese formulada, e apesar das diferenças obtidas, pode assumir-se que as empresas, em termos gerais, consideram a importância da informação financeira, mas que não ponderam muito o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira, sendo a preparação da informação mais encarada como um imperativo fiscal do que como uma necessidade de gestão.

Conquanto, em termos gerais, os resultados tenham indicado que as empresas não ponderam muito o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira, testou-se se, na preparação das demonstrações financeiras, no momento de escolher as políticas contabilísticas, especificamente no que diz respeito à mensuração dos AFT, as empresas ponderam o impacto das opções:

- d) Considerando as necessidades e perspetivas dos proprietários/gestores (gestão interna da informação financeira) (H2a);
- e) Considerando as necessidades e perspetivas dos bancos e outros credores (gestão externa da informação financeira) (H2b);
- f) Considerando as necessidades e perspetivas da Administração Fiscal (gestão externa da informação financeira) (H2c).

Em cada uma das sub-hipóteses, pretendeu-se analisar as respostas obtidas em três grupos de questões: uma questão relacionada com a importância e utilidade da informação financeira; um grupo de questões relacionadas com impacto da mensuração dos AFT na gestão; um grupo de questões relacionadas com a consulta dos serviços de contabilidade.

- **Hipótese 2a:** A empresa considera a importância da informação financeira e na preparação das demonstrações financeiras, pondera o impacto que a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis tem na gestão interna da empresa.

Na mensuração dos AFT, ao ser possível optar por métodos diferentes, as escolhas levadas a cabo podem ir ao encontro das necessidades e perspetivas dos proprietários/gestores.

Na gestão interna da empresa, para além das questões mais relacionadas com as compensações dos proprietários/gestores e com os resultados, a mensuração dos AFT pode influenciar outras questões relacionadas, designadamente, com custos de produção, investimentos de substituição e (des)capitalização da empresa. Neste sentido, afigura-se

importante aferir, em primeiro, lugar o nível de importância dada à informação financeira para a gestão interna da empresa.

Os resultados apurados indicam que, para 34% das empresas, a informação financeira é muito importante e útil para gestão interna, sendo considerada totalmente importante e útil para a gestão interna para 21% das empresas. Com 3,31 de média, a resposta mais dada foi que a informação financeira é “muito” importante e útil para a gestão interna da empresa (gráfico 27).

Nesta análise da importância e da utilidade da informação financeira, as principais diferenças verificam-se entre as perspetivas do gerente e do diretor financeiro, por um lado, e as perspetivas do TOC por outro, com os TOC a admitirem que as empresas consideram menos a importância e utilidade da informação financeira na gestão interna (Tabela 47). Contudo, a informação financeira é considerada mais importante e útil para a gestão interna nas empresas que não são do tipo familiar (Tabela 57) e nas empresas com contabilidade interna (Tabela 80).

Verificada a importância e utilidade da informação financeira para a gestão interna, o passo seguinte foi avaliar o impacto da mensuração dos AFT na gestão interna. Esta análise foi feita avaliando o impacto no custo de produção e preço de venda, no investimento de substituição, no resultado contabilístico e no custo de preparação da informação financeira.

No que se refere à definição dos custos de produção e preços de venda, constatou-se que, para 43,7% das empresas, não é reconhecido qualquer impacto resultante da mensuração dos AFT. Verificou-se, em termos médios que este impacto é considerado muito reduzido (gráfico 24).

Analisando o impacto da mensuração dos AFT nos custos de produção e preços de venda, observou-se que o impacto é maior na perspetiva dos colaboradores do que na perspetiva dos TOC ou dos diretores financeiros (Tabela 43). É também significativamente mais elevado nas médias entidades do que nas micro e pequenas entidades (Tabela 60), revelando-se igualmente maior nas empresas que aplicaram a norma SNC relativamente às demais (Tabela 68) e nas empresas que têm contabilidade interna, comparativamente às que têm contabilidade externa (Tabela 76).

Para o investimento de substituição, apesar de em 37% das empresas ser reconhecido algum impacto da mensuração dos AFT, em termos gerais, verificou-se também um reduzido impacto (gráfico 24), sendo nas pequenas entidades que o valor é mais baixo (Tabela 61).

Contudo, verificou-se que o grau de impacto foi mais elevado nas empresas que aplicaram a norma SNC (Tabela 69).

Já no que concerne ao resultado contabilístico, foi reconhecido um maior impacto, com um maior número de respostas na opção “muito” e “sempre”, comparativamente ao impacto no custo de produção e preços de venda e ao impacto no investimento de substituição (gráfico 24).

Embora os valores médios não apresentem diferenças estatisticamente significativas, constatou-se que as empresas que utilizaram a norma NCRF-PE consideram que o impacto da mensuração dos AFT no resultado contabilístico é menor do que nas empresas que aplicam a norma NCM (Tabela 70), verificando-se ainda que é nas microentidades que o valor é significativamente mais elevado (Tabela 62).

No que respeita ao impacto da mensuração dos AFT no custo de preparação da informação financeira, à semelhança do impacto nos custos de produção e preço de venda, os resultados apontam para um impacto muito reduzido (gráfico 24).

Contudo, nesta questão, registou-se uma inversão da tendência na existência de diferenças entre a perspetiva de um gestor e um diretor financeiro ou um TOC, com o gestor a considerar o maior impacto no custo de preparação da informação financeira (Tabela 45). O impacto é também mais elevado nas micro empresas do que nas demais (Tabela 64), sendo, no entanto, considerado notoriamente mais baixo nas empresas que aplicaram a norma SNC (Tabela 75).

De referir ainda que, dentro destes quatro itens, o impacto da mensuração dos AFT no resultado contabilístico é significativamente superior aos demais (Tabela 88, 89, 90).

Numa tentativa de melhor perceber a forma como as empresas encaram e ponderam a preparação da informação financeira, especificamente para a gestão interna, analisou-se a forma como os serviços de contabilidade são consultados em função do planeamento e gestão financeira e da obtenção de esclarecimentos.

No que respeita ao planeamento e gestão financeira, verificou-se uma grande dispersão nas respostas, contudo a média de resposta indica que é feita alguma consulta para o planeamento e gestão financeira.

Já no que se refere à consulta para obter esclarecimentos, constatou-se que os serviços de contabilidade são muito consultados em 33% das empresas, observando-se que os serviços de contabilidade, em termos gerais, são consultados comparativamente mais para obter

esclarecimentos sobre a informação financeira, do que para o planeamento e gestão financeira (gráfico 28).

Na consulta dos serviços de contabilidade para planeamento e gestão financeira, verificou-se que é para os TOC que os serviços de contabilidade são menos consultados (Tabela 51). Pelo contrário, é nas empresas que não são do tipo familiar e nas empresas com contabilidade interna que os serviços de contabilidade são mais consultados para o planeamento e gestão financeira (Tabelas 58 e 83).

Para obtenção de esclarecimentos são também os TOC quem mais consideram que os serviços de contabilidade são pouco consultados (Tabela 52), sendo também nas empresas com contabilidade interna que os serviços de contabilidade são mais consultados para a obtenção de esclarecimentos (Tabela 84).

Os resultados apurados nesta sub-hipótese permitem constatar que as empresas, em termos gerais, consideram “muito” a importância e a utilidade da informação financeira na gestão interna, sendo o reconhecimento desta importância maior para os gerentes e diretores financeiros, nas empresas que não são do tipo familiar e nas empresas com contabilidade interna.

Contudo, as empresas não reconhecem grande impacto da mensuração dos AFT nas questões relacionadas com a gestão interna, registando-se que o impacto é considerado muito reduzido para a definição dos custos de produção e preços de venda, para o investimento de substituição e para o custo de preparação da informação financeira, sendo reconhecido um maior impacto para o resultado contabilístico.

Considerando as diferenças obtidas, observou-se que foi nas empresas de maior dimensão, e nas que aplicam as normas contabilísticas mais completas, que foi reconhecido maior impacto da mensuração dos AFT no custos de produção e preço venda e no investimento de substituição. Constatou-se uma inversão das características dos respondentes no que se refere ao impacto da mensuração dos AFT nos resultados contabilísticos e no custo de preparação. Também em relação aos níveis hierárquicos dos cargos ocupados, se verificou uma inversão da tendência, com o impacto da mensuração dos AFT no custos de produção e preço de venda a ser superiormente reconhecido pelos cargos dos níveis mais baixos da hierarquia, e o impacto da mensuração dos AFT no custos de preparação a ser superiormente reconhecido nos níveis mais altos da hierarquia.

No que respeita à consulta dos serviços de contabilidade, constatou-se que os serviços de contabilidade, em termos gerais, são consultados numa maior percentagem para obter esclarecimentos sobre a informação financeira do que para o planeamento e gestão financeira, sendo, contudo, os TOC que menos consideram que as empresas consultam os serviços de contabilidade. Os resultados indicam ainda que os serviços de contabilidade são mais consultados nas empresas com contabilidade interna.

Tendo em conta os resultados apurados, e apesar de a informação financeira ser considerada muito importante e útil para a gestão interna da empresa, apurou-se que as empresas não ponderam muito impacto que a mensuração dos AFT tem nas questões relacionadas com a gestão interna e que não dão muita importância à preparação de informação financeira para o planeamento e gestão financeira.

- **Hipótese 2b:** A empresa considera a importância da informação financeira, e na preparação das demonstrações financeiras pondera o impacto que a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis tem na sinalização da empresa, designadamente perante os bancos e outros credores.

A empresa, nas operações de financiamento, estabelece contratos que permitem formalizar as condições de financiamento, sendo estas condições negociadas tendo por base rácios e indicadores financeiros que são óbitos na informação financeira, podem existir incentivos na gestão da informação financeira tendente à melhoria destes indicadores e à adoção de políticas contabilísticas que aumentem os resultados e a robustez financeira da empresa (Astami e Tower, 2006; DeFond e Jiambalvo, 1994; Missioner-Piera, 2004; Sweeney, 1994; Watts e Zimmerman, 1990; Young, 1998).

Os resultados apurados indicam um baixo nível de reconhecimento da importância e utilidade da informação financeira para as decisões de financiamento. Conquanto a resposta mais dada (para 25% das empresas) tenha sido que a empresa considera “algumas vezes” a importância e utilidade da informação financeira para as decisões de financiamento, em termos médios as respostas refletem um nível baixo de importância, com 2,97 de média, abaixo da opção “alguma” importância. No conjunto das três sub-hipóteses em análise, esta foi aquela para a qual a importância e utilidade da informação financeira foi menos reconhecida (gráfico 27).

Verificou-se ainda que a importância foi significativamente menor na perspectiva dos TOC do que na perspectiva dos restantes elementos (Tabela 48), sendo todavia maior para as empresas que têm contabilidade interna (Tabela 81).

Testada a importância e utilidade da informação financeira para as decisões de financiamento, o passo seguinte foi avaliar o impacto da mensuração dos AFT nas decisões de financiamento. Esta análise foi feita avaliando o impacto na robustez do balanço, nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira e na sinalização da imagem para o exterior, designadamente bancos e outros credores.

Nestes três itens, a resposta mais dada foi “algum”, resposta dada por 41% das empresas no que respeita ao impacto na robustez do balanço, por 44% das empresas relativamente ao impacto nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira e por 41% das empresas para o impacto na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores. Contudo, foi o impacto na sinalização da imagem para exterior, nomeadamente bancos e outros credores que mais obteve resposta na opção “muito” (21% de empresas) e na opção “sempre” (10% das empresas) (gráfico 24).

Considerando as diferenças apuradas entre algumas características das empresas e o impacto da mensuração do AFT, verificou-se que, na robustez do balanço o impacto da mensuração dos AFT é considerado maior nas empresas com serviço de contabilidade interna (Tabela 77) e nas empresas que aplicam o SNC (Tabela 71), sendo o impacto significativamente menor para as empresas que utilizam a NCM.

Para os rácios de endividamento, o impacto da mensuração nos AFT é algum nas empresas que aplicam a norma NCM. Contrariamente, foi nas empresas que aplicaram a norma SNC que verificamos valores diferentes quanto ao pouco impacto (Tabela 72).

Relativamente ao impacto da mensuração na sinalização da imagem para exterior, as diferenças verificam-se também em maior escala entre as empresas que aplicaram a norma SNC e as que aplicaram a norma NCM; contudo, as empresas que aplicam o SNC diferenciam-se no muito impacto (Tabela 73).

De referir também que, dentro deste três itens, o impacto da mensuração dos AFT na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores, é significativamente superior aos demais (Tabela 91, 92).

Igualmente na tentativa de melhor perceber a forma como as empresas encaram e ponderam a preparação da informação financeira, especificamente no que respeita às decisões de

financiamento, analisou-se a forma como os serviços de contabilidade são consultados para preparar informação para utilizadores externos, como bancos e outros credores.

Os resultados apurados permitiram constatar que os serviços de contabilidade são muito consultados para preparar informação para utilizadores externos, designadamente bancos e outros credores em 36% das empresas, sendo ainda sempre consultados por 25% das empresas, sendo este, em média o aspeto mais alvo de consulta (gráfico 28). Observou-se, também, que são os colaboradores que mais consideram que os serviços de contabilidade são sempre consultados para preparar informação externa (Tabela 53), sendo ainda significativamente mais utilizados nas médias empresas do que nas micro e pequenas (Tabela 66) e nas empresas com contabilidade interna (Tabela 85).

Dos aspetos para os quais se propôs analisar a importância e utilidade da informação financeira, foi para as decisões de financiamento que a importância e utilidade foram consideradas menores. Para este resultado, contribuiu, de forma significativa, a opinião dos TOC. No entanto, foi nas empresas com contabilidade interna que se deu maior importância à informação financeira para as decisões de financiamento.

Considerando o impacto da mensuração dos AFT na robustez do balanço, nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira e na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores, os resultados apontam para a existência de “algum” impacto, sendo que, neste trio de itens, foi na sinalização da imagem para o exterior que o impacto foi considerado maior.

No que respeita à consulta dos serviços de contabilidade para preparar informação para utilizadores externos, como bancos e outros credores, constatou-se que esta questão foi considerada, em termos médios, como aquela que foi mais alvo de consulta. Relativamente a estes resultados, há a assinalar a diferenciação entre a opinião dos colaboradores da área administrativa e financeira, e entre as médias empresas e as empresas com contabilidade interna.

Os resultados obtidos permitem constatar que, apesar de existir um menor reconhecimento da importância e utilidade da informação financeira para as decisões de financiamento, é reconhecido um maior impacto da mensuração dos AFT nas questões relacionadas com o financiamento bancário, principalmente no que se refere à sinalização da imagem para o exterior, designadamente para bancos e outros credores.

Verificou-se também uma maior consulta dos serviços de contabilidade para a preparação de informação financeira para utilizadores externos, designadamente bancos e outros credores.

Considerando os resultados apurados, apesar de a informação financeira ser considerada pouco importante e útil para as decisões de financiamento, observou-se que as empresas ponderam, de certo modo, o impacto que a mensuração dos AFT tem nas questões relacionadas com as decisões de financiamento e que dão muita importância à preparação de informação financeira para utilizadores externos, nomeadamente bancos e outros credores, podendo-se concluir que a empresa considera a importância da informação financeira e na preparação das demonstrações financeiras, pondera o impacto que a mensuração dos AFT tem na sinalização da empresa, designadamente perante os bancos e outros credores.

- **Hipótese 2c:** A empresa considera a importância da informação financeira, e na preparação das demonstrações financeiras pondera o impacto que a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis tem no resultado fiscal.

Os incentivos fiscais podem motivar as empresas a adotarem medidas conducentes à redução da carga fiscal. Todavia, a redução do resultado pode não ser o objetivo principal, uma vez que a empresa pode não ter como finalidade reportar resultados negativos (Moreira, 2006 e 2008).

Considerando a questão da importância e a utilidade da informação financeira para fins fiscais, verificou-se que, para 39% das empresas, foi sempre considerada a importância e a utilidade da informação financeira para fins fiscais, sendo ainda muito considerada para 30% das empresas. Com 4,05 de média, a resposta mais dada foi que a empresa considera “sempre” a importância e a utilidade da informação financeira para fins fiscais (gráfico 27). Foi, contudo, na perspetiva dos TOC e colaboradores que a importância da informação financeira para fins fiscais foi considerada significativamente maior (Tabela 49).

No que respeita ao impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal, os resultados refletem um maior impacto neste item do que os demais, com a resposta mais dada a ser “sempre”, para 32% das empresas (gráfico 24).

Também o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal é considerado mais relevante na perspetiva dos colaboradores do que na perspetiva dos gerentes ou diretores financeiros, surgindo os TOC em segundo plano no reconhecimento do impacto (Tabela 44). O impacto é igualmente considerado significativamente mais elevado nas micro entidades (Tabela 63), nas

empresas que aplicaram a norma NCM (Tabela 74) e nas empresas com contabilidade externa (Tabela 78).

De referir ainda que, no conjunto de todos os itens o impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal é significativamente superior aos demais (Tabelas 88 a 94).

Todavia, na opinião dos respondentes, os serviços de contabilidade não são muito consultados para o planeamento fiscal, com a resposta mais dada a ser “nunca”, para 25% das empresas. Verificou-se porém, uma grande dispersão nas respostas, apontando a média dos resultados para alguma consulta aos serviços de contabilidade, tendo em vista o planeamento fiscal (gráfico 28).

Os resultados indicam ainda que, para o planeamento fiscal, é dada maior importância aos serviços de contabilidade na perspetiva do gerente relativamente à perspetiva dos TOC ou colaboradores (Tabela 50) e que é nas empresas que têm serviço de contabilidade interna que os serviços de contabilidade são consultados para planeamento fiscal com mais frequência (Tabela 82).

Uma análise mais pormenorizada dos dados obtidos, permite constatar que, das empresas que responderam que os serviços de contabilidade são consultados para outras questões, 13 consideram que nesse campo, as empresas consultam os serviços de contabilidade tendo em vista a redução do imposto a pagar, registando nessa área expressões como: “redução de imposto”; “pagar menos imposto”; “não pagar impostos”. Esta análise permite, ainda, constatar que estas empresas não consideraram que a empresa consulta os serviços de contabilidade para o planeamento fiscal, atribuindo pouca ou mesmo nenhuma relevância às questões relacionadas com o planeamento fiscal.

Considerando-se que a redução do imposto a pagar está incluída no que se denominou de “planeamento fiscal”, e incluindo estas respostas na questão relacionada com o planeamento fiscal, os resultados apontam para um acréscimo substancial da consulta dos serviços de contabilidade para o planeamento fiscal.

Os resultados apurados indicam que a importância e a utilidade da informação financeira é superiormente considerada para fins fiscais, comparativamente com os outros dois itens em análise. Também no que respeita ao impacto da mensuração dos AFT no resultado fiscal, os resultados refletem um maior impacto neste item do que nos demais.

Verificou-se, ainda, que os serviços de contabilidade são consultados “algumas vezes” para tratar de questões de natureza fiscal.

Partindo dos resultados apurados, e verificando-se que a informação financeira é considerada muito importante e útil para fins fiscais, constatando-se ainda que as empresas ponderam muito o impacto que a mensuração dos AFT tem nas questões relacionadas com o resultado fiscal, e que dão alguma importância à preparação de informação financeira para o planejamento fiscal, pode considerar-se que a empresa, relativamente à importância da informação financeira e na preparação das demonstrações financeiras, pondera o impacto que a mensuração dos AFT tem no resultado fiscal.

Os resultados obtidos confirmam, na generalidade, que a empresa tem em conta a importância da informação financeira e pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.

CONCLUSÃO

Enquadrado nas teorias sobre a estrutura de capitais e na Teoria Positiva da Contabilidade, este estudo teve como objectivo evidenciar a importância da informação financeira, especificamente para as PME.

Esta investigação proporciona um interesse acrescido, não só para o mundo científico, como também para o mundo empresarial e para o público em geral. Este interesse decorre de diferentes razões:

- Apesar da sua indiscutível importância no contexto empresarial, as PME não têm sido alvo de muitos estudos, assentando a literatura, principalmente, em estudos sobre grandes empresas.
- Em Portugal, verifica-se uma certa escassez de estudos na área da informação financeira, carecendo a maioria dos trabalhos existentes de fundamentação empírica.

Este facto torna-se mais evidente tendo em consideração a recente alteração de sistema contabilístico.

- Em regra, os estudos centram-se ou em questões relacionadas com a mensuração contabilística, ou em questões relacionadas com a fiscalidade, ou em questões relacionadas com a gestão, não sendo habitual realizarem-se estudos que relacionem as três temáticas simultaneamente.
- Com esta investigação, centralizada no universo das PME:
 - Relacionou-se num único estudo a Contabilidade, a Fiscalidade e a Gestão;
 - Verificou-se a importância e utilidade da informação financeira, não só como contributo para a eficiência fiscal, mas também para a gestão, designadamente para a melhoria das condições de financiamento;
 - Verificou-se, no que diz respeito aos AFT, as opções de mensuração concretizadas pela empresa, designadamente, aquando da transição para o novo normativo contabilístico, e as implicações dessas opções na utilidade da informação financeira;
 - Fundamentou-se empiricamente o tema.

A revisão da literatura demonstrou que as PME são caracterizadas, entre outros aspetos, pelo facto de a propriedade e gestão, em regra, estarem concentradas na mesma pessoa e pelas

maiores dificuldades no acesso ao mercado de capitais, sendo os empréstimos bancários a sua principal fonte de financiamento. Porém, as PME são empresas com maiores dificuldades de acesso ao crédito e com custos a ele associados mais elevados.

Por outro lado, na revisão da literatura, observou-se que, em regra, as PME têm informação financeira menos adequada, ou mesmo insuficiente, proporcionalmente mais cara e com assimetrias na informação financeira proporcionalmente maiores.

Assumindo que as instituições financeiras necessitam de informação para avaliarem o risco do empréstimo, as dificuldades de financiamento nas PME podem, em parte, ser consequência da informação menos adequada, ou insuficiente, e das assimétricas existentes.

Na revisão da literatura também se verificou que, em consequência da dificuldade em avaliar o risco, e como forma de minimizarem o risco associado às assimetrias da informação financeira, os bancos podem recorrer ao uso de garantias, podendo dar preferência às garantias reais, designadamente bens físicos, tais como os AFT, pois são mais seguros. Porém, verificando-se que as PME têm uma menor proporção de ativos a dar como garantia, as dificuldades na obtenção de financiamento continuam a ser maiores.

Neste pressuposto, a mensuração dos AFT ganha maior relevância. Os AFT são um elemento importante e permanente na generalidade das empresas, sendo que a política seguida na sua mensuração, designadamente no que se refere ao modelo de mensuração e à política de depreciações, tem um grande impacto na informação financeira apresentada.

A revisão da bibliografia permitiu não só evidenciar a importância e utilidade da informação financeira como, também concluir que as empresas, na sua preparação, podem optar por diferentes políticas contabilísticas, nomeadamente no que se refere aos AFT.

São os objetivos que as empresas, os seus detentores ou os seus gestores pretendem prosseguir que determinam as políticas contabilísticas a adotar, verificando-se que empresas com maior necessidade de financiamento tenderão a seguir políticas contabilísticas mais orientadas para o aumento de resultado e da robustez financeira da empresa, porém as questões fiscais podem condicionar este caminho.

Tendo em vista a prossecução dos objetivos estabelecidos, a questão que se colocou e que esteve implícita a esta investigação foi: que importância tem a informação financeira para as PME, designadamente como forma de melhorar as condições de financiamento?

Na tentativa de facilitar a resposta a esta questão, definiram-se as seguintes sub-questões:

- Que modelo e políticas contabilísticas são utilizados pela empresa na mensuração dos seus AFT?
- Que fatores estão subjacentes às escolhas contabilísticas, especificamente, do modelo de mensuração dos AFT?
- A empresa pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira, designadamente na gestão interna, na eficiência fiscal, ou na sinalização da empresa, nomeadamente perante os bancos e outros credores?

Em resposta à primeira sub-questão, os resultados obtidos no estudo indicam que a maioria das empresas, mesmo não estando enquadradas nos critérios que impõem a adoção, optou pelo SNC e pela NCRF-PE em detrimento da NCM.

Contudo, na escolha do modelo de mensuração dos AFT, a opção recaiu, quase unanimemente, no modelo do custo.

No que respeita à política de depreciações, os resultados indicam, também quase unanimemente, que a base de cálculo das depreciações é o DR 25/2009, tendo sido aplicada a taxa retirada diretamente da tabela do DR 25/2009 e utilizado o método da linha reta (quotas constantes).

Constatou-se, ainda, que em regra não são reconhecidas perdas por imparidade nos AFT.

No período de transição, poucas foram as empresas que utilizaram a isenção prevista na valorização dos AFT e procederam à sua revalorização.

Os resultados apurados permitem constatar que, embora as empresas tenham optado maioritariamente pelas normas contabilísticas que mais fomentam o justo valor e a informação financeira mais direcionada para a gestão (base económica), na mensuração do seu AFT, optaram quase na totalidade por políticas contabilísticas mais ligadas ao “custo histórico”, por sua vez mais associadas aos critérios de base fiscal.

Na tentativa de melhor responder à segunda sub-questão, no desenho da investigação, optou-se por desenvolver a hipótese 1, desagregada em 8 sub-hipóteses. Estas sub-hipóteses foram desenvolvidas, com base na literatura, nas teorias sobre a estrutura de capitais e na Teoria Positiva da Contabilidade, através da identificação dos fatores hipoteticamente subjacentes às escolhas contabilísticas na mensuração dos AFT.

Os resultados obtidos no estudo não permitiram comprovar estatisticamente que, na mensuração dos AFT, a opção pelo modelo da revalorização está relacionada com um conjunto de características da empresa. Contudo, não se pode deixar de constatar que:

- As características das PME em análise, globalmente, coincidem com as características evidenciadas pela literatura.

No entanto, no que respeita aos recursos afetos à preparação da informação financeira e à adequação da informação, verificou-se que a maioria das empresas que respondeu ao inquérito tem a contabilidade integrada na estrutura interna da empresa e consideram quer os recursos afetos à preparação da informação financeira, quer a própria informação financeira adequados.

No que respeita aos custos com a aplicação do modelo da revalorização, apesar de teoricamente serem considerados elevados e até limitativos, os resultados obtidos apontaram para um reduzido impacto.

- Algumas características das empresas estão teoricamente mais associadas ao modelo do custo, especificamente a concentração da estrutura proprietária/gestão da empresa, o baixo nível dos resultados da empresa e a quase total ausência de política de revalorização no passado das empresas.
- Isolando estes três factores, e considerando unicamente as empresas que optaram pelo modelo da revalorização, verificou-se que tanto a concentração da estrutura proprietária/gestão, como os baixos resultados, características comuns a ambas, não condicionaram a opção. Já no que respeita à política de revalorizações, ao contrário da maioria das outras empresas, ambas as empresas já tinham procedido a revalorizações.

As demais características (estrutura do capital e o tipo de financiamento, estrutura do ativo, recursos afetos à preparação da informação financeira, custo de aplicação do modelo), teoricamente não condicionariam, ou conduziriam mesmo, à opção pelo modelo da revalorização, contudo só duas das empresas da amostra é que optaram por esse modelo.

- Em termos gerais, na opinião dos respondentes, existe um reduzido impacto dos fatores que se pressupôs influenciarem a mensuração dos AFT.

Todavia, o impacto dos fatores na mensuração dos AFT é reconhecido de forma diferente, sendo que é na opinião de quem não exerce funções de chefia e nas empresas que aplicam o SNC que, em termos gerais, o impacto é maior. Também nas empresas com contabilidade interna se considera um impacto superior à média nos fatores políticas

contabilísticas seguidas no passado, recursos afetos à preparação da informação financeira e o custo de aplicação do modelo.

Conquanto os resultados apurados não permitam comprovar estatisticamente que na mensuração dos AFT, a opção pelo modelo da revalorização está relacionada com um conjunto de características da empresa, não se pode deixar de constatar que a tendência presente, de não utilizar o modelo da revalorização, coincide com a tendência seguida no passado, assente numa ausência quase completa de revalorizações dos AFT.

Para esta tendência pode contribuir o facto de, apesar de o SNC resultar da adoção das IFRS para os normativos nacionais, normas mais influenciadas pelo modelo *commom law*, Portugal e os demais países da Europa Ocidental, têm grande tradição *code law*, modelo baseado no direito romano onde os códigos/leis assumem o papel principal, caracterizado pela adoção de práticas contabilísticas mais conservadores e prudentes (Barlev *et al.*, 2007) e onde, apesar de as perdas serem antecipadas, os ganhos potenciais não são reconhecidos até serem realizados (Watts, 2003). Neste contexto, a tradição “cultural” pode ser um fator difícil de ultrapassar.

Igualmente na tentativa de melhor responder à terceira sub-questão, no desenho da investigação, optou-se por desenvolver a hipótese 2, desagregada em 3 sub-hipóteses. Estas sub-hipóteses foram também desenvolvidas com base na literatura, considerando os pressupostos da Teoria Positiva da Contabilidade.

Os resultados obtidos sugerem que:

- As empresas, apesar de não ponderarem muito o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira, reconhecem a sua importância e utilidade.
- O reconhecimento da importância e utilidade da informação financeira não é uniforme.

Embora a informação financeira seja considerada muito importante e útil para a gestão interna, é superiormente considerada para fins fiscais, verificando-se um menor nível de reconhecimento para as decisões de financiamento.

Observou-se também que a importância e utilidade da informação financeira é superiormente considerada na perspetiva de quem exerce funções de gestão (gestores ou diretores financeiros), sendo também superiormente considerada nas empresas em que os serviços de contabilidade estão mais próximos da gestão (empresas com serviços de contabilidade integrados na empresa) e nas empresas do tipo não familiar. Contudo, na

opinião dos TOC, a informação financeira é mais importante e útil para fins fiscais do que para as decisões de financiamento ou mesmo para a gestão interna.

- Quanto ao impacto da mensuração dos AFT nos itens em análise, os resultados apurados não são unânimes, verificando-se alguma dispersão.

Conquanto seja reconhecido um grande impacto da mensuração dos AFT nas questões relacionadas com o financiamento bancário, principalmente no que se refere à sinalização da imagem para o exterior, designadamente para bancos e outros credores, os resultados refletem um impacto maior no resultado fiscal, verificando-se um menor impacto da mensuração dos AFT nas questões relacionadas com a gestão interna.

- Relativamente à consulta dos serviços de contabilidade, existe um certo equilíbrio entre as questões de natureza fiscal e o planeamento e gestão financeira, contudo, os resultados traduzem-se numa maior percentagem de respostas na opção “sempre”, na consulta dos serviços de contabilidade para o planeamento fiscal. Os resultados indicam, porém, que os serviços de contabilidade são superiormente consultados para a preparação de informação externa.

Na consulta dos serviços de contabilidade, são os TOC que menos consideram que as empresas consultam os serviços de contabilidade, em termos gerais. Em sentido inverso, é nas empresas com contabilidade interna que os serviços de contabilidade são superiormente consultados.

- Os resultados indicam ainda que a preparação da informação financeira é vista mais como um imperativo fiscal do que como uma necessidade de gestão.

Respondendo à questão de investigação, pode concluir-se que a informação financeira tem importância para as PME, todavia, no conjunto das três sub-hipóteses em análise, aquela para a qual a importância e utilidade da informação financeira foi menos reconhecida foi para a sinalização da empresa, designadamente perante os bancos e outros credores, ou seja, como forma de melhorar as condições de financiamento.

Uma das conclusões principais deste estudo é que as questões de índole fiscal têm um grande peso em matéria de informação financeira. Não só a informação financeira é superiormente considerada muito importante e útil para fins fiscais, como também a mensuração dos AFT é direcionada para o resultado fiscal, tendo-se observado que a preparação da informação financeira foi vista mais como um imperativo fiscal do que como uma necessidade de gestão.

Os resultados permitem também concluir-se que, apesar das diferenças não serem muito relevantes, a importância e utilidade da informação financeira difere duma empresa que tenha contabilidade integrada na estrutura interna relativamente a uma empresa que tenha a contabilidade no exterior, com as primeiras a darem mais importância à informação financeira e a consultarem mais os serviços de contabilidade, de modo geral.

Também no que respeita aos cargos ocupados, foram detetadas diferenças, com os Gerentes e os Diretores Financeiros a considerarem mais importante a informação financeira para as questões relacionadas com a gestão, ao contrário dos TOC, que realçam a importância da informação financeira para as questões de natureza fiscal.

De realçar ainda que as empresas do tipo não familiar dão maior importância à informação financeira para a gestão interna.

LIMITAÇÕES

Como qualquer investigação desta natureza, o presente estudo contém

algumas limitações, obrigando a interpretar os resultados com algumas reservas, designadamente:

- A fraca taxa de resposta, resultante do facto de a política seguida ser responder tardiamente e após várias solicitações, ou não responder.
- O uso do questionário não permitir colocar questões do tipo “porquê”, nem inferir possíveis fatores que possam influenciar a resposta.

No entanto, apesar da baixa taxa de respostas, a caracterização da amostra não se afasta das características da população, considerando-se que a amostra apresenta uma distribuição proporcional à distribuição do universo.

De referir que as conclusões que se apresentaram resultam de um estudo global, podendo não ser aplicáveis a casos particulares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo, revisão da literatura e estudo empírico, sugerem que:

- A informação financeira é um instrumento essencial no apoio à tomada de decisão, uma ferramenta fundamental na transmissão de informação sobre a empresa e de comunicação entre a empresa e os demais *stakeholders*.

A importância da informação financeira objetiva-se, assim, na necessidade de proporcionar informação útil à tomada de decisões económicas e de responder às necessidades dos seus utentes.

Neste sentido, os utentes da informação financeira não se devem limitar à Administração Fiscal, devendo esta ser considerada como mais um utilizador e não como um fim da informação financeira.

- O uso do justo valor reflete as condições económicas presentes, enquanto o custo histórico apenas indica as condições económicas existentes no momento da compra ou produção, o que corresponde ao justo valor naquele momento. Assim, o custo histórico é estático, o que o torna incapaz de representar de modo razoável o valor dos ativos, desvirtuando, deste modo, a informação reportada.

As empresas devem optar, conforme a filosofia do SNC, maioritariamente por normas contabilísticas e políticas contabilísticas que fomentem o justo valor e a informação financeira mais orientada para a gestão (base económica), em detrimento dos critérios de base fiscal, preconizando, definitivamente, uma mudança na cultura contabilística mais direcionada para aspetos económicos e para a gestão.

INVESTIGAÇÕES FUTURAS

As conclusões que foi possível retirar no âmbito da presente investigação representam um ponto de partida para um elenco variado de linhas de investigação futura, dado o reduzido número de trabalhos produzidos nesta área. Assim, podem ser apontados os seguintes vetores de desenvolvimento desta temática:

- Características das PME.
- Diferenças e consequências de um serviço de contabilidade externo e de um serviço de contabilidade incluído na estrutura interna da empresa.
- Postura dos diferentes intervenientes na informação financeira.
- Influência Fiscal.
- Evolução das políticas de mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis.

BIBLIOGRAFIA

- Ahmed, A. S. e Duellman, S. (2007). “Accounting conservatism and board of director characteristics: an empirical analysis”. *Journal of Accounting and Economics*, 43: 411-437.
- Ahmed, A. S. e Takeda, C. (1995). “Stock market valuation of gains and losses on commercial banks' investment securities. An empirical analysis”. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 20, nº2: 207-225.
- Ali, A. e Hwang, L. (2000). “Country specific factors related to financial reporting and the relevance of accounting data”. *Journal of Accounting Research*, 38: 1-21.
- Alves, Maria do Céu Ferreira Gaspar (2002). “Decisores e informação contabilística: sua influência nas decisões empresariais.” Covilhã : 2002. 500p. Tese de doutoramento em Gestão, Universidade da Beira Interior.
- Ang, J. S. (1991). “Small Business Uniqueness and the Theory of Financial Management.” *The Journal of Small Business Finance*, Vol. 1, nº 1: 1-13.
- Ang, J. S. (1992). “On the Theory of Finance for Privately Held Firms”. *Journal of Small Business Finance*, Vol. 1, nº 3: 185-203.
- Ang, J. S.; Lin, J. W. e Tyler, F. (1995). “Evidence on the Lack of Separation Between Business and Personal Risks Among Small Businesses”. *Journal of Small Business Finance*, Vol. 4, nº 2/3: 197-210.
- Armstrong, Christopher S.; Barth, Mary E.; Jagolinzer, Alan D.; Riedl, Edward J. (2010). “Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe”. *The Accounting Review* 85, nº1: 31-61.
- Astami, E. W. e Tower, G. (2006). “Accounting-Policy Choice and Firm Characteristics in the Asia Pacific Region: An international Empirical Test of Costly Contracting Theory”. *The International Journal of Accounting*, nº41: 1-21.
- Ball, Ray (2006). “International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors”. *Accounting and Business Research*, Vol. 36, nº(Special issue): 5-27.
- Ball, Ray; Kothari, S. P. e Robin, Ashok (2000). “The effect of Institutional Factors on Properties of Accounting Earnings: International Evidence”. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 29, nº1: 1-51.

- Banco de Portugal (2012). “Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011”. Estudos da Central de Balanço. Abril de 2012. [consultado 2012-09-21]. Disponível em: http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalanços/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%207_2012.pdf
- Barlev, B.; Fried, D.; Haddad, J. R. e Livnat, J. (2007). “Reevaluation of Revaluations: A Cross-Country Examination of the Motives and Effects on Future Performance”. *Journal of Business Finance & Accounting*, 34, September/October 2007: 1025–1050.
- Barlev, B.; Haddad, J. R. (2003). “Fair Value Accounting and the Management of the Firm”. *Critical Perspectives on Accounting* 4, Vol. 14: 383-415.
- Barnea, A.; Haugen, R. A. e Senbet, L. W. (1980). “A Rationale for Debt Maturity Structure and Call Provisions in the Agency Theoretic Framework”. *Journal of Finance*, Vol. 35: 1223-1234.
- Barth, M. E. (1991). “Relative Measurement Errors among Alternative Pension Asset and Liability Measures”. *The Accounting Review*, Vol. 66, nº3: 433-463.
- Barth, M. E. (1994). “Fair Value Accounting: Evidence from Investment Securities and the Market Valuation of Banks”. *The Accounting Review*, Vol. 69, nº1: 1-21.
- Barth, M. E. (2007). “Standard-setting measurement issues and the relevance of research”. *Accounting and Business Research Special Issue: International Accounting Policy Forum*: 7-15.
- Barth, M. E.; Collins, D.; Crooch, G.; Elliott, J.; Thomas, F.; Imhoff, E.; Landsman, W. e Stephens, R. (1995). “Response to the FASB Exposure Draft “Disclosure about Derivative Financial Instruments and Fair Value of Financial Instruments”. *Accounting Horizons*, Vol. 9, nº1: 92-95.
- Barth, Mary E. e Schipper, Katherine (2008). “Financial Reporting Transparency”. *Jornal of Accountinh, Auditing & Finance*: 173-190.
- Barth, Mary E.; Landsman, Wayne R. e Lang, Mark H. (2008). “International Accounting Standards and Accounting Quality”. *Journal of Accounting Research*, Vol. 46, nº. 3: 467-498.
- Barton, S.L. e Matthew, C.H. (1989). “Small firm financing: Implications from a strategic management perspective.” *Journal of Small Business Management* 18, nº. 1: 1–7.

- Basu, S. (1997), “The Conservatism Principle and the Asymmetric timeliness of Earnings”. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 24: 3-37.
- Beasley, M.S. (1996). “An empirical analysis of the relation between the boards of directors and financial statement fraud”. *Accounting Review*, Vol. 71, nº4: 443-465.
- Beck, T. e Demirguc-Kunt, A. (2006). “Small and Medium-Size Enterprises: Access to Finance as a Growth Constraint.” *Journal of Banking & Finance*, 30: 2931-2943.
- Beekes, W., Pope, P. e Young, S. (2004), “The Link Between Earnings Timeliness, Earnings Conservatism and Board Composition: Evidence from the UK”. *Corporate Governance: An International Review*, nº12: 47–59.
- Berger, A. e Udell, G. (1998), “The Economics of Small Business Finance: the Roles of Private Equity and Debt Markets in the Financial Growth Cycle”. *Journal of Banking & Finance*, Vol. 22: 613-673.
- Berger, A.; Saunders, A.; Scalise, J. e Udell, G. (1998). "The Effects of Bank Mergers and Acquisitions on Small Business Lending". *Journal of Financial Economics* 50: 187-229.
- Berger, Allen; Espinosa-Veja, Marco A.; Scott Frame, W. e Miller, Nathan H. (2011). “Why Do Borrowers Pledge Collateral? New Empirical Evidence on the Role of Asymmetric Information”. *Journal of Financial Intermediation*, Vol. 20, nº 1: 55-70.
- Biddle, G.C. e Gilles, Hilary (2006). “Accounting Quality and Firm-Level Capital Investment”. *The Accounting Review* 81, nº5: 963-982.
- Binks, M.R.; Ennew, C.T. e Reed, G.V. (1992). “Information asymmetries and the provision of finance to small firms.” *International Small Business Journal* 11, nº 1: 35–46.
- Bland, J.M. e Altman D.G. (1997). “Statistics notes: Cronbach's alpha.” *British Medical Journal*: 314-572.
- Boot, A. e Thakor, A. (2000). "Can Relationships Banking Survive Competition?". *Journal of Finance*, 55(2): 679-713.
- Bowen, R. M.; DuCharme, L. e Shores. D. (1999). “Economic and Industry Determinants of Accounting Method Choice”. *University of Washington Business School*. [consultado 2011-12-05]. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=182888>

- Bruns, W. J. J. e Mckinnon, S. M. (1993). "Information and managers: a field study." *Journal of Management Accounting Research*, Vol. 5, Sarasota: 84-98. [consultado 2011-12-05]. Disponível em: <http://proquest.umi.com>
- Bryan, E. L. e Friedlob, G. T. (1984). "Financial Management and Capital Formation in Small Business." *Journal of Small Business Management*, Julho: 73-75.
- Cairns, David (2006). "The use of Fair Value in IFRS". *Accounting in Europe*, Vol. 3, nº1: 5-22.
- Calixto, Laura (2010). "Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adoção do IFRS em Países Europeus". *Revista Contabilidade Vista & Revista*, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Vol. 21, n.º 1:157-187.
- Cazavan-Jeny, A. e Jean , T. (2007), "Accounting Choices under IFRS 1: Analysis and Determinants". [consultado 2011-12-05]. Disponível em: <http://www.essec-kpmg.net/us/eufin/>
- Cheng, Q. e Warfield, T. (2005). "Equity incentives and earnings management". *The Accounting Review*, nº 80 (2): 441-476.
- Chenhall, R.H. (2003). "Management control systems design within its organizational context: findings from contingency-based research and directions for the future". *Accounting, organizations and society*, 28: 127-168.
- Chenhall, R.H. e Langfield-Smith, K. (2007). "Multiple perspectives of performance measures." *European Management Journal*, 25: 266-282.
- Clarke, P. J. (1997). "Management accounting practices in large Irish manufacturing firms". *IBAR - Irish Business and Administrative Research*, Vol. 18: 136-152.
- Comissão Europeia (2007). "EU Implementation of IFRS and the Fair Value Directive". [consultado 2012-02-24]. Disponível em: http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/studies/2007-eu_implementation_of_ifrs.pdf
- Coppens, C.; van Wymeersch, K. e Engels, L. (2006). "The attitude of Belgian SMEs towards the implementation of IAS/IFRS: an inquiry into what Belgian SMEs know and expect, and how well they are prepared for IAS/IFRS". paper presented at the annual congress of the European Accounting Association, Dublin, Ireland.

- Dechow, P. M. (1994). “Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance. The role of accounting accruals”. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 18: 3-42.
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, aprova o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).
- Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, altera o Código do IRC.
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, aprova o regime da normalização contabilística para as microentidades (NCM) e o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).
- Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, cria a certificação de PME.
- Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro, revisão do Plano Oficial de Contabilidade.
- Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro, aprova o primeiro Plano oficial de Contabilidade.
- Decreto-Lei nº 442-B/88, de 30 de novembro, aprova o Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas.
- Decreto-Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, estabelece o regime das depreciações e amortizações.
- Decreto-Regulamentar nº 2/90, de 2 de janeiro, estabelece o regime das reintegrações e amortizações
- DeFond, M. L. e Jambalvo, J. (1994). “Debt covenant violation and manipulation of accruals”. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 17, nº 1/2: 145-176.
- Degryse, H. e Ongena, S. (2005). “Distance, lending relationships and competition”. *Journal of Finance*, Vol. 60: 231-266.
- Demaria, S. e Dufour, D. (2007). “First time adoption of IFRS, Fair value option, Conservatism: Evidences from French listed companies”. 30ème colloque de l’EAA, Lisbon: Portugal.
- Durand, D. (1959). “The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment: Comment”. *The American Economic Review*, Vol. 44: 639-655.

- Dyreng, S.; Hanlon, M. e Maydew, E. (2008). “Long run corporate tax avoidance”. *The Accounting Review*, 83 1: 61–82.
- Dyreng, S.; Hanlon, M. e Maydew, E. (2010). “The Effects of Executives on Corporate Tax Avoidance”. *The Accounting Review*, Vol. 85, nº 4: 1163–1189.
- Easley, David e O’Hara, Maureen (2004). “Information and the Cost of Capital”. *The Journal of Finance* LIX, nº 4: 1553-1583.
- Easton, P. D.; Eddey, P. H. e Harris, T. S. (1993) “An investigation of revaluations of tangible long-lived assets”. *Journal of Accounting Research*, Vol. 31: 1-38.
- Eccher, E.; Ramesh, K. e Thiagarajan, S. (1996). “Fair Value Disclosures by Bank Holding Companies”, *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 22, nº1-3: 79-117.
- Eierle, Brigitte e Haller, Axel (2009). “Does Size Influence the Suitability of the IFRS for Small and Medium- Sized Entities? – Empirical Evidence from Germany”. *Accounting in Europe*, Vol. 6, nº 2: 195–230.
- European Commission (2010). “European SMEs under Pressure Annual Report on EU Small and Medium – Size Enterprises 2009”. Directorate – General for Enterprise and Industry. [consultado 2012-02-24]. Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/facts-figures-analysis/performance-review/files/supporting-documents/2009/annual-report_en.pdf
- Evans, L.; Gebhardt, G.; Hoogendoorn, M.; Marton, J.; Di Pietra, R.; Mora, A.; Thinggard, F.; Vehmanen, P. e Wagenhofer, A. (2005). “Problems and opportunities of an international financial reporting standard for small and medium-sized entities”. *The EAA FRSC’s comment on the IASB Discussion Paper*, *Accounting in Europe*, 2: 23-45.
- Fama, E. F. e French, K. R. (2002). “Testing Trade-Off and Pecking Order Predictions About Dividends and Debt.” *The Review of Financial Studies*, Vol. 15, nº1: 1-33.
- Fama, E. F. e Jensen, M. C. (1983). “Separation of Ownership and Control”. *Journal of Law and Economics*, Vol. 26: 301-325.
- Fields, T. D.; Lys, T. Z. e Vincent, L. (2001). “Empirical Research on Accounting Choice”. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 31: 255-307.
- Fiet, J.O. (1995). “Risk avoidance strategies in venture capital markets.” *Journal of Management Studies*, 324, nº. 4: 551–75.

- Fonseca, M. J. (2007). “Fair value or Cost-Based Measurement for PPE and IP: Evidence from Accounting Practice under IFRS”. Universidade Católica Portuguesa. [consultado 2012-01-17]. Disponível em: http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/5300/1/com-inter_2007_FEG_1337_Fonseca_Maria_01.pdf
- Fortin, Marie-Fabienne (2000). “Processo de Investigação - da Concepção à Realização”. 3º ed. Loures : Lusociência, 2000. ISBN: 972838310X.
- Francis, J. (1990). “Accounting for Futures Contracts and the Effect on Earnings Variability”. The Accounting Review, Vol. 65, nº4: 891-910.
- Gabás, T. F.; Moneva, A. J. M.; Bellostas, P. A. J. e Jarne, J.I.J., (1996). “Análisis de la demanda de información financiera en la coyuntura actual”. Revista Española da Financiacion y Contabilidad, Vol. XXV, nº 86, Janeiro-Março: 103-137.
- García-Teruel, Pedro J. e Martínez-Solan, Pedro (2008). “On the Determinants of SME Cash Holdings: Evidence from Spain.” Journal of Business Finance & Accounting, 35(1) & (2): 127–149.
- Gassen, J., e T. Sellhorn (2006). “Applying IFRS in Germany – Determinants and Consequences”, Working paper BFUP, July.
- Gaver, J.; Gaver, K. e Austin, J. (1995). “Additional evidence of bonus plans and income management”. Journal of Accounting and Economics: 3-28.
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (1992). “O Inquérito - Teoria e Prática”. Tradução para a língua portuguesa de C. Lemos Pires, Oeiras : Celta Editora.
- Gibson, B. (1993). “The alternative to assuming ‘rational’ use of financial information within small firms.” Journal of Small Business Finance 2, nº 2: 163–174.
- Goncharov, I. e Zimmermann, J. (2006) “Do Accounting Standards Influence the Level of Earnings Management? Evidence from Germany”. Working paper, University of Amsterdam and University of Bremen.
- Guerreiro, M. S.; Rodrigues L. L. e Craig, R. (2005). “The Preparedness of Companies to Adopt International Financial Reporting Standards: Portuguese Evidence”. Accounting Forum, Vol. 32, Issue 1: 75–88
- Guerreiro, Maria das Dores (1994). “Famílias na Actividade Empresarial: Empresas Familiares em Portugal”. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade Técnica de Lisboa.

- Gunny, K. (2005). "What are the consequences of real earnings management". Haas School of Business, University of California, Berkeley CA 94720.
- Hall, G. C.; Michaelas, N. e Hutchinson, P. J. (2004). "Determinants of the Capital Structures of European SMEs." *Journal of Business Finance & Accounting*, Vol.31: 711-728.
- Hand, J. H.; William, P. L. e Robert, B. R. (1982). "Agency Relationships in the Close Corporation". *Financial management*, Vol. 11, nº1: 25-30.
- Healy, P. (1985). "The effect of bonus schemes on accounting decisions". *Journal of Accounting and Economics*, nº 7: 85-107.
- Healy, P. M. e Wahlen, J. M. (1999). "A Review of the earnings management literature and its implications of standard setting". *Accounting Horizons*, Vol. 13, nº 4: 365-383.
- Hill, Manuela e Hill, Andrew (2008). "Investigação por questionário". 2ª ed. Lisboa : Edições Sílabo, 2008. ISBN 9789726182733.
- Holmes, S. e Kent, P. (1991). "An empirical analysis of the financial structure of small and large Australian manufacturing enterprises." *The Journal of Small Business Finance*, Vol. 1, nº 2: 141-154.
- Holthausen, R. W.; Larcker, D. F. e Sloan, R. G. (1995). "Annual bonus schemes and the manipulation of earnings". *Journal of Accounting & Economics*, Vol. 19, nº1: 29-74.
- Holthausen, R.W. e Leftwich, R.W. (1983). "The economics consequences of accounting choice". *Journal of Accounting & Economics*, Vol. 5, nº2: 77-117.
- Holthausen, Robert W. (2003). "Testing the relative power of accounting standards versus incentives and other institutional features to influence the outcome of financial reporting in an international setting". *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 36, nº 1-3: 271-283.
- Horngren, C. T.; Foster, G. e Datar, S. M. (1962). "Cost Accounting: A Managerial Emphasis". 9ª Ed., 1997, Prentice Hall Series in Accounting, London, Prentice Hall International, Inc.
- Hunt, A.; Moyer, S. E. e Shevlin, T. (1996). "Managing interacting accounting measures to meet multiple objectives: A study of LIFO firms". *Journal of Accounting and Economics*, nº 21: 339-374.

- Hunt, H. (1986). “The separation of corporate ownership and control: Theory, evidence and implications”. *Journal of Accounting Literature*, Vol. 5: 85-124.
- Hutchinson, R. W. (1995). “The Capital Structure and Investment Decisions of the Small Owner-Management Firm: Some Exploratory Issues”. *Small Business Economics*, Vol. 7, nº 3: 231-239.
- INE (2010). “Micro, Pequenas e Médias Empresas em Portugal”. Estudos sobre Estatísticas Estruturais das Empresas 2008. Destaque – Informação á comunicação social. 28 de Junho de 2010. [consultado 2012-03-18]. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?PORTLET_ID=JSP&xlang=pt&xpid=INE&PORTLET_UID=%23JSP%3Aine_cont_header_dest%23&PORTLET_NAME=ine_cont_header_dest&xpgid=ine_destques&DESTAQUESTema=00&DESTAQUESdata_inicial=&DESTAQUESdata_final=&DESTAQUESfreeText=Micro%2C+Pequenas+e+M%C3%A9dias+Empresas+em+Portugal&x=11&y=9
- INE (2011). “O perfil exportador das PME em Portugal – 2007/2009”. Estudos sobre Estatísticas Estruturais das Empresas 2007-2009. Destaque – Informação á comunicação social. 30 de Junho de 2011. [consultado 2012-03-18]. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destques&DESTAQUESdest_boui=107557517&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt
- INE (2012). “Número de empresas diminuiu”. Empresas em Portugal 2010. Destaque – Informação á comunicação social. 29 de Junho de 2012. [consultado 2012-09-21]. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destques&DESTAQUESdest_boui=133411720&DESTAQUESTema=00&DESTAQUESmodo=2
- Ioannides, Christos; Peel, David and Peel, Michael (2003). “The Time Series Properties of Financial Ratios: Lev Revisited”. *Journal of Business Finance and Accounting*, 30: 699-714.
- Iona, A.; Leonida, L. e Ozkan, A., (2004). “Determinants of Financial Conservatism: Evidence from Low-Leverage and Cash-Rich UK Firms”. Discussion Papers in Economics-Department of Economics and Related Studies University of York Heslington York. [consultado 2012-02-19]. Disponível em: <http://www.york.ac.uk/depts/econ/documents/dp/0401.pdf>

- Jackson, Scott B. (2008). “The Effect of Firms’ Depreciation Method Choice on Managers’ Capital Investment Decisions”. *The Accounting Review* 83, nº 2: 351-376.
- Jensen, M. C. e Meckling, W. H. (1976). “Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure.” *Journal of Financial Economics*, Vol. 3, nº 4: 305-360.
- Jermakowicz, E. K. (2004). “Effects of Adoption of International Financial Reporting Standards in Belgium: The Evidence from BEL-20 Companies”. *Accounting in Europe*, Vol. 1: 51-77.
- Jermakowicz, Eva K. e Gornik-Tomaszewski, Sylwia (2006). “Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies”. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, Vol. 15: 170–196.
- Jiménez, Gabriel e Saurina, Jesús (2004). “Collateral, Type of Lender and Relationship Banking as Determinants of Credit Risk”. *Journal of Banking & Finance*, Vol. 28, nº 9: 2191-2212.
- Jiménez, Gabriel; Salas, Vicente e Saurina, Jesús (2006). “Determinants of collateral”. *Journal of Financial Economics*, Vol. 81: 255-281.
- Kadous, Kathryn; Magro, Anne M.; Spilker, Brian C. (2008). “Do Effects of Client Preference on Accounting Professionals’ Information Search and Subsequent Judgments Persist with High Practice Risk?”. *The Accounting Review* 83, nº1: 133-156.
- Kang, Sok-Hyon; Zhao, Yuping. (2010). “Information Content and Value Relevance of Depreciation: A Cross-Industry Analysis”. *The Accounting Review* 85, nº1: 227-260.
- Khurana, I. K. e Kim, M.-S. (2003). “Relative Value relevance of Historical Cost vs Fair Value: Evidence from Bank Holding Companies”. *Journal of Accounting and Public Policy*, nº 22: 19-42.
- KPMG (2006). “The Application of IFRS Choices in Practice”. [consultado 2012-02-24]. Disponível em: http://www.kpmg.co.uk/pubs/304574_ifrg.pdf
- Lin, Y.C. e Peasnell, K.V. (2000). “Fixed asset revaluation and equity depletion in UK.” *Journal of Business Finance and Accounting*, 27: 359–94.
- Lopes de Sá, A. (1997). “Temática contábil.” *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa*, nº 381, Junho: 141-145.

- Lopes, P. T. e Rodrigues, L. L. (2007). “Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange”. [consultado 2012-05-20]. Disponível em: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S002070630600104>
- Lopes, P. T. e Viana, R. C. (2008). “The transition to IFRS: disclosures by Portuguese listed companies”. Working Paper, Faculdade de Economia do Porto.
- Magro, Anne M. (2005). “Knowledge, Adaptivity, and Performance in Tax Research”. *The Accounting Review* 80, nº2: 703-722.
- Major, Maria João e Vieira, Rui (org.) (2009). “Contabilidade e Controlo de Gestão – Teoria, Metodologia e Prática.” Escolar Editora, 2009. ISBN 9789725922415.
- Marconi, M. A. e Lakatos, E. (2010). “Técnicas de Pesquisa”. 7ª Edição, São Paulo : Editora Atlas.
- Marquez, R. (2002). “Competition, Adverse Selection, and Information Dispersion in the Banking Industry”. *Review of Financial Studies*, 15(3): 901-926.
- Matthews, Kent; Thompson, John (2008). “The Economics of Banking.” Great Britain, (2ª ed) John Willey & Sons Inc.
- Michaelas, N., Chittenden, F. e Poutziouris, P. (1999). “Financial Policy and Capital Structure Choice in U.K. SMEs: Empirical Evidence from Company Panel Data.” *Small Business Economics*, 12: 113-130.
- Missonier-Piera, F. (2004). “Economic Determinants of Multiple Accounting Method Choices in a Swiss Context”. *Journal of International Financial Management and Accounting*, Vol. 15, nº 2: 118-144.
- Mitchell, V. e Volking, Y. E., (1993). “Analysing the quality of management information: a suggested framework”. *Management Decision*, Vol. 31 nº 8: 12-19.
- Modigliani, F. e Miller, M. (1958). “The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment”. *The American Economic Review*: 261-297.
- Modigliani, F. e Miller, M. (1963). “Corporate Income Taxes and the Cost of Capital: A correction”. *The American Economic Review*: 433-443.
- Moreira, J. A. (2006). “Are Financing Need a Constraint to Earnings Management? Evidence for Private Portuguese Firms”. Outubro: 2-33. [consultado 2011-12-05]. Disponível em: <http://www.fep.up.pt/investigacao/cete/papers/dp0610.pdf>

- Moreira, J. A. (2008). “A Manipulação dos Resultados das Empresas: um contributo para o estudo do caso português”. *Jornal de Contabilidade*, nº 373, Abril: 112 – 153.
- Murray, D. e Johnson, R. (1983). “Differential GAAP and the FASB’s conceptual framework”. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*: 4-15.
- Myers, S. C. (1977). “Determinants of Corporate Borrowing”. *Journal of Financial Economics* 3: 187–221.
- Myers, S. C. (1984). “The Capital Structure Puzzle”. *Journal of Finance*, Vol. 39: 733-71.
- Myers, S. e Majluf, N.S. (1984). “Corporate financing and investment decision when firms have information that investors do not have.” *Journal of Financial Economics*, Vol. 5: 147–175.
- Nelson, K. (1996). “Fair Value Accounting for Commercial Banks: An Empirical analysis of SFAS nº107”. *The Accounting Review*, Vol. 71, 2: 161-182.
- Nobes, C.W. (1981). “An empirical investigation of international accounting principles: A comment.” *Journal of Accounting Research* : 268–80.
- Nugraheni, B. L. Y. e Adimas H. (2006). “Conservatism and Value Relevance: an empirical study of Indonesian Companies”. [consultado 2012-05-20]. Disponível em: <http://info.stieperbanas.ac.id/makalah/K-INT07.pdf>.
- Nunes, L.C.F e Serrasqueiro, Z. M.S. (2004). “A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas”. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, São Paulo, nº 36 : 87 – 96.
- Peasnell, K.V.; Pope, P.F. e Young, S. (2005). “Board monitoring and earnings management: Do outside directors influence abnormal accruals?” *Journal of Business Finance & Accounting*. Vol. 32. nº 7-8: 1311:1346.
- Penman, Stephen H. e Zhang, Xiao-Jun (2002). “Accounting Conservatism, the Quality of Earnings, and Stock Returns”. *The Accounting Review*, Vol. 77, nº 2: 237-264.
- Pereira, Renato; Estevam, Mariana; Almeida, Rui (2009). “Harmonização Contabilística Internacional”, 1ª ed. Lisboa : Bnomics, 2009. ISBN 978-989-8184-18-4.
- Pestana, Maria Helena e Gageiro, João Nunes (2008). “Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS”. 5ª ed. rev. e corrig. Lisboa : Edições Sílabo, 2008. ISBN 9726184983.

- Petersen, M. e Rajan, R. (1994). "The Benefits of Lending Relationships: Evidence from Small Business Data". *Journal of Finance*, 49(1): 3-37.
- Pettit, R.R. e Singer, R.F. (1985). "Small business finance: A research agenda." *Journal of Financial Management Association* 14, nº 3: 47–60.
- Pierce, B. e O’Dea, T. (1998). "An empirical study of management accounting practices in Ireland". *Irish Accounting Review*, Vol. 5, nº2: 35-65.
- Plumlee, Marlene A. (2003). "The Effect of Information Complexity on Analysts’ Use of That Information". *The Accounting Review* 78, nº 1: 275-296.
- Rajan, R. (1992). "Insiders and outsiders: The Choice between Relationship and Arm’s-Length Debt". *Journal of Finance*, 47: 1367-1400.
- Rajan, R. e Zingales, L. (1995). "What do we know about Capital Structure? Some Evidence from International Data". *Journal of Finance*, Vol. L, nº 50: 1421-1460.
- Reis, Elizabeth; Melo, Paulo; Andrade, Rosa e Calapez, Teresa (2001). "Estatística aplicada", Vol.2, Lisboa : Edições Sílabo.
- Richard, J. (2004). "The Secret Past of Fair Value: Lessons from History Applied to the French Case". *Accounting in Europe*, Vol. 1, nº 1: 95-107
- Ross, S. (1977). "The Determination of Financial Structure: the Incentive-signalling Approach". *The Bell Journal of Economics*: 23-40.
- Schipper, K (1989). "Earnings Management". *Accounting Horizons*, Vol. 3, nº 4: 91-102.
- Scholes, M. S.; Wilson, G. P. e Wolfson, M. A. (1990). "Tax planning, regulatory capital planning, and financial reporting strategy for commercial banks". *Review of Financial Studies*, nº 3: 625-50.
- Schulze, W.; Lubatkin, M. e Dino, R. (2002). "Toward a theory of agency and altruism in family firms". *Journal of Business Venturing*, Vol. 18: 473-90.
- Sekaran, U. (2003). "Research Methods for Business: A Skill-Building Approach". 4ª Ed., New York : John Wiley & Sons.
- Sharpe, S. A. (1990). "Asymmetric Information, Bank Lending, and Implicit Contracts: A Stylized Model of Customer Relationships". *Journal of Finance*, 45(4): 1069-1087.

- Silva, F., Couto, G. e Cordeiro, R. (2007). “Measuring the impact of international financial reporting standards (IFRS) in firm reporting: the case of Portugal”. Working Paper, Universidade dos Açores e Universidade da Madeira (Centro de estudos de economia aplicada do atlântico).
- Simon, H. A.; Guetzkow, H.; Kozmetsky, G. e Tyndall, G. (1954). “Centralization Vs. Decentralization in Organizing the Controller’s Department”. A Research Study and Report prepared for Controllershship Foundation, New York.
- Sinha, Nishi; Watts, John (2001). “Economic Consequences of the Declining Relevance of Financial Reports”. *Journal of Accounting Research* 39, nº3: 663-681.
- Smith, J. K. (1987). “Trade Credit and Informational Asymmetry”. *The Journal of Finance*, Vol. 42, nº4: 863:872.
- Stulz, R. M. e Johnson, H. (1985). “An analysis of secured debt”. *Journal of Financial Economics*, 14: 501-521.
- Sweeney, A. P. (1994). “Debt-covenant violations and managers' accounting responses”. *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 17, nº 3: 281-308.
- Tarca, A. (2005). “International Convergence of Accounting Standards: An Investigation of the Use of IAS “Options” Not Acceptable Under US GAAP”. *International Journal of Business Studies*, Vol. 13, nº1: 67-86.
- Tendeloo, B.V. e Vanstraelen, A. (2005). “Earnings management under German GAAP versus IFRS”. *European Accounting Review*, Vol. 14, nº 1:155-180.
- Titman, S. e Wessels, R. (1988). “The Determinants of Capital Structure Choice”. *Journal of Finance*, Vol. 43: 1-19.
- Vilabella, L. B. e Silvosa, A. R. (1997). “Un Modelo de Síntesis de los Factores que Determinan la Estructura de Capital Óptima da las PYMES”. *Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa*, Vol. 6, nº 1: 107:124.
- Walker, D.A. (1989). “Financing the small firm.” *Small Business Economics* 1: 285–96.
- Watts, R. (2003). “Conservatism in accounting: part 1 explanations ans implications”. *Accounting Horizons*, Vol.17, nº3: 207-221.
- Watts, R. L. e Zimmerman, J. L. (1978). “Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards”. *The Accounting Review*, Vol. 53, nº 1: 112-134.

- Watts, R. L. e Zimmerman, J. L. (1990). "Positive Accounting Theory: A ten year perspective". *The Accounting Review*, Vol. 65, nº1: 131-156.
- Watty e Carlson (1998). "Demand for International Accounting Standards: A Customer Quality Perspective". *Advances in International Accounting*, 11: 133-154
- Whited, T. M. (1992). "Debt, Liquidity, Constraints, and Corporate Investment: Evidence from Panel Data". *Journal of Finance*, Vol. 47: 1425-1460.
- Whittington, Geoffrey e Tippet, Mark (1999). "The Components of Accounting Ratios as Co-integrated Variables". *Journal of Business Finance and Accounting*, 26: 1245-1273.
- Wilson, Ryan J. (2009). "An Examination of Corporate Tax Shelter Participants". *The Accounting Review* 84, nº3: 969-999.
- Xie, B.; Davidson III, W.N. e Dadalt, P.J. (2003). "Earnings management and corporate governance. The roles of the board and the audit committee". *Journal of Corporate Finance*. Vol.9, 3: 295-316.
- Young, S. (1998). "The Determinants of Managerial Accounting Policy Choice: Further Evidence for the UK". *Accounting and Business Research*, Vol. 28, nº2: 131-143.
- Zimmerman, J. (1983). "Taxes and firm size". *Journal of Accounting and Economics*, Vol. 5: 119-149.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Relação Hipótese/Variáveis

Hipóteses		Variável	Relação Esperada
H1	Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis a opção pelo modelo da revalorização está relacionada com um conjunto de características da empresa.	Mensuração dos AFT	(+)/(-)
H1a	Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis a opção pelo modelo da revalorização está inversa e negativamente relacionada com o grau de concentração da estrutura proprietária/gestão da empresa.	Estrutura proprietária/gestão da Empresa	(-)
H1b	Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com o nível dos resultados da empresa.	A Gestão dos Resultados	(+)
H1c	Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com o nível de endividamento.	A estrutura do capital e o tipo de financiamento	(+)
H1d	Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com o nível e composição dos AFT existentes na empresa cujo valor escriturado difira materialmente do justo valor, principalmente terrenos e edifícios.	Estrutura do Ativo	(+)
H1e	Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com as políticas seguidas no passado pela empresa.	Políticas contábilísticas seguidas no passado	(+)
H1f	Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com os recursos afetos à preparação das demonstrações financeiras da empresa.	Recursos afetos à preparação da informação financeira	(+)
H1g	Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis a opção pelo modelo da revalorização está inversa e negativamente relacionada com o custo associado à sua aplicação.	Relação Custo/Benefício	(-)
H1h	Na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis a opção pelo modelo da revalorização está direta e positivamente relacionada com a dimensão da empresa.	Dimensão da Empresa	(+)

Hipóteses		Variável	Relação Esperada
H2	A empresa considera a importância da informação financeira e pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.	A importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do AFT	(+)
H2a	A empresa considera a importância da informação financeira e na preparação das demonstrações financeiras pondera o impacto que a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis tem na gestão interna da empresa.	Proprietários/ Gestores	(+)
H2b	A empresa considera a importância da informação financeira e na preparação das demonstrações financeiras pondera o impacto que a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis tem na sinalização da empresa, designadamente perante os bancos e outros credores.	Bancos e outros credores	(+)
H2c	A empresa considera a importância da informação financeira e na preparação das demonstrações financeiras pondera o impacto que a mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis tem na eficiência fiscal.	Administração Fiscal	(+)

APÊNDICE 2 – Questionário

Questionário

Este questionário tem como objectivo desenvolver um estudo acerca da Importância da Informação Financeira para as PME (mensuração dos Activos Fixos Tangíveis), devendo ser preenchido pelo gerente/administrador, responsável pela área financeira, pelo TOC ou por colaborador da área administrativa e financeira.

Caso necessite de algum esclarecimento adicional utilize o seguinte e-mail: sergio.almeidarosa@gmail.com.

As respostas devem ser devolvidas para o e-mail referido.

Para responder ao inquérito basta clicar no quadrado pretendido, botão direito do rato, Propriedades, Marcado ou, escrever os elementos solicitados no campo respectivo.

Os dados recolhidos são confidenciais, serão tratados estatisticamente e utilizados no desenvolvimento de um estudo de Investigação.

O questionário é totalmente confidencial, nesse sentido, em parte alguma é solicitada a identificação da empresa ou do respondente.

O tempo de referência para resposta ao inquérito é de 15 minutos.

Desde já agradecemos a sua atenção e disponibilidade e relembramos a importância da sua colaboração na concretização deste trabalho.

1. Indique qual a sua função na empresa

- ☐ Gerente/Administrador
☐ Director Financeiro/Controller/Responsável pela área financeira
☐ TOC
☐ Colaborador da área administrativa e financeira
☐ Outra:

2. Indique o ano da constituição da empresa

- ☐ Década de 70 ou, anterior.
☐ Década de 80
☐ Década de 90
☐ Década/Anos 2000
☐ Anos 2010 e 2011

3. Indique qual a actividade principal da empresa

- ☐ Serviços
☐ Comércio
☐ Indústria e Construção
☐ Agricultura e Pescas
☐ Outra:

4. Classifique a empresa

- ☐ Empresário em nome individual
☐ Sociedade Unipessoal por Quotas
☐ Sociedade por Quotas
☐ Sociedade Anónima
☐ Outra:

5. Estrutura proprietária/gestão da empresa

5.1. A empresa é do tipo familiar? Sim ☐ Não ☐

5.2. Indique o N° total de sócios/accionistas da empresa.

5.2.1. Indique o N° de sócios/accionistas que detêm mais de 75% de capital.

5.2.2. Indique o N° de sócios/accionistas que detêm mais de 50% até 75% de capital.

5.2.3. Indique o N° de sócios/accionistas que detêm mais de 25% até 50% de capital.

5.2.4. Indique o N° de sócios/accionistas que detêm até 25% de capital.

5.3. Indique o N° de gerentes ou membros do conselho de administração que são sócios/accionistas.

5.4. Indique o N° de gerentes ou membros do conselho de administração que não são sócios/accionistas.

6. Estrutura do Capital e tipo de financiamento da empresa

6.1. Ordene as fontes de financiamento da empresa.

(por ordem decrescente, de 1-mais utilizada a 5-menos utilizada)

- Capital Próprio (lucros acumulados e retidos de anos anteriores)
- Empréstimos dos proprietários (sócios/accionistas)
- Financiamento Bancário
- Fornecedores e outros Credores
- Outra:

6.2. Relativamente aos prazos de contratação dos empréstimos bancários, indique que tipo de empréstimos a empresa recorre.

(assinale apenas uma alternativa)

- ☐ Somente de curto prazo
- ☐ Somente de médio/longo prazo
- ☐ Ambos mas com maior preponderância de curto prazo
- ☐ Ambos mas com maior preponderância de médio/longo prazo
- ☐ Não recorre a empréstimos bancários

6.3. Indique que tipo de garantias são solicitadas na contratação de empréstimos.

(assinale apenas uma alternativa)

- ☐ Somente de Garantias Reais (Terrenos, Edifícios e outros Activos)
- ☐ Somente de Garantias Pessoais (Fianças, Avals, etc.)
- ☐ Ambos mas com maior preponderância de Garantias Reais
- ☐ Ambos mas com maior preponderância de Garantias Pessoais
- ☐ Não são solicitadas Garantias

6.4. A empresa constituiu novos empréstimos nos anos:

2008 ☐ 2009 ☐ 2010 ☐ 2011 ☐ Em nenhum dos anos mencionados ☐

6.5. A empresa necessita ou prevê necessitar de novos empréstimos no próximo ano?

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐

7. Estrutura do Activo

7.1. Indique os itens que fazem parte do total do Activo Fixo Tangível (AFT) da empresa.

7.2. Indique também se considera que o valor escriturado de cada item difere materialmente do justo valor.

	Itens no AFT	Valor escriturado difere do justo valor?		
		Sim	Não	Não Sabe
Terrenos e Recursos Naturais	☐	☐	☐	☐
Edifícios e outras Construções	☐	☐	☐	☐
Equipamento Básico	☐	☐	☐	☐
Equipamento de Transporte	☐	☐	☐	☐
Equipamento Administrativo	☐	☐	☐	☐
Equipamentos Biológicos	☐	☐	☐	☐
Outros Activos Fixos Tangíveis	☐	☐	☐	☐

8. Políticas contabilísticas

8.1. Indique que norma contabilística aplicou na preparação das Demonstrações Financeiras no exercício de 2010.

- ☐ IFRS - International Financial Reporting Standards
☐ SNC - Sistema de Normalização Contabilística
☐ NCRF-PE - Norma Contabilística Relato Financeiro Pequenas Entidades
☐ NCM - Normalização Contabilística para Microentidades
☐ Outra:

8.2. Para o exercício de 2011, a empresa vai ou, prevê mudar de norma contabilística?

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐

8.3. Em caso afirmativo, indique que norma contabilística vai ou prevê aplicar.

- ☐ IFRS - International Financial Reporting Standards
☐ SNC - Sistema de Normalização Contabilística
☐ NCRF-PE - Norma Contabilística Relato Financeiro Pequenas Entidades
☐ NCM - Normalização Contabilística para Microentidades
☐ Outro:

8.4. Considerando os diplomas legais publicados entre 1963 e 1998, que permitiam a revalorização dos activos, indique o número de vezes que a empresa procedeu a revalorizações como base nesses diplomas.

Nenhuma ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 a 5 ☐ Mais de 5 ☐

8.5. Indique o número de vezes que procedeu a revalorizações não tendo por base qualquer diploma legal, denominadas “reavaliações livres”.

Nenhuma ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 a 5 ☐ Mais de 5 ☐

8.6. A empresa, aquando da transição para o SNC, utilizou a isenção prevista na valorização dos Activos Fixos Tangíveis e procederam à revalorização dos mesmos?

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐

8.7. Indique o modelo utilizado na mensuração dos Activos Fixos Tangíveis em 2010 e o modelo que a empresa vai ou prevê utilizar em 2011.

	Modelo do Custo		Modelo da Revalorização	
	2010	2011	2010	2011
Terrenos e Recursos Naturais	☐	☐	☐	☐
Edifícios e outras Construções	☐	☐	☐	☐
Equipamento Básico	☐	☐	☐	☐
Equipamento de Transporte	☐	☐	☐	☐
Equipamento Administrativo	☐	☐	☐	☐
Equipamentos Biológicos	☐	☐	☐	☐
Outros Activos Fixos Tangíveis	☐	☐	☐	☐

8. Políticas contabilísticas (continuação)

8.8. Indique a base de cálculo das depreciações dos Activos Fixos Tangíveis.

(assinale apenas uma alternativa, a mais evidente)

- ☐ Exclusivamente com base no Decreto Regulamentar (DR) 25/2009 (antes DR 2/90).
- ☐ Exclusivamente com base na vida útil do bem, em função do seu uso esperado e de qualquer evolução tecnológica verificada (critérios com base económica).
- ☐ Ambos, mas maior preponderância no DR 25/2009.
- ☐ Ambos, mas maior preponderância nos critérios com base económica.
- ☐ Outra:

8.9. Indique as taxas utilizadas no cálculo das depreciações dos Activos Fixos Tangíveis, resultante da aplicação do DR 25/2009 (antes DR 2/90).

(assinale apenas uma alternativa, a mais evidente)

- ☐ Somente as taxas retiradas directamente da tabela.
- ☐ Somente metade das taxas retiradas directamente da tabela (taxas mínimas).
- ☐ Ambas, depende do resultado contabilístico.
- ☐ Ambas, depende do resultado fiscal.
- ☐ Ambas, depende do bem e da vida útil esperada.

8.10. Indique o método de depreciações dos Activos Fixos Tangíveis.

(assinale apenas uma alternativa, a mais evidente)

- ☐ Somente o método das da linha recta (quotas constantes).
Também o método do saldo decrescente e/ou o método das unidades de produção:
- ☐ Dependente dos resultados da empresa.
- ☐ Dependente dos limites fiscais.
- ☐ Dependente da vida útil do item.
- ☐ Outro método:

8.11. Considera que algum item do Activo Fixo Tangível possa estar escriturado por um valor superior ao seu valor recuperável?

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐

8.12. A empresa alguma vez reconheceu uma perda por imparidade relativamente a um Activo Fixo Tangível?

Sim ☐ Não ☐ Não sabe ☐

9. Mensuração dos Activos Fixos Tangíveis

Numa escala de 1 a 5, escolha uma e só uma opção, a que melhor expresse a sua opinião, numa lógica crescente. Sendo que:

1 – Nunca / nenhum (o pior resultado); **2** - Pouco(as); **3** - Algum(as); **4** - Muito(as);
5 – Sempre / total (o melhor resultado)

	1	2	3	4	5
9.1. Avalie os factores pelo impacto que têm na mensuração dos Activos Fixos Tangíveis.					
a) As perspectivas dos proprietários/gestores.	☐	☐	☐	☐	☐
b) Nível dos resultados e implicação do modelo de mensuração no valor das depreciações.	☐	☐	☐	☐	☐
c) A Estrutura do capital.	☐	☐	☐	☐	☐
d) O tipo e necessidades de financiamento.	☐	☐	☐	☐	☐
e) Composição e valor escriturado do Activo Fixo Tangível.	☐	☐	☐	☐	☐
f) Revalorizações já efectuadas e valor do excedente de revalorização.	☐	☐	☐	☐	☐
g) Recursos afectos à preparação da informação financeira.	☐	☐	☐	☐	☐
h) Custo com as avaliações para determinar o justo valor.	☐	☐	☐	☐	☐

10. Recursos afectos à preparação da informação financeira

10.1. Indique se os serviços de contabilidade da empresa estão integrados na estrutura interna da empresa ☐ ou, não estão integrados na estrutura interna da empresa, são externos ☐.

10.2. No que se refere aos recursos afectos à preparação da informação financeira, indique se os considera:

(assinale apenas uma alternativa, a mais evidente)

- ☐ Insuficientes mas, os custos com a preparação da informação financeira são elevados.
- ☐ Insuficientes mas, não sendo os custos com a preparação da informação financeira elevados, a empresa não dispõe de fundos para investir em mais recursos.
- ☐ Adequados e os custos com a preparação da informação financeira também.
- ☐ Excessivos e os custos com a preparação da informação financeira também.
- ☐ Não tem opinião.

10.3. A informação financeira obtida é adequada às necessidades da empresa?

Sim ☐ Não ☐ Não tem opinião ☐

11. A importância dada pela empresa à Informação Financeira

Numa escala de 1 a 5, escolha uma e só uma opção, a que melhor expresse a sua opinião, numa lógica crescente. Sendo que:

1 – Nunca / nenhum (o pior resultado); 2 - Pouco(as); 3 - Algum(as); 4 - Muito(as);
5 – Sempre / total (o melhor resultado)

	1	2	3	4	5
11.1. Na preparação das Demonstrações Financeiras, a empresa pondera o impacto que a mensuração dos Activos Fixos Tangíveis tem: a) Nos custos de produção e preços de venda. b) No investimento de substituição. c) No resultado contabilístico. d) Na robustez do balanço. e) Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira. f) Na sinalização da imagem para exterior, designadamente Bancos e outros credores. g) No resultado fiscal. h) No custo de preparação da informação financeira.	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐
11.2. Em termos gerais, a empresa: a) Pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira. b) Considera a importância e a utilidade da informação financeira.	☐ ☐	☐ ☐	☐ ☐	☐ ☐	☐ ☐
11.3. A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira, designadamente para: a) Gestão interna. b) Decisões de financiamento. c) Fins fiscais.	☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐
11.4. Os serviços de contabilidade são consultados, designadamente para: a) Planeamento Fiscal. b) Planeamento e Gestão Financeira. c) Obter esclarecimentos sobre a informação financeira. d) Preparar informação para utilizadores externos, designadamente Bancos e outros credores. e) Outras questões:	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐ ☐
11.5. A empresa encara a preparação da informação financeira como: a) Imperativo legal. b) Necessidade de gestão.	☐ ☐	☐ ☐	☐ ☐	☐ ☐	☐ ☐
11.6. Numa hipótese de dispensa da obrigatoriedade de ter contabilidade organizada, a empresa admite deixar de ter contabilidade organizada	☐	☐	☐	☐	☐

12. Informação Financeira da empresa

Indique o valor escriturado nos itens e anos a seguir solicitados.

	POC		SNC	
	2008	2009	2009	2010
Balanço				
Total do Activo				
Activo não Corrente (imobilizado)				
Activo Fixo Tangível (imobilizado corpóreo)				
Excedente de Revalorização (reserva de reavaliação)				
Passivo não corrente (m/l prazo)				
Passivo corrente (curto prazo)				
Demonstração dos Resultados				
Total de Proveitos e ganhos				
Volume de Negócios				
Resultados Operacionais				
Resultado Líquido do período				
Depreciações e amortizações do período				
Anexo				
Número de Trabalhadores				

Como forma de facilitar a recolha dos elementos solicitados:

- Os elementos solicitados em POC de 2008 e 2009 podem ser recolhidos na sua totalidade nas Demonstrações Financeiras de 2009.
- Os elementos solicitados em SNC de 2009 e 2010 podem ser recolhidos na sua totalidade nas Demonstrações Financeiras de 2010.

Se pretende ser contactado com as conclusões deste estudo indique o seu endereço de e-mail.

Obrigado pelo tempo que despendeu.

APÊNDICE 3 – Email de Acompanhamento

Caro(a) Senhor(a)

Inserido no âmbito de uma Tese de Doutoramento em Economia, na especialidade de Economia da Empresa, cujo título é: “A importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do Activo Fixo Tangível” e para efeitos de validação científica do trabalho de investigação, estamos a realizar um questionário.

O questionário remetido em anexo pode ser preenchido pelo gerente/administrador, pelo responsável pela área financeira, pelo TOC ou ainda por colaborador da área administrativa financeira.

Muito agradecemos o seu preenchimento e também se possível, que o reencaminhasse para outros contactos da área empresarial ou, com características de respondente acima referido.

O sucesso deste projecto depende do volume de respostas obtidas.

Todas as informações prestadas no âmbito deste questionário são estritamente confidenciais, sendo que, em lado algum é solicitada a identificação da empresa ou do respondente, e serão utilizadas exclusivamente no âmbito específico deste trabalho de investigação científica.

Caso necessite de algum esclarecimento adicional utilize o seguinte e-mail: sergio.almeidarosa@gmail.com

Estima-se que o tempo de preenchimento do questionário seja de 15 minutos.

O questionário preenchido deve ser remetido para o e-mail supramencionado.

Desde já agradecemos a sua atenção e disponibilidade e lembramos a importância da sua colaboração na concretização deste trabalho.

Melhores cumprimentos

Sérgio Rosa

APÊNDICE 4 – Ligação Objetivos/Questões de Investigação, Hipóteses e Variáveis com o Questionário

Objetivos/ Questões de Investigação	Hipóteses	Variável	Definição Operacional	Questionário
Evidenciar a importância da informação financeira (para as PME)	Revisão Bibliográfica			
Identificar os fatores subjacentes às escolhas contabilísticas na mensuração dos AFT.	H1	Mensuração dos AFT	- Modelo de mensuração.	Questão 8.7
	H1a	Estrutura proprietária/gestão da Empresa	- Tipo de empresa (familiar ou, não familiar); - Grau de concentração do capital; - Proporção de gestores/administradores independentes.	Questão 5; 9.1 a)
	H1b	A Gestão dos Resultados	- Resultado líquido.	Questão 9.1 b); 12
	H1c	A estrutura do capital e o tipo de financiamento	- Ordenação das fontes de financiamento; - Autonomia Financeira; - Necessidade de financiamento; - Nível de Endividamento; - Estrutura do Endividamento; - Garantias solicitadas.	Questão 6; 9.1 c) e d); 12
	H1d	Estrutura do Ativo	- Intensidade do Ativo Fixo; - Existência de Terrenos e edifícios no AFT; - Se os itens se aproximam ou afastam do seu justo valor.	Questão 7; 9.1 e); 12
	H1e	Políticas contabilísticas seguidas no passado	-Número de revalorizações feitas ao abrigo de diplomas legais; - Número de “reavaliações livres”; - Revalorizações na transição para o SNC.	Questão 8.4, 8.5, 8.6; 9.1 f);

Objetivos/ Questões de Investigação	Hipóteses	Variável	Definição Operacional	Questionário
Identificar os fatores subjacentes às escolhas contabilísticas na mensuração dos AFT.	H1f	Recursos afetos à preparação da informação financeira	- A estrutura de contabilidade de empresa, se está integrada na estrutura interna da empresa ou, se é externa; - A adequação dos recursos afetos à preparação da informação financeira; - A adequação da informação financeira às necessidades da empresa.	Questão 9.1 g);10
	H1g	O custo de aplicação do modelo	- Custo associado à mensuração dos AFT.	Questão 9.1 h)
	H1h	Dimensão da Empresa	- Decreto-Lei n.º372/2007, de 6 de Novembro; - Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho; - Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março	Questão 12
Verificar Modelo contabilístico/ Políticas contabilísticas.	H2	A importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do Ativo Fixo Tangível	- Modelo contabilístico; - Políticas contabilísticas.	Questão 8; 11.2; 12
Verificar a importância da informação financeira e o impacto das opções na empresa	H2a	Proprietários/ Gestores	- Perguntas com a utilização da escala de <i>Likert</i> com cinco categorias.	Questão 11
	H2b	Bancos e outros credores		
	H2c	Administração Fiscal		

APÊNDICE 5 – Outputs SPSS

	Total	Norma contabilística 2010		
Frecuencias % Verticales		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Função na empresa				
P1	126	74	27	24
		-	-	-
Gerente/Administrador	16	9	3	4
	12,7	12,2	11,1	16,7
Director Financeiro/Controller/Responsá- vel pela área finance	16	13	3	0
	12,7	17,6	11,1	0,0
TOC	67	36	15	16
	53,2	48,6	55,6	66,7
Colaborador da área administrativa e financeira	22	15	5	2
	17,5	20,3	18,5	8,3
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ano da constituição da empresa				
P2	126	74	27	24
		-	-	-
Década de 70 ou, anterior	22	18	3	1
	17,5	24,3	11,1	4,2
Década de 80	23	18	4	1
	18,3	24,3	14,8	4,2
Década de 90	42	20	13	8
	33,3	27,0	48,1	33,3
Década/Anos 2000	36	17	7	12
	28,6	23,0	25,9	50,0
Anos 2010 e 2011	3	1	0	2
	2,4	1,4	0,0	8,3
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Actividade principal da empresa				
P3	125	74	26	24
		-	-	-
Serviços	68	40	14	13
	54,4	54,1	53,8	54,2
Comércio	34	17	6	11
	27,2	23,0	23,1	45,8
Indústria e Construção	21	16	5	0
	16,8	21,6	19,2	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Tipo de empresa (critério jurídico)				
P4	126	74	27	24
		-	-	-
Empresário em nome individual	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Sociedade Unipessoal por Quotas	15	7	4	4
	11,9	9,5	14,8	16,7
Sociedade por Quotas	82	41	22	18
	65,1	55,4	81,5	75,0
Sociedade Anónima	23	22	0	1
	18,3	29,7	0,0	4,2
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
A empresa é do tipo familiar?				
P5_1	126	74	27	24
		-	-	-
Empresa familiar	70	37	20	12
	55,6	50,0	74,1	50,0
Empresa não familiar	56	37	7	12
	44,4	50,0	25,9	50,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Nº total de sócios/accionistas da empresa				
P5_2	126	74	27	24
		-	-	-
Casos válidos	126	74	27	24
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	11,071	13,419	9,407	6,083
desvio padrão	27,341	30,043	25,843	19,810
Nº de sócios/accionistas que detêm mais de 75% de capital				
P5_2_1	113	64	25	23
		-	-	-
Nenhum	76	42	17	17
	67,3	65,6	68,0	73,9
Um Sócio	37	22	8	6
	32,7	34,4	32,0	26,1
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,327	0,344	0,320	0,261
desvio padrão	0,471	0,479	0,476	0,449
Nº de gerentes ou membros do conselho de administração que são sócios/accionistas				
P5_3	126	74	27	24
		-	-	-
Casos válidos	126	74	27	24
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	5,571	5,797	5,037	5,667
desvio padrão	19,096	19,323	18,800	19,892
Nº de gerentes ou membros do conselho de administração que não são sócios/accionistas				
P5_4	126	74	27	24
		-	-	-
Têm gerentes que não são sócios/accionistas	21	18	2	1
	16,7	24,3	7,4	4,2
Não tem gerentes que não são sócios/accionistas	105	56	25	23
	83,3	75,7	92,6	95,8
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Resultado Líquido positivo 2008				
RESPOS2008	106	61	23	22
		-	-	-
Negativo	39	20	8	11
	36,8	32,8	34,8	50,0
Positivo	67	41	15	11
	63,2	67,2	65,2	50,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,632	0,672	0,652	0,500
desvio padrão	0,485	0,473	0,487	0,512
Resultado Líquido positivo 2009 POC				
RESPOS2009POC	106	61	23	22
		-	-	-
Negativo	40	21	10	9
	37,7	34,4	43,5	40,9
Positivo	66	40	13	13
	62,3	65,6	56,5	59,1
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,623	0,656	0,565	0,591
desvio padrão	0,487	0,479	0,507	0,503

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Resultado Líquido positivo 2009 SNC				
RESPOS2009SNC	106	61	23	22
		-	-	-
Negativo	44	24	12	8
	41,5	39,3	52,2	36,4
Positivo	62	37	11	14
	58,5	60,7	47,8	63,6
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,585	0,607	0,478	0,636
desvio padrão	0,495	0,493	0,511	0,492
Resultado Líquido positivo 2010				
RESPOS2010	106	61	23	22
		-	-	-
Negativo	36	18	10	8
	34,0	29,5	43,5	36,4
Positivo	70	43	13	14
	66,0	70,5	56,5	63,6
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,660	0,705	0,565	0,636
desvio padrão	0,476	0,460	0,507	0,492
Resultado Líquido maior que 10Mil Euros 2008				
RESDEZMIL2008	106	61	23	22
		-	-	-
>10Mil€	61	30	14	17
	57,5	49,2	60,9	77,3
>10Mil€	45	31	9	5
	42,5	50,8	39,1	22,7
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,425	0,508	0,391	0,227
desvio padrão	0,497	0,504	0,499	0,429
Resultado Líquido maior que 10Mil Euros 2009 POC				
RESDEZMIL2009POC	106	61	23	22
		-	-	-
>10Mil€	65	31	16	18
	61,3	50,8	69,6	81,8
>10Mil€	41	30	7	4
	38,7	49,2	30,4	18,2
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,387	0,492	0,304	0,182
desvio padrão	0,489	0,504	0,470	0,395
Resultado Líquido maior que 10Mil Euros 2009 SNC				
RESDEZMIL2009SNC	106	61	23	22
		-	-	-
>10Mil€	67	33	16	18
	63,2	54,1	69,6	81,8
>10Mil€	39	28	7	4
	36,8	45,9	30,4	18,2
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,368	0,459	0,304	0,182
desvio padrão	0,485	0,502	0,470	0,395

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Resultado Líquido maior que 10Mil Euros 2010				
RESDEZMIL2010	106	61	23	22
		-	-	-
>10Mil€	70	34	18	18
	66,0	55,7	78,3	81,8
>10Mil€	36	27	5	4
	34,0	44,3	21,7	18,2
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,340	0,443	0,217	0,182
desvio padrão	0,476	0,501	0,422	0,395
Resultado Líquido maior que 100Mil Euros 2008				
RESCMMIL2008	106	61	23	22
		-	-	-
<100Mil€	89	46	22	21
	84,0	75,4	95,7	95,5
>100Mil€	17	15	1	1
	16,0	24,6	4,3	4,5
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,160	0,246	0,043	0,045
desvio padrão	0,369	0,434	0,209	0,213
Resultado Líquido maior que 100Mil Euros 2009 POC				
RESCMMIL2009POC	106	61	23	22
		-	-	-
<100Mil€	90	45	23	22
	84,9	73,8	100,0	100,0
>100Mil€	16	16	0	0
	15,1	26,2	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,151	0,262	0,000	0,000
desvio padrão	0,360	0,444	0,000	0,000
Resultado Líquido maior que 100Mil Euros 2009 SNC				
RESCMMIL2009SNC	106	61	23	22
		-	-	-
<100Mil€	92	47	23	22
	86,8	77,0	100,0	100,0
>100Mil€	14	14	0	0
	13,2	23,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,132	0,230	0,000	0,000
desvio padrão	0,340	0,424	0,000	0,000
Resultado Líquido maior que 100Mil Euros 2010				
RESCMMIL2010	106	61	23	22
		-	-	-
<100Mil€	89	45	22	22
	84,0	73,8	95,7	100,0
>100Mil€	17	16	1	0
	16,0	26,2	4,3	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,160	0,262	0,043	0,000
desvio padrão	0,369	0,444	0,209	0,000

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Resultado Líquido decrece de 2008 para 2009				
RL_DECRES2008P2009	106	61	23	22
		-	-	-
ResLiqCresce de 2008p2009	61	36	12	13
	57,5	59,0	52,2	59,1
ResLiqDecresce de 2008p2009	45	25	11	9
	42,5	41,0	47,8	40,9
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,425	0,410	0,478	0,409
desvio padrão	0,497	0,496	0,511	0,503
Resultado Líquido decrece de 2009 para 2010				
RL_DECRES2009P2010	106	61	23	22
		-	-	-
ResLiqCresce de 2008p2009	46	22	11	13
	43,4	36,1	47,8	59,1
ResLiqDecresce de 2008p2009	60	39	12	9
	56,6	63,9	52,2	40,9
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,566	0,639	0,522	0,409
desvio padrão	0,498	0,484	0,511	0,503
Resultado Líquido 2008				
RES2008	95	58	20	17
		-	-	-
Casos válidos	95	58	20	17
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	63784,874	50630,259	147170,300	10564,824
desvio padrão	552216,357	617781,832	593650,370	32680,937
Resultado Líquido 2009 POC				
RES2009POC	96	57	21	18
		-	-	-
Casos válidos	96	57	21	18
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	-40160,771	-58219,316	-24263,952	-1521,667
desvio padrão	598068,070	775014,993	116947,676	33876,128
Resultado Líquido 2009 SNC				
RES2009SNC	98	58	20	20
		-	-	-
Casos válidos	98	58	20	20
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	-48711,347	-72600,586	-27209,500	-934,400
desvio padrão	578638,993	750477,108	118587,616	31901,459
Resultado Líquido 2010				
RES2010	104	60	23	21
		-	-	-
Casos válidos	104	60	23	21
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	748,567	32237,467	-79787,913	-1013,095
desvio padrão	405123,979	514527,287	220519,463	18419,099

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Capital Próprio (lucros acumulados e retidos de anos anteriores)				
P6_1_1	114	66	25	22
		-	-	-
1º a ser utilizado	44	23	8	12
	38,6	34,8	32,0	54,5
2º a ser utilizado	10	7	2	1
	8,8	10,6	8,0	4,5
3º a ser utilizado	26	18	5	3
	22,8	27,3	20,0	13,6
4º a ser utilizado	28	13	9	6
	24,6	19,7	36,0	27,3
5º a ser utilizado	6	5	1	0
	5,3	7,6	4,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Empréstimos dos proprietários (sócios/accionistas)				
P6_1_2	103	63	20	20
		-	-	-
1º a ser utilizado	18	7	7	4
	17,5	11,1	35,0	20,0
2º a ser utilizado	35	19	6	10
	34,0	30,2	30,0	50,0
3º a ser utilizado	23	11	6	6
	22,3	17,5	30,0	30,0
4º a ser utilizado	22	21	1	0
	21,4	33,3	5,0	0,0
5º a ser utilizado	5	5	0	0
	4,9	7,9	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento Bancário				
P6_1_3	108	65	23	20
		-	-	-
1º a ser utilizado	53	36	9	8
	49,1	55,4	39,1	40,0
2º a ser utilizado	23	15	7	1
	21,3	23,1	30,4	5,0
3º a ser utilizado	17	7	5	5
	15,7	10,8	21,7	25,0
4º a ser utilizado	9	3	1	5
	8,3	4,6	4,3	25,0
5º a ser utilizado	6	4	1	1
	5,6	6,2	4,3	5,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Fornecedores e outros Credores				
P6_1_4	105	62	22	21
		-	-	-
1º a ser utilizado	5	4	1	0
	4,8	6,5	4,5	0,0
2º a ser utilizado	33	15	10	8
	31,4	24,2	45,5	38,1
3º a ser utilizado	30	20	3	7
	28,6	32,3	13,6	33,3
4º a ser utilizado	28	16	6	6
	26,7	25,8	27,3	28,6
5º a ser utilizado	9	7	2	0
	8,6	11,3	9,1	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Outra fonte de financiamento				
P6_1_5	29	22	5	2
		-	-	-
1º a ser utilizado	1	1	0	0
	3,4	4,5	0,0	0,0
2º a ser utilizado	5	5	0	0
	17,2	22,7	0,0	0,0
3º a ser utilizado	2	1	1	0
	6,9	4,5	20,0	0,0
4º a ser utilizado	2	0	1	1
	6,9	0,0	20,0	50,0
5º a ser utilizado	19	15	3	1
	65,5	68,2	60,0	50,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Autonomia Financeira em 2008				
AF2008	88	55	16	17
		-	-	-
Casos válidos	88	55	16	17
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,390	0,420	0,298	0,378
desvio padrão	0,240	0,237	0,200	0,270
Autonomia Financeira em 2009 em POC				
AF2009POC	90	53	20	17
		-	-	-
Casos válidos	90	53	20	17
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,353	0,371	0,306	0,351
desvio padrão	0,256	0,238	0,267	0,302
Autonomia Financeira em 2009 em SNC				
AF2009SNC	92	53	20	19
		-	-	-
Casos válidos	92	53	20	19
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,324	0,335	0,275	0,346
desvio padrão	0,263	0,255	0,259	0,298
Autonomia Financeira em 2010				
AF2010	97	55	21	21
		-	-	-
Casos válidos	97	55	21	21
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,333	0,338	0,308	0,342
desvio padrão	0,277	0,256	0,317	0,299
Autonomia Financeira maior que 28% em 2008				
AF28_2008	106	61	23	22
		-	-	-
AF<28% em 2008	50	23	16	11
	47,2	37,7	69,6	50,0
AF>28% em 2008	56	38	7	11
	52,8	62,3	30,4	50,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,528	0,623	0,304	0,500
desvio padrão	0,502	0,489	0,470	0,512

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Autonomia Financeira maior que 28% em 2009 em POC				
AF28_2009POC	106	61	23	22
		-	-	-
AF<28% em 2009 POC	57	30	15	12
	53,8	49,2	65,2	54,5
AF>28% em 2009 POC	49	31	8	10
	46,2	50,8	34,8	45,5
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,462	0,508	0,348	0,455
desvio padrão	0,501	0,504	0,487	0,510
Autonomia Financeira maior que 28% em 2009 em SNC				
AF28_2009SNC	106	61	23	22
		-	-	-
AF<28% em 2009 SNC	61	33	16	12
	57,5	54,1	69,6	54,5
AF>28% em 2009 SNC	45	28	7	10
	42,5	45,9	30,4	45,5
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,425	0,459	0,304	0,455
desvio padrão	0,497	0,502	0,470	0,510
Autonomia Financeira maior que 29% em 2010				
AF29_2010	106	61	23	22
		-	-	-
AF<29% em 2010	57	32	14	11
	53,8	52,5	60,9	50,0
AF>29% em 2010	49	29	9	11
	46,2	47,5	39,1	50,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,462	0,475	0,391	0,500
desvio padrão	0,501	0,504	0,499	0,512
Autonomia Financeira decresce de 2008 para 2009				
AF_DECRES2008P2009	106	61	23	22
		-	-	-
AF_Cresce de 2008p2009	67	39	13	15
	63,2	63,9	56,5	68,2
AF_Decresce de 2008p2009	39	22	10	7
	36,8	36,1	43,5	31,8
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,368	0,361	0,435	0,318
desvio padrão	0,485	0,484	0,507	0,477
Autonomia Financeira decresce de 2009 para 2010				
AF_DECRES2009P2010	106	61	23	22
		-	-	-
AF_Cresce de 2008p2009	51	25	12	14
	48,1	41,0	52,2	63,6
AF_Decresce de 2008p2009	55	36	11	8
	51,9	59,0	47,8	36,4
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,519	0,590	0,478	0,364
desvio padrão	0,502	0,496	0,511	0,492

Frequências % Verticais	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Grau de Endividamento em 2008				
GE2008	84	52	17	15
		-	-	-
Casos válidos	84	52	17	15
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	2,406	2,321	2,911	2,127
desvio padrão	3,160	3,486	2,376	2,838
Grau de Endividamento em 2009 em POC				
GE2009POC	78	48	18	12
		-	-	-
Casos válidos	78	48	18	12
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	2,793	2,417	4,617	1,557
desvio padrão	3,105	2,385	4,632	1,519
Grau de Endividamento em 2009 em SNC				
GE2009SNC	78	46	18	14
		-	-	-
Casos válidos	78	46	18	14
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	4,111	4,398	5,124	1,861
desvio padrão	8,316	10,369	4,571	1,726
Grau de Endividamento em 2010				
GE2010	78	47	16	15
		-	-	-
Casos válidos	78	47	16	15
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	3,181	3,407	3,729	1,889
desvio padrão	5,064	5,916	4,319	1,935
Grau de Endividamento maior que 2,57 em 2008				
GE2_57_2008	106	61	23	22
		-	-	-
GE<2.57 em 2008	81	47	15	19
	76,4	77,0	65,2	86,4
GE>2.57 em 2008	25	14	8	3
	23,6	23,0	34,8	13,6
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Grau de Endividamento maior que 2,57 em 2009 em POC				
GE2_57_2009POC	106	61	23	22
		-	-	-
GE<2.57 em 2009POC	77	44	13	20
	72,6	72,1	56,5	90,9
GE>2.57 em 2009POC	29	17	10	2
	27,4	27,9	43,5	9,1
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Grau de Endividamento maior que 2,57 em 2009 em SNC				
GE2_57_2009SNC	106	61	23	22
		-	-	-
GE<2.57 em 2009SNC	73	43	12	18
	68,9	70,5	52,2	81,8
GE>2.57 em 2009SNC	33	18	11	4
	31,1	29,5	47,8	18,2
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Grau de Endividamento maior que 2,45 em 2010				
GE2_45_2010	106	61	23	22
		-	-	-
GE<2.45 em 2010	73	41	14	18
	68,9	67,2	60,9	81,8
GE>2.45 em 2010	33	20	9	4
	31,1	32,8	39,1	18,2
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Grau de Endividamento cresce de 2008 para 2009				
GE_CRES2008P2009	106	61	23	22
		-	-	-
GE_Decresce de 2008p2009	67	38	15	14
	63,2	62,3	65,2	63,6
GE_Cresce de 2008p2009	39	23	8	8
	36,8	37,7	34,8	36,4
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,368	0,377	0,348	0,364
desvio padrão	0,485	0,489	0,487	0,492
Grau de Endividamento cresce de 2009 para 2010				
GE_CRES2009P2010	106	61	23	22
		-	-	-
GE_Decresce de 2009p2010	54	29	9	16
	50,9	47,5	39,1	72,7
GE_Cresce de 2009p2010	52	32	14	6
	49,1	52,5	60,9	27,3
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,491	0,525	0,609	0,273
desvio padrão	0,502	0,504	0,499	0,456
Endividamento de Curto Prazo em 2008				
ENDCP2008	92	57	18	17
		-	-	-
Casos válidos	92	57	18	17
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,808	0,799	0,791	0,856
desvio padrão	0,286	0,290	0,293	0,275
Endividamento de Curto Prazo em 2009 em POC				
ENDCP2009POC	94	56	20	18
		-	-	-
Casos válidos	94	56	20	18
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,807	0,775	0,826	0,886
desvio padrão	0,281	0,302	0,234	0,254
Endividamento de Curto Prazo em 2009 em SNC				
ENDCP2009SNC	97	57	20	20
		-	-	-
Casos válidos	97	57	20	20
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,785	0,767	0,794	0,828
desvio padrão	0,269	0,286	0,232	0,262

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Endividamento de Curto Prazo em 2010				
ENDCP2010	102	59	22	21
		-	-	-
Casos válidos	102	59	22	21
	100,0	100,0	100,0	100,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,785	0,748	0,838	0,833
desvio padrão	0,263	0,287	0,207	0,232
Estrutura do Endividamento de Curto Prazo cresce de 2008 para 2009				
ENDCP_CRES2008P2009	106	61	23	22
		-	-	-
EndCP_Decresce de 2008p2009	66	38	13	15
	62,3	62,3	56,5	68,2
EndCP_Cresce de 2008p2009	40	23	10	7
	37,7	37,7	43,5	31,8
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,377	0,377	0,435	0,318
desvio padrão	0,487	0,489	0,507	0,477
Estrutura do Endividamento de Curto Prazo cresce de 2009 para 2010				
ENDCP_CRES2009P2010	106	61	23	22
		-	-	-
EndCP_Decresce de 2009p2010	78	46	14	18
	73,6	75,4	60,9	81,8
EndCP_Cresce de 2009p2010	28	15	9	4
	26,4	24,6	39,1	18,2
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	0,264	0,246	0,391	0,182
desvio padrão	0,443	0,434	0,499	0,395
A empresa constituiu novos empréstimos				
EMP2008_2001	113	68	22	22
		-	-	-
Sim	70	45	14	11
	61,9	66,2	63,6	50,0
Não	43	23	8	11
	38,1	33,8	36,4	50,0
Ns/Nc	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
A empresa necessita ou prevê necessitar de novos empréstimos no próximo ano				
P6_5	114	68	25	20
		-	-	-
Sim	28	21	2	5
	24,6	30,9	8,0	25,0
Não	48	22	13	12
	42,1	32,4	52,0	60,0
Não Sabe	38	25	10	3
	33,3	36,8	40,0	15,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Prazos de contratação dos empréstimos bancários				
P6_2	119	71	24	23
		-	-	-
Somente de curto prazo	25	7	7	11
	21,0	9,9	29,2	47,8
Somente de médio/longo prazo	23	12	9	2
	19,3	16,9	37,5	8,7
Ambos mais de curto prazo	16	12	3	1
	13,4	16,9	12,5	4,3
Ambos mas mais de médio/longo prazo	30	26	4	0
	25,2	36,6	16,7	0,0
Não recorre a empréstimos bancários	25	14	1	9
	21,0	19,7	4,2	39,1
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Garantias solicitadas nos empréstimos				
P6_3	112	68	22	21
		-	-	-
Somente de Garantias Reais	12	10	2	0
	10,7	14,7	9,1	0,0
Somente de Garantias Pessoais	35	24	3	8
	31,3	35,3	13,6	38,1
Ambos mas mais de Garantias Reais	17	14	2	1
	15,2	20,6	9,1	4,8
Ambos mais de Garantias Pessoais	16	9	4	3
	14,3	13,2	18,2	14,3
Não são solicitadas Garantias	32	11	11	9
	28,6	16,2	50,0	42,9
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Intensidade do AFT 2008				
INTAFT2008	12	9	2	1
		-	-	-
Sim	12	9	2	1
	100,0	100,0	100,0	100,0
Não	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Intensidade do AFT 2009POC				
INTAFT2009POC	17	13	2	2
		-	-	-
Sim	17	13	2	2
	100,0	100,0	100,0	100,0
Não	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Intensidade do AFT 2009SNC				
INTAFT2009SNC	20	15	2	3
		-	-	-
Sim	20	15	2	3
	100,0	100,0	100,0	100,0
Não	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Intensidade do AFT 2010				
INTAFT2010	22	16	3	3
		-	-	-
Sim	22	16	3	3
	100,0	100,0	100,0	100,0
Não	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Terrenos e Recursos Naturais				
P7_1_1	41	34	7	0
		-	-	-
Sim	41 100,0	34 100,0	7 100,0	0
Não	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0
Ns/Nr	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0
Edifícios e outras Construções				
P7_1_2	65	47	12	6
		-	-	-
Sim	65 100,0	47 100,0	12 100,0	6 100,0
Não	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Ns/Nr	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Equipamento Básico				
P7_1_3	110	67	22	20
		-	-	-
Sim	110 100,0	67 100,0	22 100,0	20 100,0
Não	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Ns/Nr	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Equipamento de Transporte				
P7_1_4	100	61	22	17
		-	-	-
Sim	100 100,0	61 100,0	22 100,0	17 100,0
Não	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Ns/Nr	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Equipamento Administrativo				
P7_1_5	117	71	24	21
		-	-	-
Sim	117 100,0	71 100,0	24 100,0	21 100,0
Não	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Ns/Nr	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Equipamentos Biológicos				
P7_1_6	4	3	1	0
		-	-	-
Sim	4 100,0	3 100,0	1 100,0	0
Não	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0
Ns/Nr	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0
Outros Activos Fixos Tangíveis				
P7_1_7	60	40	13	6
		-	-	-
Sim	60 100,0	40 100,0	13 100,0	6 100,0
Não	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Ns/Nr	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Valor escriturado e o Justo Valor - Terrenos e Recursos Naturais				
P7_2_1	41	34	7	0
		-	-	-
Difere	11	9	2	0
	26,8	26,5	28,6	
Não Difere	16	12	4	0
	39,0	35,3	57,1	
Não Sabe	14	13	1	0
	34,1	38,2	14,3	
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	
Valor escriturado e o Justo Valor - Edifícios e outras Construções				
P7_2_2	65	47	12	6
		-	-	-
Difere	16	9	6	1
	24,6	19,1	50,0	16,7
Não Difere	30	20	5	5
	46,2	42,6	41,7	83,3
Não Sabe	19	18	1	0
	29,2	38,3	8,3	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor escriturado e o Justo Valor - Equipamento Básico				
P7_2_3	110	67	22	20
		-	-	-
Difere	25	9	8	7
	22,7	13,4	36,4	35,0
Não Difere	53	32	9	12
	48,2	47,8	40,9	60,0
Não Sabe	32	26	5	1
	29,1	38,8	22,7	5,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor escriturado e o Justo Valor - Equipamento de Transporte				
P7_2_4	97	59	21	17
		-	-	-
Difere	32	10	9	13
	33,0	16,9	42,9	76,5
Não Difere	35	24	8	3
	36,1	40,7	38,1	17,6
Não Sabe	30	25	4	1
	30,9	42,4	19,0	5,9
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor escriturado e o Justo Valor - Equipamento Administrativo				
P7_2_5	115	69	24	21
		-	-	-
Difere	29	10	9	9
	25,2	14,5	37,5	42,9
Não Difere	53	32	10	11
	46,1	46,4	41,7	52,4
Não Sabe	33	27	5	1
	28,7	39,1	20,8	4,8
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor escriturado e o Justo Valor - Equipamentos Biológicos				
P7_2_6	4	3	1	0
		-	-	-
Difere	1	1	0	0
	25,0	33,3	0,0	
Não Difere	1	1	0	0
	25,0	33,3	0,0	
Não Sabe	2	1	1	0
	50,0	33,3	100,0	
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Valor escriturado e o Justo Valor - Outros Activos Fixos Tangíveis				
P7_2_7	60	40	13	6
		-	-	-
Difere	19	7	6	5
	31,7	17,5	46,2	83,3
Não Difere	24	18	5	1
	40,0	45,0	38,5	16,7
Não Sabe	17	15	2	0
	28,3	37,5	15,4	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Revalorizações como base em Diplomas Legais				
P8_4	124	73	26	24
		-	-	-
Nunca	101	53	23	24
	81,5	72,6	88,5	100,0
1 vez	9	7	2	0
	7,3	9,6	7,7	0,0
2 vezes	8	7	1	0
	6,5	9,6	3,8	0,0
3 a 5 vezes	5	5	0	0
	4,0	6,8	0,0	0,0
Mais de 5 vezes	1	1	0	0
	0,8	1,4	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Revalorizações "Livres"				
P8_5	125	74	26	24
		-	-	-
Nunca	119	68	26	24
	95,2	91,9	100,0	100,0
1 vez	5	5	0	0
	4,0	6,8	0,0	0,0
2 vezes	1	1	0	0
	0,8	1,4	0,0	0,0
3 a 5 vezes	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Mais de 5 vezes	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
A empresa na transição para o SNC procedeu à revalorização dos AFT				
P8_6	126	74	27	24
		-	-	-
Sim	4	3	0	1
	3,2	4,1	0,0	4,2
Não	106	58	25	22
	84,1	78,4	92,6	91,7
Não sabe	16	13	2	1
	12,7	17,6	7,4	4,2
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviço de Contabilidade				
Serviço de Contabilidade	124	74	27	23
		-	-	-
Cont_Interna	70	51	14	5
	56,5	68,9	51,9	21,7
Cont_Externa	54	23	13	18
	43,5	31,1	48,1	78,3
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Recursos afectos à preparação da IF				
P10_2	125	74	27	24
		-	-	-
Insuf.Custos Elevados	29	14	9	6
	23,2	18,9	33,3	25,0
Insuf. RecursosBaixos	7	5	2	0
	5,6	6,8	7,4	0,0
Adequados	83	51	15	17
	66,4	68,9	55,6	70,8
Excessivos	2	1	1	0
	1,6	1,4	3,7	0,0
Sem opinião	4	3	0	1
	3,2	4,1	0,0	4,2
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Adequação da IF às necessidades da empresa				
P10_3	124	74	26	24
		-	-	-
Adequada	112	64	25	23
	90,3	86,5	96,2	95,8
Não Adequada	6	5	1	0
	4,8	6,8	3,8	0,0
Sem opinião	6	5	0	1
	4,8	6,8	0,0	4,2
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Impacto do Custo Avaliação				
CUSTAVAL	114	65	26	22
		-	-	-
Nenhum	50	20	14	16
	43,9	30,8	53,8	72,7
Pouco	17	12	2	2
	14,9	18,5	7,7	9,1
Algun	25	16	5	4
	21,9	24,6	19,2	18,2
Muito	17	13	4	0
	14,9	20,0	15,4	0,0
Total	5	4	1	0
	4,4	6,2	3,8	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
média	2,211	2,523	2,077	1,455
desvio padrão	1,272	1,288	1,324	0,800
Dimensão da empresa (D/L 372/2007)				
DIMECON	106	61	23	22
		-	-	-
Micro	54	20	14	20
	50,9	32,8	60,9	90,9
Pequena	37	28	7	2
	34,9	45,9	30,4	9,1
Grande	15	13	2	0
	14,2	21,3	8,7	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Dimensão da empresa (Normalização Contabilística)				
DIMCONT	106	61	23	22
		-	-	-
Microentidade	46	15	10	21
	43,4	24,6	43,5	95,5
Pequena Entidade	30	18	11	1
	28,3	29,5	47,8	4,5
Média Entidade	30	28	2	0
	28,3	45,9	8,7	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Norma contabilística 2010				
Norma contabilística 2010	125	74	27	24
		-	-	-
IFRS	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
SNC	74	74	0	0
	59,2	100,0	0,0	0,0
NCRF-PE	27	0	27	0
	21,6	0,0	100,0	0,0
NCM	24	0	0	24
	19,2	0,0	0,0	100,0
Outra	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
A empresa vai ou, prevê mudar de norma contabilística				
P8_2	126	74	27	24
		-	-	-
Sim	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Não	125	74	27	24
	99,2	100,0	100,0	100,0
Não sabe	1	0	0	0
	0,8	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Modelo utilizado na mensuração dos Terrenos 2010				
P8_7_1_1	40	33	7	0
		-	-	-
Modelo do Custo	38	31	7	0
	95,0	93,9	100,0	
Modelo da revalorização	2	2	0	0
	5,0	6,1	0,0	
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	
Modelo utilizado na mensuração dos Edifícios 2010				
P8_7_1_2	64	46	12	6
		-	-	-
Modelo do Custo	63	45	12	6
	98,4	97,8	100,0	100,0
Modelo da revalorização	1	1	0	0
	1,6	2,2	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Básico 2010				
P8_7_1_3	108	65	22	20
		-	-	-
Modelo do Custo	108	65	22	20
	100,0	100,0	100,0	100,0
Modelo da revalorização	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Transp.2010				
P8_7_1_4	96	59	21	16
		-	-	-
Modelo do Custo	96	59	21	16
	100,0	100,0	100,0	100,0
Modelo da revalorização	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Adm.2010				
P8_7_1_5	113	69	24	20
		-	-	-
Modelo do Custo	113	69	24	20
	100,0	100,0	100,0	100,0
Modelo da revalorização	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Biol.2010				
P8_7_1_6	3	2	1	0
		-	-	-
Modelo do Custo	2	1	1	0
	66,7	50,0	100,0	
Modelo da revalorização	1	1	0	0
	33,3	50,0	0,0	
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	
Modelo utilizado na mensuração dos OutAFT2010				
P8_7_1_7	59	39	13	6
		-	-	-
Modelo do Custo	59	39	13	6
	100,0	100,0	100,0	100,0
Modelo da revalorização	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
P8.7. Modelo do Custo				
P8_7_2010	119	71	25	22
		-	-	-
Terrenos e Recursos Naturais	38	31	7	0
	31,9	43,7	28,0	0,0
Edifícios e outras Construções	63	45	12	6
	52,9	63,4	48,0	27,3
Equipamento Básico	108	65	22	20
	90,8	91,5	88,0	90,9
Equipamento de Transporte	96	59	21	16
	80,7	83,1	84,0	72,7
Equipamento Administrativo	113	69	24	20
	95,0	97,2	96,0	90,9
Equipamentos Biológicos	2	1	1	0
	1,7	1,4	4,0	0,0
Outros AFT	59	39	13	6
	49,6	54,9	52,0	27,3
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Modelo utilizado na mensuração dos Terrenos 2011				
P8_7_2_1	40	33	7	0
		-	-	-
Modelo do Custo	38	31	7	0
	95,0	93,9	100,0	
Modelo da revalorização	2	2	0	0
	5,0	6,1	0,0	
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	
Modelo utilizado na mensuração dos Edifícios 2011				
P8_7_2_2	63	45	12	6
		-	-	-
Modelo do Custo	62	44	12	6
	98,4	97,8	100,0	100,0
Modelo da revalorização	1	1	0	0
	1,6	2,2	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Básico 2011				
P8_7_2_3	107	64	22	20
		-	-	-
Modelo do Custo	107	64	22	20
	100,0	100,0	100,0	100,0
Modelo da revalorização	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Transp.2011				
P8_7_2_4	96	58	22	16
		-	-	-
Modelo do Custo	96	58	22	16
	100,0	100,0	100,0	100,0
Modelo da revalorização	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Adm.2011				
P8_7_2_5	112	68	24	20
		-	-	-
Modelo do Custo	112	68	24	20
	100,0	100,0	100,0	100,0
Modelo da revalorização	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Biol.2011				
P8_7_2_6	3	2	1	0
		-	-	-
Modelo do Custo	2	1	1	0
	66,7	50,0	100,0	
Modelo da revalorização	1	1	0	0
	33,3	50,0	0,0	
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	
Modelo utilizado na mensuração dos OutAFT 2011				
P8_7_2_7	59	39	13	6
		-	-	-
Modelo do Custo	59	39	13	6
	100,0	100,0	100,0	100,0
Modelo da revalorização	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
P8.7. Modelo da Revalorização				
P8_7_2011	119	70	26	22
		-	-	-
Terrenos e Recursos Naturais	38	31	7	0
	31,9	44,3	26,9	0,0
Edifícios e outras Construções	62	44	12	6
	52,1	62,9	46,2	27,3
Equipamento Básico	107	64	22	20
	89,9	91,4	84,6	90,9
Equipamento de Transporte	96	58	22	16
	80,7	82,9	84,6	72,7
Equipamento Administrativo	112	68	24	20
	94,1	97,1	92,3	90,9
Equipamentos Biológicos	2	1	1	0
	1,7	1,4	3,8	0,0
Outros AFT	59	39	13	6
	49,6	55,7	50,0	27,3
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Base de cálculo das depreciações				
P8_8	122	72	26	23
		-	-	-
DR 25/2009	110	61	25	23
	90,2	84,7	96,2	100,0
Vida útil do bem	5	4	1	0
	4,1	5,6	3,8	0,0
Ambos mais DR 25/2009	6	6	0	0
	4,9	8,3	0,0	0,0
Ambos, mais base económica	1	1	0	0
	0,8	1,4	0,0	0,0
Outra	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Taxas utilizadas no cálculo da depreciação				
P8_9	121	71	26	23
		-	-	-
Taxa da Tabela	97	51	23	22
	80,2	71,8	88,5	95,7
Metade da Taxa da Tabela	7	6	1	0
	5,8	8,5	3,8	0,0
Depende do Resultado Contabilístico	7	4	2	1
	5,8	5,6	7,7	4,3
Depende do Resultado Fiscal	2	2	0	0
	1,7	2,8	0,0	0,0
Depende da Vida Útil	8	8	0	0
	6,6	11,3	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Método de depreciação				
P8_10	120	70	26	23
		-	-	-
Linha Reta	113	64	25	23
	94,2	91,4	96,2	100,0
Saldo decrescente / Unidades Produção	3	2	1	0
	2,5	2,9	3,8	0,0
Dependente dos resultados	1	1	0	0
	0,8	1,4	0,0	0,0
Dependente dos limites Fiscais	3	3	0	0
	2,5	4,3	0,0	0,0
Depende da Vida Útil	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Itens do AFT escriturados por um valor superior ao seu valor recuperável				
P8_11	122	71	27	23
		-	-	-
Sim	18	14	4	0
	14,8	19,7	14,8	0,0
Não	63	34	12	16
	51,6	47,9	44,4	69,6
Não sabe	41	23	11	7
	33,6	32,4	40,7	30,4
Ns/Nr	0	0	0	0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Reconheceu perda por imparidade relativamente a um AFT				
P8_12	124	73	27	23
		-	-	-
Sim	7	4	3	0
	5,6	5,5	11,1	0,0
Não	99	52	24	22
	79,8	71,2	88,9	95,7
Não sabe	18	17	0	1
	14,5	23,3	0,0	4,3

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Impacto na mensuração dos AFT - As perspectivas dos proprietários/gestores				
P9_1_1	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	25 19,8	16 21,6	6 22,2	3 12,5
Pouco	34 27,0	9 12,2	11 40,7	14 58,3
Algun	38 30,2	27 36,5	6 22,2	5 20,8
Muito	17 13,5	15 20,3	2 7,4	0 0,0
Total	3 2,4	1 1,4	1 3,7	0 0,0
Ns/Nr	9 7,1	6 8,1	1 3,7	2 8,3
média	2,479	2,647	2,269	2,091
desvio padrão	1,063	1,117	1,041	0,610
Impacto na mensuração dos AFT - Nível dos resultados e valor das depreciações				
P9_1_2	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	11 8,7	7 9,5	4 14,8	0 0,0
Pouco	27 21,4	10 13,5	10 37,0	6 25,0
Algun	44 34,9	32 43,2	5 18,5	7 29,2
Muito	28 22,2	15 20,3	4 14,8	9 37,5
Total	5 4,0	2 2,7	3 11,1	0 0,0
Ns/Nr	11 8,7	8 10,8	1 3,7	2 8,3
média	2,904	2,924	2,692	3,136
desvio padrão	1,017	0,966	1,258	0,834
Impacto na mensuração dos AFT - Estrutura do capital				
P9_1_3	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	28 22,2	15 20,3	4 14,8	9 37,5
Pouco	24 19,0	14 18,9	5 18,5	4 16,7
Algun	34 27,0	17 23,0	10 37,0	7 29,2
Muito	22 17,5	17 23,0	3 11,1	2 8,3
Total	8 6,3	4 5,4	4 14,8	0 0,0
Ns/Nr	10 7,9	7 9,5	1 3,7	2 8,3
média	2,638	2,716	2,923	2,091
desvio padrão	1,233	1,241	1,262	1,065

	Total	Norma contabilística 2010		
Frecuencias % Verticales		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Impacto na mensuração dos AFT - Tipo e necessidades de financiamento				
P9_1_4	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	21 16,7	9 12,2	4 14,8	8 33,3
Pouco	18 14,3	10 13,5	4 14,8	3 12,5
Algum	50 39,7	27 36,5	14 51,9	9 37,5
Muito	20 15,9	18 24,3	1 3,7	1 4,2
Total	5 4,0	2 2,7	2 7,4	1 4,2
Ns/Nr	12 9,5	8 10,8	2 7,4	2 8,3
média	2,737	2,909	2,720	2,273
desvio padrão	1,089	1,048	1,061	1,162
Impacto na mensuração dos AFT - Composição e valor escriturado do AFT				
P9_1_5	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	10 7,9	7 9,5	2 7,4	1 4,2
Pouco	25 19,8	7 9,5	9 33,3	8 33,3
Algum	40 31,7	30 40,5	6 22,2	4 16,7
Muito	18 14,3	13 17,6	4 14,8	1 4,2
Total	22 17,5	10 13,5	4 14,8	8 33,3
Ns/Nr	11 8,7	7 9,5	2 7,4	2 8,3
média	3,148	3,179	2,960	3,318
desvio padrão	1,216	1,141	1,241	1,427
Impacto na mensuração dos AFT - Revalorizações já efectuadas e valor do excedente de revalorização				
P9_1_6	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	55 43,7	24 32,4	13 48,1	18 75,0
Pouco	19 15,1	12 16,2	5 18,5	1 4,2
Algum	25 19,8	19 25,7	4 14,8	2 8,3
Muito	10 7,9	7 9,5	2 7,4	1 4,2
Total	4 3,2	3 4,1	1 3,7	0 0,0
Ns/Nr	13 10,3	9 12,2	2 7,4	2 8,3
média	2,018	2,277	1,920	1,364
desvio padrão	1,180	1,206	1,187	0,848

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Impacto na mensuração dos AFT - Recursos afectos à preparação da informação financeira				
P9_1_7	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	27	14	3	10
	21,4	18,9	11,1	41,7
Pouco	28	11	10	6
	22,2	14,9	37,0	25,0
Algun	39	27	6	6
	31,0	36,5	22,2	25,0
Muito	15	10	5	0
	11,9	13,5	18,5	0,0
Total	5	4	1	0
	4,0	5,4	3,7	0,0
Ns/Nr	12	8	2	2
	9,5	10,8	7,4	8,3
média	2,500	2,682	2,640	1,818
desvio padrão	1,123	1,152	1,075	0,853
Impacto na mensuração dos AFT - Custo com as avaliações para determinar o justo valor				
P9_1_8	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	49	20	13	16
	38,9	27,0	48,1	66,7
Pouco	18	12	3	2
	14,3	16,2	11,1	8,3
Algun	25	16	5	4
	19,8	21,6	18,5	16,7
Muito	16	12	4	0
	12,7	16,2	14,8	0,0
Total	6	5	1	0
	4,8	6,8	3,7	0,0
Ns/Nr	12	9	1	2
	9,5	12,2	3,7	8,3
média	2,228	2,538	2,115	1,455
desvio padrão	1,283	1,312	1,306	0,800
Impacto da mensuração dos AFT - Nos custos de produção e preços de venda				
P11_1_1	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	55	22	16	16
	43,7	29,7	59,3	66,7
Pouco	16	13	2	1
	12,7	17,6	7,4	4,2
Algun	26	21	3	2
	20,6	28,4	11,1	8,3
Muito	12	8	4	0
	9,5	10,8	14,8	0,0
Total	2	1	0	1
	1,6	1,4	0,0	4,2
Ns/Nr	15	9	2	4
	11,9	12,2	7,4	16,7
média	2,009	2,277	1,800	1,450
desvio padrão	1,156	1,111	1,190	1,050

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Impacto da mensuração dos AFT - No investimento de substituição				
P11_1_2	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	35	16	10	8
	27,8	21,6	37,0	33,3
Pouco	16	10	6	0
	12,7	13,5	22,2	0,0
Algum	47	28	8	11
	37,3	37,8	29,6	45,8
Muito	12	11	1	0
	9,5	14,9	3,7	0,0
Total	1	0	0	1
	0,8	0,0	0,0	4,2
Ns/Nr	15	9	2	4
	11,9	12,2	7,4	16,7
média	2,351	2,523	2,000	2,300
desvio padrão	1,067	1,047	0,957	1,174
Impacto da mensuração dos AFT - No resultado contabilístico				
P11_1_3	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	12	8	2	1
	9,5	10,8	7,4	4,2
Pouco	20	6	8	6
	15,9	8,1	29,6	25,0
Algum	41	30	8	3
	32,5	40,5	29,6	12,5
Muito	25	11	5	9
	19,8	14,9	18,5	37,5
Total	17	13	3	1
	13,5	17,6	11,1	4,2
Ns/Nr	11	6	1	4
	8,7	8,1	3,7	16,7
média	3,130	3,221	2,962	3,150
desvio padrão	1,181	1,208	1,148	1,089
Impacto da mensuração dos AFT - Na robustez do balanço				
P11_1_4	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	9	6	1	1
	7,1	8,1	3,7	4,2
Pouco	25	8	10	7
	19,8	10,8	37,0	29,2
Algum	52	35	8	9
	41,3	47,3	29,6	37,5
Muito	16	10	4	2
	12,7	13,5	14,8	8,3
Total	10	6	3	1
	7,9	8,1	11,1	4,2
Ns/Nr	14	9	1	4
	11,1	12,2	3,7	16,7
média	2,938	3,031	2,923	2,750
desvio padrão	1,025	1,015	1,093	0,910

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Impacto da mensuração dos AFT - Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira				
P11_1_5	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	12	7	2	2
	9,5	9,5	7,4	8,3
Pouco	14	13	1	0
	11,1	17,6	3,7	0,0
Algum	56	26	15	15
	44,4	35,1	55,6	62,5
Muito	20	14	4	2
	15,9	18,9	14,8	8,3
Total	10	6	3	1
	7,9	8,1	11,1	4,2
Ns/Nr	14	8	2	4
	11,1	10,8	7,4	16,7
média	3,018	2,985	3,200	3,000
desvio padrão	1,048	1,102	1,000	0,858
Impacto da mensuração dos AFT - Na sinalização da imagem para exterior, designadamente Bancos e outros credor				
P11_1_6	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	13	8	2	2
	10,3	10,8	7,4	8,3
Pouco	9	8	1	0
	7,1	10,8	3,7	0,0
Algum	52	22	15	15
	41,3	29,7	55,6	62,5
Muito	26	20	4	2
	20,6	27,0	14,8	8,3
Total	12	8	3	1
	9,5	10,8	11,1	4,2
Ns/Nr	14	8	2	4
	11,1	10,8	7,4	16,7
média	3,134	3,182	3,200	3,000
desvio padrão	1,095	1,176	1,000	0,858
Impacto da mensuração dos AFT - No resultado fiscal				
P11_1_7	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	11	9	1	0
	8,7	12,2	3,7	0,0
Pouco	15	10	3	2
	11,9	13,5	11,1	8,3
Algum	25	20	5	0
	19,8	27,0	18,5	0,0
Muito	23	10	2	11
	18,3	13,5	7,4	45,8
Total	40	18	15	7
	31,7	24,3	55,6	29,2
Ns/Nr	12	7	1	4
	9,5	9,5	3,7	16,7
média	3,579	3,269	4,038	4,150
desvio padrão	1,343	1,366	1,280	0,875

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Impacto da mensuração dos AFT - No custo de preparação da informação financeira				
P11_1_8	126	74	27	24
		-	-	-
Nenhum	42	30	8	3
	33,3	40,5	29,6	12,5
Pouco	36	12	11	13
	28,6	16,2	40,7	54,2
Algun	16	13	2	1
	12,7	17,6	7,4	4,2
Muito	14	9	3	2
	11,1	12,2	11,1	8,3
Total	4	1	2	1
	3,2	1,4	7,4	4,2
Ns/Nr	14	9	1	4
	11,1	12,2	3,7	16,7
média	2,125	2,062	2,231	2,250
desvio padrão	1,156	1,171	1,243	1,020
A empresa pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.				
P11_2_1	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	19	5	8	6
	15,1	6,8	29,6	25,0
Pouco	9	5	3	1
	7,1	6,8	11,1	4,2
Algun	49	36	8	5
	38,9	48,6	29,6	20,8
Muito	37	21	5	11
	29,4	28,4	18,5	45,8
Sempre	9	5	3	0
	7,1	6,8	11,1	0,0
Ns/Nr	3	2	0	1
	2,4	2,7	0,0	4,2
média	3,065	3,222	2,704	2,913
desvio padrão	1,136	0,938	1,382	1,276
A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira				
P11_2_2	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	13	1	7	5
	10,3	1,4	25,9	20,8
Pouco	10	6	3	1
	7,9	8,1	11,1	4,2
Algun	33	28	4	1
	26,2	37,8	14,8	4,2
Muito	53	31	6	16
	42,1	41,9	22,2	66,7
Sempre	15	7	7	0
	11,9	9,5	25,9	0,0
Ns/Nr	2	1	0	1
	1,6	1,4	0,0	4,2
média	3,379	3,507	3,111	3,217
desvio padrão	1,130	0,835	1,577	1,278

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Gestão interna				
P11_3_1	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	16	4	7	5
	12,7	5,4	25,9	20,8
Pouco	23	14	5	4
	18,3	18,9	18,5	16,7
Algum	16	11	4	1
	12,7	14,9	14,8	4,2
Muito	41	25	5	11
	32,5	33,8	18,5	45,8
Sempre	26	17	6	2
	20,6	23,0	22,2	8,3
Ns/Nr	4	3	0	1
	3,2	4,1	0,0	4,2
média	3,311	3,521	2,926	3,043
desvio padrão	1,349	1,217	1,542	1,397
A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Decisões de financiamento				
P11_3_2	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	21	8	8	5
	16,7	10,8	29,6	20,8
Pouco	23	16	4	3
	18,3	21,6	14,8	12,5
Algum	32	18	3	11
	25,4	24,3	11,1	45,8
Muito	23	14	7	2
	18,3	18,9	25,9	8,3
Sempre	19	12	4	2
	15,1	16,2	14,8	8,3
Ns/Nr	8	6	1	1
	6,3	8,1	3,7	4,2
média	2,966	3,088	2,808	2,696
desvio padrão	1,326	1,278	1,524	1,185
A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Fins fiscais				
P11_3_3	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	1	0	1	0
	0,8	0,0	3,7	0,0
Pouco	9	7	2	0
	7,1	9,5	7,4	0,0
Algum	22	18	1	3
	17,5	24,3	3,7	12,5
Muito	38	21	5	12
	30,2	28,4	18,5	50,0
Sempre	49	22	18	8
	38,9	29,7	66,7	33,3
Ns/Nr	7	6	0	1
	5,6	8,1	0,0	4,2
média	4,050	3,853	4,370	4,217
desvio padrão	0,990	0,996	1,115	0,671

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento Fiscal				
P11_4_1	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	31 24,6	12 16,2	12 44,4	6 25,0
Pouco	14 11,1	12 16,2	2 7,4	0 0,0
Algun	30 23,8	17 23,0	2 7,4	11 45,8
Muito	28 22,2	23 31,1	5 18,5	0 0,0
Sempre	20 15,9	8 10,8	6 22,2	6 25,0
Ns/Nr	3 2,4	2 2,7	0 0,0	1 4,2
média	2,935	3,042	2,667	3,000
desvio padrão	1,418	1,272	1,710	1,477
Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento e Gestão Financeira				
P11_4_2	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	21 16,7	5 6,8	10 37,0	6 25,0
Pouco	24 19,0	18 24,3	5 18,5	1 4,2
Algun	31 24,6	19 25,7	1 3,7	11 45,8
Muito	29 23,0	22 29,7	7 25,9	0 0,0
Sempre	16 12,7	6 8,1	4 14,8	5 20,8
Ns/Nr	5 4,0	4 5,4	0 0,0	1 4,2
média	2,959	3,086	2,630	2,870
desvio padrão	1,294	1,100	1,573	1,424
Os serviços de contabilidade são consultados - Obter esclarecimentos				
P11_4_3	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	0 0,0	0 0,0	0 0,0	0 0,0
Pouco	22 17,5	6 8,1	10 37,0	6 25,0
Algun	28 22,2	16 21,6	3 11,1	9 37,5
Muito	41 32,5	30 40,5	7 25,9	4 16,7
Sempre	13 10,3	7 9,5	2 7,4	3 12,5
Ns/Nr	22 17,5	15 20,3	5 18,5	2 8,3
média	3,433	3,644	3,045	3,182
desvio padrão	0,963	0,826	1,090	1,006

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
Os serviços de contabilidade são consultados - Preparar informação externa				
P11_4_4	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	3	2	0	0
	2,4	2,7	0,0	0,0
Pouco	11	5	5	1
	8,7	6,8	18,5	4,2
Algum	29	8	7	14
	23,0	10,8	25,9	58,3
Muito	45	32	9	4
	35,7	43,2	33,3	16,7
Sempre	31	22	5	4
	24,6	29,7	18,5	16,7
Ns/Nr	7	5	1	1
	5,6	6,8	3,7	4,2
média	3,756	3,971	3,538	3,478
desvio padrão	1,025	1,000	1,029	0,846
Os serviços de contabilidade são consultados - Outras questões				
P11_4_5	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	6	3	2	1
	4,8	4,1	7,4	4,2
Pouco	3	2	1	0
	2,4	2,7	3,7	0,0
Algum	21	8	7	6
	16,7	10,8	25,9	25,0
Muito	5	4	1	0
	4,0	5,4	3,7	0,0
Sempre	2	1	0	1
	1,6	1,4	0,0	4,2
Ns/Nr	89	56	16	16
	70,6	75,7	59,3	66,7
média	2,838	2,889	2,636	3,000
desvio padrão	1,041	1,132	0,924	1,069
A empresa encara a preparação da IF – Imperativo legal				
P11_5_1	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	3	1	1	0
	2,4	1,4	3,7	0,0
Pouco	7	6	0	1
	5,6	8,1	0,0	4,2
Algum	12	12	0	0
	9,5	16,2	0,0	0,0
Muito	56	30	12	14
	44,4	40,5	44,4	58,3
Sempre	42	20	14	8
	33,3	27,0	51,9	33,3
Ns/Nr	6	5	0	1
	4,8	6,8	0,0	4,2
média	4,058	3,899	4,407	4,261
desvio padrão	0,955	0,972	0,844	0,689

Frecuencias % Verticales	Total	Norma contabilística 2010		
		SNC	NCRF-PE	NCM
Total	126	74	27	24
		-	-	-
A empresa encara a preparação da IF – Necessidade de gestão				
P11_5_2	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	13	1	7	5
	10,3	1,4	25,9	20,8
Pouco	21	13	7	1
	16,7	17,6	25,9	4,2
Algum	16	12	2	2
	12,7	16,2	7,4	8,3
Muito	40	27	2	11
	31,7	36,5	7,4	45,8
Sempre	29	16	8	4
	23,0	21,6	29,6	16,7
Ns/Nr	7	5	1	1
	5,6	6,8	3,7	4,2
média	3,429	3,638	2,885	3,348
desvio padrão	1,325	1,084	1,657	1,434
A empresa admite deixar de ter contabilidade organizada				
P11_6	126	74	27	24
		-	-	-
Nunca	71	52	14	4
	56,3	70,3	51,9	16,7
Pouco	12	5	4	3
	9,5	6,8	14,8	12,5
Algum	8	7	0	1
	6,3	9,5	0,0	4,2
Muito	25	3	8	14
	19,8	4,1	29,6	58,3
Sempre	5	3	1	1
	4,0	4,1	3,7	4,2
Ns/Nr	5	4	0	1
	4,0	5,4	0,0	4,2
média	2,017	1,571	2,185	3,217
desvio padrão	1,366	1,111	1,442	1,278

APÊNDICE 6 – Código / Escalas das Variáveis

VAR	TIPO	DESCRIPTIVO
P1	Categoria/Nominal	Função na empresa
P2	Numérica ordinal	Ano da constituição da empresa
P3	Categoria/Nominal	Actividade principal da empresa
P4	Categoria/Nominal	Tipo de empresa (critério jurídico)
P5_1	Categoria/Nominal	A empresa é do tipo familiar?
P5_2	Numérica métrica	Nº total de sócios/accionistas da empresa
P5_2_1	Numérica métrica	Nº de sócios/accionistas que detêm mais de 75% de capital
P5_3	Numérica métrica	Nº de gerentes ou membros do conselho de administração que são sócios/accionistas
		Nº de gerentes ou membros do conselho de administração que não são sócios/accionistas
P5_4	Numérica métrica	sócios/accionistas
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido positivo 2008
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido positivo 2009 POC
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido positivo 2009 SNC
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido positivo 2010
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido maior que 10Mil Euros 2008
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido maior que 10Mil Euros 2009 POC
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido maior que 10Mil Euros 2009 SNC
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido maior que 10Mil Euros 2010
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido maior que 100Mil Euros 2008
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido maior que 100Mil Euros 2009 POC
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido maior que 100Mil Euros 2009 SNC
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido maior que 100Mil Euros 2010
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido decresce de 2008 para 2009
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido decresce de 2009 para 2010
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido 2008
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido 2009 POC
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido 2009 SNC
P12	Numérica métrica	Resultado Líquido 2010
P6_1_1	Numérica ordinal	Capital Próprio (lucros acumulados e retidos de anos anteriores)
P6_1_2	Numérica ordinal	Empréstimos dos proprietários (sócios/accionistas)
P6_1_3	Numérica ordinal	Financiamento Bancário
P6_1_4	Numérica ordinal	Fornecedores e outros Credores
P6_1_5	Numérica ordinal	Outra fonte de financiamento
P12	Numérica métrica	Autonomia Financeira em 2008
P12	Numérica métrica	Autonomia Financeira em 2009 em POC
P12	Numérica métrica	Autonomia Financeira em 2009 em SNC
P12	Numérica métrica	Autonomia Financeira em 2010
P12	Numérica métrica	Autonomia Financeira maior que 28% em 2008
P12	Numérica métrica	Autonomia Financeira maior que 28% em 2009 em POC
P12	Numérica métrica	Autonomia Financeira maior que 28% em 2009 em SNC
P12	Numérica métrica	Autonomia Financeira maior que 29% em 2010
P12	Numérica métrica	Autonomia Financeira decresce de 2008 para 2009
P12	Numérica métrica	Autonomia Financeira decresce de 2009 para 2010
P12	Numérica métrica	Grau de Endividamento em 2008
P12	Numérica métrica	Grau de Endividamento em 2009 em POC
P12	Numérica métrica	Grau de Endividamento em 2009 em SNC
P12	Numérica métrica	Grau de Endividamento em 2010
P12	Categoria/Nominal	Grau de Endividamento maior que 2,57 em 2008

P12	Categoria/Nominal	Grau de Endividamento maior que 2,57 em 2009 em POC
P12	Categoria/Nominal	Grau de Endividamento maior que 2,57 em 2009 em SNC
P12	Categoria/Nominal	Grau de Endividamento maior que 2,45 em 2010
P12	Numérica métrica	Grau de Endividamento cresce de 2008 para 2009
P12	Numérica métrica	Grau de Endividamento cresce de 2009 para 2010
P12	Numérica métrica	Endividamento de Curto Prazo em 2008
P12	Numérica métrica	Endividamento de Curto Prazo em 2009 em POC
P12	Numérica métrica	Endividamento de Curto Prazo em 2009 em SNC
P12	Numérica métrica	Endividamento de Curto Prazo em 2010
P12	Numérica métrica	Estrutura do Endividamento de Curto Prazo cresce de 2008 para 2009
P12	Numérica métrica	Estrutura do Endividamento de Curto Prazo cresce de 2009 para 2010
P6_4	Numérica ordinal	A empresa constituiu novos empréstimos
P6_5	Categoria/Nominal	A empresa necessita ou prevê necessitar de novos empréstimos no próximo ano
P6_2	Categoria/Nominal	Prazos de contratação dos empréstimos bancários
P6_3	Categoria/Nominal	Garantias solicitadas nos empréstimos
P12	Numérica ordinal	Intensidade do AFT 2008
P12	Numérica ordinal	Intensidade do AFT 2009POC
P12	Numérica ordinal	Intensidade do AFT 2009SNC
P12	Numérica ordinal	Intensidade do AFT 2010
P7_1_1	Categoria/Nominal	Terrenos e Recursos Naturais
P7_1_2	Categoria/Nominal	Edifícios e outras Construções
P7_1_3	Categoria/Nominal	Equipamento Básico
P7_1_4	Categoria/Nominal	Equipamento de Transporte
P7_1_5	Categoria/Nominal	Equipamento Administrativo
P7_1_6	Categoria/Nominal	Equipamentos Biológicos
P7_1_7	Categoria/Nominal	Outros Activos Fixos Tangíveis
P7_2_1	Categoria/Nominal	Valor escriturado e o Justo Valor - Terrenos e Recursos Naturais
P7_2_2	Categoria/Nominal	Valor escriturado e o Justo Valor - Edifícios e outras Construções
P7_2_3	Categoria/Nominal	Valor escriturado e o Justo Valor - Equipamento Básico
P7_2_4	Categoria/Nominal	Valor escriturado e o Justo Valor - Equipamento de Transporte
P7_2_5	Categoria/Nominal	Valor escriturado e o Justo Valor - Equipamento Administrativo
P7_2_6	Categoria/Nominal	Valor escriturado e o Justo Valor - Equipamentos Biológicos
P7_2_7	Categoria/Nominal	Valor escriturado e o Justo Valor - Outros Activos Fixos Tangíveis
P8_4	Numérica ordinal	Revalorizações como base em Diplomas Legais
P8_5	Numérica ordinal	Revalorizações "Livres"
P8_6	Numérica ordinal	A empresa na transição para o SNC procedeu à revalorização dos AFT
P10_1	Categoria/Nominal	Serviço de Contabilidade
P10_2	Numérica ordinal	Recursos afectos à preparação da IF
P10_3	Numérica ordinal	Adequação da IF às necessidades da empresa
P9_1_8	Numérica métrica	Impacto do Custo Avaliação
P12	Numérica ordinal	Dimensão da empresa (D/L 372/2007)
P12	Numérica ordinal	Dimensão da empresa (Normalização Contabilística)
P8_1	Categoria/Nominal	Norma contabilística
P8_2	Categoria/Nominal	A empresa vai ou, prevê mudar de norma contabilística
P8_7_1_1	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Terrenos 2010
P8_7_1_2	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Edifícios 2010
P8_7_1_3	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Básico 2010
P8_7_1_4	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Transp.2010
P8_7_1_5	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Adm.2010
P8_7_1_6	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Biol.2010
P8_7_1_7	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos OutAFT2010
P8_7_2_1	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Terrenos 2011
P8_7_2_2	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Edifícios 2011

P8_7_2_3	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Básico 2011
P8_7_2_4	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Transp.2011
P8_7_2_5	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Adm.2011
P8_7_2_6	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos Eq.Biol.2011
P8_7_2_7	Categoria/Nominal	Modelo utilizado na mensuração dos OutAFT2011
P8_8	Categoria/Nominal	Base de cálculo das depreciações
P8_9	Categoria/Nominal	Taxas utilizadas no cálculo da depreciação
P8_10	Categoria/Nominal	Método de depreciação
P8_11	Categoria/Nominal	Itens do AFT escriturados por um valor superior ao seu valor recuperável
P8_12	Categoria/Nominal	Reconheceu perda por imparidade relativamente a um AFT
P9_1_1	Numérica métrica	Impacto na mensuração dos AFT - As perspectivas dos proprietários/gestores
P9_1_2	Numérica métrica	Impacto na mensuração dos AFT - Nível dos resultados e valor das depreciações
P9_1_3	Numérica métrica	Impacto na mensuração dos AFT - Estrutura do capital
P9_1_4	Numérica métrica	Impacto na mensuração dos AFT - Tipo e necessidades de financiamento
P9_1_5	Numérica métrica	Impacto na mensuração dos AFT - Composição e valor escriturado do AFT
P9_1_6	Numérica métrica	Impacto na mensuração dos AFT - Revalorizações já efectuadas e valor do excedente de revalorização
P9_1_7	Numérica métrica	Impacto na mensuração dos AFT - Recursos afectos à preparação da informação financeira
P9_1_8	Numérica métrica	Impacto na mensuração dos AFT - Custo com as avaliações para determinar o justo valor
P11_1_1	Numérica métrica	Impacto da mensuração dos AFT - Nos custos de produção e preços de venda
P11_1_2	Numérica métrica	Impacto da mensuração dos AFT - No investimento de substituição
P11_1_3	Numérica métrica	Impacto da mensuração dos AFT - No resultado contabilístico
P11_1_4	Numérica métrica	Impacto da mensuração dos AFT - Na robustez do balanço
P11_1_5	Numérica métrica	Impacto da mensuração dos AFT - Nos rácios de endividamento, solvabilidade e autonomia financeira
P11_1_6	Numérica métrica	Impacto da mensuração dos AFT - Na sinalização da imagem para exterior, designadamente bancos e outros credores
P11_1_7	Numérica métrica	Impacto da mensuração dos AFT - No resultado fiscal
P11_1_8	Numérica métrica	Impacto da mensuração dos AFT - No custo de preparação da informação financeira
P11_2_1	Numérica métrica	A empresa pondera o impacto das políticas contabilísticas na informação financeira.
P11_2_2	Numérica métrica	A empresa considera a importância e a utilidade da informação financeira
P11_3_1	Numérica métrica	A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Gestão interna
P11_3_2	Numérica métrica	A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Decisões de financiamento
P11_3_3	Numérica métrica	A empresa considera a importância e a utilidade da IF - Fins fiscais
P11_4_1	Numérica métrica	Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento Fiscal
P11_4_2	Numérica métrica	Os serviços de contabilidade são consultados - Planeamento e Gestão Financeira
P11_4_3	Numérica métrica	Os serviços de contabilidade são consultados - Obter esclarecimentos
P11_4_4	Numérica métrica	Os serviços de contabilidade são consultados - Preparar informação externa
P11_4_5	Numérica métrica	Os serviços de contabilidade são consultados - Outras questões
P11_5_1	Numérica métrica	A empresa encara a preparação da IF – Imperativo legal
P11_5_2	Numérica métrica	A empresa encara a preparação da IF – Necessidade de gestão
P11_6	Numérica métrica	A empresa admite deixar de ter contabilidade organizada

